

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

FERNANDO SCHOLZ

**IMPLICAÇÕES DA DISSUAÇÃO NUCLEAR COMO CAPACIDADE DE PODER: O
CASO INDIANO**

Porto Alegre

2015

FERNANDO SCHOLZ

**IMPLICAÇÕES DA DISSUASÃO NUCLEAR COMO CAPACIDADE DE PODER:
O CASO INDIANO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Érico Esteves Duarte

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Scholz, Fernando

Implicações da dissuasão nuclear como capacidade de poder: o caso indiano / Fernando Scholz. -- 2015. 167 f.

Orientador: Érico Esteves Duarte.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Dissuasão Nuclear. 2. Capacidade de poder. 3. Índia. 4. Neorrealismo. 5. Estudos Estratégicos. I. Duarte, Érico Esteves, orient. II. Título.

FERNANDO SCHOLZ

**IMPLICAÇÕES DA DISSUASÃO NUCLEAR COMO CAPACIDADE DE PODER:
O CASO INDIANO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 06 de março de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Cepik
UFRGS

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva
UFRGS

Prof. Dr. Eugenio Diniz
PUC-Minas

Para Rodrigo Scholz.

AGRADECIMENTOS

Siga em frente, siga em frente. Cruze o rio e siga em frente.

Mas "cruze o rio, sentindo as pedras", para que se saiba por onde se está passando.

Nem o homem nem o rio mantiveram-se iguais nessa jornada.

Tempestades, calmaria, tudo a um só tempo.

O que permaneceu foi a vontade de seguir em frente, algo que, sozinho, jamais seria possível.

Agradeço à CAPES/FAPERGS, pelo financiamento desta pesquisa.

Também sou grato à minha família, Vilson, Iris, Natália e Rodrigo, pelo apoio incondicional.

Um agradecimento aos amigos Brunno Maratia, Christiaan van Hattem, Daniel Tomm, Erik Cavol, Filipe Prieto, Henrique Passuello e Jônatas Passuello pela paciência nos últimos tempos.

Também sou grato pelos ótimos colegas do PPGEEI. De forma especial, gostaria de mandar um "salve" aos colegas Nilton, Kanter, Erik, Felipe e também para a Luísa, amiga e colega há mais tempo.

Ao prof. Dr. Diego Pautasso, a quem muito devo e que tem sido fundamental no meu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Aos mestres Dr. Marco Cepik e Dr. Paulo Visentini, pelas aulas e pela inspiração.

De forma especial, gostaria de agradecer ao prof. Dr. Érico por ter acreditado no meu trabalho e por ter me orientado. Também sou grato pelo constante estímulo, pelas aulas, conversas, ensinamentos, pela paciência e, principalmente, por me ter aberto a porta dos Estudos Estratégicos, um universo do qual ainda conheço pouco. *Danke für alles und auf wiedersehen!*

Ebenézer, até aqui o Senhor Deus nos ajudou.

*“Apparently it is not hope but delirium that springs
eternal in the human breast”*

Bernard Brodie (1959)

homo lupus homini

RESUMO

O presente trabalho desenvolve o tema da dissuasão nuclear, partindo de uma discussão teórica sobre alguns conceitos desenvolvidos pela escola neorrealista de Relações Internacionais. Especificamente entra em consideração a obra de Kenneth Waltz e de John Mearsheimer, com vistas à elucidação de termos como poder, polaridade e capacidade nuclear. Num segundo momento, para fazer um contraponto à escola neorrealista, são abordados autores dos Estudos Estratégicos, com destaque para Bernard Brodie, Thomas Schelling, Lawrence Freedman, Colin Gray e Eugenio Diniz. Procura-se retratar, entre outros fatores, a evolução do pensamento estratégico nuclear ao longo da Guerra Fria. O trabalho também é permeado por questões relacionadas com uma elaborada explanação do que vem a ser dissuasão nuclear, aqui entendida como capacidade de poder. Embora grande parte do esforço desse trabalho esteja voltada para questões de cunho teórico, o refinamento da literatura permite, inerentemente, que o debate se estenda para o campo prático/político. Verificar quais são os pré-requisitos para um país ser considerado uma potência nuclear, bem como o significado e as implicações práticas disso tudo, permeiam grande parte da presente pesquisa. Acima de tudo, cabe verificar quem a Índia é capaz de dissuadir com as suas forças estratégicas/nucleares. Após a apresentação de um breve panorama securitário do subcontinente indiano, para que se tenha uma maior e melhor compreensão do que levou a Índia a se nuclearizar, o capítulo final desenvolve o tópico das implicações da dissuasão nuclear como capacidade de poder, aplicado ao caso indiano.

Palavras-chave: Dissuasão nuclear. Capacidade de poder. Índia. Neorrealismo. Estudos Estratégicos.

ABSTRACT

This dissertation deals with the topic of nuclear deterrence and takes as its starting point a theoretical discussion of some of the concepts presented by the neorealist school of International Relations. In particular, this paper focuses on the work of Kenneth Waltz and John Mearsheimer, explaining terms like power, polarity and nuclear capacity. Secondly, in order to provide a kind of foil or counterpoint to the neorealist school, this dissertation presents the views of various authors from the field of Strategic Studies, particularly Bernard Brodie, Thomas Schelling, Lawrence Freedman, Colin Gray and Eugenio Diniz. Among other things, the investigation traces the evolution of nuclear strategic theory during the period of the Cold War. The dissertation also deals with issues related to the meaning of nuclear deterrence, seen here as power capability. Although the main focus of this research has to do with theoretical matters, the literature that was taken into consideration also allows one to branch out into the more practical field of politics. Thus, a good deal of the research centers on the prerequisites that have to be met before a nation can be considered a nuclear power and the meaning and practical implications of this. Above all, what needs clarification is whom or which countries India is able to deter with the nuclear or strategic power at its disposal. Therefore, after a brief presentation of the security landscape of the Indian subcontinent, which will allow one to gauge why India decided to go nuclear, the last chapter of this dissertation takes up the implications of nuclear deterrence as power capability, as it applies to India.

Keywords: Nuclear deterrence. Power capability. India. Neorealism. Strategic Studies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dinâmica Nuclear Bilateral <i>1st* strike vs. 1st strike</i> [*por <i>1st strike</i> entenda-se ausência de <i>2nd strike</i>]	78
Figura 2 – Características de força de retaliação maciça.....	79
Figura 3 – Medidas para obter capacidade de segundo ataque [<i>2nd strike capability</i>].....	80
Figura 4 – Dinâmica Nuclear Bilateral <i>2nd strike vs. 1st. strike</i>	81
Figura 5 – Características de força de retaliação flexível.....	81
Figura 6 – Dinâmica Nuclear Bilateral <i>2nd strike vs. 2nd. strike</i>	82
Figura 7 – Mapa político do território indiano às vésperas da independência.....	87
Figura 8 – O Paquistão Ocidental e o Paquistão Oriental em 1947.....	87
Figura 9 – Cenário da Guerra Fria: A diplomacia Cruzada (EUA, China e Paquistão vs. URSS e Índia).....	92
Figura 10 – Principais locais da infraestrutura de armamento nuclear.....	102
Figura 11 – Caxemira.....	104
Figura 12 – Possível configuração dos IBGs indianos sob a doutrina “Cold Start”	113
Figura 13 – Cenário 1: a troca de alianças.....	122
Figura 14 – Cenário 2: o triângulo estratégico e o isolamento dos EUA	122
Figura 15 – Número de testes nucleares realizados até 12/05/98.....	125
Figura 16 – Alcance dos mísseis balísticos indianos.....	126
Figura 17 – Dinâmica Nuclear <i>1st* strike vs. 1st strike</i> [*por <i>1st strike</i> entenda-se ausência de <i>2nd strike</i>].....	131
Figura 18 – Instalações nucleares do Paquistão.....	134
Figura 19 – Dinâmica Nuclear Bilateral <i>2nd strike vs. 1st. strike</i>	137
Figura 20 – Armas Estratégicas da China e da Índia (2010).....	139
Figura 21 – Dinâmica Nuclear Bilateral <i>2nd strike vs. 2nd. strike</i>	143
Figura 22 – Medidas para obter capacidade de segundo ataque [<i>2nd strike capability</i>].....	144

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O NEORREALISMO E A DISSUAÇÃO NUCLEAR	14
2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA NEORREALISTA NO PÓS-GUERRA FRIA	14
2.2. KENNETH WALTZ – NEORREALISMO DEFENSIVO	16
2.3 JOHN MEARSHEIMER – NEORREALISMO OFENSIVO	27
2.4 CONCLUSÃO PARCIAL	39
3 OS ESTUDOS ESTRATÉGICOS E A DISSUAÇÃO NUCLEAR	43
3.1 BERNARD BRODIE	43
3.2 THOMAS SCHELLING	50
3.3 LAWRENCE FREEDMAN	60
3.4 COLIN GRAY	71
3.4.1 Considerações Sobre a Era Nuclear	71
3.4.2 Considerações Sobre as Relações Estratégicas EUA-URSS	73
3.4.3 Considerações Sobre Dissuasão Nuclear	74
3.4.4 Considerações Sobre a Segunda Era Nuclear	75
3.5 EUGENIO DINIZ	76
3.6 CONCLUSÃO PARCIAL	83
4 PANORAMA SECURITÁRIO INDIANO	86
4.1 A PRIMEIRA GUERRA INDO-PAQUISTANESA (1947-49)	86
4.2 OS LITÍGIOS DE 1962, 1965, 1971 E A CONSOLIDAÇÃO DE ALIANÇAS	90
4.3 A NUCLEARIZAÇÃO DA ÍNDIA: PARTE I (1946-1990)	93
4.4 A NUCLEARIZAÇÃO DA ÍNDIA: PARTE II (PÓS-GUERRA FRIA)	97
4.5 O CONFLITO INDO-PAQUISTANÊS NA “ERA NUCLEAR” (PÓS-1998)	102
4.5.1 Guerra/Conflito de Kargil (1999)	103
4.5.2 Reformas pós-Kargil e o “ <i>Draft Nuclear Doctrine</i> ” de 1999	106
4.5.3 A(s) crise(s) de 2001/2002 e a Operação Parakram	108
4.5.4 Doutrina Nuclear Indiana (2003)	110
4.5.5 <i>Cold Start</i> (04/2004)	111
4.5.6 O Acordo Nuclear Indo-Americano (2005-2008)	113
4.5.7 Mumbai (2008)	114

5 IMPLICAÇÕES DA DISSUAÇÃO NUCLEAR COMO CAPACIDADE DE PODER: O CASO INDIANO	116
5.1 INSIGHTS DA ESCOLA NEORREALISTA PARA A ÍNDIA: DISSUAÇÃO ‘EXISTENCIAL’?.....	116
5.1.1 Waltz – Neorrealismo Defensivo	117
5.1.2 Mearsheimer – Neorrealismo Ofensivo.....	120
5.2 DISSUAÇÃO NUCLEAR COMO CAPACIDADE DE PODER.....	122
5.2.1 O rendimento dos dispositivos nucleares e os vetores de entrega indianos	123
5.2.2 Problemas Organizacionais: uma série de agravantes à postura dissuasória indiana....	127
5.3 MODELO ESTABILIDADE ESTRATÉGICA SEGUNDO DINIZ.....	129
5.3.1 Dinâmica Nuclear Índia-Paquistão.....	130
5.3.2 Alterações na dinâmica nuclear indo-paquistanesa no curto prazo: a integridade do Estado paquistanês e o dissuasor marítimo indiano	134
5.3.3 Dinâmica Nuclear Índia-China.....	137
5.4 ANÁLISE FINAL	141
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICE A – KENNETH WALTZ – NEORREALISMO DEFENSIVO (RESUMO)	161
APÊNDICE B – JOHN MEARSHEIMER – NEORREALISMO OFENSIVO (RESUMO)	162
APÊNDICE C – BERNARD BRODIE (RESUMO)	163
APÊNDICE D – THOMAS SCHELLING (RESUMO)	164
APÊNDICE E – LAWRENCE FREEDMAN (RESUMO)	165
APÊNDICE F – COLIN GRAY (RESUMO)	166
APÊNDICE G – EUGENIO DINIZ (RESUMO)	167

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa a desenvolver as implicações da dissuasão nuclear como capacidade de poder, aplicadas ao caso indiano. O ponto de partida (capítulo 2) é uma discussão teórica sobre alguns conceitos desenvolvidos pela escola neorrealista de Relações Internacionais. Especificamente serão abordadas as obras de Kenneth Waltz e de John Mearsheimer. Optou-se por utilizar esses dois autores, pelo fato do próprio Mearsheimer utilizar Waltz como referência na diferenciação entre o que ele chama de “neorrealismo defensivo” e “neorrealismo ofensivo”. Destaca-se, por exemplo, a elucidação de termos como poder, potência, polaridade e capacidade nuclear.

Num segundo momento, se utiliza autores dos Estudos Estratégicos, para fazer um contraponto à escola neorrealista, com destaque para Bernard Brodie, Thomas Schelling, Lawrence Freedman, Colin Gray e Eugenio Diniz (capítulo 3). Esses autores foram escolhidos, basicamente, por terem maior notoriedade e influência, tanto no cenário internacional como no doméstico¹. Procura-se retratar, entre outros fatores, a evolução do pensamento estratégico nuclear ao longo da Guerra Fria.

Embora grande parte do esforço desse trabalho esteja voltada para questões de cunho teórico, o refinamento da literatura permite, inerentemente, que o debate se estenda para o campo prático/político. É recorrente a discussão a respeito das novas (e possíveis futuras) potências nucleares, embora, dificilmente se leve em conta a gramática dos meios como um todo. O debate normalmente restringe-se à mera posse de dispositivos nucleares, como se eles, por si mesmos, tivessem poder dissuasório.

A experiência nuclear e espacial indiana, nesse sentido, é emblemática. Após décadas desafiando um alegado “*aperteid nuclear*” e de sofrer severas de sanções (desde 1974), o programa nuclear, por meio de uma série de acordos com os EUA entre 2005 e 2008, pôde ser revitalizado. Mais importante que isso, a Índia passou a ser considerada implicitamente (principalmente por parte dos EUA) como uma “(virtual) potência nuclear”. Verificar quais são os pré-requisitos para um país ser considerado uma potência nuclear, bem como o significado e as implicações práticas disso tudo, permeiam grande parte da presente pesquisa.

¹Além de uma minuciosa pesquisa em revistas científicas, como “*International Security*” e “*The Journal of Strategic Studies*”, a seleção fundamentou-se nas obras “*Makers of Nuclear Strategy*” (BAYLIS; GARNETT, 1991) e “*Strategy in the Contemporary World*” (BAYLIS; GRAY, 2013). Também foram levados em conta sugestões de vários especialistas, com destaque para o Dr. Domício Proença Júnior e o Dr. Érico Esteves Duarte.

Em outras palavras, pretende-se verificar quem a Índia é capaz de dissuadir com suas forças estratégicas nucleares.

O quarto capítulo visa a apresentar um breve panorama securitário do subcontinente indiano para que se tenha uma maior e melhor compreensão do que porque o país optou por se nuclearizar. Por fim, o último capítulo, de número cinco, tem por finalidade apresentar um estudo de caso sobre a Índia, desenvolvendo o tópico da capacidade nuclear da Índia e da dissuasão nuclear contemporânea. Essa análise será feita através da comparação com forças nucleares paquistanesas e chinesas. Invariavelmente, essa análise da Índia nuclear será feita sob um viés neorrealista (Waltz/Mearsheimer) e sob o viés de Estudos Estratégicos (por influência direta ou indireta). O conceito de capacidade nuclear, ademais, será abordado em profundidade (quais os pré-requisitos, o significado prático, a consequência estratégico-política). George Gilboy, Eric Heginbotham, Verghese Koithara, Arpit Rajain, Gregory Jones, George Perkovich, Stephen Cohen, Sunil Dasgupta, Gaurav Kampani e Marco Cepik são alguns dos autores utilizados nesse capítulo.

Esta dissertação também é permeada por questões relacionadas com o papel do dispositivo nuclear no Sistema Internacional e com uma elaborada explanação do que vem a ser dissuasão nuclear, aqui entendida como capacidade de poder. Ao longo da Guerra Fria, o debate² em torno do armamento nuclear foi intenso. Conceitos, vetores (sistema de entrega), bombas, entre outros fatores, se desenvolveram, tornando o cálculo estratégico/militar gradativamente mais complexo.

Cabe investigar se a teoria neorrealista de Relações Internacionais se distanciou do debate relacionado à gramática nuclear e simplificou os termos abordados ou não. Averiguar se a constituição de uma teoria complementar se faz necessária é um dos objetos do presente estudo.

O foco do presente estudo é a noção de que dissuasão nuclear precisa ser enquadrada numa relação dinâmica (e portanto, não unidirecional), que, por sua vez, ampara-se, além da posse do próprio dispositivo nuclear, em vetores (bombardeiros, mísseis baseados em terra e submarinos), no alcance dos mísseis, em sistemas de interceptação, na capacidade de reação, bem como em outros elementos de interação, comando, controle e comunicação. Em suma, pergunta-se: **de que forma se dá a dinâmica dissuasória no subcontinente indiano e quais os seus impactos no Sistema Internacional?**

²Cumprе salientar que o número de abordagens, correntes e teorias ligadas ao tema da dissuasão nuclear é bastante amplo. A discussão abrange desde tópicos morais, teológicos e filosóficos (discussão, por exemplo, entre deontologistas e utilitaristas) até políticos, estratégicos e militares, sendo que cada um desses tópicos se subdivide em diversas correntes e em diferentes formas de interagir com a questão nuclear.

O objetivo geral da presente dissertação é investigar a dinâmica da dissuasão nuclear, vista como capacidade de poder, no Sistema Internacional. Para que se possa atingir tal objetivo, elencam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) contrastar a escola neorrealista (Waltz, Mearsheimer) com obras de Estudos Estratégicos (Brodie, Schelling, Freedman, Gray, Diniz) para apontar eventuais lacunas teóricas na escola realista e averiguar se uma teoria complementar se faz necessária;
- b) explicar a dissuasão nuclear como fator de poder no Sistema Internacional contemporâneo;
- c) verificar como a dissuasão nuclear funciona no subcontinente indiano, enfatizando a perspectiva da Índia.

Uma pesquisa deste porte mostra-se relevante na medida em que propõe dar continuidade à compreensão do complexo problema nuclear, tanto em nível teórico (à luz da escola neorrealista e dos Estudos Estratégicos) como prático (de que forma a dinâmica dissuasória opera no subcontinente indiano). Embora este trabalho não tenha por objetivo estabelecer uma teoria sobre capacidade nuclear, sua utilidade reside no fato de apontar para a necessidade de maior esclarecimento sobre o significado desse termo/conceito.

Informar o público brasileiro sobre o complexo tema da dissuasão nuclear também é um dos propósitos do presente estudo. O pouco conhecimento a respeito disto se deve à falta de especialistas e de estudos aprofundados na área. Acrescenta-se a isso que a maior parte da literatura sobre o assunto está em língua inglesa. Há também o problema da fraca interação entre o meio civil, acadêmico, político e militar. Nesse sentido, a própria importância dos Estudos Estratégicos precisa ser reforçada³ e, dessa forma, a presente dissertação busca contribuir para esse fim.

Visando a cumprir os objetivos previstos, este trabalho se utiliza da vertente de pesquisa qualitativa. Esta abordagem se caracteriza como um estudo detalhado de determinado fato, objeto ou fenômeno da realidade (OLIVEIRA, 2007). Este estudo valeu-se do método de pesquisa explicativa que, nas palavras de Antônio Carlos Gil (1999, p.44-45), tem como principal finalidade “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. Além disso, trata-se de uma pesquisa de cunho teórico-empírico.

³Conferir o artigo de Proença Jr. e Duarte (2007) com o sugestivo título “Os estudos estratégicos como base reflexiva da defesa nacional”.

2 O NEORREALISMO E A DISSUAÇÃO NUCLEAR

Este capítulo tem por objetivo fazer um mapeamento da escola neorrealista de relações internacionais, enfatizando aspectos relacionados a poder, potência, polaridade e, dentro do possível, sobre o que vem a ser capacidade nuclear. A primeira seção é dedicada a uma breve contextualização do pós-Guerra Fria, bem como de alguns *insights* teóricos sobre esse período atualmente vigente. Na sequência, expõe-se ideias elaboradas por Kenneth Waltz e, depois, de John Mearsheimer. Na última seção, faz-se um pequeno prognóstico a partir do que foi abordado ao longo do capítulo, além de apresentar algumas críticas que se pode fazer à escola neorrealista, dentre elas as que Stephen Biddle desenvolveu na obra “*Military Power: explaining victory and defeat in modern battle*”.

2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA NEORREALISTA NO PÓS-GUERRA FRIA

Tendo tido um papel proeminente ao longo Guerra Fria, a escola realista veio a sofrer uma série de críticas após o término da disputa entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética (URSS). Entre as razões para essas críticas está o fato de os autores dessa corrente não terem sido capazes de prever a desintegração da URSS⁴. Este evento, por sua vez, alterou de maneira significativa a correlação de forças nas relações internacionais. Além disso, é possível afirmar que seus efeitos ainda não foram completamente absorvidos e/ou compreendidos, visto que (conforme se verá na sequência) não há qualquer consenso sobre a atual distribuição de poder no Sistema Internacional e do fato de estarmos (ou não) diante de um período de transição sistêmica.

De acordo com Marco Cepik (2013a, p. 4), o “Sistema Internacional se caracteriza tanto por seu número de polos (polaridade ou equilíbrio) [leia-se número de grandes potências] quanto pelos padrões de comportamento que estes mantêm (sic) entre si (polarização)”. Segundo o autor, o “Sistema Internacional tem assistido a formas híbridas e sobrepostas de equilíbrio” desde o término da Guerra Fria. Mais do que isso, o autor indica que hoje pode-se estar ou diante de uma lenta e pactuada recomposição hegemônica ou de algum tipo de confrontação militar que cumpra o papel de guerra central. Dado o fator

⁴Essa crítica, evidentemente, não se restringiu apenas à corrente neorrealista.

nuclear, isso se daria, primordialmente, através de guerras locais e/ou de confrontações indiretas (CEPIK, 2013a, p. 4-6).

Ademais, é importante apontar que o campo da Segurança Internacional, durante a década de 1990, começou a ficar dominado por diversos temas “não tradicionais” e de “caráter global” como Direitos Humanos, questões ambientais, controle populacional, etc. O 11 de setembro, por sua vez, reforçou essa tendência, incluindo e/ou aprimorando o estudo relacionado ao narcotráfico, crime organizado, insurgências, conflitos civilizacionais e terrorismo (CEPIK, 2013b; BAYLIS; GARNETT, 1991, p. 4). De particular importância para o presente trabalho, conforme aponta Alcides Costa Vaz (et. al., 2010, p. 129-130), é que “o existente risco e medo de uma guerra total entre as duas superpotências” durante a Guerra Fria foi gradualmente substituído por um “impulso neo-idealista suscitado [inclusive] pela expectativa de que o uso militar de armas nucleares pelas grandes potências estaria praticamente descartado”.

O pós-Guerra Fria tornou os custos do dispositivo nuclear difíceis de serem arcados, além do risco de provocar desestabilizações estratégicas em nível regional e internacional. Assim, muitos países abriram mão de possuir esse armamento, como foi o caso do Brasil e da África do Sul (sendo que este chegou a confeccionar dispositivos nucleares e, posteriormente, no contexto de sua democratização na década de 1990, se transformou no primeiro país a, de forma voluntária e unilateral, a se desfazer deles). Cabe salientar que, dado o inchamento da agenda de Segurança Internacional⁵, a discussão, por exemplo, sobre armamento nuclear, dissuasão nuclear e/ou de confrontação nuclear perdeu força. Assim, em geral, não houve um continuado estudo sobre a gramática dos meios e, sendo mais específico, da dissuasão nuclear como um processo dinâmico.

Dentro da corrente realista, a discussão girou em torno da polaridade do Sistema Internacional. Dessa forma, questiona-se, por exemplo: qual é a atual configuração de poder do sistema internacional? Unipolar? Essa configuração de poder pode ser considerada estável? Qual a definição de estável? Será que, por outro lado, não se está num período de transição e que estamos nos encaminhando para um sistema multipolar? Ou, ainda, um sistema unimultipolar? Nem mesmo os autores realistas chegaram a qualquer consenso⁶. Para Kenneth Waltz, um dos teóricos-chave do presente trabalho, a unipolaridade é demasiadamente

⁵A própria “tentativa de substituição” dos Estudos Estratégicos por Estudos de Segurança aponta essa tendência. Contudo, “ao tentarem ser inclusivos, [os Estudos de Segurança] acabaram sendo nada” (STRACHAN, 2005, p. 47 apud PROENÇA JR; DUARTE, 2007, p. 43).

⁶Conforme Cepik (2013a, p. 4, grifo nosso), as conclusões dos autores sobre essas questões “refletem, **ao menos em parte**, suas inclinações individuais ou preferências nacionais”.

instável e não tardará para que a teoria do balanceamento de poder volte a ocupar um papel central e que os EUA se vejam confrontados por outras grandes potências. Para outros, como William Wohlforth (1999; 2009a; 2009b), por exemplo, a unipolaridade parece ser a nova realidade com que se precisa contar, embora o autor não negue que, no longo prazo, os EUA possam vir a falhar na manutenção dessa ordem, permitindo que outras potências coloquem em xeque o poder norte-americano.

Se o tema da polaridade já gerou um intenso debate, é de se esperar que o papel do armamento nuclear também tenha variadas interpretações dentro da escola neorrealista. O fato é que, para se compreender essa dinâmica, também se faz necessário um resgate de outros aspectos teóricos. Parte-se agora para uma exposição das ideias de Kenneth Waltz, seguido das ideias de John Mearsheimer.

2.2. KENNETH WALTZ – NEORREALISMO DEFENSIVO

A teoria de política internacional⁷ de Kenneth Waltz (realismo estrutural/ neorrealismo defensivo) aponta, basicamente, para a existência de um sistema que opera em dois níveis. Em um nível “inferior”, unidades equivalentes [Estados] interagem entre si e mutuamente se influenciam. As unidades são equivalentes no sentido de que enfrentam os mesmos desafios: o de sobrevivência num sistema anárquico, isto é, num sistema em que os Estados não estão submetidos a uma autoridade central superior. Os Estados diferem entre si no que diz respeito às habilidades [capacidades] que cada um possui. A disposição destas unidades, por sua vez, dá origem ao que o autor chama de estrutura (um nível “superior” e/ou externo). É importante salientar que, embora os dois níveis se inter-relacionem, as interações entre os Estados ocorrem apenas no nível das unidades. A estrutura do sistema, por sua vez, que deve ser entendida com relativa abstração, atua como uma força de ordenamento (que, por sua vez, se dá em função das diferentes capacidades materiais) e de “constrangimento”⁸ dos Estados. Apesar da aparente imobilidade da estrutura, ela é, por natureza, dinâmica⁹. Em suma, a teoria

⁷Uma teoria de política internacional, que não deve ser confundida com uma teoria de política externa, propõe-se a identificar problemas, oportunidades, custos e riscos que o ambiente internacional põe aos atores e quais as consequências que se pode, normalmente, esperar da adoção de um curso de ação e não de outro (DINIZ, 2007, p. 117). Conferir Waltz (1979).

⁸O termo “constrangimento” é utilizado no sentido de que determinadas ações são inibidas, enquanto outras impulsionadas (WALTZ, 2008d, p. 74).

⁹As estruturas aparentam ser estáticas, conforme própria explicação de Waltz (1979, p. 69-70), pelo fato delas durarem longos períodos. Na história moderna, o sistema multipolar durou, aproximadamente, três séculos (WALTZ, 1979, p. 162), enquanto o sistema bipolar durou 45 anos, algo que fez Waltz, em 1993, se retratou e considerar o sistema bipolar altamente pacífico, porém “infelizmente não tão estável quanto o sistema que o precedeu” (WALTZ, 2008h, p. 167).

de política internacional de Waltz procura enfatizar certas continuidades, repetições e recorrências, como guerras, em detrimento da ênfase sobre mudanças (WALTZ, 1979, p. 66; 69; 96).

As estruturas, segundo Waltz (2008, p. 53-54; 1979, p. 74), moldam e impulsionam comportamentos de Estados, bem como os resultados das escolhas/decisões tomadas. Contudo, estas estruturas não agem de maneira determinística. Por dois motivos: primeiro, porque comportamentos e resultados são influenciados por elementos presentes tanto em nível estrutural quanto em nível unitário (ações e interações entre Estados); segundo, porque é possível resistir às pressões sistêmicas, sendo exemplo disto o próprio fato do poder norte-americano não ter sido balanceado até o momento¹⁰. No entanto, existe maior propensão a que certos comportamentos sejam recompensados ou premiados, enquanto outros sejam punidos¹¹. Em nível de estrutura¹², o que importa não é a forma como unidades interagem entre si (dinâmica, aliás, própria do nível das unidades), mas de que maneira eles estão arranjados, ordenados ou posicionados (WALTZ, 1979, p. 73-74; 80-81).

A separação entre o nível de unidades e de estrutura rendeu uma série de críticas, muitas vezes relacionadas a uma má compreensão de quais elementos poderiam/deveriam estar em cada nível. Em 1986, num artigo explicitamente direcionado a seus críticos, Waltz (2008e, p. 41) não negou, por exemplo, que tendências demográficas e limitações de recursos poderiam afetar a capacidade gerencial do então vigente sistema bipolar, bem como dos resultados sistêmicos. Mais do que isso, Waltz destacou a importância da **revolução nuclear** ocorrida em armamentos militares, que diminuiu uma histórica alta frequência de guerras travadas entre as grandes potências, ao mesmo tempo que **tornou a guerra um “privilégio dos países pobres e fracos”**. Ainda assim, essa revolução nuclear, mesmo que tenha reduzido um, até então, forte efeito estrutural (leia-se: guerra entre grandes potências), pertence, assim como os tópicos de transição energética e demográfica, ao nível das unidades (WALTZ, 2008e, p. 41).

¹⁰Waltz (2008b) menciona que, entre outros motivos, os EUA ainda não foram balanceados no pós-Guerra Fria pelo fato do balanceamento ser muitas vezes difícil de ser praticado, custoso, de difícil “*timing*” e, acima de tudo, por não haver, no momento, capacidades materiais para que um novo balanceamento se estabeleça.

¹¹Na prática, a estrutura do sistema incentiva, por exemplo, dado suas características, que os Estados se armem, enquanto aqueles que não o fazem são punidos (DINIZ, 2007, p. 57) e/ou têm a sua segurança colocada em risco.

¹²Três fatores compõem a estrutura do sistema internacional: o princípio ordenador (hierarquia/anarquia); o caráter das unidades (que, enquanto na hierarquia se baseia na diferenciação e subordinação, na anarquia se baseia na coordenação entre unidades semelhantes) e a distribuição das capacidades (CEPIK, 2011, p. 96-98). Conferir Waltz (1979).

A teoria de Waltz, Estado-cêntrica, parte do pressuposto de que os Estados primam pela sua sobrevivência¹³ e, dessa forma, só depois de garantirem essa condição é que buscam objetivos secundários. Ademais, tendo em vista a condição anárquica do Sistema Internacional (sistema de autoajuda, por definição) e do fato de que alguns Estados podem se utilizar, a qualquer momento, da força para alcançar seus respectivos objetivos, todos os Estados precisam estar minimamente preparados para se utilizarem da força. Mais do que isso, pela mesma lógica apresentada, sistemas de autoajuda fazem com os Estados se preocupem mais com ganhos relativos do que ganhos absolutos (WALTZ, 1979, p. 72; 91; 102; 195).

A definição de poder possui grande relevância dentro do espectro realista, dentre outros motivos, pelo fato de grande parte da Política Internacional ser definida em termos de ações tomadas pelas grandes potências (WALTZ, 1979, p. 72-73; 109). Os Estados se diferenciam por seus distintos níveis de poder que, por sua vez, são estimados de acordo com suas respectivas capacidades materiais. Dessa forma, qualquer alteração na distribuição de capacidades também acaba por promover alterações na estrutura do sistema (WALTZ, 1979, p. 97-8; 108).

Para Waltz (1979, p. 131), a definição de quantos **polos** existem no mundo está diretamente relacionada às seguintes capacidades: **tamanho da população, território, recursos naturais, capacidade econômica, força militar, estabilidade política e competências**. Para o autor, não basta se sobressair em um determinado campo para ser considerado uma grande potência; **é a combinação de todas essas capacidades que determinam a posição relativa de qualquer país dentro do Sistema Internacional**. Ademais, as possibilidades de ascensão no sistema internacional (bem como seus custos e benefícios) variam de acordo com as mudanças/transformações sistêmicas, mas cabe aos Estados, em última instância, decidirem se o esforço de ascensão vale a pena¹⁴ (WALTZ, 2008e, p. 53).

¹³A sobrevivência do Estado deve ser entendida pela manutenção da integridade territorial e de autonomia política (MENDES, 2011).

¹⁴O Japão, a Alemanha (ou Europa como bloco, dependendo do contexto) e China são frequentemente citados como exemplos de possíveis futuras grandes potências. Falta-lhes, contudo, no caso do Japão e da Alemanha, disposição/inclinação para seguir tal objetivo (WALTZ, 2008, p. 182). No caso da China, tudo indica, segundo Waltz (2008f, p. 217, tradução nossa), que este país emergirá, sem grandes esforços, como grande potência, desde “que se mantenha politicamente unida, além de competente.”

Se os Estados inseridos num sistema anárquico de fato primam por segurança, é coerente a inclusão da lógica do balanceamento de poder,¹⁵ que é o que Waltz promove em sua teoria. Em suma, Estados excessivamente fortes são **naturalmente** balanceados por outras potências, visto que “**poder pede para ser balanceado**” e, em termos práticos, um Estado excessivamente forte coloca a existência das demais potências em risco. Contudo, o balanceamento nem sempre ocorre de maneira imediata e é possível, cumpre frisar, que os Estados adotem políticas de *bandwagoning*¹⁶, ao invés de balanceamento. No entanto, segundo o autor, isto se configura em anomalia sistêmica, visto que a manutenção de posições relativas no Sistema Internacional só é possível por meio do balanceamento¹⁷. Isso se dá pelo fato do **poder ser um meio e não um fim**¹⁸ e, assim, os Estados teriam preferência por se unirem às coalizões mais fracas (supondo que essas se formem) (WALTZ, 1979, p. 117-118; 121; 125-126) para, conforme já apontado, manterem suas respectivas posições relativas.

Segundo Waltz (2008i, p. 56), enquanto Morgenthau via nos “estadistas racionais” um empenho constante na acumulação de poder, a escola neorrealista considera poder como um “meio possivelmente útil” e, assim, os Estados correm determinados riscos ao terem muito ou pouco poder. Fraqueza excessiva, ressalta Waltz (2008i, p. 56-57), pode servir de convite para que Estados mais fortes o ataquem. Força excessiva, por outro lado, pode incentivar a formação de uma coalizão de Estados contra o Estado dominante (WALTZ, 2008i, p. 57). O ideal, portanto, é que os estadistas encontrem um equilíbrio ideal de quanto poder (recursos e/ou capacidades combinadas) eles podem (e devem) se apropriar, tendo sempre em mente o objetivo primário de sobrevivência.

Cabe também fazer uma pequena definição do que distingue um sistema bipolar de um multipolar. Em um sistema bipolar, desequilíbrios podem ser corrigidos apenas através de esforços internos (balanceamento interno), isto é, por meio de capacidades próprias e/ou, conforme Cepik (2011), por meio da acumulação de recursos de poder a taxas mais elevadas

¹⁵De acordo com Diniz (2007, p. 62), a “balança de poder [na obra de Waltz] trata do equilíbrio a que se chega a partir da competição pela distribuição dos recursos [ou capacidades materiais] que aumentam as chances de sobrevivência de cada Estado na política internacional”.

¹⁶Conforme destaca Diniz (2007, p. 61-63), “não se chega ao resultado de *bandwagoning*, aqui entendido como a adesão ao mais forte, por deliberação dos Estados; ao contrário, esse resultado é involuntário, muitas vezes até indesejado por um, mais de um, vários ou todos os Estados, mas, ainda assim, é o resultado da busca individual dos próprios objetivos, principalmente a sobrevivência”.

¹⁷Esse é um dos pontos que diferencia Waltz de Mearsheimer. Enquanto, no neorrealismo defensivo de Waltz, os Estados primam pela manutenção da sua respectiva posição relativa, no neorrealismo ofensivo de Mearsheimer, as grandes potências primam pela maximização de seu poder.

¹⁸Nesse ponto, o autor faz questão de se diferenciar Hans Morgenthau (e do realismo clássico). Segundo Diniz (2007, p. 38), a obra de Morgenthau possui uma série de ambiguidades ligadas ao entendimento da balança de poder e ao conceito de poder. Para maiores detalhes, conferir Diniz (2007, p. 38-39). Sobre a crítica que Waltz faz a Morgenthau, conferir Waltz (2004, p. 45-46).

que os demais Estados. Quando há mais de dois polos, o sistema torna-se mais flexível e modificações de alinhamento/alianças também acabam por operar como meios de ajuste (balanceamento externo). Um sistema tripolar é instável pelo fato de duas potências poderem se alinhar contra a terceira; dessa forma, um sistema multipolar deve, para fins de maior estabilidade, ter no mínimo quatro potências (WALTZ, 1979, p. 163).

Modificações estruturais e, portanto, sistêmicas, ocorrem com a alteração do número de grandes potências (WALTZ, 2008i, p. 58). Em um sistema multipolar, de acordo com Waltz (1979, p. 168), o grande número de grandes potências impede que se delineie claramente (ou melhor, que se tenha certeza absoluta) de quem é aliado ou adversário (tanto no presente quanto no futuro). Ou seja, existe, em tese, uma maior flexibilidade à troca de alianças, tornando incerta qualquer manutenção da correlação de forças. Já, num mundo bipolar, a incerteza é muito menor e os cálculos de poder são mais fáceis de serem feitos (isto explica por que a Guerra Fria se caracterizou como uma “sólida balança bipolar”).

No que diz respeito ao sistema bipolar da Guerra Fria, Waltz entende que, para a correlação de forças globais, a contribuição de membros menores dentro de sua respectiva aliança e/ou para o respectivo líder da aliança (por exemplo, do Reino Unido ou da França em relação aos EUA) foi relativamente pequena. Dessa forma, a primazia militar e econômica norte-americana durante a Guerra Fria permitiu que os EUA se focassem na URSS, ao mesmo tempo em que “disciplinava” seus aliados¹⁹. Ademais, na concepção de Waltz (1979), nenhum país era capaz de alterar o equilíbrio de poder existente entre as duas grandes superpotências. Isto pode ser exemplificado pela aproximação sino-americana em 1971²⁰, bem como pela fracassada tentativa francesa de se promover uma terceira via no Sistema Internacional, com a retirada, por exemplo, de suas forças da OTAN, que “pouco (ou nada) alteraram o equilíbrio então vigente” (WALTZ, 1979, p. 168-169).

A unipolaridade é vista como a configuração menos durável na teoria estrutural de Waltz, pelo fato do poder dominante ter uma tendência natural a assumir um número de tarefas extra-fronteiriças superior ao que de fato pode cumprir, enfraquecendo-se no longo prazo (*misuse of power*). Além disso, mesmo que a potência dominante se comporte com moderação, contenção e paciência, é bem provável que os Estados mais fracos tenham pelo comportamento futuro da potência dominante. Para o autor, assim como “a natureza abomina

¹⁹Cita-se a constituição de protetorados norte-americanos na Alemanha e no Japão, bem como o episódio do Canal de Suez em que os EUA lidaram unilateralmente com a questão, ignorando interesses do Reino Unido e da França (WALTZ, 2008i, p. 61).

²⁰Há divergências teóricas/acadêmicas quanto à importância da aproximação sino-americana em 1971. Paulo Visentini (2011), por exemplo, dá a entender que não seria exagero afirmar que esse episódio contribuiu para a derrocada da URSS em 1991.

o vácuo, a política internacional abomina uma potência não balanceada” (WALTZ, 2008f, p. 214). Dessa forma, os EUA estariam, atualmente, diante de um mero “momento unipolar”²¹, visto que, sem muito alarde, está surgindo um novo balanceamento (WALTZ, 2008f, p. 216).

Isso, contudo, não equivale a dizer que as superpotências (EUA e URSS, no caso, durante a Guerra Fria) estiveram livres de qualquer restrição ou limitação. O que fica claro na obra de Waltz é que as grandes restrições sempre advêm do adversário principal. Num mundo multipolar, de perigos difusos, as responsabilidades são pouco claras e/ou incertas e as definições dos interesses vitais são facilmente obscurecidas. Assim, enquanto a principal fonte de perigo em um mundo multipolar é o “erro de cálculo”, num mundo bipolar o principal perigo vem da “reação exagerada” de alguma (ou das duas) grandes potências (WALTZ, 1979, p. 170-172). O “erro de cálculo” num sistema multipolar é visto por Waltz como algo muito mais perigoso que qualquer “reação exagerada” num sistema bipolar. Isso se dá pelo fato de ser maior a probabilidade de que uma série de desdobramentos de eventos ameace o *status quo* e conduza as grandes potências para uma guerra central (WALTZ, 2008i, p. 62). Já num sistema bipolar, as ações e respostas das grandes potências tendem a ser mais calculadas e cautelosas.

Kenneth Waltz compartilha a visão de Edward H. Carr, teórico realista clássico, de que “a força é menos visível onde o poder se faz presente da forma mais plena e adequada”. Para Waltz, “poder ajuda a manter a ordem”, enquanto o “uso da força sinaliza um possível colapso” dessa ordem. Mais do que isso, apenas Estados poderosos poderiam valer-se do “não recurso à força”. Cabe destacar que, na visão de Waltz, mesmo que arsenais nucleares não sejam usados, isso não significa que esses instrumentos estejam desprovidos de força. **Assim, não se deve confundir a utilidade da força com sua empregabilidade e, mais do que isso, considerar poder e aplicação de força como sinônimos.** Forças nucleares, por sua vez, além de serem úteis na preservação do *status quo*, de dissuadirem outros armamentos nucleares e de servirem para limitar qualquer escalada militar/beligerante, tem sua utilidade reforçada toda vez que sua utilização é evitada (WALTZ, 1979, p. 185-188).

Waltz critica abertamente o conceito de poder do cientista político Robert Dahl, que associa poder com a capacidade de coagir alguém a fazer algo que a princípio não faria. Identificar poder com controle, aponta Waltz, equivale a dizer que somente poder é necessário para se obter o que um quer, omitindo, por exemplo, considerações estruturais. A noção de poder, então, é reduzida à simples noção de que um agente é poderoso quando consegue afetar

²¹Conferir Layne (1993; 2006; 2012).

outros mais do que eles o podem afetar. Poder, conforme já destacado, é visto por Waltz como um meio e os resultados produzidos devem ser considerados, necessariamente, incertos. Para ser politicamente relevante, o autor acredita que poder precisa ser definido de acordo com a distribuição de capacidades e não com os resultados que podem ser obtidos (WALTZ, 1979, p. 192).

A Guerra do Vietnã é utilizada por Waltz como exemplo de que controle não deve ser confundido com poder. A incapacidade norte-americana de exercer controle político sobre o Vietnã, assim, não indicou “fraqueza militar”, ainda mais num mundo nuclear, mas foi uma clara ilustração dos limites da utilização da força. Desse episódio é possível extrair, de acordo com Waltz, duas conclusões: o sucesso ou fracasso no Vietnã não alterariam a balança de poder entre os EUA e a URSS e, assim, a intervenção norte-americana naquele país foi desnecessária; Estados poderosos não podem fazer tudo com suas forças militares, mas são capazes de fazer coisas que Estados militarmente fracos não conseguem (WALTZ, 2008a, p. 145-147). Dessa forma, a utilidade da força reside, primordialmente, na manutenção do *status quo* e não em qualquer alteração do mesmo.

Em relação ao papel desempenhado pelos armamentos nucleares, Waltz (1979, p. 174-175, grifo nosso) afirma que “**a revolução nuclear militar alterou algumas características em nível das unidades do sistema**” (ao invés da estrutura). Um dos seus grandes efeitos é que o dispositivo nuclear gera certo grau de precaução entre seus detentores, diminuindo o incentivo de se fazer guerra, pelo menos, em comparação com países apenas “convencionalmente armados” (WALTZ, 1979, p. 174-175). Mais do que isso, os armamentos nucleares permitem que os Estados resolvam problemas securitários a um preço razoável (WALTZ, 2008c, p. 276).

Em assuntos internacionais, força continua a ter a “última palavra” e, assim, Waltz (1979, p. 180) aponta que os países em geral não devem se iludir com a **falsa promessa de que os armamentos nucleares reduzem a distância entre as grandes potências**. A lógica que permeia esse argumento é que **as grandes potências são o que são pelo poderio econômico e militar que elas possuem de forma combinada** (entre outros elementos que indicam as capacidades materiais de determinado país). Dessa forma, as grandes potências são fortes não simplesmente por terem armamentos nucleares, mas por terem à disposição uma vasta gama de recursos que lhe permitem gerar e manter poder de vários tipos, dos quais o poder militar faz parte, tanto a nível estratégico como tático (WALTZ, 1979, p. 183).

Em parte, isso se justifica pelo fato do dispositivo nuclear não promover alterações nas bases econômicas de poder de uma nação e, assim, o armamento nuclear apenas reforça

condições que podem existir mesmo na falta desse armamento. Waltz exemplifica com o fato de que no final da década de 1940, mesmo antes da URSS ter a bomba atômica, o mundo já estava dividido (e/ou se dividindo) em dois blocos e, assim, não foi esse armamento que tornou o sistema internacional bipolar. O mesmo pode ser dito em relação à nuclearização da França, Reino Unido, China, Índia, entre outros países, que não tornaram o mundo multipolar ao longo da Guerra Fria. Em suma, a estrutura do sistema internacional não é alterada pelo aumento de Estados [potências] nucleares (WALTZ, 1979, p. 180-182)

Outro ponto interessante para o debate nuclear que Waltz (1979, p. 180-182) retrata em sua teoria de política internacional é que as **forças nucleares não podem ser simplesmente somadas** (e/ou compostas pela soma de diferentes itens). Esse argumento é exposto dentro do contexto de que antigamente potências mais fracas poderiam melhorar suas posições relativas através da formação de alianças, mesclando a força de exércitos estrangeiros com a sua própria força. A lógica não se estende ao mundo nuclear pelo fato das “ogivas nucleares, dos sistemas de entrega, de detecção e monitoramento, e dos sistemas de comando e controle contarem mais do que o tamanho das forças” (WALTZ, 1979, p. 181-182, tradução nossa), algo que necessita colaboração completa entre os países e que é politicamente impossível de ser alcançado. A OTAN e a configuração de forças na Europa são apontados pelo autor como exemplos de quão complicado é esse dilema. Mais do que isso, Waltz, citando o estadista francês Charles de Gaulle, aponta que decisões envolvendo a utilização de armamentos nucleares podem ser decisões suicidas e, dessa forma, apenas autoridades nacionais poderiam desempenhar tal tarefa e/ou uma entidade supranacional (pensando em Europa) que abdicasse de suas identidades políticas/nacionais (WALTZ, 1979, p. 180-182).

O fato de não ter havido uma guerra central entre as grandes potências desde o término da Segunda Guerra ou, ainda, das guerras terem sido geograficamente confinadas e militarmente limitadas se deu, em grande parte, pela existência de dispositivos nucleares. Dessa forma, **o armamento nuclear exerce um papel, de certa forma, “pacificador” nas relações internacionais**. Waltz não nega que é possível que Estados nucleares guerreiem entre si, mas o fato é que a vitória tornou-se demasiadamente custosa²²/perigosa para quem quiser enveredar por esse caminho (WALTZ, 2013, p. 4-6). É importante destacar que o **poder dissuasório dos armamentos nucleares** (entendido por Waltz como a capacidade de

²²A “equação” é simples: se os riscos de retaliação forem altos e os ganhos, consequentemente, pequenos, haverá poucos incentivos para se dar continuidade ao conflito (WALTZ, 2013, p. 6)

impedir alguém de fazer algo simplesmente amedrontando-o) **age apenas onde interesses vitais estejam em jogo** (WALTZ, 2013, p. 5; 16, grifo nosso).

A lógica que permeia o mundo convencional é que um país só atacará o outro se acreditar que tem chances de vencer, ao passo que no mundo nuclear, um agressor potencial é dissuadido ao acreditar que o país atacado possa retaliar (WALTZ, 2013, p.24). Enquanto no mundo convencional a preocupação gira em torno de vencer ou perder, no mundo nuclear a incerteza desloca-se para a questão de sobreviver ou ser aniquilado (WALTZ, 2013, p. 9). Incerteza, aliás, é a palavra-chave para compreender o que Waltz entende por “dissuasão nuclear”. Segundo Waltz (2008i, p. 65, grifo nosso), “**os armamentos nucleares são armamentos absolutos**”²³ que dão a um Estado nuclear capacidade dissuasória assim que este tiver capacidade de segundo ataque (em inglês, *second-strike capability*). Portanto, o incremento das forças estratégicas após se ter alcançado determinado teto/limite (capacidade de segundo ataque, propriamente dito) não provê segurança adicional. E isso se manterá verdadeiro até o dia que algum Estado, munido de uma doutrina bélica nuclear (em inglês, *war-fighting doctrine*), for capaz “de desarmar outro Estado nuclear em um só golpe” (ter capacidade de desarmamento de primeiro-ataque) ou for capaz de erguer uma defesa estratégica eficaz, duas medidas que Waltz considera impossíveis de se alcançar (WALTZ, 2008i, p. 65; 2008h, p. 187). **Paridade nuclear**, dessa forma, **independe do tamanho (equilíbrio quantitativo) ou dos variados tipos de força estratégica que se tenha (equilíbrio qualitativo). Depende, na verdade, de se ter capacidade de segundo ataque** (WALTZ, 2008h, p. 187; 2008f, p. 217, grifo nosso).

Contra-intuitivamente, os ICBMs (mísseis balísticos intercontinentais) e os bombardeiros são considerados por Waltz como tecnologias defensivas, visto que os armamentos nucleares não são armamentos de guerra, mas de dissuasão. Em contraste, os sistemas de defesa contra mísseis, são, portanto, na concepção “waltziana”, armamentos ofensivos (dado o objetivo potencial de minar o poder dissuasório nuclear adversário). Assim, cabe apontar que, no mundo nuclear, a defesa se confunde com o ataque e, dessa forma, por exemplo, a Iniciativa Estratégica de Defesa (SDI, *Strategic Defense Initiative*) norte-americana, deveria, na visão de Waltz (2013, p. 105), ter sido chamada de Iniciativa Estratégica de Ataque (SOI, *Strategic Offense Initiative*), visto que o “escudo torna a espada utilizável”. Um dos problemas do **mundo nuclear**, na concepção de Waltz (2013, p. 222,

²³O conceito de “armamento absoluto”, pouco desenvolvido por Waltz, foi retirado da obra “*The Absolute Weapon*” (1946), organizada por Bernard Brodie. A explicação do que viria ser o “armamento absoluto” e/ou se ter “poder dissuasório” é dado como algo quase auto-evidente, demasiadamente simplório.

grifo nosso), é que **o ataque sempre irá dominar a defesa** e, assim, qualquer desenvolvimento em sistemas de defesa será seguido por uma multiplicação de ogivas nucleares e de sistemas de entrega por parte de outros países nucleares, bem como pela utilização de vetores “não tradicionais”²⁴ (WALTZ, 2013, p. 105).

Em suma, na visão de Waltz (2013, p. 222), o desenvolvimento de **sistemas de defesa contra mísseis** representa uma grande perda de tempo e de dinheiro ou, ainda, caracteriza-se por ser **irresponsável do ponto de vista orçamentário, inviável em termos de tecnologia e equivocado em termos estratégicos**. Do ponto de vista estratégico, o equívoco gira em torno de três aspectos:

- a) a dissuasão nuclear funciona, isto é, a capacidade de segundo ataque tem tido um importante papel na limitação de conflitos e/ou na reversão de sua escalada;
- b) os sistemas de defesa contra mísseis só seriam realmente testados diante de fogo inimigo, risco que ninguém estaria disposto a correr;
- c) o aumento de gastos em “defesa” (tecnicamente, ataque) por parte de uma potência nuclear prontamente²⁵ levaria as demais potências a investirem em “ataque” (tecnicamente, defesa) (WALTZ, 2008g, p. 248-249; 2008c, p. 287-290).

Dissuasão nuclear não é teoria, segundo Waltz (2013, p. 110). Ao invés disso, políticas dissuasórias derivam da teoria estrutural que, por sua vez, enfatiza que os Estados, inseridos num sistema político internacional, buscam garantir sua segurança da melhor maneira possível. Dissuasão, o autor acrescenta, não se ampara em “racionalidade²⁶”, mas sim em temor/receio/medo. E a melhor forma de se criar medo é por meio de armamentos nucleares. Ademais, e acima de tudo, **dissuasão se ampara**, segundo Waltz (2008c, p. 279; 2013, p. 100), no que um **“pode fazer, e não no que vai fazer”, ou seja, em incerteza. Assim que um país possuir ogivas que podem ser disparadas de lugares de localização incerta, ele**

²⁴Waltz aponta que os armamentos nucleares são pequenos e leves, podendo ser facilmente transportados e escondidos. Além disso, podem ser entregues, por exemplo, por meio de navios cargueiros, aviões ou mísseis de cruzeiro. Para que se implemente uma defesa eficaz, portanto, seria necessário, entre outros fatores, que se estabelecesse um Estado policial, constantemente em alerta (WALTZ, 2008g, p. 248; 2008c, p. 289).

²⁵Na prática, pode-se pensar nos efeitos que as medidas de “defesa” nuclear dos EUA tiveram (ou vêm tendo) sobre a Rússia e a China que, conseqüentemente, terão influência sobre a Índia e o Paquistão. Conferir Waltz (2008g, p. 249) e Wu Riqiang (2013).

²⁶Waltz (2013, p. 110) critica qualquer conceito mais elaborado de racionalidade, dizendo que “apenas um pouquinho de raciocínio levaria a conclusão de que uma ofensiva que desperta retaliação nuclear é uma estratégia claramente absurda”. A intenção de Waltz com esse comentário aparentemente ambíguo (visto que o medo também pode ser enquadrado dentro de uma “lógica racional”) é rebater argumentos de que “*rogue-states*” (leia-se, usando o léxico dos neoconservadores norte-americanos, Irã, Iraque, Coreia do Norte, etc.) possuem não só maior tendência a utilizarem armamentos nucleares, como provavelmente o utilizariam de maneira desenfreada, visto que “ditaduras”, em tempos de crise, são marcadas pela “irracionalidade”. Para Waltz, considerações ligadas ao tipo de governo ou ideologia em pouco (ou nada) alteram considerações estratégicas ligadas à dissuasão nuclear. Cautela e medo, entre outros fatores, possuem caráter universal.

passa a deter uma força de “segundo ataque”, visto que basta que apenas uma parte da força seja invulnerável para que toda força seja invulnerável (WALTZ, 2013, p. 99).

É a partir dessa simplificação de Waltz de que **dissuasão nuclear** baseia-se na construção de medo no oponente e de que isso é **facilmente** alcançável (“basta” ter capacidade de segundo ataque) que a análise começa a se distanciar de tecnocratas norte-americanos e de acadêmicos dos Estudos Estratégicos. Forças dissuasórias, para serem eficazes, precisariam apenas preencher três requisitos:

- a) pelo menos parte da força nuclear de algum Estado precisa **aparentar** ser capaz de sobreviver um ataque e poder retaliar [lançar um ataque próprio];
- b) a sobrevivência dessas forças não deve estar conectada com disparo automático [*early firing*] em resposta ao que pode ser um alarme falso;
- c) comando e controle devem ser preservados/mantidos de forma segura/confiável (não suscetíveis, portanto, a uso não-autorizado ou acidental) (WALTZ, 2013, p. 20; 110; 2008j, p. 267; 2008c, p. 277; 285).

Para Waltz (2008j, p. 267), dado a simplicidade de obtenção e operação de forças de segundo ataque nuclear, há uma “evidente” vantagem de se ter pequenos arsenais nucleares. Por terem, supostamente, a mesma utilidade que os grandes arsenais, isso não apenas representa uma redução de custos, como também uma solução simples para o problema da dicotomia entre se dispersar/espalhar e ao mesmo tempo se esconder, além de questões ligadas a comando e controle. Assim que dois países adquirem forças de segundo ataque, a comparação dessas forças, segundo o autor, perde qualquer sentido, tendo em vista que forças adicionais não promovem segurança adicional (forças de segundo ataque, portanto, devem ser vistas em termos absolutos). A lógica só deixaria de existir caso algum dos lados fosse capaz de lançar um ataque capaz de desarmar o inimigo com alto grau de expectativa de êxito (WALTZ, 2008j, p. 267; 2008c, p. 283-285; 2013, p. 24; 29).

Além de facilmente estabelecida, Waltz (2008c, p. 287) argumenta que dissuasão é algo que pode ser implementado sem muito custo. O argumento de que, para dissuadir, é necessária uma complexa rede de capacidades militares serve apenas, segundo o autor, para manter os orçamentos das forças armadas em níveis extraordinariamente elevados. Assim, na concepção de Waltz (2013, p.98), não importa se o Estado é forte/rico ou fraco/pobre; todos podem **facilmente** implantar/implementar forças de segundo ataque e gerar estabilidade em nível estratégico.

2.3 JOHN MEARSHEIMER – NEORREALISMO OFENSIVO

A obra “*The Tragedy of Great Power Politics*” de John Mearsheimer (2001), apesar de, em certo sentido, tomar Waltz e sua teoria estrutural²⁷ como ponto de partida, propõe, contrariando a lógica “waltziana”, que as grandes potências do Sistema Internacional temem umas às outras e, conseqüentemente, buscam e competem, gradativamente, por mais poder. Assim, apesar da segurança dos Estados continuar a ter grande importância, é apenas por meio de aquisição de mais poder que os Estados podem assegurar sua autopreservação. Enquanto o neorealismo defensivo de Waltz propõe que os Estados procuram manter o *status quo*²⁸ e/ou a balança de poder vigente (baseado na crença de que o balanceamento inibe, naturalmente, os agressores de terem sucesso), o neorealismo ofensivo de Mearsheimer projeta que os Estados tendem a buscar a posição de potência hegemônica (potência dominante).

Poder excessivo, pela concepção waltziana, pode incentivar a formação de uma coalizão de Estados contra o Estado dominante. Mais do que isso, a balança ataque-defesa inclina-se pesadamente para a defesa, no sentido de que a conquista de outros territórios é vista como algo de difícil realização. Mearsheimer, por sua vez, defende que a estrutura do Sistema Internacional cria fortes incentivos para que Estados ganhem poder a custo de rivais, além de tomar proveito de situações em que os benefícios são maiores que os custos. A própria sobrevivência dos Estados exige que estes se portem agressivamente, tendo em vista que o mundo, em sua essência, é pautado pela competição. A competição pelo poder, por sua vez, tem como sua causa primordial, quer no neorealismo defensivo, quer no ofensivo, a estrutura do Sistema Internacional. O que diferencia as duas correntes é a quantidade de poder que os Estados almejam: pela óptica neorrealista defensiva, os Estados não querem muito mais poder do que já possuem; pela óptica neorrealista ofensiva, os Estados querem o máximo de poder possível, tendo a hegemonia global como objetivo final. É importante salientar que **as ameaças são determinadas pelas capacidades ofensivas²⁹ de potenciais rivais, não por suas intenções** (MEARSHEIMER, 2001, p. 19-22; 45; 52). Mais do que isso:

²⁷Mearsheimer (2001) segue o realismo estrutural de Waltz no sentido de enfatizar fatores estruturais como anarquia e distribuição de poder, enquanto outros fatores, do “nível das unidades” [tipo de governo ou ideologia, por exemplo], são excluídos da análise. Ademais, é a estrutura do Sistema Internacional que leva os Estados a agirem de forma agressiva uns com os outros (MEARSHEIMER, 2004, p. 184). Conferir Mendes (2011).

²⁸Ou seja, os Estados preocupam-se com a conservação de sua posição relativa no Sistema Internacional.

²⁹Em Mearsheimer (2001), a diferenciação entre capacidade militar defensiva e ofensiva ou é mínima ou inexistente. Ou seja, em termos práticos, diferentemente do discurso, todos os países possuem capacidades militares ofensivas.

- a) é preciso ter cuidado com as capacidades atuais e futuras de Estados rivais;
- b) a única maneira de eliminar qualquer possibilidade de ser desafiado por outra grande potência é por meio da obtenção de hegemonia (DINIZ, 2006, p. 508).

Assim como foi o caso na teoria waltziana, são as grandes potências (países com maiores capacidades/recursos) que recebem maior atenção na teoria de Mearsheimer, dentre outros motivos, pelo fato de exercerem maior influência nas decisões e ações dos demais Estados. Mearsheimer, contudo, procura estabelecer um *link* entre o status de “grande potência” e sua respectiva capacidade militar relativa. Para que um país ingresse no “ranking dos países mais importantes”, precisa ser capaz de se envolver numa guerra de atrito com a potência dominante, deixando-a, no mínimo, seriamente enfraquecida (MEARSHEIMER, 2001, p. 5).

Dado a estrutura do Sistema Internacional (dentre outras características, anárquico; integrado por Estados com capacidade militar ofensiva e; cujo grau de incerteza – medo – de ações de Estados alheios se faz presente), a política internacional sempre foi, nas palavras de Mearsheimer (2001, p. 2, tradução nossa), um “empreendimento impiedoso e arriscado.” As grandes potências, de acordo com essa lógica, primam pelo ataque e têm por objetivo final alcançar a hegemonia global. O conceito de hegemonia utilizado por Mearsheimer (2001) implica a dominação total do sistema, isto é, a busca pelo “posto de única grande potência do sistema³⁰”. A hegemonia mundial, contudo, conforme se verá adiante, não é alcançável. Isso se dá “por considerações táticas, estratégicas e logísticas relacionadas às possibilidades de emprego de força militar” (Mendes, 2011, p. 10), relacionadas ao efeito/poder paralisante da água, à supremacia do poder terrestre e a improbabilidade de um Estado ter superioridade nuclear. Dessa forma, o grande objetivo dos Estados passa a ser o de dominar sua respectiva região.

Assim, é preciso enfatizar, desde já, que, na concepção de Mearsheimer, nunca houve (e provavelmente nunca haverá) uma potência hegemônica global, apenas potências hegemônicas regionais. O Reino Unido do século XIX, por exemplo, sequer se caracteriza, na concepção de Mearsheimer (2001, p. 40, tradução nossa), como uma potência hegemônica regional, tendo em vista que o Reino Unido não dominou a Áustria, França, Prússia e Rússia “de qualquer maneira expressiva/relevante”. Os EUA, por sua vez, são tidos como a potência hegemônica do hemisfério Ocidental e, mais do que isso, como a única potência hegemônica regional que já existiu na história moderna. Tendo alcançado essa condição ou *status*, a tarefa

³⁰A ênfase recai em aspectos militares/securitários [no domínio militar].

dos EUA se resume, basicamente, em evitar que novas potências hegemônicas regionais se formem,³¹ evitando, no longo prazo, que o relativo domínio norte-americano (visto que os EUA não são uma potência hegemônica global)³² seja contestado. Diante da impossibilidade de se alcançar a hegemonia global, o mundo está fadado a uma competição perpétua entre as grandes potências, cujos “padrões gerais de comportamento” podem ser resumidos em três fatores: medo, autoajuda e maximização de poder (MEARSHEIMER, 2001, p. 2-3; 30-32; 40-41; 2004; DINIZ, 2006, p. 511-512).

A percepção/intensidade de medo entre os Estados é influenciada, por sua vez, basicamente de três maneiras:

- a) pela posse de algum armamento capaz de gerar grande destruição em curto período de tempo [de preferência, forças nucleares de segundo ataque];
- b) pelo isolamento de outras grandes potências por grandes massas de água e;
- c) pela distribuição/geometria/assimetria de poder entre os Estados no Sistema Internacional (MEARSHEIMER, 2001, p.43-44; 2004, p.188-189; 1990-1991).

No que diz respeito ao segundo item (as grandes massas de água), o autor desenvolve o conceito de “efeito/poder paralisante da água”, uma importante inovação em relação à teoria de Waltz. As grandes massas de água diminuem/enfraquecem o poder ofensivo de exércitos adversários ou, ainda, sua respectiva capacidade de projeção de poder de forças terrestres (MEARSHEIMER, 2001, p. 83; 114; 2004, p. 185-188) de tal forma que, dado outros fatores como a primazia do poder terrestre, a dominação do mundo torna-se praticamente impossível por “meios convencionais”.

É interessante apontar que, se por um lado, a industrialização da guerra tornou possível a realização de invasões anfíbias em larga escala, por outro lado, contra um oponente bem armado, tal ação permaneceu uma tarefa difícil de ser concretizada. O desenvolvimento de ferrovias (e posteriormente de estradas asfaltadas), aviões, submarinos e minas navais, por exemplo, aumentaram a dificuldade de se chegar à costa inimiga (MEARSHEIMER, 2001, p.

³¹Dessa forma, os EUA atuam como um “*offshore balancer*”, isto é, como um balanceador “externo”, algo característico de potências hegemônicas regionais que estão separadas de outras grandes potências por grandes massas de água. Nas palavras de Diniz (2006, p. 515-516), um *offshore balancer* “deve manter-se mais ou menos afastado das disputas no interior do equilíbrio de poder regionais, deixando que as próprias dinâmicas competitivas regionais impeçam o surgimento de potências hegemônicas regionais”, interferindo apenas quando for absolutamente necessário.

³²Conferir Diniz (2006; 2007), especialmente no que tange à discussão teórica sobre unipolaridade e hegemonia. Segundo o autor, a equivalência dos dois termos em Mearsheimer (2001) é equivocada, dado a tensão que se estabelece entre a prática [a caracterização da política internacional contemporânea] e a teoria [conforme se verá ao longo do texto, de uma configuração multipolar desequilibrada]. A solução [ou, pelo menos, provocação intelectual] de Diniz é apontar para a identificação de uma balança de poder global unipolar, tendo em vista, entre outros fatores, que o conceito de unipolaridade desenvolvido por Wohlforth (1999) é completamente distinto do conceito de hegemonia de Mearsheimer (2001) (DINIZ, 2007, p. 99; 106, nota 5).

116). Mendes (2011, p.10), ao se referir ao fenômeno, fala em “extraordinário constrangimento” que grandes massas de água colocam sobre capacidade de projeção de força dos Estados. Já Diniz (2006, p. 510) acrescenta que, diante de “grandes massas de água, a projeção de poder torna-se desproporcionalmente difícil comparada à de levar a mesma quantidade de forças para combater em território contíguo”. Mais do que isso, Diniz (2006, 510) aponta que às grandes massas de água poderiam ser acrescentadas “cordilheiras, grandes florestas, enormes desertos, grandes áreas permanentemente cobertas de gelo”, embora nenhum destes fosse “tão ubíquo/onipresente e complicador quando a transposição de grandes massas de água” (DINIZ, 2006, p. 510; 2007, p. 81). Em síntese, o efeito parador da água está relacionado aos altos custos e dificuldades logísticas (proteção, inclusive) de toda operação³³.

Disso se depreende importantes avanços teóricos e práticos³⁴, ligados principalmente ao resgate (em comparação com Waltz) do papel da geografia, bem como da separação entre balanças de poder regionais da balança de poder global. Tendo em vista que o efeito parador da água impede que um Estado se transforme numa potência hegemônica global, a melhor maneira de um Estado garantir sua segurança é atingir o “posto” de potência hegemônica regional, tornando-se, a partir de então, uma potência satisfeita, ou seja, um *status quo* power. Isso ajuda a entender por que Estados adotam a “estratégia³⁵” de *bandwagoning* com grandes **potências extra-regionais**, apesar de ser, conforme se verá adiante, uma “estratégia” *a priori* de países fracos. Assim, a preocupação com a balança de poder global, pela lógica da teoria “mearsheimeriana”, não deve sobrepujar a balança de poder regional (MEARSHEIMER, 2001; DINIZ, 2006; 2007).

Particularmente importante para o presente trabalho é que, na era nuclear, ter capacidade dissuasória nuclear capaz de sobreviver um primeiro ataque/golpe, juntamente com a constituição de uma “formidável força convencional”, tornaram-se pré-requisitos para qualquer Estado que almeje alcançar o status de grande potência. Mearsheimer (2001, p. 5, grifo nosso, tradução nossa) é enfático: “**caso** um Estado conseguisse obter **superioridade nuclear**³⁶ em relação a todos os seus rivais, o que é **pouco provável**, esse Estado seria tão

³³ Dentre outros problemas, Diniz (2007, p. 82) aponta que o “desembarque das forças no território inimigo a partir do mar põe a força invasora em enorme perigo por tempo demais, implicando uma quantidade enorme de baixas toda vez que elas vierem a desembarcar sob oposição.”

³⁴ Conferir Diniz (2006; 2007) e Snyder (2002).

³⁵ Em Mearsheimer (2001), estratégia deve ser entendida como “cursos de ação que os Estados podem adotar para **umentar** seu poder; [...] **conter um agressor**; [...] [ou] **diminuir** o poder de um Estado relativamente a outro (DINIZ, 2007, p. 86, grifo do autor).

³⁶ Superioridade nuclear é atingida quando um Estado pode fazer uso de seu arsenal nuclear sem temer uma retaliação da mesma natureza [...] A superioridade pode ser atingida por meio da capacidade de lançamento de um primeiro ataque devastador contraforça ou pela construção de um sistema de defesa. Nesse mundo, um

poderoso que acabaria sendo a **única grande potência no sistema**". Na eventualidade de surgir um *hegemon* nuclear, algo que o autor considera, assim como a hegemonia global, virtualmente impossível de se alcançar, o equilíbrio convencional de forças se tornaria, em grande parte, irrelevante (MEARSHEIMER, 2001, p. 5; 40-42).

Apesar da improbabilidade ou impossibilidade de se alcançar o posto de *hegemon* global por meio da superioridade nuclear, os registros históricos apresentados por Mearsheimer (2001) demonstram que as grandes potências têm, sim, esse objetivo ou, pelo menos, trabalham com afinco para evitar que o oponente/rival não alcance tal objetivo. Caso contrário, não haveria, entre outros fatores, uma contínua corrida de armamentos no campo nuclear. Excetuando a inalcançável hegemonia global, as grandes potências, segundo Mearsheimer (2001, p. 140-147), possuem quatro objetivos básicos:

- a) ser o único *hegemon* regional;
- b) ter o máximo possível da riqueza global sob seu controle;
- c) dominar a balança de poder terrestre, visto que essa é a melhor maneira de maximizar seu poderio militar e ;
- d) ter superioridade/primazia nuclear sobre seus rivais.

Para Mearsheimer (2001, p. 60), assim como para Waltz, poder não deve ser confundido com resultados políticos. Enquanto poder é um meio, os resultados políticos são fins. **Poder**, para Mearsheimer (2001, p. 12; 55, tradução nossa, grifo nosso), **funciona como "a moeda corrente da política das grandes potências"** e, mais do que isso, pode ser definido, na política internacional, como um **"produto das forças militares que um Estado possui"**. Ademais, poder, de acordo com Mearsheimer (2001, p. 43), se subdivide em poder potencial (ou poder latente) e poder concreto. Enquanto o poder potencial é composto por fatores como população e nível de riqueza³⁷ (tidos como os principais *building blocks* de poder militar), o poder concreto é composto pelo exército e pelas forças de apoio navais e aéreas. Os exércitos, mesmo na era nuclear, possuem um papel central, visto que apenas eles podem efetivamente conquistar e controlar territórios. **A balança de poder, assim, assemelha-se, em muitos aspectos, à balança de poder militar** (MEARSHEIMER, 2001, p.

Estado teria capacidade de dominar qualquer Estado do planeta mediante o uso ou ameaça de uso de seu arsenal nuclear, sem temer uma retaliação (MENDES, 2011, p. 10-11; 18, nota vii).

³⁷O conceito de riqueza, por sua vez, ramifica-se em riqueza absoluta e riqueza mobilizável. É a riqueza mobilizável, compreendida como recursos econômicos a disposição para serem gastos com defesa e/ou para constituição de forças militares, que efetivamente importa. Ou seja, para que um Estado se credencie como uma grande potência não basta que ele seja rico. É necessário saber/poder converter isso em poderio militar. Isso depende, por exemplo, de elementos tecnológicos [sofisticação tecnológica], de *know-how* (conhecimento), de eficiência industrial e de escolhas tomadas em relação ao tipo de força militar que se quer constituir (MEARSHEIMER, 2001, p. 61-65; 76).

43; 55-56, grifo nosso; 2004, p. 188). Embora o autor não entre em detalhe, fatores não-materiais, como estratégia, inteligência, vontade política, clima, doenças, também são importantes, além de poderem influenciar os rumos no campo de batalha (MEARSHEIMER, 2001, p. 57).

Apesar da ressalva de que cálculos de poder não determinam, de forma exclusiva³⁸, os vencedores de determinado conflito, as grandes potências parecem ter uma inclinação natural para agirem agressivamente diante de potências relativamente mais fracas. O inverso, aponta o autor, também é verdadeiro. O objetivo dos Estados mais fracos é justamente evitar que a balança de poder se incline ainda mais favoravelmente ao Estado mais forte. Se é verdade, como apontam os realistas defensivos, que determinados fatores sistêmicos inibem o ato de agressão (por meio de uma coalizão balanceadora de Estados ameaçados, por exemplo), Mearsheimer, baseando-se em dados empíricos [registro histórico], chega à conclusão de que, a existência de forças que restringem o ímpeto de atacar foi, em grande medida, um exagero³⁹ por parte dos neorealistas defensivos. Mais do que isso, potências conservadoras são raras de se encontrar no Sistema Internacional e os Estados poderosos geralmente anseiam pela hegemonia regional⁴⁰ (MEARSHEIMER, 2001, p. 34-39; 160).

Os Estados, em suma, competem para conseguir o máximo de poder possível e para impedir que outros Estados alterem o *status quo* de forma desfavorável. Há basicamente dois caminhos para alterar a balança de poder: por meio da guerra e pela ameaça do uso de força. A intimidação e as ameaças coercitivas são preferíveis ao uso concreto da força, mas dificilmente são capazes de alterar significativamente a balança de poder, tendo mais eficácia, geralmente, contra Estados mais fracos que não possuem uma grande potência como aliado. As duas principais estratégias⁴¹ para manter a distribuição de poder ao se enfrentar um rival perigoso, por sua vez, se resumem no balanceamento e na transferência de responsabilidade [*buck-passing*] (MEARSHEIMER, 2001, p. 12-13; 55; 83; 138-139; 152).

Há, aqui, um distanciamento dos pressupostos defendidos pela teoria de Waltz. Se para Waltz os Estados ameaçados podem recorrer a estratégias de balanceamento ou de

³⁸Há também questões, por exemplo, de estratégia e “informação imperfeita” que tornam impossível prever a performance no campo de batalha (MEARSHEIMER, 2001, p. 34; 37-38)

³⁹Mearsheimer (2001, p. 39) aponta que das “63 guerras” que existiram entre 1815-1980, 39 foram vencidas pelo país que iniciou o conflito.

⁴⁰Essa lógica é exemplificada pela atuação do Japão, da Alemanha e da União Soviética no Sistema Internacional ao longo do século XX. Os EUA e o Reino Unido, por sua vez, também vão ao encontro dessa lógica, desde que se leve em conta o efeito paralisante da água (MEARSHEIMER, 2001, p. 169-170).

⁴¹Mearsheimer (2001) aponta para a existência de outras estratégias como *bait and bleed*, *bloodletting*, que na presente análise não serão levadas em consideração. Para uma versão resumida das “estratégias”, conferir Diniz (2007, p. 86-92).

bandwagoning, Mearsheimer não acredita que essa última opção seja muito produtiva. Afinal, o Estado agressor ganharia mais poder às custas do Estado ameaçado. As duas principais alternativas, portanto, são balancear e transferir a responsabilidade [*pass the buck*], sendo que esta é sempre preferível àquela. O balanceamento ocorre quando Estados ameaçados se comprometem a conter um perigoso oponente. A estratégia de transferência de responsabilidade [*buck-passing*], por sua vez, implica tentar envolver outra grande potência (que se torna o *buck-catcher*) na tarefa de contenção do Estado rival (MEARSHEIMER, 2001, p. 139-140; DINIZ, 2007, p. 88-90).

Com o balanceamento, a grande potência assume responsabilidade direta por prevenir que um agressor altere a balança de poder vigente. Um *buck-passer*, por sua vez, repassa a responsabilidade de travar um adversário para um terceiro Estado, mantendo-se às margens do conflito o máximo que puder. Assim, é evidente que a estratégia de *buck-passing* é preferível ao balanceamento, visto que os custos e riscos são inerentemente menores (MEARSHEIMER, 2001, p. 156-160). *Bandwagoning*⁴², por sua vez, juntamente com apaziguamento⁴³, são estratégias que, na visão de Mearsheimer (2001, p. 161-162), devem ser evitadas. O motivo é que essas duas estratégias estão pautadas na concessão de poder para um Estado agressor, violando a lógica do balanceamento de poder e aumentando os perigos dos Estados que a adotam. Em síntese, é uma estratégia de países fracos e isolados, ou de potências menores⁴⁴.

A **empreitada por mais poder no Sistema Internacional encerra-se**, segundo Mearsheimer (2001, p.34), apenas quando a **hegemonia global é alcançada**, isto é, quando o sistema é completamente dominado. Em parte, o autor explica, isso se dá pelo fato de ser difícil prever quanto de poder é necessário para enfrentar dificuldades no tempo presente e no futuro. Ademais, toda essa problemática é exacerbada pelo **dilema da segurança**. Ou seja, pela lógica de que certas medidas tomadas por um Estado para aumentar sua respectiva segurança pode gerar efeitos colaterais indesejados. Em outras palavras, a aquisição de armamentos e/ou o incremento/fortalecimento das forças armadas de determinado país, por exemplo, pode diminuir a percepção de segurança dos Estados vizinhos, cujas reações podem dar início a um círculo vicioso de segurança e de acumulação de poder (MEARSHEIMER, 2001, p. 34-36).

⁴²*Bandwagoning* deve ser entendido pela junção de “forças com um oponente mais poderoso, admitindo que esse novo e formidável parceiro obterá uma parcela desproporcional do que conquistarem juntos” (DINIZ, 2007, p. 91).

⁴³Segundo Diniz (2007, p. 91-92, grifo do autor), apaziguamento na teoria de Mearsheimer (2001) significa “**premiar** o comportamento agressivo e mostrar fraqueza de vontade ou de recursos, **estimulando a agressão** em vez de desestimulá-la.”

⁴⁴Conforme destacado anteriormente (página 30), o *bandwagoning* pode ser adotado por grandes potências com outra potência extrarregional, dado que a balança de poder regional tem preferência sobre a global.

Em relação à polaridade do Sistema Internacional, Mearsheimer segue o postulado, também defendido por Waltz, de que o sistema bipolar é, em função de uma “sólida balança de poder”, o sistema que produz menor quantidade de medo/temor entre as grandes potências. Ademais, o sistema bipolar é muito menos propenso a guerra do que o sistema multipolar. O sistema bipolar é mais pacífico do que o multipolar por três motivos (MEARSHEIMER, 1990a, p. 14-15):

- a) o número de potenciais díades de conflito é menor, diminuindo as possibilidades de guerra;
- b) dissuasão é mais fácil de ser alcançada porque os desequilíbrios de poder são menores e mais facilmente evitados;
- c) as possibilidades de dissuasão são maiores, porque são menores e menos prováveis os equívocos de avaliação em relação ao poder relativo e à determinação política do oponente.

Mearsheimer, no entanto, diferencia-se de Waltz ao subdividir o sistema multipolar em dois tipos: segundo ele, existe a multipolaridade equilibrada e desequilibrada que, entre outros aspectos, opera não apenas em nível global, como também regional. A multipolaridade desequilibrada é o sistema mais perigoso que se pode ter e é caracterizado pela presença de um *hegemon* em potencial (MEARSHEIMER, 2001, p. 1; 5; 44-45; 338).

A multipolaridade desequilibrada deve ser entendida pelo aparecimento de um *hegemon* em potencial, isto é, de uma potência com consideráveis vantagens de poder sobre rivais, capaz de dominar e controlar todas as demais grandes potências do mundo. Por definição, deve ter excelentes chances de derrotar todos os oponentes sozinha ou boas chances de derrotar alguns deles em conjunto. Naturalmente, esse Estado tende a se portar de forma mais agressiva. Isso se dá por dois motivos:

- a) pelo fato dela ter capacidade de fazer isso e;
- b) por ter incentivos [estruturais] para tomar essa ação, ou seja, pelo fato da hegemonia regional ser a melhor forma de garantir sua respectiva segurança, esse “posto” deve ser buscado (MEARSHEIMER, 2001, p. 37; 44-45; 335; 344-346).

No contexto nuclear, a guerra entre grandes potências, apesar da pouca probabilidade, não pode ser descartada. É interessante destacar que, mesmo na era nuclear, as grandes potências seguem competindo (às vezes de forma intensa) por segurança (MEARSHEIMER, 2001, p. 84). Aqui cabe uma distinção importante entre as visões de Waltz e de Mearsheimer. Enquanto Waltz vê o incremento e/ou modernização das forças nucleares como falta de clareza estratégica [*fuzzy thinking*] ou resultado de uma política burocrática ou de uma política

interna desajustada, Mearsheimer considera isso completamente coerente com a sua teoria. Afinal, os Estados competem acirradamente por poder. Além do mais, enquanto não se atingir a supremacia nuclear (algo, atualmente e no futuro próximo restrito ao “mundo teórico”), a balança de poder nuclear não exercerá grande influência na determinação do poder relativo (MEARSHEIMER, 2001, p. 84; 230).

O armamento nuclear, nesse sentido, serve como uma ferramenta **quase** que exclusivamente dissuasória. O poder terrestre, dessa forma, não perdeu, na era nuclear, o seu papel central. Esse papel central, por sua vez, está conectado ao fato de que apenas as forças terrestres têm condições de conquistar e controlar território, algo que, no mundo westfaliano [mundo de Estados territoriais], se configura como o mais alto objetivo político a ser alcançado. Somente o poder terrestre pode vencer uma grande guerra de forma independente. As forças navais e aéreas até podem atuar de forma isolada (por meio de bloqueio naval e de bombardeamento estratégico, por exemplo), mas dificilmente terão qualquer sucesso na tentativa de coagir o adversário a se render antes que exércitos entrem em choque (MEARSHEIMER, 2001, p. 86; 106).

A revolução nuclear, segundo Mearsheimer (2001, p. 128), deve ser entendida, basicamente, pela criação de um armamento capaz de gerar muita destruição em pouco tempo. Conforme já relatado, no improvável caso de uma grande potência atingir superioridade nuclear, ela se torna *hegemon* do sistema (dando fim, portanto, à competição por segurança e tornando as forças convencionais irrelevantes). Num cenário mais realista, em que duas ou mais grandes potências possuem forças retaliatórias com possibilidade de sobrevivência a um primeiro ataque [*survivable retaliatory forces*], a competição por segurança continuará sendo relevante e o poder terrestre continuará a ser elemento-chave do poder militar. O que o armamento nuclear faz, portanto, é levar os Estados nucleares a ter maior cautela antes de entrar em qualquer tipo de conflito militar contra outros Estados detentores de armamentos nucleares, visto que os custos e riscos de ir para a guerra são claramente elevados (MEARSHEIMER, 2001, p. 128-129; 1990a; 1990b).

Dispositivos nucleares, ademais, promovem a paz na medida em que empurram as relações de poder entre os Estados na direção de um ponto de equilíbrio. Assim, armamentos nucleares possuem “efeito pacificador”, gerando cautela, provendo segurança, impondo igualdade entre os Estados (MEARSHEIMER, 1990b). Dado o horror associado com seu uso, o armamento nuclear é tido como o “dissuasor máximo” [*ultimate deterrent*]. Contudo, não se deve perder de vista que dissuasão, em sua raiz, envolve considerações políticas e militares. Assim, os tomadores de decisão precisam avaliar se os riscos militares e os custos de se entrar

numa guerra se justificam diante dos resultados políticos que se têm em vista, ainda que, dado os perigos associados a qualquer conflito nuclear, seja extremamente difícil imaginar que alguém consiga atingir objetivos políticos promovendo tal guerra (MEARSHEIMER, 1984-5. p. 20-22).

Superioridade nuclear não é meramente uma questão de assimetria numérica, mas sim, de se ter a capacidade de destruir, em um só golpe, o arsenal nuclear inimigo (“*splendid first strike*”/ “*disarming first strike*”⁴⁵), isto é, da ter a capacidade de neutralizar as forças nucleares inimigas. Em outras palavras, trata-se da capacidade de destruir a sociedade (ataque contra-valor) ou as forças convencionais (ataque contra-força) do Estado adversário sem o medo de que ocorra uma punição maciça contra sua sociedade. A superioridade nuclear também pode ser alcançada por meio de um sistema de defesa contra ataques nucleares (MEARSHEIMER, 2001, p. 129-130). É importante salientar que caso um país alcançasse superioridade nuclear, ele não precisaria necessariamente fazer uso de seu arsenal. A ameaça do uso da força também é uma possibilidade que não deve ser descartada, ou seja, existe a possibilidade de ocorrer o que se poderia chamar de “guerra nuclear virtual”.

Mearsheimer (2001), apesar de não desenvolver o tópico do que vem a ser capacidade nuclear em sua forma plena, aparenta, pelo menos, desenvolver o tema de uma forma um pouco mais avançada que Waltz. Se é verdade que os EUA tiveram um monopólio de armamentos nucleares entre 1945 a 1949, por exemplo, também é verdade, na concepção de Mearsheimer (2001, p. 130), que eles jamais tiveram superioridade/hegemonia/primazia nuclear de alguma forma significativa⁴⁶. Isso se dá pelo fato do arsenal norte-americano ser demasiadamente pequeno/reduzido, além de não terem os meios de entrega adequados/eficazes. A opacidade do tema, contudo, torna-se problemático quando Mearsheimer (2001, p. 131) sugere que em um mundo de destruição mútua assegurada (mundo MAD/*mutually assured destruction world*)⁴⁷, uma relação altamente estável se estabelece em nível nuclear, visto que não haveria qualquer incentivo para que tivesse início uma guerra nuclear que ninguém consegue vencer.

Para neorrealistas defensivos, como Waltz, após o estabelecimento de um mundo MAD, as grandes potências tornam-se potências conservadoras em nível nuclear. Assim,

⁴⁵Conceito desenvolvido, entre outros autores, por Herman Kahn e replicado por Mearsheimer (2001, p.129-130).

⁴⁶Por mais que os EUA tenham procurado desenvolver uma capacidade de primeiro ataque ao longo da década de 1950, no começo da década de 1960 já estava claro que o rápido crescimento e a diversificação do arsenal soviético (afora melhorias qualitativas) inviabilizaria qualquer primeiro ataque contra-força nuclear (MEARSHEIMER, 2001, p. 226-227).

⁴⁷Mundo em que Estados rivais possuem a capacidade de destruir um ao outro como sociedades funcionais, isto é, ambos os Estados possuem capacidade de segundo ataque nuclear (MEARSHEIMER, 2001, p. 171; 224).

munir-se de armas com capacidade contra-força ou estabelecer sistemas defensivos que possam neutralizar a capacidade retaliatória do oponente são contraproducentes e solapam /fazem ruir essa realidade do mundo *MAD*. Já para os neorrealistas ofensivos, como Mearsheimer, as potências não vão simplesmente aceitar *MAD*, mas vão procurar alcançar superioridade nuclear sobre os concorrentes (MEARSHEIMER, 2001, p. 171; 224). Mearsheimer (2001), utilizando-se de dados empíricos [“registro histórico”], acredita que a dinâmica estabelecida ao longo da Guerra Fria entre as duas superpotências nem de longe seguiram o modelo neorrealista defensivo. Disso, importa depreender que:

- a) ocorreu uma intensa competição securitária entre os EUA e a URSS ao longo da Guerra Fria, tanto em âmbito convencional, quanto nuclear (representando 25% dos gastos com defesa ao longo do conflito bipolar) (MEARSHEIMER, 2001, p.132);
- b) apesar da dificuldade, as grandes potências vão procurar obter superioridade nuclear sobre os rivais por causa dos grandes benefícios que pensam poder derivar daí ou para, pelo menos, evitar que o outro lado alcance uma vantagem unilateral (MEARSHEIMER, 2001, p. 146-147; 224-225; 232).

Sobre as perspectivas de guerra convencional entre potências nuclearmente armadas, Mearsheimer (2001, p. 131-132) parte para dois extremos teóricos:

- a) há uma escola, amparada, entre outros elementos, no “paradoxo da estabilidade-instabilidade⁴⁸”, que defende que, diante da improbabilidade de utilização do armamento nuclear, as potências nucleares podem guerrear como se essas armas não existissem⁴⁹ e;
- b) outra escola⁵⁰ que defende que, num mundo *MAD*, as potências nucleares não precisam se preocupar com o balanço das forças convencionais, visto que a escalada para níveis nucleares é tida como certa e automática, isto é, as grandes potências enxergam a guerra (convencional e nuclear) como parte de uma teia contínua e que, portanto, não há como diferenciar os dois tipos de conflito.

No meio dessas duas escolas, há, nas palavras de Mearsheimer (2001, p. 131, tradução nossa), “um grupo de excelentes pesquisadores que entende que existe alguma possibilidade de que uma guerra convencional tenha uma escalada e se transforme em guerra nuclear”. Este

⁴⁸Resumidamente, o paradoxo da estabilidade-instabilidade pode ser entendido como a ideia de que a estabilidade nuclear não impede que uma instabilidade no nível convencional se materialize. O estabelecimento de “estabilidade nuclear”, por sua vez, conforme se argumentará no capítulo posterior, é o que, entre outros elementos, precisa ser melhor compreendido e explorado (seja a nível teórico/conceitual, seja a nível prático/estratégico).

⁴⁹Em relação a esse ponto, Mearsheimer (2001, p. 131) cita Robert McNamara e a ideia de que os armamentos nucleares meramente servem para dissuadir o uso de armamentos nucleares adversários.

⁵⁰Robert Jervis é tido por Mearsheimer (2001) como o mais articulado defensor dessa perspectiva.

ponto, porém, não é aprofundado e o autor meramente escreve uma nota de rodapé, recomendando a leitura de autores como Bruce Blair e Scott Sagan (sobre escalada nuclear acidental), Barry Posen (escalada nuclear não-intencionada/inadvertente), Herman Kahn e Thomas Schelling (escalada nuclear intencional).

Em termos práticos, Mearsheimer (2001) desenvolve um interessante trabalho sobre o papel do dispositivo nuclear no continente europeu. A relativa ausência de guerra na Europa desde 1945⁵¹, segundo o autor, deu-se, basicamente, por três motivos:

- a) pela distribuição bipolar de poder militar no continente (EUA e URSS);
- b) pelo “sólido equilíbrio militar” entre dois polos na Europa e;
- c) pela presença de dispositivos nucleares, **uma poderosa força de paz** (MEARSHEIMER, 2001, p. 358; 1990a, p. 6-7).

O armamento nuclear, ademais: age como um impressionante dissuasor, gerando cautela entre os estadistas (MEARSHEIMER, 1990a, p. 20; 28). A paz no continente europeu, caso houvesse a retirada de dispositivos nucleares, passaria a depender do número de polos e da distribuição de poder entre eles (MEARSHEIMER, 1990a).

No contexto do fim da Guerra Fria, Mearsheimer (1990a, p. 37) explicitamente defendeu uma controlada ou bem administrada proliferação no continente europeu, tendo em vista que essa era a melhor esperança para manter estabilidade no continente⁵², embora o autor reconheça a dificuldade das potências nucleares aderirem a esse processo. Uma proliferação descontrolada ou não bem administrada, por sua vez, possui, basicamente, quatro graves problemas:

- a) a insuficiência de recursos capaz de criar uma força nuclear invulnerável pode gerar incentivos e temores ligados a um primeiro ataque nuclear [incentivo a ataques preventivos ou preemptivos];
- b) mesmo após a proliferação, é possível que não surja uma competição nuclear estável entre os novos Estados nucleares [problemas relacionados à segurança e sobrevivência das forças nucleares ou à problemas de dispersão (territórios pequenos, próximos de adversários ou sem acesso ao mar)];

⁵¹Contra os 50 milhões de europeus que morreram na guerra, entre 1900 e 1945, apenas 15.000 foram mortos em conflitos de menor escala na era nuclear (MEARSHEIMER, 1993, p. 57).

⁵²Não cabe entrar em maiores detalhes, mas tendo em vista que o fim da Guerra Fria parecia apontar o afastamento da URSS e dos EUA [pela OTAN] do continente europeu, Mearsheimer (1990a; 1990b; 1993) procurou investigar a respeito da melhor forma de manter a existente estabilidade no continente europeu. Em grande parte, isso se deu pela previsão de que haveria a passagem de uma configuração de poder regional bipolar para uma multipolar que, conforme apresentado no presente trabalho, é muito mais suscetível a conflitos.

- c) existe a possibilidade de que as elites e populações dos Estados europeus com capacidade nuclear emergente não desenvolvam rapidamente doutrinas e atitudes que reflitam uma compreensão das consequências devastadoras de uma guerra nuclear que, basicamente, não terá um vencedor;
- d) uma ampla proliferação aumentaria o “número de dedos colocados no gatilho atômico”, o que, por sua vez, poderia aumentar a probabilidade de que um armamento nuclear fosse detonado de forma acidental, por uso não autorizado, atividade terrorista, ou processo decisório marcado por irracionalidade (MEARSHEIMER, 1990a, p. 37-8).

Embora o próprio autor reconheça a improbabilidade das já estabelecidas potências nucleares contribuírem para uma proliferação bem administrada⁵³, Mearsheimer (1990a, p. 38) acredita que essa seja a melhor forma de reduzir os perigos destacados no parágrafo anterior. Assim, as potências nucleares deveriam ajudar a deter ataques preventivos contra Estados nucleares emergentes através de extensão de garantias securitárias, além de promover assistência técnica para que esses países possam ter assegurada a sua capacidade de dissuasão. De modo geral, Mearsheimer vê a proliferação de dispositivos nucleares como algo positivo, embora ele mesmo ressalte que isso não necessariamente traga paz. Em síntese, países com uma ampla base econômica (como a Alemanha⁵⁴) seriam os melhores candidatos a uma nuclearização no continente europeu. Uma proliferação desenfreada, por sua vez, mesmo que bem gerenciada, pode ser perigosa, na medida em que, conforme destacado em parágrafo anterior, traz consigo um quadro em que se tem “mais dedos colocados no gatilho atômico”. Pior ainda é que, tendo em vista a baixa probabilidade das potências nucleares gerenciarem uma proliferação controlada em tempo de paz, porque se esforçam por impedir que ocorra essa proliferação, o mais provável é que os Estados nucleares emergentes queiram se armar em tempos de crise ou condições internacionais adversas, o que, por sua vez, é muito mais perigoso (MEARSHEIMER, 1990a, p. 38-40; 1990b).

2.4 CONCLUSÃO PARCIAL

Tendo, pois, apresentado as principais diretrizes teóricas da corrente neorrealista, aqui representada pelos trabalhos de Kenneth Waltz e John Mearsheimer, cabe agora fazer uma avaliação do que vem sendo discutido, “preparando terreno” para o próximo capítulo

⁵³Não só por, possivelmente, ruir a legitimidade do TNP, como também por envolver a transferência de poder militar para outros Estados.

⁵⁴Mearsheimer (1993) argumenta também em favor da nuclearização da Ucrânia.

dedicado aos Estudos Estratégicos. Parte desta seção é dedicada a algumas ideias desenvolvidas por Stephen Biddle (2004), na obra “*Military Power: explaining victory and defeat in modern battle*”.

Fica claro que as teorias neorrealistas, de maneira geral, não entram em detalhes sobre o que vem a ser dissuasão ou capacidade nuclear e quais são as implicações disso para uma análise sistêmica (abordando, por exemplo, quem pode se enquadrar como uma potência nuclear). Afora aspectos materiais e quantitativos (número de ogivas e de sistemas de entrega, por exemplo), há muitos elementos qualitativos e o que se pode chamar de logísticos que ficam de fora, envolvendo desde o alcance de mísseis, por exemplo, **até a efetiva capacidade de reação de cada Estado.**

Quanto a Waltz, pode-se afirmar que o autor parte, de certa forma, diretamente para uma discussão sobre estabilidade nuclear, não tratando da questão de dissuasão nuclear. Isto é, Waltz não lida com a questão de se ter capacidade adequada de ataque de cada lado. Waltz parece rejeitar a noção de que se trata de uma dinâmica sistêmica, ou seja, de se tratar de uma questão relacional de como dois países interagem um com o outro. O que importa, em suma, é ter capacidade de segundo ataque, algo supostamente fácil de ser alcançado e disponível para todos os países (independente do contexto regional e internacional em que os países estão inseridos). Se a discussão se restringisse apenas a sistemas de entrega, já ficaria evidente que o ponto de vista de Waltz é inadequado. Mas, além disto, é preciso levar em conta toda a relação dinâmica existente, envolvendo tecnologias, informação, fatores psicológicos, risco de escalada, etc. A questão vai muito além de volume; envolve prontidão, precisão e equilíbrio constante de capacidades.

Mearsheimer, por sua vez, traz uma série de avanços teóricos em relação à Waltz⁵⁵, inclusive em âmbito nuclear, embora os argumentos ainda sejam incompletos. Mearsheimer (1990a; 1990b; 1993; 2001) vez que outra contrasta argumentos fortes e impactantes [por exemplo, os “efeitos pacificadores dos dispositivos nucleares”] com ressalvas que praticamente anulam a afirmação anterior [por exemplo, “nem sempre proliferação traz a paz”]. Além disso, a discussão na obra “*The Tragedy of Great Power Politics*” praticamente limita o debate para o tópico da busca de superioridade nuclear. Além disso, embora em determinado momento o autor sinalize que superioridade nuclear não significa necessariamente superioridade numérica, o registro histórico por ele apresentado sugere que,

⁵⁵Conferir Snyder (2002) e Mendes (2011).

em última instância, é isso que importa. A quantidade de ogivas, entretanto, não é condicionante sistêmico, mas sim a efetividade de dissuasão.

A ênfase na quantificação de força, um dos aspectos característicos da obra de Mearsheimer (2001), é severamente criticado por Stephen Biddle (2004), que procura enfatizar a questão da aplicação da força [ou, ainda, qualidade/composição/emprego de força]. Uma das críticas centrais que Biddle (2004) promove na obra “*Military Power: explaining victory and defeat in modern battle*” diz respeito justamente ao engessamento, teórico e prático, que se tem feito, principalmente no âmbito das Relações Internacionais, do que se entende por capacidade militar. Intrigado pelo fato de que as potências mais fortes nem sempre vencem guerras, Biddle (2004) procurou entender o que está por trás dos conflitos modernos (pós-Primeira Grande Guerra⁵⁶). A conclusão encontrada pelo autor é que fatores não materiais, como organização tática, doutrina, habilidade ou perícia, confiança e liderança no campo de batalha, não só têm tido um papel fundamental na definição de conflitos (âmbito prático), como têm sido profundamente preteridas por aspectos quantitativos e/ou tecnológicos (âmbito teórico).

Isso não implica dizer, claro, que superioridade numérica [tamanho/orçamento força] e tecnológica não sejam elementos importantes. Significa, na verdade, que estes elementos não são determinísticos. Mais do que isso, Biddle (2004) alerta que, apesar de sua obra não ser dirigida diretamente ao “mundo nuclear”, não é possível compreender essa realidade sem se compreender a dinâmica convencional, principalmente a dinâmica envolta de forças terrestres.

Há um padrão de emprego de força específico que, segundo o autor, tem tido um papel decisivo no desenrolar e na conclusão dos conflitos modernos. Biddle (2004) chama isso de “sistema moderno⁵⁷”. Resumidamente, trata-se de um complexo arranjo militar, em nível tático, que inter-relaciona, de maneira orgânica, os seguintes elementos: cobertura/abrigo, camuflagem, dispersão, supressão, manobra independente de pequenas unidades, armas combinadas a nível tático, além de profundidade, reservas e concentração diferencial no nível operacional da guerra (BIDDLE, 2004, p. 3). O sistema moderno, quando corretamente aplicado, contribui na redução da exposição e de vulnerabilidades, além da minimização de danos.

⁵⁶O século XX, segundo Biddle (2004), apresentou menos mudanças, no campo de batalha desde a Primeira Grande Guerra, do que se imagina. Dirigindo-se à adeptos do RMA (*Revolution in Military Affairs*), o autor dispara: “a mudança é inevitável, mas o mesmo se aplica à continuidade”.

⁵⁷O sistema moderno só se tornará obsoleto a partir do momento em que o terreno se tornar irrelevante, algo muito longe da realidade contemporânea.

Particularmente importante para o presente trabalho é que “**poder militar [ou capacidade militar] pode ter significados diferentes em contextos diferentes**” (BIDDLE, 2004, p.5, grifo nosso). Ou seja, ter domínio de uma área militar não implica ter domínio em todas as áreas. Bons defensores do território nacional podem ser maus mantenedores da paz e não conseguem necessariamente conquistar territórios vizinhos. Mais do que isso, riqueza não pode ser vista como sinônimo de poder nem de força. Ter riqueza, argumenta o autor, é diferente de ser capaz de converter isso em capacidade militar e, mais do que isso, ter e manter boa capacidade combatente ou eficácia na capacidade de emprego de força (BIDDLE, 2004, p. 1-5; 192-193).

No contexto nuclear, isso implica reconhecer que gerar capacidade ou expectativa dissuasória não pode ser estabelecido apenas pela aquisição de capacidades materiais. Exige, dentre outros fatores, um equilíbrio constante de uma série de itens que, por sua vez, também são relevantes no “cenário convencional”. Treinamento [leia-se qualidade de treinamento], liderança forte e positiva, manutenção, prontidão, planejamento, preocupação logística são apenas alguns dos elementos trazidos por Stephen Biddle (2004). Assim, mesmo que a aquisição de meios dissuasórios possa vir a ser relativamente “barato” [no sentido dos “benefícios” que traz], como Waltz defende, do ponto de vista organizacional é extremamente complexo ter armas nucleares.

Tendo, pois, no presente capítulo, descrito os principais argumentos da corrente neorrealista (Waltz e Mearsheimer), destacando-se aspectos nucleares, parte-se agora para uma discussão amparada nos Estudos Estratégicos. Em grande medida, os autores que serão apresentados (Brodie, Schelling, Freedman, Gray e Diniz) possuem uma visão de mundo similar à da corrente neorrealista. Isto significa que o foco continua nos Estados e no inerente conflito existente entre eles e não, por exemplo, na globalização, no livre mercado, em questões culturais, etc. Os Estudos Estratégicos, aliás, permitem que a análise da interação entre os Estados seja levada para um nível superior, mais aprofundado, principalmente no que diz respeito ao funcionamento das forças armadas. Assim, será possível ver, por exemplo, se a “abstração” que Waltz deliberadamente promove em sua obra (com o intuito de dar à sua teoria um funcionamento mais eficaz) possui qualquer tipo de sustentação, se faz sentido, precisando apenas ser melhorada, ou, em terceiro caso, se não possui qualquer utilidade. Além disto, cabe apontar que tanto Waltz quanto Mearsheimer fizeram referências à Brodie e Schelling, autores que serão analisados na sequência.

3 OS ESTUDOS ESTRATÉGICOS E A DISSUASÃO NUCLEAR

Tendo apresentado as principais diretrizes teóricas desenvolvidas por Kenneth Waltz e John Mearsheimer, além de algumas críticas preliminares, pretende-se agora promover uma intersecção entre a corrente neorrealista e os Estudos Estratégicos. O objetivo é fazer um resgate de trabalhos clássicos, principalmente no que se refere a Bernard Brodie e Thomas Schelling, com o intuito de recuperar ideias e conceitos básicos⁵⁸ que, aparentemente, se perderam no pós-Guerra Fria. Também se pretende trabalhar com os autores como Lawrence Freedman, Colin Gray e Eugenio Diniz.

O capítulo está estruturado de forma a capturar a evolução lógica do pensamento estratégico que, por sua vez, ramifica-se, na presente dissertação, em duas dimensões:

- a) primeiramente, sobre a forma como os autores escolhidos abordam e entendem o tema e;
- b) em termos históricos, de como se deu a dinâmica dissuasória ao longo da Guerra Fria (com ênfase na visão dos EUA).

A relativa linearidade do pensamento de Brodie, Schelling e Freedman é interrompida na seção dedicada a Gray. Na parte final, será apresentado o ponto de vista de Eugenio Diniz.

3.1 BERNARD BRODIE

Em 1945, iniciava-se a Era Nuclear, em decorrência da utilização de um dispositivo de poder destrutivo, até então sem equivalente. Por certo, também, nascia um novo instrumento de poder no campo da política internacional. Desde então, teóricos e analistas das mais diversas áreas discutem a real importância das bombas lançadas sobre Hiroshima (“*little boy*”, 14kT, 6 de agosto) e Nagasaki (“*fat man*”, 20-22kT, 9 de agosto) ou, em outras palavras, sobre qual teria sido a teor da “revolução” em assuntos militares. Bernard Brodie (1946a; 1946b; 1959), por exemplo, um dos primeiros a analisar criticamente⁵⁹ o que estava se passando, chegou a insinuar que o posterior surgimento da bomba de hidrogênio, no ano de

⁵⁸Como exemplo, destaca-se o fato, muito bem ressaltado por Eugenio Diniz (2014, p. 38), de se ter acostumado “às consequências políticas do processo de produção da estabilidade dissuasória nuclear mútua”, esquecendo-se, de certo modo, de “levar em conta as condições necessárias para essa estabilidade” que, por sua vez, foram “progressivamente sendo identificadas com a própria posse dos arsenais nucleares”.

⁵⁹Bernard Brodie não apenas afirmou corretamente que o monopólio nuclear norte-americano teria curta duração, como também viu como inevitável o choque entre os EUA e a URSS. A obra “*The Absolute Weapon*”, escrita em 1946, em conjunto com outros autores, inaugurou o debate sobre o papel da bomba nuclear e suas implicações táticas e estratégicas. Conferir Baylis e Garnett (1991).

1952⁶⁰, de certa forma, permitiu que houvesse uma dupla revolução nuclear (embora a distinção entre uma guerra nuclear de uma convencional não fosse encorajada⁶¹). Entre diversos tópicos, discute-se, no campo das Relações Internacionais e também dos Estudos Estratégicos, de que forma a revolução nuclear (ou, ainda, as revoluções) vem impactando o Sistema Internacional.

A grande mudança promovida pelo advento da bomba atômica não foi, na concepção de Brodie (1946a, p. 57), que a guerra tenha se tornado um empreendimento mais violento, mas que a violência pôde ser concentrada/comprimida em termos de tempo. Mais do que isso, e o que viria a se tornar uma de suas frases mais célebres, “até aquele momento, o objetivo maior das forças armadas era vencer guerras. A partir de agora, o objetivo principal deve ser evitá-las. Ele [o dispositivo atômico] **praticamente** não poderá ter qualquer outra utilidade” (BRODIE, 1946a, p. 62, grifo nosso, tradução nossa).

Bernard Brodie (1959, p.147-149) questiona, em uma de suas passagens, se os explosivos atômicos seriam a invenção mais prodigiosa/impressionante desde a pólvora. Apesar do impacto que ambos os instrumentos exerceram na guerra, o autor aponta que é necessário que se leve em conta o tempo que a “revolução” centrada na pólvora demorou para ser assimilada, isto é, compreendida *de fato*. A bomba atômica, dado a confidencialidade de sua confecção, pegou muitos de surpresa, inclusive (e talvez especialmente) aqueles responsáveis pela formulação de estratégia. A melhoria dos armamentos, em si, não deveria ser considerada algo inovador ou revolucionário; trata-se de um fenômeno completamente natural e coerente com o desenvolvimento científico e tecnológico. A grande mudança, convém ressaltar, foi a dificuldade de se enquadrar as “consequências estratégicas” de uma arma que, ao, aparentemente, “ofuscar qualquer invenção militar anterior”, acabou também por alterar profundamente o cenário de guerra, prejudicando, inclusive, a sua incorporação (ou entendimento) por parte “de estrategistas e estadistas” (BRODIE, 1946b, p. 24-25).

Apesar do pioneirismo na área acadêmica nuclear (mas não na área acadêmico-estratégica), Brodie (1946a, p. 64), desde cedo, apontava para a importância de não apenas se levar em consideração o número de bombas, mas também questões relacionadas à alocação/ao

⁶⁰Segundo Gray (2007, p. 209), o que distingue a bomba de hidrogênio é o fato de não haver, em teoria, limite para a energia que pode vir a liberar/produzir. Testes norte-americanos realizados em 1954, por exemplo, produziram 15MT, em vez dos esperados 5MT. Em 1961, por sua vez, os soviéticos testaram uma bomba de hidrogênio de 50,7MT.

⁶¹Ou seja, a guerra deve ser compreendida em termos clausewitzianos em que não se deve perder de vista os fins políticos ou, ainda, a estratégia a ser seguida. A “revolução” nuclear, portanto, na obra de Brodie, deve ser entendida como a criação de uma arma de destruição em massa cujo uso, embora desestimulado por uma aversão pública, jamais pode ser descartado. Mais do que isso, a dinâmica “convencional” de guerra se manteve, isto é, a arma nuclear, de forma alguma, eliminou os objetivos estratégicos/políticos.

estacionamento das bombas, e ao preparo psicológico para tal conflito. Dessa forma, se por um lado a terrível possibilidade de uso recíproco da bomba em um conflito parecia ser capaz de evitar que a bomba fosse utilizada, por outro, isso não representava o fim das hostilidades entre “países nucleares”. No improvável caso de que esse conflito estourasse, uma coisa era certa: a “sombra da bomba atômica governaria tanto as disposições táticas quanto estratégicas de ambos os lados, gerando, assim, uma ‘forma totalmente nova de fazer guerra’” (BRODIE, 1946a, p. 68-69, tradução nossa).

Dessa forma, era imperativo estar preparado para enfrentar qualquer litígio nuclear. Isso, por sua vez, implicava reduzir a probabilidade de que um ataque surpresa, e seus consequentes “efeitos paralisantes”, tivesse sucesso. Sem uma resistência efetiva e eficaz, o ato de conquista por parte do adversário poderia ser facilitado de tal forma que por menor que fosse a força invasora já seria capaz de causar todo o estrago. Entre outros fatores, a partir de então (1946), o autor passou a apontar para a necessidade de se ter um cuidado especial com o arranjo espacial de indústrias e de centros urbanos (BRODIE, 1946a, p.82-85), principalmente no que diz respeito a sistemas provedores de serviços essenciais (alimentos, água, combustível, assistência médica e comunicações) (BRODIE, 1946a, p. 97). Ademais, era necessário dar mais atenção ao fator treinamento, permitindo que houvesse mobilização instantânea de reservistas preparados, descentralização máxima de armas e suprimentos e flexibilidade operacional (BRODIE, 1946a, p.78; 86).

Em sua tentativa de definir as características da bomba e da Era Nuclear que se iniciava, Brodie, em 1946, elencou oito pontos. Para o presente trabalho, é importante mencionar três:

- a) o poder da bomba é tanto que qualquer cidade do mundo pode ser totalmente destruída com o lançamento de uma até no máximo dez bombas (BRODIE, 1946b, p.17);
- b) não há defesa adequada contra a bomba atômica e a possibilidade de que venha a existir no futuro é extremamente remota (BRODIE, 1946b, p.19);
- c) superioridade em número de bombas não garante por si mesmo superioridade estratégica numa guerra atômica (BRODIE, 1946b, p.30).

Se a bomba de fissão já era capaz de fazer a destruição que fez em Hiroshima e Nagasaki, o posterior desenvolvimento, em 1952, da bomba de hidrogênio (bomba termonuclear; bomba de fissão-fusão) parecia apontar para o “começo do fim” da humanidade. Thomas Schelling (2006, p. 929) lembra que, em 1960, o romancista britânico C. P. Snow foi citado na capa do *The New York Times*, dizendo que, a menos que as potências

nucleares reduzissem drasticamente os seus arsenais, uma guerra termonuclear seria uma “certeza matemática” dentro do período de uma década. Segundo Schelling, aparentemente ninguém pensava que Snow estava exagerando. De fato, não faltavam motivos de preocupação com uma possível tragédia⁶². Em todo caso, para Brodie (1959, p. 155-156), a escolha de alvos que levasse em conta, por exemplo, indústrias específicas ou estradas havia se tornado em grande parte irrelevante. Assim, a diferenciação entre estratégias contra-força (alvos militares) e contra-valor (o autor fala em contra-economia e contra-população) deve ser entendida como uma distinção meramente acadêmica.

Para Brodie (1959), a era nuclear logo viria a ser acompanhada da era dos mísseis. Uma das grandes preocupações do autor, nesse aspecto, era compreender qual seria o futuro das aeronaves e, sendo mais específico, qual seria o papel dos bombardeiros. Segundo Brodie (1959, p. 192), apesar do inevitável incremento de importância dos mísseis balísticos (que complementariam e, no final do processo, acabariam superando o número de aeronaves/bombas), as aeronaves certamente continuariam a ser relevantes por um bom tempo e, assim, a mesma atenção e importância deveria ser dada a ambos os vetores. Isso porque, na época, as aeronaves tinham certas vantagens, como:

- a) maior capacidade de carga;
- b) maior precisão de pontaria;
- c) maior habilidade em encontrar alvos cuja localização exata não é sabida (*armed reconnaissance*), além de ter uma;
- d) maior flexibilidade operacional, na medida em que poderiam ser acionadas em situações de perigo e trazidas de volta à base, caso se tratasse de um alarme falso.

As vantagens dos mísseis balísticos, por sua vez, centravam-se na maior probabilidade de resultado positivo por unidade lançada (BRODIE, 1959, p. 202).

As medidas de defesa englobam não apenas defesas ativas, como também defesas passivas. Enquanto o primeiro tipo envolve, de certa forma, ações de caráter ofensivo, como canhão de navio e aeronaves de defesa (BRODIE, 1959, p.181), o segundo diz respeito a capacidade de absorção de ataque inimigo. Na era nuclear, enquanto a probabilidade de sucesso das defesas ativas era e continua sendo, em grande parte, próxima de zero (BRODIE, 1959, p. 203), a defesa passiva sequer pode ser levada em conta (BRODIE, 1946b, p. 20-21). Por exemplo, lembrando o “caso de sucesso” de defesa britânica contra as bombas V1 lançadas pelos alemães na Segunda Guerra Mundial (*buzz bomb* ou bombas voadoras), em

⁶²Ainda mais se for levado em conta toda a propaganda e o maniqueísmo da época em torno do conflito americano-soviético. Um exemplo clássico disso foi a famosa Crise dos Mísseis em outubro de 1962.

que apenas 9% das bombas efetivamente atingiram Londres nos 80 dias de maior intensidade/ímpeto da campanha aérea alemã, Brodie (1946b, p. 20) chega à evidente conclusão de que algo assim seria inadmissível ou impensável na era nuclear. Isso, por sua vez, exige que as forças armadas valorizem outros fatores, como blindagem, ocultamento, dispersão, mobilidade, além de criação de abrigos (BRODIE, 1959, p. 181; 184; 203). Acima de tudo, os sistemas de *early-warning* (alerta antecipado) tornaram-se indispensáveis.

Brodie (1959, p. 221) vê com muita suspeição e descrédito o velho ditado de que todo desenvolvimento militar ofensivo sempre é superado por uma correspondente rede adequada de defesa. Não só porque o argumento tem problemas de embasamento histórico (empírico), mas principalmente por exigir uma visão extremamente otimista da era nuclear. Assim, os sistemas de *early-warning* são tidos por Brodie (1959, p. 184) como elementos-chave na resolução do problema da defesa na era nuclear. Contudo, a dificuldade de tudo isso é que os sistemas de *early-warning* colocam, no mínimo, mais duas incógnitas na “equação nuclear”:

- a) qual o grau de confiabilidade/equivocidade do sistema de *early-warning*?⁶³;
- b) tendo em mente a questão anterior e a existente “compressão de tempo” na era dos mísseis, como se deve lidar com o aparecimento de possíveis ameaças?⁶⁴
Intensificando o nível de alerta e tomando medidas defensivas de precaução ou antecipando o ataque do inimigo com um ataque de “preempção” [ataque preemptivo]?

O problema, neste caso, é como diferenciar um ataque real de ocasionais alarmes falsos (BRODIE, 1959, p. 188-190). O caso de Pearl Harbor, nesse sentido, é emblemático, visto que não foi por falta de dados que o ataque japonês deixou de ser evitado, e sim por problemas de interpretação (BRODIE, 1959, p. 184-186).

Especificamente sobre dissuasão nuclear, Brodie (1946a, p. 60, tradução nossa) afirmou que “a ameaça da retaliação não precisa ser 100% certa; ela é suficiente se houver uma boa chance de que ela ocorra. Porém, essa chance precisa ser evidente. [Assim,] a predição é mais importante que o fato em si”. Em outro trecho, Brodie (1959, p. 274-275) aponta que, no caso de uma pequena nação ser capaz de ameaçar a URSS com uma bomba termonuclear, ela poderia e certamente faria de Moscou seu alvo, caso fosse atacada.

Dissuasão, portanto, é influenciada pela **incerteza** que se cria na mente de um possível agressor no que diz respeito à capacidade retaliatória do seu oponente (BRODIE, 1959, p. 278, grifo do autor). Assim, uma força retaliatória segura não é apenas a condição *sine qua*

⁶³Ou ainda, quais informações recebidas são, de fato, relevantes?

⁶⁴Ou ainda, qual deve ser o grau de sensibilidade do sistema retaliatório?

non de dissuasão e de defesa nacional em geral, mas um instrumento que poderia concebivelmente tornar desnecessários todos os demais instrumentos projetados para guerra total (BRODIE, 1959, p. 298, grifo do autor). Em todo caso, por medidas de cautela/precaução, Brodie (1959, p. 298) também defende medidas de defesa civil, como criação de abrigos.

Uma capacidade retaliatória modesta (capaz de gerar dissuasão mínima) possui quatro características:

- a) pode ser exigida uma grande força para garantir uma retaliação modesta;
- b) dissuasão deve ser entendida como algo relacional (quanto um participante de um conflito está motivado para destruir seu oponente);
- c) se dissuasão falhar, é preferível que se tenha um efetivo suficiente para entrar em uma guerra total com condições de vencer;
- d) a força retaliatória deve ser capaz de atacar primeiro e, ao fazê-lo, seria preferível que esse ataque fosse altamente irresistível às forças de retaliação do inimigo (BRODIE, 1959, p. 277).

A forma como um Estado projeta suas forças militares ou, ainda, como configura sua postura de dissuasão, possui grande relevância na medida em que dissuasão, ao colocar, simultaneamente, respeito e medo na mente do oponente, pode gerar efeitos negativos e ser contraproducente. Capacidade de dissuasão, em primeiro lugar, não deve ser visto como sinônimo de capacidade de ganhar a guerra. Envolve escolhas de, por exemplo, armamentos, veículos e alvos, como também dos diferentes níveis de provocação que se quer realizar. Isso se torna particularmente importante, na medida em que para se reduzir as chances de um ataque surpresa inimigo, os incentivos para tal ataque também precisam, em um passo anterior, ser reduzidos. Na medida em que a ideia de guerra preventiva é preterida para uma política e estratégia de dissuasão, é imperativo que a garantia de segurança das forças retaliatórias seja a grande prioridade (BRODIE, 1959, p. viii; ix; 271; 278; 300; 397).

Se o pós-Primeira Grande Guerra parecia equalizar o conceito de guerra moderna com o de guerra total, a Guerra da Coreia (1950-53) demonstrou que os níveis de violência poderiam, sim, ser contidos/limitados (no caso em questão, a guerra foi limitada em termos de armamentos e de geografia⁶⁵), permitindo que a guerra, em si, permanecesse limitada

⁶⁵Schelling (2008, p. 129-30, tradução nossa) aponta que a guerra foi travada de forma “conscientemente contida”, isto é, enquanto os norte-americanos não fizeram uso de bombas nucleares e não lançaram bombas no outro lado do rio Yalu (ou em território chinês), o inimigo não atacou navios norte-americanos no mar (exceção feita ao uso de baterias costeiras), nem bases no Japão, nem bombardeou nada na Coreia do Sul, especialmente na área estratégica de Pusan.

(BRODIE, 1959, p. 251; 307-308). Tendo em vista que a guerra total na era nuclear é uma possibilidade por assim dizer inconcebível ou demasiadamente irracional para ser suportada, deve-se fazer todo o esforço possível para que a guerra se mantenha limitada. Esse esforço, por sua vez, deve ser coletivo, visto que, segundo Brodie (1959, p. 334), “basta um para iniciar uma guerra total/ilimitada, mas são necessários dois para mantê-la limitada”. Assim, é preciso haver disposição para manter os objetivos limitados, porque só assim a guerra poderá se manter limitada (e não o contrário) (BRODIE, 1959, p. 313; 334).

Dois postulados são veementemente rechaçados por Brodie (1959, p. 356):

- a) o de que toda guerra limitada irá necessariamente se transformar em uma guerra total; e o de que
- b) a guerra total havia sido abolido na era nuclear.

Mais do que isso, o autor não descarta a possibilidade de utilização de armamentos nucleares em uma guerra limitada. No entanto, embora isso não seja algo claramente equivocado, também está longe de ser inequivocamente certo. É devido à “completa falta de experiência com o problema que não é possível saber se é prudente e viável usar dispositivos nucleares em guerras que, caso contrário, teriam chance de se manterem limitadas” (BRODIE, 1959, p. 329-330; 353-355). Segundo Brodie (1959, p. 404), o grande problema a ser resolvido, no caso de uma guerra total moderna, é a questão de como interrompê-la, rapidamente, tão logo essa decisão for tomada.

Dirigindo-se aos norte-americanos, Brodie (1959, p. 394-397), no final da obra “*Strategy in the Missile Age*”, enumera três princípios básicos de ação na era termonuclear:

- a) a renúncia da guerra preventiva implica que os esforços devem ser direcionados à redução da vulnerabilidade das forças retaliatórias⁶⁶;
- b) é necessário providenciar uma real e substancial capacidade para lidar com agressões limitadas e locais por meio da aplicação local de força;
- c) deve-se levar a sério o fato de que o perigo de guerra ilimitada é real, o que faz com que se tome medidas para salvar vidas em grande escala, criando abrigos nucleares civis.

Em janeiro de 1954, o Secretário de Estado norte-americano John Foster Dulles discursou em favor da “retaliação maciça”, uma clara rejeição à postura estratégica da Guerra da Coreia. De contenção máxima no uso do armamento nuclear, passou-se a defender seu uso

⁶⁶ Isso, por sua vez, não equivale a dizer que se deva desejar a insegurança da força retaliatória inimiga. Se o oponente se sentir inseguro, “corremos o risco de vê-lo mais feliz em poder apertar o gatilho” (BRODIE, 1959, p.302).

mediante o surgimento de qualquer hostilidade (BRODIE, 1959, p. 248-251). Ainda assim, Brodie (1959, p. 254), já na época, pôde afirmar que o conceito de “retaliação maciça” sofria problemas de credibilidade desde sua concepção. No caso de “defesa da Europa”, os problemas de credibilidade poderiam ser questionados tanto por americanos, europeus, soviéticos, quanto pelos três grupos ao mesmo tempo. O problema de credibilidade seria tanto maior em se tratando de áreas não vitais. Ademais, para Brodie (1959, p. 325), a distinção entre bombas táticas de baixo poder explosivo e bombas estratégicas é totalmente falsa.

Para finalizar essa seção, cabe um comentário sobre o tabu nuclear que, em Schelling, encontraria argumentos mais consistentes. Já em 1946, segundo relato de Brodie (1946a; 1946b), houve uma discussão em torno da proibição da bomba atômica. O ponto de comparação era a não utilização (pelo menos não em escala considerável) de gases venenosos durante a Segunda Grande Guerra. Brodie (1946a, p. 71-72) não estava totalmente convencido de que os dois casos eram análogos, uma vez que dificilmente a bomba atômica não teria um papel decisivo durante determinado conflito, algo que não se podia dizer a respeito dos gases venenosos. Ainda assim o esforço era válido, na medida em que a proibição do uso da bomba atômica poderia ser um “indispensável cristizador de um estado de equilíbrio que atua no sentido de desestimular o uso da bomba” (BRODIE, 1946a, p. 72). Mas sem a existência desse estado de equilíbrio – em termos de capacidade recíproca de retaliação na mesma moeda, caso a bomba for usada – qualquer tratado que objetivasse banir o uso da bomba numa guerra traria sobre si um fardo muito maior do que um tratado desses normalmente consegue suportar.

3.2 THOMAS SCHELLING

Ao organizar a sua pesquisa ou pensamento em torno da teoria dos jogos⁶⁷, uma abordagem, de certa forma, inovadora e criativa para o campo das Relações Internacionais e dos Estudos Estratégicos, Thomas Schelling pôde chegar, conforme se verá na presente seção, a uma série de conclusões importantes e impactantes. Certamente o autor não ficou imune a

⁶⁷No presente trabalho, não se pretende reproduzir os modelos lógico-rationais de teoria dos jogos utilizados por Thomas Schelling (2011). O intuito é meramente apresentar suas principais conclusões. O que se pode adiantar é que o autor se ampara em “jogos de soma variável” (jogos em que se podem alcançar resultados mutuamente vantajosos) e que envolvem algum tipo de acomodação – tácito ou explícito – nem que seja evitando o desastre mútuo (SCHELLING, 2011, p. 83). Dissuasão, chantagem nuclear, balança do terror, entre outros elementos, podem ser, segundo Schelling (2011, p. 119), perfeitamente enquadrados na teoria dos jogos. Em suma, os “jogos de estratégia” utilizados por Schelling (2011) estão envoltos em pensamentos do tipo: “o que o outro pensa que eu penso” [...sobre o que ele pensa que eu penso... e assim por diante].

críticas⁶⁸, principalmente no que diz respeito à demasiada racionalização das relações interestatais ou, ainda, do processo de tomada de decisão. Ainda assim, defende-se, aqui, a revalorização de seu trabalho.

Primeiramente, é necessário entender o que o autor entende por conflito, guerra, e crise. Para Schelling (2011, p. 5), o estudo da “estratégia do conflito” está baseado no entendimento de que a maioria das situações de conflito são essencialmente situações de barganha. A guerra deve ser entendida como um processo (confuso, incerto e altamente imprevisível) de barganha ou de negociação, não devendo ser visto apenas como uma “disputa/competição de força, mas uma contenda de resistência, nervos, coragem, obstinação e dor” (SCHELLING, 2008, p. 1-7; 93). Com a dita “tecnologia moderna” (leia-se, com o advento da era nuclear), a guerra e as ameaças de guerra tornaram-se:

- a) métodos de influência (ao invés de destruição);
- b) métodos de coerção e dissuasão (ao invés de conquista e defesa), além de serem
- c) métodos de barganha e de intimidação (SCHELLING, 2008, p.33).

Dito isso, é importante ter em mente que a guerra resulta de um “processo dinâmico escalatório em que ambos os lados vão intensificando a sua participação e aumentam sua expectativa e a preocupação de não serem o segundo a agir” (SCHELLING, 2008, p. 98, tradução nossa). O grande perigo disso é supor, durante o processo escalatório do conflito, que “guerra total” tenha se tornado realidade ou que se esteja na iminência de um ataque do oponente (algo que exige, na era nuclear, ação rápida de ambos os lados). É justamente a falta de tempo ou a ausência de “pausa” no conflito que o torna demasiadamente perigoso. Ou seja, tomar ou não tomar determinada ação pode custar caro. Como regra geral, entende-se que a transição de um período de paz para um de guerra entre potências nucleares deve envolver uma série de mal-entendidos, além de erros de cálculo e de interpretação (SCHELLING, 2008, p. 95-96).

Na Primeira Grande Guerra, por exemplo, havia bastante tempo para pensar nos objetivos de guerra, consultar os interesses de longo prazo da nação, refletir sobre os custos/baixas incorridos e perspectivas do andamento do conflito, bem como tempo para discutir os termos do cessar fogo (SCHELLING, 2008, p. 21). Os pontos de parada, em síntese, devem ser entendidos como um momento de “respiração”, de análise, envolvendo, entre outras questões, o reforço das tropas combatentes, o forjamento de alianças e a armação de novos teatros de guerra. Na era nuclear, a fim de que os conflitos possam se manter

⁶⁸John Baylis e John Garnett (1991, p. 11), por exemplo, apontam que Schelling mostrou-se insensível a considerações éticas, além de lhe faltar conhecimentos em história.

limitados, surgiu a necessidade de se estabelecer “pontos focais salientes”, isto é, surgiu a necessidade de coordenar expectativas. Isso pode se dar por meio dos pontos de parada ou de limiares [*thresholds*] que, por sua vez, podem ser psicológicos (BAYLIES; GARNETT, 1991, p. 11; WILLIAMS, 1991, p. 126) ou, ainda, estabelecidos por meio de entendimentos tácitos.

Dentre outros elementos, a guerra é um processo de barganha que envolve:

- a) a própria conduta da guerra, isto é, a forma como a guerra é travada⁶⁹ (armamentos, nacionalidades e alvos permitidos⁷⁰);
- b) os acordos de cessar-fogo, armistício, rendição, e outros importantes elementos envolvidos com o término do conflito e da desativação de sistemas militares (seja de comunicação, alerta-antecipado ou de defesa aérea, entre outros);
- c) o que fazer em relação ao regime/governo vigente;
- d) acordos de desarmamento;
- e) acordos políticos e econômicos que envolvam, por exemplo, dissolução de alianças e blocos ou desmembramento de países, etc. (SCHELLING, 2008, p. 216-219).

A discussão sobre dissuasão nuclear parte, em Thomas Schelling (2011, p.6; 9. 13; 35; 187), de uma série de constatações:

- a) a teoria de dissuasão é uma teoria de “habilidosa não utilização” de forças militares;
- b) dissuasão trata de intenções⁷¹;
- c) dissuasão envolve o ato de influenciar as escolhas de outro ator, influenciando as expectativas de como ele irá se comportar;
- d) a ameaça dissuasória precisa ser crível para ser eficaz;
- e) credibilidade está relacionada a custos e riscos, isto é, uma ameaça só será crível se houver comprometimento com sua realização ou, pelo menos, que o oponente acredite que possa ser realizável;
- f) o objetivo deve ser dissuasão *ex ante* e não vingança *ex post*.

Enquanto algumas ameaças são “naturalmente convincentes”, outras precisam ser transformadas em convincentes, sob o risco de serem interpretadas como meros blefes e,

⁶⁹É importante destacar que Schelling (2008, p. 216) afirma que isso também vale para a “maior das guerras”, envolvendo desde o tratamento a ser dado aos centros urbanos, a deliberada criação ou evitamento de poeira radioativa e à preservação/destruição do governo ou centros de comando e de comunicação, etc.

⁷⁰Schelling (2008) se refere repetidas vezes aos assim chamados “santuários” nos campos de batalha, locais que, por **entendimento tácito**, são excluídos da área em que o conflito é travado. Ou seja, trata-se de locais que poderiam ser alvo de ataques, mas que foram preservados com o intuito de evitar retaliações e, conseqüentemente, uma escalada militar desnecessária. Nesse aspecto, a Guerra da Coreia tem, segundo o autor, muito a ensinar.

⁷¹Portanto, para um entendimento eficaz sobre dissuasão nuclear, as capacidades militares do oponente devem ser vistas em conjunto com suas intenções (sejam elas declaradas, sejam elas expressas por meio de “movimentos tácitos”, conforme ficará mais claro ao longo da seção).

consequentemente, de serem ignoradas. Como regra geral, para que o comprometimento seja crível, é preciso ameaçar que se **irá** agir, e não que se **poderá** agir, caso a ameaça vier a falhar (SCHELLING, 2011, p. 187, grifo do autor). Durante a Guerra Fria, a promessa norte-americana de defender a Europa da ameaça soviética (por meio de uso de armamento nuclear e convencional), que é um típico exemplo do conceito “dissuasão estendida”, esbarrou, desde a sua origem, em questões de credibilidade e comprometimento, que precisariam ser resolvidas (SCHELLING, 2008, p. 36). A manutenção de tropas em solo europeu, entre outros fatores, deu origem a conceitos como “*trip-wire*” e “*plate glass window*” que, em suma, reafirmavam que, independentemente do fato de os EUA quererem se envolver ou não, as tropas estacionadas em solo europeu significavam que a fuga de qualquer compromisso com os europeus era fisicamente impossível (SCHELLING, 2011, p. 6; 186; 2008, p. 36; 45).

No entendimento de Schelling (2011, 2008), é necessário que se faça distinção entre os conceitos de “dissuasão” e “*compellence*”.⁷² Enquanto dissuasão é algo passivo, isto é, a ameaça objetiva prevenir que determinada ação indesejada ocorra, *compellence* envolve o constrangimento ou a imposição a que se realize determinada ação, por medo das consequências, caso isso não seja feito. Em suma, é a “diferença entre estática e dinâmica”. Enquanto dissuasão envolve “montar o cenário” (por meio de comprometimentos, verbais, físicos ou tácitos) e **aguardar** para que não se tenha que agir, *compellence* envolve “**iniciar** uma ação ou assumir um compromisso irrevogável” que só cessará depois que o oponente responder à altura. Além disso, a dissuasão tende a ser indefinida quanto ao prazo, ao passo que *compellence* vem com um prazo de conclusão pré-determinado⁷³ (SCHELLING, 2008, p. 71-72, grifo do autor).

É interessante também a abordagem e a ampliação do conceito de “guerra limitada” em Schelling (2008; 2011). Conforme já foi destacado, é necessário visualizar a guerra como um processo de barganha, de negociação. Assim, em termos gerais, a guerra limitada é um estágio anterior à guerra total (ou generalizada ou ilimitada) que, na era nuclear, **não deve**, de forma alguma, se materializar. Há, segundo Schelling (2011, p. 191-192, grifo nosso), três vantagens de se ameaçar uma guerra limitada (em vez de uma generalizada):

- a) ameaçar dar início a uma guerra limitada equivale a ameaçar o **risco e, portanto, não a certeza** de que uma guerra total possa ocorrer;

⁷²Schelling criou este neologismo, que passou a integrar o vocabulário dos estudos sobre o tema. Deixou claro que a palavra “*coercion*” (coerção) não era adequada. Isto demandaria a criação de um neologismo correspondente em português, algo como “compelimento”.

⁷³Caso contrário, nas palavras do Schelling (2008, p. 72), “o amanhã nunca chega” e a ameaça não surte efeito. Se o prazo for muito curto, será impossível fazer o que é exigido; se o prazo for muito longo, fazer o que é exigido passa a ser desnecessário.

- b) caso o adversário interprete mal as intenções e os comprometimentos do ator que faz as ameaças, haverá, ao menos, um estágio intermediário, uma espécie de ponto de parada ou de pausa;
- c) ao se lidar com um inimigo irracional ou impulsivo, ou, ainda, com uma ação agressiva que se tornou demasiadamente intensa para ser interrompida, o fato de se ter ameaçado *ex ante* apenas o risco de uma guerra total pode acabar se tornando *ex post* uma medida prudente.

Os armamentos nucleares, por sua vez, devem ser entendidos da mesma forma que as guerras limitadas, ou seja, como instrumentos de intensificação de risco. De forma mais específica, segundo Schelling (2008, p. 109-10), a introdução de armamentos nucleares num conflito:

- a) aumenta o perigo de uma guerra total, além de;
- b) aumentar o papel desempenhado pelo perigo na estratégia de um país (modificando o ambiente de barganha ou de apreciação dos riscos, além dos objetivos imediatos, basicamente ligados a continuidade ou não do conflito).

Acima de tudo, é “necessário saber controlar, utilizar e reagir a incrementos súbitos do risco percebido de que vá ocorrer uma guerra geral” (SCHELLING, 2008, p. 110, tradução nossa). Assim sendo, é possível introduzir de forma deliberada armamentos nucleares em um conflito, com a intenção de aumentar o risco de guerra generalizada, desde que se tenha em mente que a guerra total pode se tornar realidade.

Cabe ressaltar que até mesmo a utilização de “armamentos nucleares táticos” precisa ser vista como um **processo de negociação consciente** (SCHELLING, 2008, p. 110, grifo nosso). No entendimento de Schelling (2008, p. 109-113), guerras limitadas e localizadas não podem ser consideradas guerras táticas, porque suas consequências não serão táticas. O mesmo vale para o uso de armamentos nucleares. Por mais que tenham influência (aliás, influência significativa) no campo de batalha, sua verdadeira importância reside na expectativa de se ter (ou não) guerra generalizada com a utilização, inclusive, de “armamentos nucleares estratégicos”. Cada armamento nuclear despachado deve ser entendido como a mensagem que se quer comunicar. Assim, segundo Schelling (2008, p. 113-114), é prudente que se envie a mensagem correta, isto é, se por um lado, alvos adicionais atingidos podem ser vistos como “bônus militar”, no campo estratégico (isto é, no cenário mais geral/global), isso pode significar um ruído na comunicação, prejudicando o gerenciamento efetivo do nível de risco em questão (fazendo a guerra escalar a níveis intoleráveis). Consequentemente, isso

prejudica o próprio andamento ou conduta da guerra e, o que é mais grave, as perspectivas de encerramento do conflito.

Schelling (2008, p. 220, tradução nossa), plausivelmente, supõe que a guerra ilimitada/total na era nuclear será um “processo inerentemente frenético, ruidoso/turbulento e devastador, em um ambiente de incerteza aguda.” Mais do que isso, o autor supõe dificuldades no estabelecimento de comunicação entre as partes envolvidas e, conseqüentemente, a negociação entre as duas (ou mais) partes “será truncada, incompleta, improvisada, desordenada [...], sujeita a mal-entendidos sobre fatos e intenções e de incerteza sobre quem tem autoridade para negociar e comandar”. Assim, conforme bem aponta o autor, a grande pergunta que deve ser feita é se as comunicações devem, para começo de conversa, ser rompidas (SCHELLING, 2008, p. 220). Ademais, o desafio fundamental da guerra ilimitada, na concepção de Schelling (2008, p. 230), deve ser justamente como trazer um fim ao conflito, de forma consciente e ordenada (SCHELLING, 2008, p. 204) e não pela aniquilação mútua. Assim, tendo em vista que há apenas alguns pontos em que a guerra poderia ser parada, é de extrema importância que esses “pontos” sejam previamente identificados (SCHELLING, 2008, p. 206; 220).

Ainda no que diz respeito à indisponibilidade ou presença incompleta de meios de comunicação em situações de ameaça e de perigo, é importante ressaltar que é imperativo que os participantes de determinado conflito desenvolvam um *modus vivendi* através de negociações, manobras e coordenações tácitas (SCHELLING, 2011, p. 39; 53). A não utilização de armamentos nucleares na Guerra da Coreia⁷⁴ e de armamentos químicos⁷⁵ na Segunda Grande Guerra, além dos acordos de Genebra (que lida sobre o tratamento de prisioneiros de guerra e de não-combatentes, por exemplo) são alguns casos apresentados por Schelling (2008, p. 131-132; 138-140) de entendimento voluntário, executáveis apenas pela ameaça do uso recíproco. Em se tratando de coordenação tácita, um ator não está procurando identificar o que o outro irá fazer em uma situação concreta, mas tentando “adivinhar o que o outro vai imaginar o que o primeiro quer que o outro imagine, e assim por diante *ad infinitum*” (SCHELLING, 2011, p. 92-93, tradução nossa).

Assim, é necessário enfatizar que o ambiente bélico está profundamente atrelado a um ambiente/padrão de expectativas que regula o próprio andamento da guerra. Cada ação pode (e/ou deve) ser correspondida com determinada reação. A estratégia de retaliação, por sua

⁷⁴Conferir notas 65 e 70.

⁷⁵Schelling (2008, p. 131, tradução nossa) é enfático: “qualquer entendimento sobre armas químicas foi voluntário e recíproco – executável apenas pela ameaça de uso recíproco”.

vez, é afetada pela necessidade de se comunicar ou se coordenar dentro de determinados limites, que podem ser explícitos ou tácitos. Em suma, um conflito está permeado de uma série de “regras” que ambos os lados procuram seguir para que o conflito não escale para níveis indesejados.⁷⁶ A retaliação, portanto, deve ser feita dentro de limites aceitáveis ou toleráveis. Mais do que isso, por meio da coordenação tácita de comportamento, as partes envolvidas devem procurar se entender fazendo uso de padrões de comportamento/ação/comunicação toleráveis (SCHELLING, 2008; 2011, p. 76-77; 84-85). Ou fazem isso ou arcam com as consequências.

É necessário estabelecer limites na ação e reação dos participantes de um conflito. Em outras palavras, é necessário, especialmente no contexto de guerras limitadas (ou, melhor, no intuito de manter a guerra limitada), ter todo um cuidado com os limiares [*thresholds*] de um conflito. Estes devem ser entendidos como estágios de conflito, isto é, etapas delineadas por “linhas” às vezes não tão claras, imaginárias. Trata-se em realidade de uma coordenação tática. Segundo Schelling (2008, p. 135; 154-155, tradução nossa), limiares são

pontos de parada ou linhas divisórias convencionadas. Têm um caráter legalista, e dependem de precedentes ou de pontos de comparação (analogia). Têm alguma característica que permite que sejam reconhecidos e são de certo modo arbitrários. Em grande parte, simplesmente “estão aí”; não os criamos nem os inventamos, mas apenas os reconhecemos [...] [Mais do que isso, segundo o autor], alguns desses limiares se caracterizam pelo fato de, caso forem ultrapassados, inevitavelmente apresentarem um dramático desafio expresso na seguinte questão: O que o outro vai fazer agora? Armamentos químicos e nucleares são desse tipo; espera-se que o inimigo não simplesmente reavalie a situação tática, mas pense em algum tipo de reação explícita, alguma reação, alguma resposta (sendo que uma possibilidade óbvia é que utilize armas do mesmo tipo, se ele as tiver).

Após essa exposição, Schelling (2008, p. 157), na sequência, questiona se haveria alguma espécie de “limite final”, isto é, um último ponto de parada antes de uma guerra total. Segundo o autor, já houve vários desses limites finais, “nenhum deles sacrossanto”, sendo que o mais controvertido é aquele existente entre o uso de armamentos nucleares e armamentos não-nucleares (ditos, “convencionais”).

No que diz respeito ao dispositivo nuclear, há, segundo Schelling (2008; 2011), uma espécie de tabu (maldição, quem sabe) contra a sua utilização. Para Schelling (2008, p. 132), existe toda uma “simplicidade” na não-utilização de determinado armamento. A partir do momento em que a bomba for utilizada no campo de batalha, os tomadores de decisão no campo de batalha teriam de começar a levar em conta questões de, por exemplo, como,

⁷⁶Essa, na realidade, é a moral dos jogos de soma variável na teoria dos jogos. Há conflito, mas também há cooperação em um virtual conflito nuclear. Nenhum dos lados tem interesse na aniquilação mútua.

quando e onde responder a um ataque nuclear. A não utilização de dispositivos nucleares na Guerra da Coreia é celebrada por Schelling (2008, p. 156-157) por ter estabelecido um “poderoso precedente”⁷⁷ que mostra que esse armamento é diferente das demais. Assim, mesmo que militarmente o uso de um dispositivo nuclear de baixo rendimento (“tático”, no caso) possa se assemelhar a outro armamento qualquer, é o seu valor simbólico⁷⁸ e psicológico que, no fim das contas, importa (SCHELLING, 2008, p. 134; 158). Crenças, segundo Schelling (2008, p. 158), importam ou fazem a diferença, ainda que não correspondam, necessariamente, às declarações de estadistas.

Sofrer um ataque nuclear, por sua vez, não só implicaria mortes e destruição, em nível tático, como também a já mencionada criação de risco de eclosão de uma guerra generalizada ou guerra total. É importante destacar que esse risco de guerra total pode, muito bem (e é aqui que a abordagem de Schelling torna-se particularmente inovadora e criativa), fugir do controle dos participantes de determinado conflito. Os envolvidos, de certa forma, ficam à mercê do que Thomas Schelling chama de “acaso” (em inglês, trata-se da célebre frase “*the threat that leaves something to chance*”, ou seja, “a ameaça que deixa algo entregue ao acaso”).⁷⁹ Dito de outra maneira, da mesma forma que é possível que o risco de guerra total seja manipulado voluntária e intencionalmente, a certa altura esse risco pode também “assumir vida própria”⁸⁰ (SCHELLING, 2008; 2011, p. 195; 203).

Ainda assim, nas palavras de Schelling (2008, p. 94, tradução nossa), “os riscos com que os países se defrontam não são tão claros quanto em caso de suicídio, mas muito mais como em caso de roleta russa”. O elemento “incerteza” não apenas “impede que se enxergue com clareza”, como também muda a própria característica dos acontecimentos. Forçando o argumento, a criação deliberada/manipulação do risco compartilhado ou o ato de levar o risco de guerra a um nível próximo do inaceitável, o que o autor chama de *brinkmanship*⁸¹, compreende a tática de deliberadamente deixar as coisas fugir do controle, tornando a ação intolerável para o adversário e, conseqüentemente, forçando sua acomodação. É importante

⁷⁷O precedente contra o uso de armas nucleares, por sua vez, foi reforçado, dentre outros eventos, no Vietnã (por parte dos EUA), no Afeganistão (por parte da URSS) e nas Malvinas (por parte do Reino Unido) (SCHELLING, 2006, p. 930-935).

⁷⁸Mais do que isso, importa também reconhecer o caráter simbólico de limites e controles.

⁷⁹Essa racionalização certamente não ficou imune a críticas. Não deve ter sido muito confortante pensar que uma iminente guerra nuclear pudesse ser mero “jogo” de manipulação de risco. Phil Williams (1991, p. 125), por exemplo, aponta para o fato de se tratar de “uma atividade altamente perigosa”. Colin Gray (2002, p. 197) vai além e chama isso de uma engenhosa *reductio ad absurdum* de Thomas C. Schelling.

⁸⁰Exemplificado, por exemplo, pela guerra não-intencional ou inadvertente [*inadvertent war*], assunto a ser explorado na seqüência.

⁸¹Sobre uma explicação etimológica do termo *brinkmanship*, conferir Schelling (2011, p. 199-200). Trata-se de uma política arriscada, uma espécie de “brincar com fogo”.

salientar que o que se tem em vista é o risco de guerra, não a guerra (o desastre) em si (SCHELLING, 2008, p. 91; 99; 2011, p. 200).

Na mesma linha de raciocínio, o autor apresenta o conceito, utilizado em âmbito jurídico norte-americano, da “última chance clara” [*“last clear chance”*]. Resumindo e simplificando a doutrina, seria como no caso de um acidente automobilístico: se puder ser determinado que um dos motoristas tinha a “última chance clara” de evitar o acidente, este acabaria tendo maior punição (SCHELLING, 2011, p. 37; 2008, p.44-45). A lição que se quer tirar para o âmbito nuclear é que nesse “jogo de manipulação de risco” o ideal é transferir a “última chance clara” para o adversário, isto é, jogar para ele a responsabilidade de prosseguir com uma guerra total ou de recuar. A grande questão é como alcançar isso sem que o adversário chegue a esse ponto antes. Nesse sentido, a Crise dos Mísseis em Cuba, em 1962, é emblemática. A certa altura, os norte-americanos ergueram um bloqueio naval. Tivessem os soviéticos ignorado o bloqueio ou tentado furá-lo, um conflito de maiores proporções certamente poderia ter estourado. Nesse caso, foram os soviéticos que tiveram a “última chance clara” de evitar o conflito e foi o que, de fato, fizeram.

Tendo em vista a dificuldade de se imaginar a possibilidade de norte-americanos e soviéticos enveredarem, durante a Guerra Fria, para uma guerra nuclear de grandes proporções, apesar das diversas crises que ocorreram, Schelling (2008, p. 94) entende que provavelmente um conflito nuclear só eclodiria em caso de guerra não intencional ou inadvertente. Em outras palavras, como resultado de um “processo que não pode ser previsto em todos os seus detalhes, em que reações não são completamente previsíveis, em que decisões não são totalmente intencionais, em que acontecimentos não estão inteiramente sob controle” (SCHELLING, 2008, p. 94-95, tradução nossa). Isso envolve não apenas algum tipo de acidente, alarme falso, falha mecânica, mas principalmente a forma como se reage a determinada ameaça em potencial (lembrando a “compressão do tempo” na era nuclear). Aqui entram os possíveis desentendimentos/mal-entendidos, erros de cálculo e de interpretação, mencionados anteriormente, ou, ainda, a possibilidade de alguém entrar em pânico, enlouquecer ou simplesmente agir por ser mau (SCHELLING, 2011, p. 188-189; 2008, p. 95-96).

A obra de Schelling (2008, p. 227) também faz referência à suposta vantagem, na eclosão de um conflito, de ser o primeiro a atacar ou de, pelo menos, ser capaz de lançar um rápido segundo ataque⁸². É esse medo (ou crença de um iminente ataque surpresa inimigo),

⁸²Essa, aliás, foi uma das preocupações centrais dos estrategistas e estadistas norte-americanos e soviéticos ao longo da Guerra Fria.

aliás, que se configura como o catalisador mais perigoso da transformação da paz em uma guerra ilimitada. Segundo Schelling (2011, p. 207), isso gera sucessivos ciclos de “ele pensa que nós pensamos que ele pensa que nós estamos pensando ... Ele pensa que nós pensamos que ele vai atacar; assim, ele pensa que nós com certeza vamos atacar; então ele vai atacar primeiro; portanto, nós precisamos nos antecipar”. A urgência de ação ou de resposta (tendo em vista a “compressão do tempo”) é que faz da guerra ilimitada “acidental”, por alarme falso, maldade ou num momento de pânico, uma possibilidade (SCHELLING, 2008, p. 227). A solução para esse problema não pode ser buscado apenas na “prevenção de acidentes, alarmes falsos ou usos não autorizados”, mas principalmente pela **tranquilização no processo de tomada de decisões**. A melhor forma de evitar a necessidade de responder rapidamente a alarmes e ataques, por sua vez, se dá por meio da **proteção das armas retaliatórias** (SCHELLING, 2008, p. 227-228, grifo nosso).

O problema do ataque surpresa, segundo Schelling (2011, p. 231, tradução nossa), exacerbado pela suspeita recíproca e pelo mútuo desejo de “autodefesa” sugere também que “não apenas existem segredos que preferimos não guardar, como existem capacidades militares que poderíamos preferir não ter”.⁸³ Dessa forma, a balança nuclear só poderá ser estável, segundo Schelling (2011, p. 232), quando nenhum dos participantes num conflito for capaz de, num primeiro ataque, destruir as forças retaliatórias de seu oponente. Desenvolvendo melhor esse tópico, o autor chega às seguintes conclusões:

- a) desarmamento não gera, necessariamente, estabilidade;
- b) da mesma forma, uma corrida armamentista não leva, necessariamente, a um situação mais instável;
- c) desarmamento não elimina uma potencialidade ou capacidade militar, mas apenas a modifica;
- d) para o desarmamento funcionar, teria que estabilizar a dissuasão, fazendo do ato de iniciar a guerra um empreendimento prejudicial ou não lucrativo (SCHELLING, 2011, p. 232-241; 257).

Por fim, cabe pontuar que, na visão de Schelling (2009, p. 125-127), se um mundo sem armamentos nucleares significa um mundo sem as bases mobilizacionais [programas

⁸³Como exemplo, pode-se citar o caso do submarino nuclearmente armado (SSBN), cujo monopólio, segundo Schelling (2011), devido à sua invulnerabilidade, é altamente indesejado. Segundo Schelling (2011, p. 238-239, grifo do autor, tradução nossa), “se **ele** precisa se preocupar com a exposição de **sua** força estratégica a um ataque surpresa **nosso**, **nós** precisamos nos preocupar com isso também”. Isso, particularmente, faz sentido dentro do contexto do Estado alegar não ter intenções de primeiro ataque e de que, portanto, assegurar isso ao inimigo pode ser mutuamente benéfico, visto que, entre outros fatores, estimula o relaxamento de tensões entre dois Estados nucleares rivais. Conferir Freedman (2003, p. 180-188).

mobilizadores nucleares], então esse mundo jamais poderá existir. Em grande parte isso se dá pelo fato de que toda crise seria uma crise nuclear e toda a guerra seria uma guerra nuclear. A pressa em tomar medidas preemptivas tornaria o mundo mais agitado/nervoso. Tendo isso em mente, é coerente a constatação de Schelling (2006, p. 929) de que o “evento mais espetacular do último meio século foi um que não ocorreu”. Os armamentos nucleares, cabe lembrar, são únicos porque as vemos como únicos e, assim, embora não haja garantias de que o “não-uso” de dispositivos nucleares seja mantido ou de que todos os atores internacionais sempre irão pensar da mesma forma, o “tabu nuclear”, com toda certeza, é um ativo a ser valorizado (SCHELLING, 2006, p. 929-930; 2009).

3.3 LAWRENCE FREEDMAN

Dissuasão deve ser entendida, segundo Lawrence Freedman (2004, p. 26, tradução nossa), como uma estratégia coercitiva, isto é, como uma estratégia que envolva uma “potencial ou efetiva aplicação de força capaz de influenciar a ação de um agente voluntário”. Ao longo da Guerra Fria, teorias dissuasórias tiveram de se amparar numa dinâmica militar simétrica de um conflito insolúvel tanto pela diplomacia quanto pela guerra. Assim se tornou imperativo construir estratégias que demonstrassem, ao mesmo tempo, determinação, cautela e moderação. O conflito (e a inerente escalada militar) progressivamente deu lugar à cooperação, por meio de uma “panóplia de medidas’ que lhes permitiam coexistir ideologicamente, resolver áreas de disputa, além de regular o relacionamento militar de modo que se mantivesse estável” (FREEDMAN, 2009, p. 49, tradução nossa). Isso se deu, por exemplo, através do estabelecimento (e manutenção) de canais de comunicação, da constituição de medidas de confiança mútua, bem como pela realização de reuniões de cúpula (FREEDMAN, 2004, p. 76; 2009, p. 49). Dissuasão diz respeito ao “papel de ameaças em assuntos internacionais e, sendo específico, de ameaças envolvendo o uso de força, destinada a impedir que outros ajam de maneira prejudicial.” Além disso, a dissuasão tem por objetivo a inação, ou seja, dissuasão tem êxito quando nada acontece (FREEDMAN, 2005 p. 789-790; 2009, p. 46).

Apesar da centralidade desempenhada pela dissuasão no discurso estratégico das superpotências ao longo da Guerra Fria, não se deve perder de vista que o termo trata de um fenômeno completamente natural, isto é, algo inerente à própria humanidade. Em síntese, é possível definir dissuasão como o ato de “manipular deliberadamente o comportamento de outros por meio de ameaças.” Particularmente reveladora é a máxima romana “*si vis pacem,*

para bellum” [se queres a paz, prepara-te para a guerra], o “argumento padrão” utilizado atualmente para a constituição de forças armadas mesmo quando se nega qualquer intenção agressiva (FREEDMAN, 2004, p. 1-2; 6-8; 27).

Na obra *“The Evolution of Nuclear Strategy”*, Lawrence Freedman (2003) procura retratar, não economizando nos detalhes históricos, o desenvolvimento do pensamento nuclear ao longo da Guerra Fria. A ênfase nitidamente recai sobre a perspectiva norte-americana, embora não se possa negar que tenha havido uma preocupação com a visão soviética, europeia (inglesa e francesa) e, em menor proporção, a chinesa. O ponto de partida, como não poderia deixar de ser, é Hiroshima e Nagasaki. Apesar da bomba lançada sobre Hiroshima ter 14kT e a de Nagasaki 20kT, foi em Hiroshima que houve o maior número de mortes imediatas⁸⁴ (66 mil contra 40 mil). Além disso, em Hiroshima, 80% da estrutura urbana (contra 40% de Nagasaki) foi destruída ou severamente danificada, o que se explica, fundamentalmente, pelo terreno montanhoso encontrado em Nagasaki. Esses detalhes importam na medida em que, de certa forma, já indicam implicitamente que, na Era Nuclear, as considerações que precisam ser levadas em conta vão muito além do número de dispositivos nucleares (e do seu respectivo rendimento) ou dos meios de entrega.

McNaught (1984), por exemplo, desenvolvendo o tema dos efeitos de armamentos nucleares, recorda que esse armamento jamais foi usada no campo de batalha e, portanto, suas implicações táticas podem apenas ser estimadas ou simuladas. A esse argumento é possível acrescentar a ideia, desenvolvida por Freedman (2003, p. 105-112) e outros, que o uso do armamento nuclear jamais poderá ser considerado uma decisão puramente “tática”, mas invariavelmente envolverá questões estratégicas. A própria decisão de “apertar o botão” deve ser considerada uma decisão estratégica da mais alta ordem e deve estar conectada com a situação geral em vigor no âmbito político e militar. A diferenciação entre armamentos nucleares táticos e estratégicos (tamanho do armamento, tipo de alvo, relação com zona de combate, entre outros fatores), por sua vez, como Schelling já havia destacado (veja-se a seção anterior), reveste-se de um “ar de irrealidade”, visto que a forma mais óbvia de evitar uma catástrofe nuclear é através do não uso de dispositivos nucleares. No mesmo sentido, “guerra nuclear limitada”⁸⁵ nada mais é, para o autor, do que uma contradição nos termos.

⁸⁴Posteriormente, Freedman relata (2003, p. xiii), dezenas de milhares de japoneses morreram.

⁸⁵Freedman (2003, p. 104) cita dois exercícios de guerra ou manobras que acabaram ganhando notoriedade: a Operação Sage Brush e a Carte Blanche. No exercício de Carte Blanche, 355 dispositivos nucleares foram “detonados”, deixando 1,7 milhões de “mortos” e 3,5 milhões de “feridos”, evidenciando a dificuldade de manter qualquer “guerra nuclear limitada” efetivamente “limitada” ou restritamente “tática”.

Grande parte dos debates (teorias estratégicas e conceitos) pós-1945, alerta Freedman (2003, p. 3), foram, na verdade, mera continuidade de discussões da era pré-nuclear. Isso é particularmente válido para a “doutrina do bombardeamento estratégico”, resumidamente definido como ataque ao “coração industrial/social do inimigo” com o intuito de gerar um “colapso interno” e, conseqüentemente, diminuir a necessidade de uma “vitória tradicional” no campo de batalha, por meio da utilização de forças terrestres. De fato, a bomba atômica parecia ter instaurado a era do poder aéreo (FREEDMAN, 2003, p. 3-5; 21-23, conferir também Brodie 1959).

Na Era Nuclear, como já foi destacado nas seções anteriores, defesa⁸⁶ se mostrava, desde cedo, como um sério desafio a ser superado. Na verdade, a vulnerabilidade das grandes cidades era dada como certa e a defesa como algo impossível. A experiência da Segunda Guerra, contudo, trouxe algumas lições:

- a) *Pearl Harbor*, por exemplo, realocado num contexto nuclear, sugeria a importância da antecipação em relação ao oponente, para lhe desferir um primeiro golpe fatal/maciço, antes que ele o fizesse, bem como a inevitabilidade de que o ataque ocorra de forma súbita e inesperada ou, ainda, que fosse surpresa;
- b) a contenção no uso de armamentos químicos, por sua vez, demonstrava que a melhor forma de dissuadir um ataque QBN (químico, biológico ou nuclear) inimigo seria por meio da ameaça de retaliação semelhante.

Em outras palavras, a primeira lição está relacionada com a “atração de um ataque repentino ou ataque surpresa” e a segunda lição está relacionada com a “necessidade de se ter capacidade de retaliação” (FREEDMAN, 2003, p. 29-32; 37-38; 42).

Ainda que o monopólio nuclear norte-americano tenha durado apenas até agosto de 1949, é possível afirmar que EUA tiveram superioridade, pelo menos, até a metade da década de 1950⁸⁷, possivelmente até o fim da década de 1950, devido ao fato de a força nuclear soviética ainda estar em seu estágio inicial de desenvolvimento. A viabilidade de um ataque preventivo contra as instalações soviéticas, como não poderia deixar de ser, foi debatida nos

⁸⁶Defesa, conforme já mencionado, divide-se em medidas ativas e passivas. Enquanto as medidas ativas envolvem a detecção, o rastreamento e o abate de forças atacantes antes que essas alcancem o alvo (sistemas antiaéreos ou anti-balísticos), medidas passivas envolvem a proteção de alvos contra os efeitos de um ataque inimigo (proteção das forças nucleares em submarinos ou silos subterrâneos), além de abrigos nucleares civis (FREEDMAN, 2003, p. 237; 2004, p. 37).

⁸⁷Freedman (2003, p. 102) especula que a superioridade nuclear dos EUA tenha durado até o final da década de 1950. Em outro trecho, porém, Freedman (2003, p. 128-129), ao retratar sobre a importante contribuição de Wohlstetter para a academia, essa superioridade, de certa forma, é colocada em cheque visto que o texto de Wohlstetter, escrito em 1956, aponta justamente para a vulnerabilidade das forças nucleares estadunidenses. Enfim, importa destacar a dificuldade de se ter convicção absoluta quanto à obtenção de superioridade nuclear.

EUA (inclusive em nível do Conselho de Segurança Nacional, em 1954). No entanto, afora problemas militares e operacionais, essa opção acabou sendo descartada por alegadas questões constitucionais, morais e éticas, visto que, isso equivaleria a entrar num conflito como potência agressora (ruindo, portanto, o princípio de atacar apenas em autodefesa). O próprio Brodie (1946a; 1946b) portou-se, desde cedo, como um crítico à política de guerra preventiva (FREEDMAN, 2003, p. 60; 102; 119-120).

A opção pela guerra preemptiva, por sua vez, foi levada bem mais a sério que a guerra preventiva, entre outros fatores por ter um caráter mais de reação. Enquanto a guerra preventiva diz respeito a uma preocupação com uma “alteração histórica” no balanço militar ou ainda, está baseada numa clara superioridade estratégica, a guerra preemptiva está atrelada a uma situação específica, qual seja, a iminência de um ataque inimigo, possível apenas após a conclusão dessa “alteração histórica” no balanço militar. Mais do que isso, guerra preventiva ocorre, segundo Freedman (2004, p. 86, tradução nossa), a “sangue frio”, isto é, ela “tem por intenção lidar com um problema antes que ele se transforme numa crise, enquanto preempção é uma estratégia mais desesperada, empregada no calor de uma crise.” Os requerimentos técnicos preparatórios para uma guerra preemptiva, por sua vez, são bem complexos, desgastantes (tanto financeiramente quanto operacionalmente/logisticamente) e, invariavelmente, tensos. Exige, entre outros fatores, um sistema de inteligência confiável, para assegurar não apenas que o ataque inimigo seja detectado a tempo (e, de preferência, que seja interpretado de forma correta, visto a possibilidade de ser um alarme falso), como também uma habilidade e capacidade de movimento rápido para prevenir que o ataque inimigo efetivamente ocorra (FREEDMAN, 2003, p. 119-121; 124; 133).⁸⁸

Conforme já apontado em seções anteriores, a Guerra da Coreia demonstrou claramente que os armamentos nucleares eram “únicos” e que, portanto, deveriam ser manuseadas com cuidado. A forma como o conflito terminou (leia-se: sem uma vitória clara por parte dos EUA, ainda que tivessem armamentos nucleares) e a eleição do republicano Dwight Eisenhower (1953-1961), em janeiro de 1953, deu início a uma profunda mudança de direção nas doutrinas estratégicas até então desenvolvidas na administração Truman (1945-1954). Do não uso, passou-se a defender o uso desenfreado através do que ficou conhecido por “retaliação maciça”. Em termos práticos, entre outras medidas, procurou-se dar aos

⁸⁸Freedman (2003, p. 153) aponta que, em fins da década de 1950, tanto do lado estadunidense quanto do lado soviético, houve estrategistas e militares que defenderam o desenvolvimento de uma capacidade preemptiva. Assim, em ambos os Estados, o progresso tecnológico foi monitorado atentamente, na busca de indícios de que algum avanço significativo era iminente, pois isso poderia dar uma nítida vantagem a uma das partes envolvidas.

dispositivos nucleares um “status convencional”, algo que poderia se tornar possível, dentre outros motivos, graças à chegada da “era de abundância nuclear”, com arsenais que incluíam desde armamentos “estratégicos”/bombas de hidrogênio até armamentos “táticos”/de uso no campo de batalha. Por trás disso havia, também, motivações econômicas, visto que a nuclearização, acreditava-se, poderia contribuir para a redução dos exorbitantes gastos que estavam sendo destinados ao rearmamento e manutenção de forças convencionais (FREEDMAN, 2003, p. 68;72-74).

Em 1956, Albert Wohlstetter trouxe importantes contribuições para o meio acadêmico, ao realizar um estudo sobre as bases aéreas norte-americanas. Apesar da primeira geração de mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs) não ser tão eficiente como armas contra-força, na medida em que lhes faltava precisão, as bases norte-americanas, especialmente aquelas localizadas na Europa, por serem alvos grandes, eram vulneráveis a ICBMs soviéticos. Dessa forma, Wohlstetter argumentou contra a visão de que “dissuasão” era algo que se estabelecia de forma automática após ambos os lados adquirirem vetores de entrega de dispositivos nucleares. Segundo ele, a balança de terror era “frágil”. Dissuasão, portanto, envolve muito mais do que meramente igualar a capacidade inimiga de primeiro ataque. Dissuadir, em termos práticos, significa ser capaz de revidar, apesar dos danos sofridos (capacidade de segundo ataque). Foi através desse estudo que a discussão sobre primeiro e segundo ataque chegava ao meio civil (FREEDMAN, 2003, p. 128-129).

Ter capacidade de primeiro ataque, portanto, vai muito além de dar os primeiros passos em uma guerra nuclear. Envolve, acima de tudo, a capacidade de destruir, num ataque surpresa e preemptivo/preventivo, os meios retaliatórios do inimigo. Ter uma força de segundo ataque, por sua vez, equivale a ter uma capacidade de garantir uma retaliação bem sucedida, depois de assimilar um primeiro ataque do inimigo. Mais do que isso, enquanto forças de primeiro ataque são contra-força (direcionadas a alvos militares), forças de segundo ataque podem ser contra-valor (direcionados a alvos econômicos ou civis). Para ter uma força de segundo ataque, portanto, é necessário não apenas sobreviver a um ataque inimigo, como também ser capaz de comunicar a decisão de retaliação, alcançar os alvos inimigos, perpassando pelas suas defesas ativas e, finalmente, ser capaz de destruir o alvo, apesar de todas as medidas passivas de defesa (FREEDMAN, 2003, p. 128-129; 2004, p. 88-9).

De forma resumida, se a década de 1950 ficou conhecida por doutrinas de retaliação maciça que, conforme Brodie (1959, p. 254), careciam de credibilidade desde a sua concepção, a década de 1960 consagrou uma série de conceitos como “destruição [mútua] assegurada”, limitação de danos e resposta/retaliação flexível. Esses conceitos normalmente

são associados a Robert McNamara, Secretário de Defesa dos EUA entre 1961 e 1968. Durante esse período houve, num primeiro plano, a tentativa de montar uma estratégia que pudesse envolver mais opções do que mera escolha entre suicídio e rendição (retaliação maciça). Num segundo plano, procurou-se evitar que cidades fossem alvejadas por dispositivos nucleares (a assim chamado “evitação das cidades”, em inglês, *city-avoidance*), algo que, posteriormente, seria substituído pela ideia de destruição assegurada (FREEDMAN, 2003, p. 215-216; 220-222). Sobre esse último ponto, Freedman (2003, p. 222, tradução nossa) argumenta que a mudança foi, apesar de importante, em grande parte, uma mudança de ênfase.

Apesar da intenção “nobre” por trás da estratégia da “evitação das cidades”, fazendo com que apenas determinados alvos militares pudessem ser atacados por dispositivos nucleares, essa estratégia apresentava três problemas fundamentais:

- a) primeiramente, a estratégia carecia de credibilidade, visto que a estratégia contra-força de McNamara só funcionaria no limitado e improvável cenário da URSS iniciar uma guerra nuclear através de ataques limitados e precisos contra as forças nucleares norte-americanas menos decisivas/importantes, situadas, se possível, longe de cidades, ao mesmo tempo em que algumas de suas forças fossem guardadas em reserva, de preferência vulneráveis, disponíveis, portanto, para uma retaliação norte-americana;
- b) apesar do discurso de que apenas intenções de “segundo ataque” estavam em jogo, era [e é] muito difícil dissociar ataques contra-força de capacidade de primeiro ataque (se a ideia é mirar de forma precisa nas forças nucleares soviéticas, ao invés de cidades, Freedman questiona qual seria o sentido de atacar apenas forças residuais soviéticas, como forma de retaliação, ao invés de atacar as forças soviéticas em sua totalidade, caso surgisse oportunidade);
- c) a URSS não tinha a mesma capacidade contra-força⁸⁹ que os EUA, enfrentando, naquela altura, sérios problemas com os programas de ICBMs (eram poucos e não tinham precisão) e SLBMs (mísseis balísticos lançados de submarinos), o que significava que dificilmente a URSS aceitaria a proposta relacionada com a forma de fazer guerra que lhe seria oferecida (FREEDMAN, 2003, p. 223-224; 226-228).

⁸⁹Em certo sentido, ter capacidade contra-força envolve ter grandes forças, possivelmente superioridade numérica, embora não se deva perder de vista aspectos qualitativos (FREEDMAN, 2003, p. 155; 228). Ou seja, para se ter capacidade contra-força, quantidade importa. O contrário, porém, não é verdade, isto é, quantidade não garante efetiva capacidade contra-força.

A Crise dos Mísseis em Cuba (de outubro de 1962), por sua vez, serviu para demonstrar que, na prática, a estratégia contra-força não tinha relevância alguma. Por um lado, o presidente Kennedy, ao alertar os russos, ameaçou com um “ataque retaliatório pleno”. Além disso, bombardeiros “US B-47” foram posicionados em aeródromos civis, tirando, assim dos soviéticos a opção contra-força. Ainda assim, Freedman (2003, p. 231) acredita que a passagem da estratégia da “evitação das cidades” para uma de “destruição assegurada” contém, na historiografia, elementos caricatos, visto que McNamara, em essência, apenas reproduziu um aspecto da doutrina dissuasória norte-americana conhecido desde a década de 1940. **Isto é, sempre se soube que a melhor maneira de dissuadir um ataque inimigo era criar uma força capaz de revidar o ataque inicial (provavelmente surpresa).** Mais do que isso, a opção pela “evitação das cidades” não foi completamente abandonada. O que aconteceu, segundo Freedman (2003), foi que a ênfase da política declaratória se deslocou de “evitação das cidades” para “evitação de guerra”, **de capacidade contra-força para capacidade contra-valor, com o intuito de demonstrar os perigos da guerra nuclear como um todo** (e não para, conforme muitos acreditam, mostrar como uma guerra nuclear deveria ser travada)⁹⁰ (FREEDMAN, 2003, p. 230-233).

Embora não houvesse uma forma precisa de calcular o nível de destruição que poderia advir de um conflito nuclear, aceitou-se que a condição confortavelmente estável de “destruição mútua assegurada” só poderia se manter diante da capacidade de infligir uma “inaceitável destruição” de um terço (33%) a um quinto (20%) da população soviética e de três quartos (75%) a metade (50%) de sua capacidade industrial⁹¹. Assim, já na época surgiram críticos, como Benjamin Lambeth, dizendo que “destruição assegurada” era uma “antítese estratégica”, visto que essa estratégia perdia a sua utilidade exatamente onde se espera que a estratégia militar entre em ação, a saber, na iminência de uma guerra. A condição estabilizadora de um mundo MAD, por sua vez, sustentava-se na obtenção de capacidade de segundo ataque [*second strike capability*] (FREEDMAN, 2003, p. 150; 233-235; 245-246; 319).

⁹⁰Esse é um dos pontos que Colin Gray, autor a ser abordado na próxima seção, critica severamente. Para Gray, a tentativa de regulamentar a forma de se travar uma guerra nuclear [imposição de regras] não só beira o absurdo, como foi mal compreendida por parte dos EUA (assim como os conceitos de estabilidade e, inclusive, do que vem a ser dissuasão nuclear). Freedman (2003), por sua vez, acredita que houve, com o passar do tempo, uma convergência de ideias no campo nuclear, ainda que, a retórica e/ou discurso nem sempre sinalizasse isso.

⁹¹Colin Gray (2007, p. 214) também é um severo crítico dessa lógica, apontado que o cálculo foi baseado em termos estritamente materiais, uma análise custo-benefício que não levava em consideração teoria estratégica ou lógica, muito menos a experiência histórica.

O fim da década de 1960 também acabou por coroar a estratégia de resposta/retaliação flexível (já enfatizada em 1961 e 1962 em âmbito doméstico estadunidense), após sua adoção por parte da OTAN. A ideia era substituir a doutrina de “retaliação maciça” por uma mais flexível, e com uma escala bem equilibrada de respostas adequadas, tanto de ordem convencional quanto nuclear, a todos os níveis de agressão ou ameaças de agressão (FREEDMAN, 2003, p. 271-272; 317). A década de 1970, por sua vez, tornou a equação nuclear ainda mais complicada. Segundo Freedman (2003, p. 328, tradução nossa), o “debate estratégico durante a década de 1970 nos EUA foi barulhento, até mesmo cacofônico, e não raras vezes estava relacionado com questões mais amplas”.

Resumidamente, a década de 1970 ficou marcada:

- a) pela “Doutrina Schlesinger” (janeiro de 1974), que acabou por modificar a “doutrina de alvo” dos Estados Unidos (em inglês, *US targeting doctrine*), trazendo uma maior variedade de “interação” nuclear (troca de ataques), além de enfatizar a importância de controle, seletividade, e flexibilidade de resposta (FREEDMAN, 2003, p. 317; 360-363);
- b) pelo desenvolvimento de sistemas anti-balísticos, primeiramente com o sistema *Sentinel*, anunciado por McNamara em setembro de 1967 com o intuito de proteger cidades norte-americanas contra possíveis ataques chineses; depois com o *Safeguard ABM System*, justificado pela necessidade de proteção das forças de segundo ataque (FREEDMAN, 2003, p. 320; 325);
- c) pela superioridade **numérica** dos soviéticos⁹², ao fim da década de 1970, em questão de ICBMs e SLBMs, embora em aspectos qualitativos, ligados à sofisticação técnica ou modernização tecnológica, os EUA estivessem à frente⁹³ (FREEDMAN, 2003, p. 329-330; 336; 374).

Em síntese, conforme Freedman (2003, p. 335), o impacto da tecnologia ao longo da década de 1970 não alterou de forma significativa o ambiente estratégico, mas introduziu novas incertezas e complexidades que “acabaram por confundir distinções que haviam sido feitas anteriormente e trataram de qualificar verdades há muito estabelecidas”. Além disso, por mais que a administração Carter (1977-1981) tenha se caracterizado por uma aversão explícita a armamentos nucleares e tenha flertado com conceitos de dissuasão mínima, as

⁹²Em parte, isso se deu pelo fato dos soviéticos não desativarem ou desmontarem seus ICBMs mais antigos o que, por sua vez, fortaleceu a impressão de que a URSS estava tomando as iniciativas no campo estratégico.

⁹³Em meados da década de 1970, os EUA passaram a introduzir mísseis MIRV (mísseis de reentrada múltipla independentemente direcionados/*multiple independently targetable reentry vehicle*) em seus ICBMs e SLBMs.

normas relacionadas com o estabelecimento de alvos desenvolvidas por Schlesinger foram mantidas e refinadas. A principal inovação foi que se começou a pensar em termos de ataques limitados não mais apenas contra alvos militares, mas econômicos e, principalmente, políticos (FREEDMAN, 2003, p. 375-377). E, dessa forma, nas palavras de Freedman (2003, p. 377, tradução nossa), “o debate então havia completado um ciclo, [...] reivindicando teóricos do poder aéreo [...], que acreditavam que o bombardeamento estratégico seria capaz de separar a elite da grande massa do povo e, assim, levar a uma rápida desagregação social”.

A década de 1980, por sua vez, fortaleceu algumas tendências potencialmente desestabilizadoras, presentes na década de 1970. Não apenas se anunciou, em outubro de 1981, durante a administração Reagan (1981-89), um programa de modernização estratégica, como se passou a pregar que, caso a dissuasão falhasse e os EUA **tivessem**⁹⁴ de enfrentar nuclearmente a URSS, os EUA precisariam prevalecer, isto é, “terminar o conflito o quanto antes, em condições favoráveis aos EUA”. Mais do que isso, em março de 1983, anunciou-se, à revelia de cientistas, a Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI – *Strategic Defensive Initiative*, no popular “guerra nas estrelas”/“*star wars*”). A Iniciativa de Defesa Estratégica “buscou uma ‘Fuga Espetacular’ do dilema nuclear”, na medida em que procurava, pelo menos em âmbito retórico, fazer uma passagem do estado de destruição mútua assegurada para a sobrevivência mútua assegurada (FREEDMAN, 2003, p. 387-389; 394-396; 2004, p.19). Na prática, conforme bem se expressou Freedman (2003, p. 395), “Reagan não estava esboçando um novo movimento no demorado jogo da dissuasão nuclear, mas estava mesmo querendo acabar com o jogo”.

Durante a Guerra Fria, a evolução do pensamento estratégico foi, invariavelmente, impactada pelo progresso tecnológico. Isso diz respeito não apenas aos sistemas de armamentos⁹⁵, vistos de maneira individual, como do próprio equilíbrio a ser estabelecido na composição das forças. Bombardeiros, por exemplo, foram tidos como adequados para operações contra-força e estratégias de primeiro-ataque, embora fossem vulneráveis aos sistemas de defesa ativa do adversário. Ter apenas mísseis balísticos, preferencialmente, ICBMs⁹⁶, por sua vez, sinalizaria um completo comprometimento com estratégias de *second-*

⁹⁴Ou seja, teoricamente, não haveria, segundo Freedman (2003, p. 388), “entusiasmo pela guerra” ou vontade de guerrear, embora essa afirmação seja, no mínimo, discutível.

⁹⁵Ou à tríade estratégica, isto é, a ICBMs [mísseis balísticos intercontinentais], SLBMs [mísseis balísticos lançados de submarinos] e bombardeiros estratégicos.

⁹⁶Os primeiros mísseis balísticos de médio alcance [IRBMs], por exemplo, Thor e Jupiter, localizados na Europa, eram altamente vulneráveis. Isso se devia à sua posição fixa, à falta de proteção adequada e à demora em reagir (por serem mísseis de combustível líquido), somado com a proximidade da URSS. Por outro lado, os ICBMs Minuteman, por estarem bem protegidos em silos subterrâneos e por ser serem mísseis de combustível sólido (podendo, portanto, ser disparados com rapidez), amenizaram o problema da

strike. A contrapartida nesse último caso citado, no entanto, era de que, necessariamente, deveria haver uma “redução de ambições, além do reconhecimento de que apenas um número limitado de ameaças excepcionais poderia ser dissuadido, colocando, conseqüentemente, dúvidas na extensão do guarda-chuva nuclear para outras potências” [dissuasão estendida – *extended deterrence*]. Portanto, visto que, ao longo da Guerra Fria, nenhuma das superpotências foi capaz de estabelecer uma força nuclear capaz de desarmar o adversário (por meio de um ataque contra-força repentino e capaz de desarmar o inimigo) ou, ainda, de erguer um escudo anti-mísseis (o que, nos termos de Mearsheimer, se configuraria como hegemonia nuclear), a tecnologia confirmou, acima de tudo, o impasse entre as duas superpotências, além de indicar que era um erro atribuir à tecnologia um papel preponderantemente desestabilizador (FREEDMAN, 2003, p. 155; 158-161).

Cabe apontar que o submarino nuclearmente armado é tido como o modelo ideal de força de segundo ataque, além de ser exemplar em termos de estabilidade. Isso se dá em função da sua “invulnerabilidade” a um primeiro ataque [*first strike*] inimigo⁹⁷, como também por sua incapacidade de protagonizar um primeiro ataque, isto é, pelo fato de não ter capacidade contra-força. Em outras palavras, o submarino nuclearmente armado não é capaz de fazer ameaças nem de ser ameaçado por *first strikes* (FREEDMAN, 2003, p. 157; 335).

Quanto ao controle de armamentos estratégicos entre as duas superpotências (SALT I⁹⁸ – 1972—e SALT II⁹⁹ – 1979 –, por exemplo), muito mais importante que teto quantitativo a ser estabelecido para os sistemas nucleares é destacar os aspectos qualitativos, que são muito mais complexos (FREEDMAN, 2003, p. 338-339). Dentre outros problemas, SALT I coincidiu com a introdução de mísseis MIRVs (mísseis de reentrada múltipla independentemente direcionados), além de mísseis de cruzeiro. Assim, desde cedo houve problemas com a definição prática (e não do conceito em si) de “paridade”, visto que a assimetria existente entre a composição de força [*force structures*] das superpotências despontava em vários aspectos. Pelo fato de não existir um índice de poder militar auto-

vulnerabilidade (FREEDMAN, 2003, p. 157). A contrapartida é que, em termos de pontaria, esses ICBMs eram muito menos precisos do que os IRBMs, exigindo que os estadistas e estrategistas estabelecessem um equilíbrio entre essas e outras armas.

⁹⁷Invulnerabilidade deve ser entendida como inacessibilidade, isto é, pela mobilidade e ocultação que caracteriza o submarino.

⁹⁸Em 1972, estabeleceu-se o limite de 200 lançadores de mísseis anti-balísticos. Os EUA também teriam o direito a 1054 ICBMs e 656 SLBMs contra 1409 ICBMs e 950 SLBMs da URSS, com um sublimite de 308 ICBMs “pesados”. Aos soviéticos era permitido um maior número de mísseis, em função dos EUA terem mais bombardeiros que a URSS e, de forma geral, estarem mais desenvolvidos tecnologicamente (FREEDMAN, 2003, p. 340).

⁹⁹Em 1979, estabeleceu-se o limite de 2250 vetores nucleares, condicionados a uma série de sublimites. Embora o tratado não tenha sido ratificado, foi seguido tacitamente. Para mais informações, conferir Freedman (2003, p. 340-341) e Baylis (2013, p. 217).

evidente¹⁰⁰, não havia maneira fácil de solucionar o dilema ou, ainda, fórmula simples de descrever paridade. O problema envolvia desde questões de “*hardware*” até – e é aqui que tudo se complicava – “percepções subjetivas.” Os EUA, por exemplo, tinham mais bombardeiros e uma tecnologia muito mais avançada do que os soviéticos, ao passo que os soviéticos tinham uma quantidade muito superior de ICBMs (FREEDMAN, 2003, p. 339-341).

Tendo em vista que “são necessários dois para fazer com que a guerra continue a ser uma guerra limitada”, Freedman (2003) promove uma tentativa de entender o lado soviético. Em comparação com Colin Gray, autor a ser abordado na próxima seção, essa abordagem é muito mais otimista. Embora tenha havido pontos de discórdia ou momentos em que os soviéticos se recusaram a aderir a “regulamento A ou B” sobre como guerrear, Freedman (2003, p. 239) defende a ideia de que houve uma “estratégica curva de aprendizagem”, por mais que isso nem sempre se manifestasse no discurso (na retórica) ou em escritos de autores soviéticos sobre estratégia nuclear ou, ainda, sem que isso necessariamente significasse que ambos tinham o mesmo entendimento sobre o conceito de limites. Ainda assim, não há dúvidas de que, caso eclodisse uma guerra nuclear, os soviéticos teriam o mesmo interesse que os EUA em fazer com que os ataques fossem na medida do possível de caráter limitado (FREEDMAN, 2003, p. 105; 239; 244; 363; 401-402).

Embora Freedman (2003, p. 440-443) não aborde em profundidade o que outros autores, como Fred Iklé, Colin Gray e Keith Payne, chamam de “segunda era nuclear”, o autor parece concordar com a ideia de que o mundo pós-Guerra Fria estará cercado de novos desafios, menores, mas ainda assim significantes, que requerem uma renovada forma de pensar. O autor aponta que, mesmo que os dispositivos nucleares possam levar os líderes das nações a serem cautelosos, ao longo da Guerra Fria houve um significativo processo de aprendizagem até que a dissuasão mútua pudesse aparecer no radar como algo estável. Levou algum tempo até que se instalasse toda uma parafernália de vias de comunicação rápida (o famoso “telefone vermelho”) e ou se adotasse outras medidas capazes de estabelecer confiança mútua. (FREEDMAN, 2003, p. 441).

¹⁰⁰Entre outros elementos, precisava-se levar em conta o número e poder destrutivo de bombas/ogivas, pontaria, confiabilidade, táticas, sistemas defensivos e o potencial contra-valor /contra-força (FREEDMAN, 2003, p. 352).

3.4 COLIN GRAY

Colin Gray, diferentemente do que se viu até agora no presente trabalho, possui uma visão crítica não apenas de questões ligadas a teorias dissuasórias, como também do neorealismo, principalmente em relação a Kenneth Waltz¹⁰¹. Em relação às teorias dissuasórias, dentre outros pontos, Gray não é adepto, segundo Peoples (2013, p. 347-348), da visão monolítica de “racionalidade”, além de ser um ferrenho crítico da falta de atenção em nível da análise operacional (questões, por exemplo, de como lidar com uma guerra nuclear e com qual objetivo, caso a dissuasão falhe). Assim, para Gray (1979, p. 57; 87), não só é plausível que uma guerra central ocorra, como também é sensato que se tenha em mãos um “plano realístico de guerra” (preparado em tempos de paz). Para o autor, “é evidente que dissuadir um conflito é melhor que a guerra”, mas caso a guerra tome forma, é necessário que se tenha uma visão “não apenas das jogadas iniciais, mas também de como encerrar o jogo” (GRAY, 1981, p.185-186, tradução nossa).

3.4.1 Considerações Sobre a Era Nuclear

O ponto de partida do trabalho de Colin Gray, principalmente em “*The Second Nuclear Age*”, é de que a “era nuclear veio para ficar”, ou seja, a “política internacional será sempre conduzida pela sombra, real ou potencial, do perigo nuclear”, sem espaço, portanto, para “arsenais virtuais¹⁰²” ou ideias do tipo. Ademais, o fato nuclear é uma condição, não um problema (GRAY, 1999, p. 59; 69; 80-88; 155). Ainda que o autor defenda a utilidade de dispositivos nucleares (ou, pelo menos, rejeita sua inutilidade), mostra-se contrário à proliferação horizontal desses dispositivos (GRAY, 1999, p. 70; 161-164). Isso se dá, em grande parte, pelo entendimento que Gray tem sobre o funcionamento da dissuasão nuclear.

¹⁰¹As críticas dirigem-se principalmente ao fato de Waltz tratar os atores do Sistema Internacional como “caixas-pretas” (“*black boxes*”) que respondem de forma similar a estímulos [sistêmicos] parecidos; de aceitar teorias de aplicação universal (“*one size fits all*”) sobre, por exemplo, proliferação nuclear, ignorando, portanto, condições locais e regionais (GRAY, 1999, p. 26; 55-56; 61; 2003, p. 33, nota 78). Aliás, para Gray (1999, p. 55, tradução nossa), “proliferação será sempre algo específico a determinado tempo, lugar e circunstância”. Discutir proliferação como se estivesse num limbo é tão sem sentido quanto discutir o tema da guerra *per se* (como tema abstrato). Gray se define como um realista clássico, influenciado por Aron e Morgenthau (GRAY, 1999, p. 77, nota 27).

¹⁰²Em primeiro lugar, a ideia de arsenais nucleares virtuais não é atrativa para estadistas habituados com arsenais nucleares concretos. Mais do que isso, “falar de armamentos nucleares virtuais soa como tolice; querer correr riscos e de propósito deixar algo entregue ao acaso é perigosamente irresponsável, para não dizer que é culturalmente contrário à busca de controle por parte daqueles que formulam as políticas governamentais” (GRAY, 1999, p. 87-88, tradução nossa).

Das várias falácias que, segundo Gray (1999), existem na Era Nuclear, uma das que se destacam é a de que a utilização de dispositivos nucleares pode ser descartada, dado o tabu ou estigma social existente contra o seu uso. Gray (1999, p. 103, tradução nossa) afirma que apesar dessa ideia ser “plausível e atrativa”, ela também pode se tornar “perigosamente falsa, armando emboscadas para aqueles que, de forma imprudente, se mostraram otimistas”. Mais do que isso, o não-uso de dispositivos nucleares não deve ser confundido com um tabu nuclear. Segundo Gray (1999, p. 164, tradução nossa), a “história ensina que sempre chega o dia em que os armamentos existentes acabam sendo usados, que acidentes acontecem, que estadistas cometem erros de cálculo e que atritos podem assumir o controle [*friction can rule*]”. Assim, jamais se pode descartar a possibilidade de que guerras nucleares venham a ocorrer (GRAY, 1999, p. 103-105; 163-164).

Em relação a esse ponto, cabe apontar que quanto maior for a expectativa de um futuro sem o uso de armas de destruição em massa, maior também deverá ser o choque causado por tal evento, se ele vier a ocorrer. Gray (1999, p. 93-5), citando Waltz, concorda que caso ocorra uma guerra nuclear entre potências menores, isso não significa o fim do mundo. Gray (1999) também não discorda de Waltz, quando este menciona que potências extrarregionais não se envolverão necessariamente no conflito nuclear entre outros Estados (sob o risco de se tornarem alvos). Esse argumento, contudo, desvirtua, segundo o autor, outro fato muito mais importante: o de que mesmo que uma “pequena guerra nuclear regional” ocorra, isso **deve**, acima de tudo, demonstrar como é absurdo o pressuposto de que o não uso de armamentos nucleares é o princípio que norteia a política mundial. Ou seja, uma pequena guerra nuclear é um oxímoro, uma guerra nuclear é sempre uma guerra nuclear, tendo consequências sistêmicas da mais alta ordem (GRAY, 1999, p. 93-97).

Assim, Gray (1999, p. 97-100) não vê sentido na afirmação de que defesa não funciona na era nuclear. Apesar dos pífios resultados militares/técnicos obtidos com escudos/sistemas anti-mísseis [BMD], o autor acredita que deve haver mais esforço e programas mais bem elaborados¹⁰³. Quanto ao argumento de que um escudo anti-mísseis poderia estimular a inserção de armas de destruição em massa nos EUA por meios irregulares, Gray (1999, p. 100, tradução nossa) é enfático: “Em termos de lógica estratégica, esta argumentação está correta. No entanto, não é correto argumentar que, por existirem diferentes

¹⁰³Freedman (2009, p. 238), por sua vez, é adepto da ideia de “primazia do ataque”, sendo que, genericamente, os gastos com os fúteis sistemas de defesa são três vezes maiores que os custos das contra-medidas de ataque. Portanto, trata-se de uma vasta quantia de dinheiro que poderia ser mais bem investida.

maneiras de entregar armas de destruição em massa, deveríamos ‘facilitar as coisas’ para os mísseis balísticos”.

3.4.2 Considerações Sobre as Relações Estratégicas EUA-URSS

Convencionalmente, aceitou-se que a Guerra Fria teve como um de seus pilares a estabilidade estratégica entre os EUA e a URSS, algo que se tornou possível graças à constituição de um mundo MAD¹⁰⁴. Colin Gray discorda disso. Em 1979, o autor já apontava para o fato de que os EUA, cegados pelo conceito de estabilidade, estariam cometendo um grave erro ao não levarem em conta a doutrina bélica [*war-waging doctrine*] utilizada pelos soviéticos como *leitmotiv* estratégico. Segundo Gray (1979, p. 84, tradução nossa), os EUA, ao contrário da URSS, “abriu mão do reconhecimento [...] de que uma postura estratégica dissuasiva que seja adequada requer um equilíbrio entre elementos ofensivos e defensivos”. E, assim, Gray estranhou e se mostrou preocupado com o fato da URSS, e não os EUA, estarem desenvolvendo, na ocasião [1979], um sólido programa de defesa civil (GRAY, 1979, p. 82-85).

De acordo com Gray (2003, p. 20), infelizmente, os soviéticos não aparentavam compartilhar a visão dominante nos EUA sobre dissuasão estável. Mais do que isso, segundo o autor, não se tratava de uma questão de falta de conhecimento dos conceitos, mas de entendimento e de rejeição. Em parte, essa divergência tem origem na própria “revolução em assuntos militares” (RMA) do campo nuclear nos EUA e na URSS. Enquanto nos EUA a RMA foi implementada e moldada pela visão do poder aéreo, os soviéticos foram influenciados por uma “cultura continental” e pela força terrestre. Mais do que isso, em conexão com a RMA soviética, estava implícita a ideia de desenvolvimento de mísseis de longa distância, vistos em grande parte como uma extensão da artilharia (GRAY, 2002, p. 210-211). Assim, essas divergências organizacionais dificultavam a chegada a um “denominador comum” em questões estratégicas.

Enquanto Freedman (2003) vê isso como algo puramente retórico, Gray viu (e vê) isso com grande preocupação. Ainda que, em geral, convencionou-se a aceitar que a condição de uma dinâmica dissuasória estável tenha funcionado muito bem ao longo do conflito bipolar, por não ter havido uma Terceira Guerra Mundial, Gray prega cautela. Apesar de ser plausível aceitar que a dissuasão nuclear tenha tido um importante papel na manutenção da paz entre as

¹⁰⁴Mundo de destruição mútua assegurada.

duas superpotências, Gray (2000, p. 259, tradução nossa) questiona: “pode uma afirmação dessas ser provada? Ou, talvez, para ser mais exato, é possível provar uma afirmação dessas? [...] Será que é possível escrever ensaios sobre ‘vitórias da dissuasão’ ou ‘causas de guerras que não ocorreram’?”

3.4.3 Considerações Sobre Dissuasão Nuclear

Segundo Gray (1999, p. 12), dissuasão¹⁰⁵, por ser um relacionamento ao mesmo tempo coercitivo e cooperativo, é um processo que traz inerente a possibilidade de fracasso. Dissuadir, em síntese, significa dar àquele que se quer dissuadir a opção de cooperar ou de não cooperar. Envolve, portanto, questões de como o “outro” pensa. O dissuadido tem a possibilidade de optar por não se comportar de determinada maneira, por acreditar que as consequências de tal decisão possam vir a ser intoleráveis. Mais do que isso, dissuasão deve ser entendida como uma variável relacional – “é um efeito ou uma influência sobre o comportamento, que só se alcança ou que só pode ser alcançado com a cooperação daquele que se quer dissuadir” (GRAY, 1999, p. 89). Se um arsenal nuclear é capaz de dissuadir ou não é uma decisão que depende exclusivamente do consentimento voluntário, ainda que coagido, do ator a ser dissuadido (GRAY, 1999, p. 88-90; 2003, p. 13; 17-18; 2000, p. 256).

Portanto, dissuasão não pode ser associada à qualidade ou quantidade de determinada força. Em outras palavras, um dissuasor verdadeiramente confiável não é algo que se pode simplesmente adquirir/comprar. O mesmo pode ser dito de teorias/abordagens sobre dissuasão que, ainda que para nós se apresentem como sendo persuasivas, tendo elegância metodológica e apelo estético, não terão valor nenhum caso estiverem baseadas em pressupostos errôneos a respeito dos atores que se pretende dissuadir (GRAY, 2003, p. 21). Segundo Gray (2003, p. 18), um elemento sempre presente no pensamento e nos planos estratégicos dos norte-americanos é a confusão entre instrumento e efeito desejado, exemplificado no fato de, ao longo da Guerra Fria, as forças nucleares serem chamadas de “o dissuasor”. Algo que, para o autor, é um erro compreensível, mas que não deixa de ser um erro. Dissuasão, portanto, é produto de um relacionamento e não algo que se pode criar unilateralmente. Ademais, não é possível assegurar o sucesso da dissuasão (GRAY, 2000, p. 256-257). Dessa forma, quando

¹⁰⁵Em uma passagem de um de seus textos, Gray (2000, p. 256, tradução nossa) afirma que “dissuasão é dissuasão. Dissuasão nuclear, dissuasão convencional, dissuasão por medo de ação assimétrica [...] é tudo dissuasão, a mesma teoria e o mesmo assunto.

ou se dá certo ou é possível de ser alcançada, a dissuasão é algo fantástico (GRAY, 1999, p. 109; 157; 2000, p. 258).

Dissuasão é algo difícil, segundo Gray (2000, p. 259), porque estratégia é algo difícil. Em termos práticos, dissuasão faz parte de um “complexo relacionamento político, um relacionamento que tem história. [Mais do que isso,] dissuasão não pode ser considerada um fim em si mesmo; seu objetivo é influenciar a tomada de decisões alheias” (GRAY, 2003, p. 32, tradução nossa). Por mais que a dissuasão tenha funcionado no passado, isto não significa que vai funcionar no futuro (GRAY, 2000, p. 259). Ademais, teorias dissuasórias adotadas ao longo da Guerra Fria, que eram em grande parte de caráter dedutivo, apesar de estarem baseadas no pressuposto de que teriam aplicação universal, são nada mais que fruto da Guerra Fria (GRAY, 2003, p. 12) e, portanto, praticamente só se aplicam a esse cenário.

Ainda que dissuasão seja falível, Gray acredita que a adoção de políticas dissuasórias continua sendo algo importante, isto é, as políticas dissuasórias seguem tendo um papel a cumprir. A condição é que o estrategista não perca de vista quem, como, quando e por que se deve dissuadir. Ou seja, dissuasão sempre será algo específico (GRAY, 2003, p. 44; 2002, p. 255). Diz respeito a persuadir um líder específico ou líderes, em um momento específico, a não tomarem determinadas ações. Nesse contexto, nenhum detalhe pode ser marginalizado, ou seja, todos os detalhes são importantes (GRAY, 2003, p. 30). Aliado a isso, Gray (2003, p. 9-10; 15-16), pensando no caso norte-americano, mostra-se favorável também à adoção, em caráter alternativo e complementar, de políticas preemptivas e preventivas, que, segundo o autor, diferem entre si apenas por uma questão de *timing*. É preciso, segundo o autor, estabelecer um equilíbrio ou balanço entre essas duas/três políticas. Mais do que isso, Gray é amplamente favorável ao desenvolvimento de sistemas antimísseis (BMD – *ballistic missile defense*) e de defesas aéreas, além da adoção de planejamentos de guerra que sejam mais flexíveis (2003, p. 15-16; 1999, p. 154).

3.4.4 Considerações Sobre a Segunda Era Nuclear

Numa sistematização puramente teórica, Gray (1999) aponta que, se a primeira era nuclear ficou marcada pelo antagonismo EUA-URSS, a segunda era nuclear pode ser considerada uma era mais difusa, uma espécie de multipolaridade nuclear que só se encerrará com a volta de um único eixo político dominante nessa questão da hostilidade nuclear armada. A segunda era nuclear tem uma série de características. Dentre elas, cabe mencionar que o novo ambiente securitário global ou a nova ordem global se caracteriza por muitos aspectos

da (incontestável, de acordo com o autor) hegemonia norte-americana ou do “momento estratégico unipolar dos Estados Unidos”, em que o poder e a influência estão concentrados nos Estados Unidos. Além disto, a segunda era nuclear possui um contexto político mais globalizado (GRAY, 1999, p. 29-37).

Por fim, a continuada proliferação horizontal (nuclear e de mísseis) tem tornado determinadas regiões muito mais perigosas do que eram antes. E quanto maior for o número de potências nucleares, maior também será a possibilidade de que “eventos” nucleares ocorram, de forma proposital ou não (GRAY, 1999, p. 49-50; 144). Assim, nesta segunda era nuclear, a dissuasão é muito mais difícil do que no período da Guerra Fria, lançando dúvidas sobre quem se deve dissuadir e por quê. Mais do que isso, no caso norte-americano, segundo Gray, os regimes-párias, os vilões, os poderes messiânicos e as potências regionais emergentes que os EUA talvez queiram dissuadir serão todos muito mais difíceis de entender do que a URSS das décadas de 1960 e 1970 (GRAY, 1999, p. 143; 2000, p. 260).

3.5 EUGENIO DINIZ

Em Diniz (2014), o ponto de partida é muito similar ao da presente dissertação. A crítica recai sobre a abstração dada por autores neorrealistas ao que se deve entender por dissuasão ou capacidade nuclear. A abstração destoa tanto da realidade que, segundo o autor, acaba por gerar um entendimento ingênuo sobre o fenômeno, com todos seus problemas práticos que daí decorrem, como custos e riscos imprevistos, por exemplo, de se adquirir dispositivos nucleares. Ademais, Diniz (2014, p. 38) aponta para o fato de que não apenas se tem enfatizado excessivamente a questão de armamentos ou posse de arsenais nucleares, como também tem se equalizado esse aspecto com o conceito de estabilidade estratégica. Na análise sobre Freedman (seção 3.3), já foi possível perceber que houve toda uma “curva de aprendizagem estratégica” entre as duas superpotências. O grande problema disso é que se perdeu de vista quais são os componentes necessários para se ter capacidade nuclear plena. Nesse aspecto, o trabalho de Diniz (2014) pode ser considerado exemplar e, em adição, ao trabalho de Gray (vide seção anterior), é possível afirmar que, embora esses dois autores não necessariamente anulem a teoria de Waltz ou de Mearsheimer, elas apontam, invariavelmente, para a necessidade de se fazer algumas correções/emendas.

Diniz (2014) reforça a concepção de que para se constituir uma dinâmica dissuasória mútua e estável, é preciso eliminar os incentivos para um primeiro ataque. Assim, a lógica ou estratégia de lançamento ao primeiro sinal [*launch on warning*] desde cedo deve ser visto

como algo perigoso. A melhor forma de desencorajar um ataque nuclear alheio é a capacidade nuclear retaliatória própria, como ficou claro, nas seções anteriores, em Schelling, Freedman e, de certo modo, de forma incipiente em Brodie. Tecnicamente, nas palavras Diniz (2014, p. 4), “trata-se de estabelecer a capacidade de lançar um segundo ataque” [em inglês, trata-se de ter *2nd strike capability*]. A definição, por sua vez, da expectativa de segundo ataque depende da expectativa, mesmo após ter sofrido um ataque nuclear:

- a) da expectativa de se ter artefatos suficientemente poderosos e em grande quantidade, além de veículos de entrega capazes de alcançar e atingir o alvo;
- b) da expectativa de se ter infraestrutura (comando e controle – C2) capaz de tomar/implementar a decisão de retaliar;
- c) da expectativa de que a decisão de retaliar seja efetivamente tomada (DINIZ, 2014, p. 4).

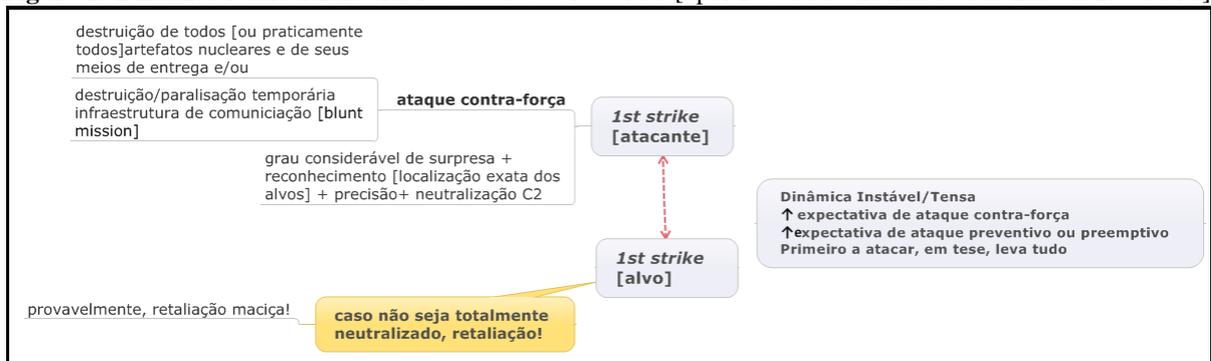
Diniz (2014, p. 10-11) faz questão de ressaltar aspectos, com presença marcante também em Schelling, de que ambos os lados “têm interesse estratégico e financeiro na capacidade retaliatória de seus respectivos adversários”. Schelling (2011, p. 238-239, grifo do autor, tradução nossa), por exemplo, ao reafirmar o desejo de que nenhuma tecnologia pudesse eliminar a “invulnerabilidade” de submarinos, argumenta que “se **ele** [o oponente] precisa se preocupar com a exposição de **sua** força estratégica a um ataque surpresa **nosso, nós** precisamos nos preocupar com isso também”. É a certeza da retaliação [*2nd strike capability*] que permite que a expectativa de um ataque contra-forças seja reduzido, consequentemente, reduzindo-se possíveis tensões existentes.

Indo direto ao ponto, dissuasão nuclear não depende só de dispositivos nucleares, mas também de “instalações, equipamentos, pessoas e procedimentos que aumentam a capacidade de sobrevivência” dos dispositivos nucleares (DINIZ, 2014, p. 34). A estabilidade da dissuasão, por sua vez, conforme Diniz (2014, p. 35), depende de “encontrar e estabelecer formas, canais e até mesmo códigos diferentes para o diálogo”, ou seja, “depende de um processo que é integralmente político”, com todos os problemas que daí podem surgir. Freedman (2003) fala no estabelecimento de uma “panóplia de medidas”, envolvendo o estabelecimento/manutenção de canais de comunicação ou de medidas de confiança mútua, fundamentais para que, mesmo após a troca de ataques nucleares, a guerra possa ser controlada, conforme Schelling (2008; 2011) já argumentava.

O trabalho de Diniz (2014) permite que se construa uma série de modelos relacionados ao estabelecimento de uma verdadeira estabilidade nuclear. O primeiro passo, invariavelmente, é entender o que acontece num cenário em que nenhuma das partes possui

capacidade de segundo ataque.¹⁰⁶ Na figura 1, onde se lê *1st strike*, deve-se entender que se trata de um país que não possui capacidade de segundo ataque¹⁰⁷. Genericamente, atribui-se a apenas um desses atores o papel de “atacante”, mas obviamente não se deve perder de vista que se trata de uma relação bilateral¹⁰⁸. Embora não seja possível prever como se daria o início de uma guerra nuclear, parte-se do pressuposto que a expectativa esteja centrada num ataque contra-força, ainda que, conforme se verá adiante, isso pode ser mais difícil que o próprio estabelecimento de uma força de segundo ataque. Parte-se do princípio de que os canais de comunicação necessários não estão corretamente estabelecidos e, assim, um ataque contra-valor provavelmente seria respondido de forma descontrolada, gerando destruição gratuita.

Figura 1: Dinâmica Nuclear Bilateral *1st* strike* vs. *1st strike* [*por *1st strike* entenda-se ausência de *2nd strike*]



Fonte: Diniz (2014).

Como é possível perceber, a dinâmica é extremamente instável ou tensa, visto que a expectativa de ocorrer um ataque contra-força (de forma preventiva ou preemptivo) é muito alta. Em parte, isso se dá pelo fato de que, em tese, o primeiro a atacar "leva tudo". Daí porque, em situações de crise, a dinâmica bilateral poder assumir dimensões extremamente perigosas. Cabe apontar que o ataque teria de ser quase perfeito, destruindo todos os artefatos e meios de entrega e/ou a infraestrutura de comunicação. No caso do ataque não ter atingido seus objetivos básicos, isto é, o de destruição da capacidade nuclear adversária, a resposta

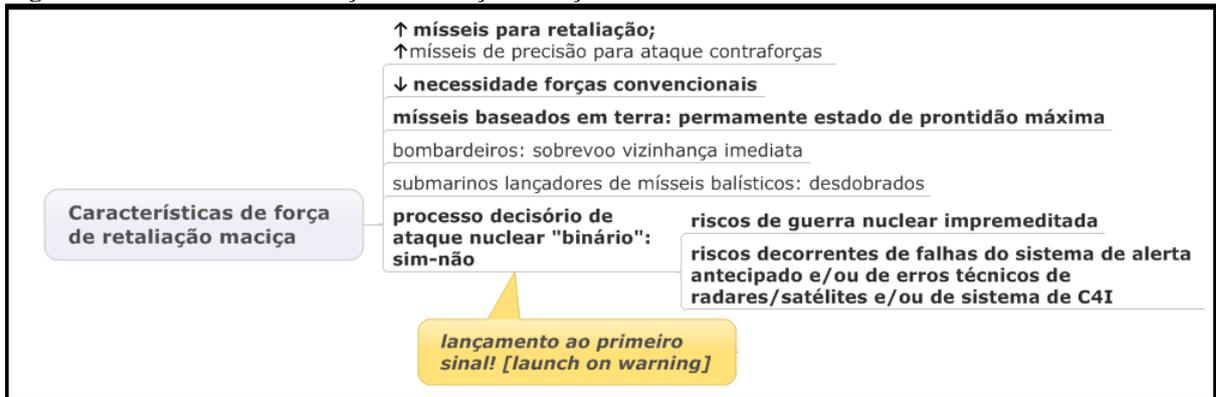
¹⁰⁶Esses modelos são de extrema importância, na medida em que servirão de base para o argumento a ser desenvolvido no quinto capítulo. Cabe apontar que, embora os gráficos sejam de autoria própria, as informações nela contidas foram retiradas integralmente, com possibilidade de erros e/ou desvios por parte do autor dessa dissertação, do trabalho exposto por Diniz (2014). Assim, é preciso fazer jus e dar crédito ao trabalho intelectual de Diniz (2014), ao mesmo tempo em que se reconhece que qualquer erro de interpretação é de inteira responsabilidade do autor dessa dissertação.

¹⁰⁷A definição pode parecer confusa, mas é preciso lembrar dos conceitos de “superioridade nuclear” de Mearsheimer (2001) ou de *first-strike* de Wohlstetter apresentado na página 63, que envolvem um efetivo e confiável desarme das forças nucleares adversárias.

¹⁰⁸Cabe notar que, se a situação já é complicada e complexa numa dinâmica bilateral, em um ambiente nuclear multipolar, como é o caso do subcontinente indiano, certamente existirão agravantes adicionais.

provavelmente se daria de forma maciça (conferir figura 2), ou seja, presume-se que “todos os botões seriam apertados.” Nos termos de Mearsheimer (2001), é apenas através da certeza de que um ataque nuclear contra-força terá sucesso (ou, ainda, pelo desenvolvimento de um confiável escudo anti-mísseis), que se pode ter efetiva superioridade nuclear. Ambos os cenários, no entanto, conforme já visto no primeiro capítulo, são de difícil realização.

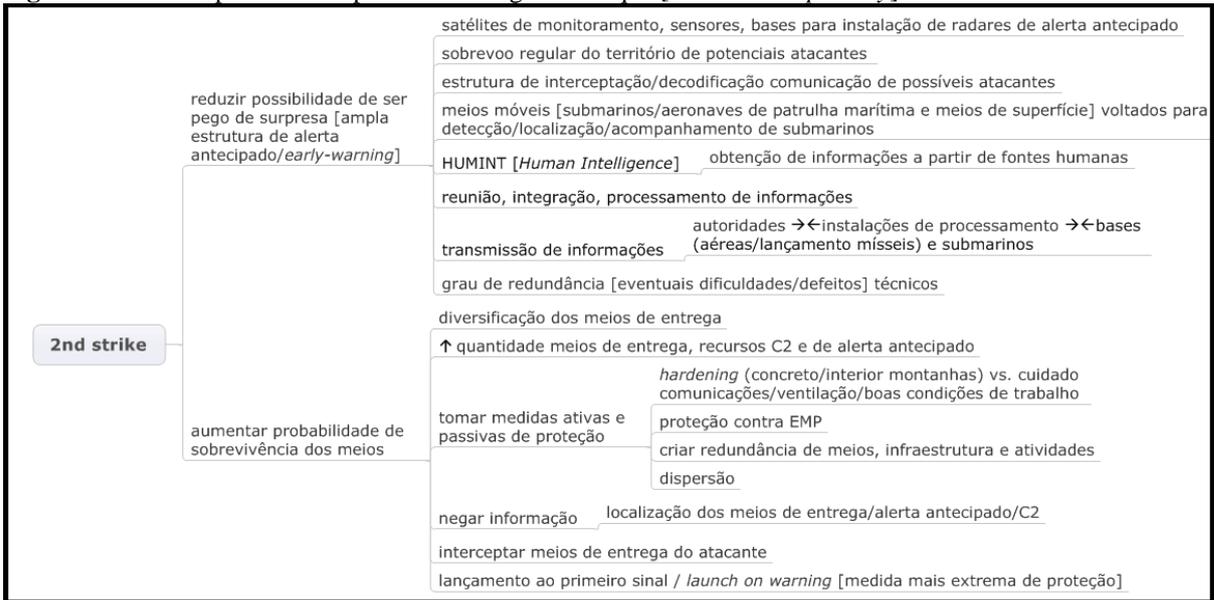
Figura 2: Características de força de retaliação maciça



Fonte: Diniz (2014).

Enquanto Waltz (conferir seção 2.2) acredita que todos podem facilmente implantar/implementar forças de segundo ataque e gerar estabilidade em nível estratégico, pouco importando se o Estado é forte/rico ou fraco/pobre, Diniz (2014) elabora uma extensa lista de critérios que precisam ser preenchidos, não necessariamente de forma integral, para que se tenha efetiva capacidade nuclear (conferir figura 3). Não cabe aqui repetir os elementos presentes na figura ou, ainda, do texto de Diniz (2014). Cabe, entretanto, novamente demonstrar que Waltz e Diniz encontram-se em campos opostos. Ainda que os dois autores possam estar errados, o fato é que os dois autores não podem, simultaneamente, estar corretos.

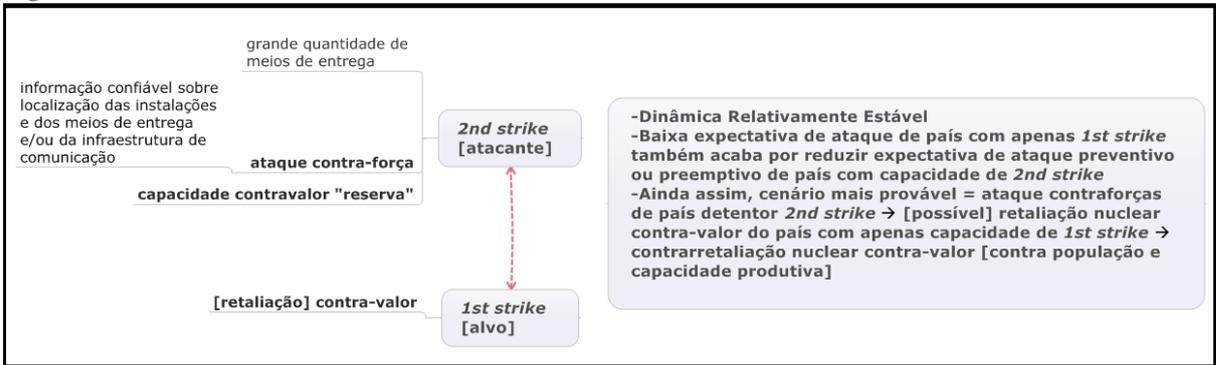
Figura 3: Medidas para obter capacidade de segundo ataque [*2nd strike capability*]



Fonte: Diniz (2014).

A partir do momento em que um dos atores de uma dinâmica bilateral conseguir preencher esses critérios e, conseqüentemente, obter capacidade de segundo ataque, pode-se argumentar que a dinâmica torna-se um pouco mais estável que a anterior, embora ainda longe do ideal ou do desejável (conferir figura 4). Em primeiro lugar, a expectativa de ataque nuclear do país sem capacidade de segundo ataque cai, reduzindo os incentivos de um ataque preventivo/preemptivo por parte do país com capacidade de segundo ataque. A lógica, contudo, embora longe de representar algo que invariavelmente será seguido, indica que o primeiro ataque por parte do país com capacidade de *2nd strike* será contra-força. Se possível, a retaliação tende a ser contra-valor, algo que pode ser desencorajado por parte do país com capacidade de *2nd strike* através do estabelecimento de uma capacidade contravalor “reserva.” Mais do que isso, Diniz (2014) lembra que, caso houver essa retaliação, o país atacante [detentor de capacidade de *2nd strike*] estará em estado de alerta máxima, reduzindo, porém não eliminando, as probabilidades de sucesso do ataque retaliatório. O estabelecimento de um escudo anti-mísseis (BMD), por sua vez, alteraria fundamentalmente (possivelmente faria ruir) a dinâmica estabelecida.

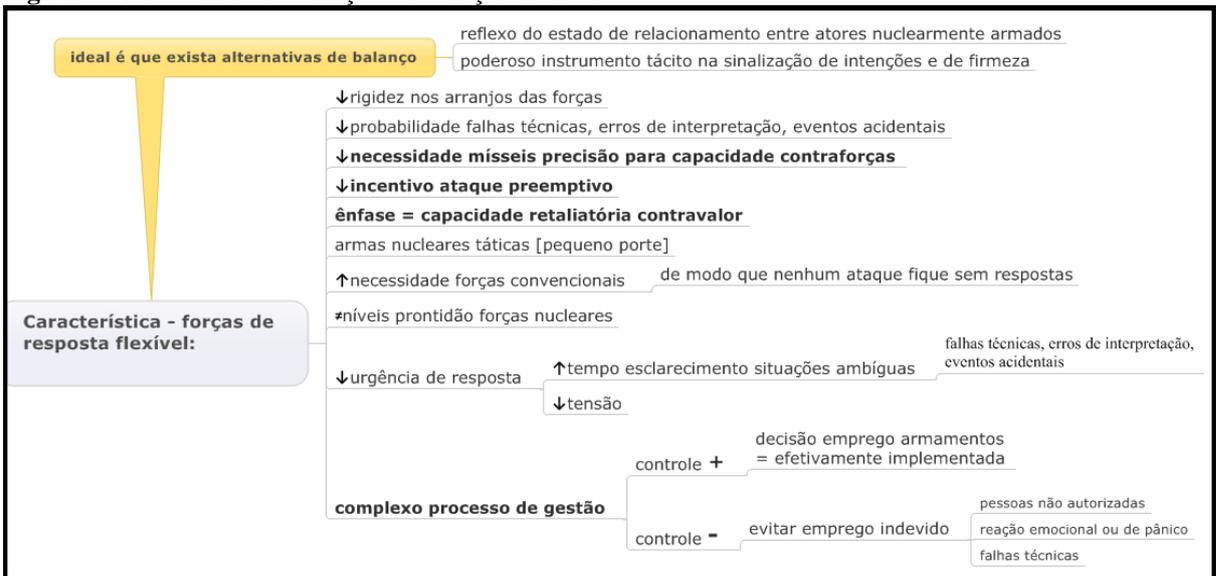
Figura 4: Dinâmica Nuclear Bilateral *2nd strike vs. 1st. strike*



Fonte: Diniz (2014).

Quanto ao país detentor de capacidade *1st strike* apenas, cabe lembrar, conforme bem aponta Diniz (2014), que dispor de capacidade *1st strike contra-força* é mais difícil que obter capacidade de *2nd strike segura*. Portanto, prima-se por uma capacidade contra-valor. Mais do que isso, o incentivo à retaliação cai drasticamente de acordo com o sucesso do ataque contraforças do adversário. Quanto ao país detentor de capacidade de *2nd strike*, Diniz (2014) aponta que é prudente que primeiro se assegure a capacidade retaliatória para, só depois, adquirir capacidade de *1st strike* contra-forças. Caso contrário, corre-se um enorme risco. No improvável caso do país com capacidade *2nd strike* ser alvo de um ataque nuclear (ou um ataque “convencional”) de outro com mera capacidade *1st strike*, é possível – embora nada garanta que este venha a ser o caso – que a retaliação ocorra de forma flexível (conferir figura 5).

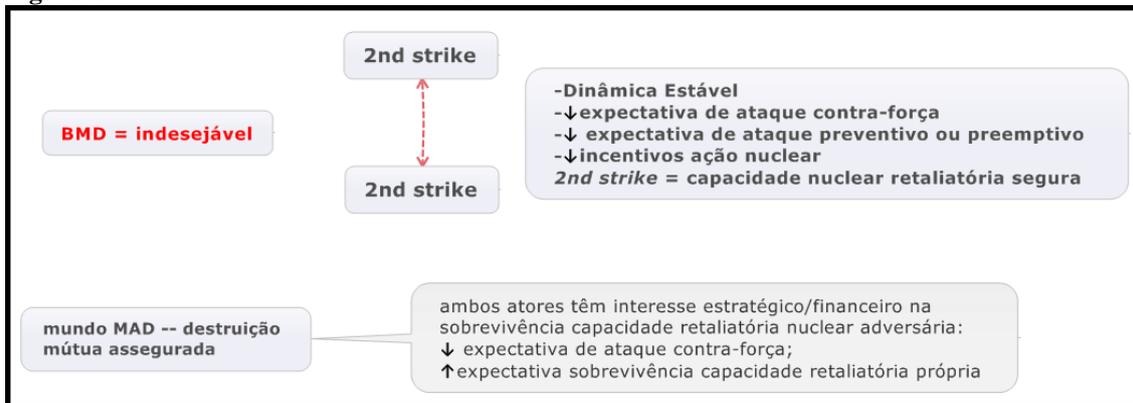
Figura 5: Características de força de retaliação flexível



Fonte: Diniz (2014).

É apenas por meio do estabelecimento de forças de segundo ataque [*2nd strike capability*] por ambos os atores que se consegue estabelecer uma dinâmica estável. Os incentivos para um ataque contra-força são reduzidos, bem como os incentivos para que haja um ataque preventivo ou preemptivo. E, assim, ambos os atores, conforme aponta Diniz (2014), passam a ter interesse estratégico/financeiro na sobrevivência da capacidade retaliatória adversária. O estabelecimento de um escudo anti-mísseis (BMD), por sua vez, é altamente indesejável, conforme Waltz já muito bem argumentava (conferir seção 2.2).

Figura 6: Dinâmica Nuclear Bilateral *2nd strike vs. 2nd. strike*



Fonte: Diniz (2014).

É importante salientar que o conceito de segundo ataque desenvolvido por Diniz (2014) foi desenvolvido em sua forma máxima/plena no presente trabalho. Conforme a Figura 3 já indica, ter capacidade de segundo ataque também pode ser relacionado ao fato de se ter os meios adequados (instalações, equipamentos, pessoas e procedimentos) que possam vir a detectar um primeiro ataque nuclear antes que esse atinja o alvo pretendido. Ou seja, uma retaliação nuclear não precisa necessariamente se dar após o recebimento de um ataque nuclear e a avaliação dos danos acarretados. É justamente esse “ambiente tenso” que torna a possibilidade de um conflito nuclear uma ideia real e extremamente perigosa. Certos sinais, conforme Schelling (2008; 2011) já argumentava, podem ser mal interpretados gerando uma série de ações e reações que podem vir a ser desfavoráveis e até catastróficas para os atores envolvidos. Ter capacidade de segundo ataque, portanto, permite que se tenha um maior controle da situação. Mais do que isso, permite que haja maior barganha e, até mesmo, que se tenha a opção de adotar uma política de retaliação flexível. Além disso, ter capacidade nuclear adequada envolve ter a possibilidade de, ao sofrer qualquer tipo de chantagem nuclear, poder chantagear de volta¹⁰⁹.

¹⁰⁹Conferir Betts (1987).

Por fim, Diniz (2014, p. 3) aborda o relativo perigo de uma proliferação desenfreada, principalmente quando isso envolver atores mais pobres que, portanto, terão menor capacidade de dispor de condições de segurança, alerta antecipado e C2 (comando e controle) para a gestão dos armamentos e do processo de interação política relacionado. A falta dessas capacidades, argumenta o autor, os torna mais vulneráveis, como alvos prováveis de outras potências nucleares, sem falar no desgaste financeiro e/ou operacional/logístico a que serão submetidos. Mais do que isso, segundo o autor, ter mais armamentos nucleares (incluindo meios de entrega) implica ter maior capacidade retaliatória e, portanto, maior capacidade coercitiva. Em outras palavras, é menos provável que o oponente possa, num primeiro ataque, destruir essas forças retaliatórias¹¹⁰. Sua conclusão, podendo ser desde brilhante até incômoda, é de que os **“armamentos nucleares intensificam as vantagens dos atores mais ricos e as vulnerabilidades e desvantagens dos atores mais pobres”** (DINIZ, 2014, p. 37, grifo do autor). Mais do que isso, para Diniz (2014, p. 39), o “stress sobre o sistema de interações políticas postos pelos dispositivos é muito grande, e isso nunca é uma coisa boa”.

Um dos principais problemas trazidos pela proliferação de armamentos nucleares, conforme aponta Diniz (2014), é de que o *time-on-target* progressivamente se reduz, diminuindo o tempo máximo para que decisões da mais alta importância sejam tomadas e, conseqüentemente, aumentando-se as oportunidades para que guerras imprevistas [inadvertentes] ou não-intencionais.¹¹¹ Outro elemento complicador e crucial para sobrevivência de arsenais nucleares, segundo Diniz (2014), é o da dispersão geográfica [extensão territorial + saída para mar]. Assim, a posse de dispositivos nucleares **“por um ator pequeno do ponto de vista espacial gera incentivos adicionais para o emprego de força visando ao aumento da sua extensão territorial, ou seja, aumenta-se a probabilidade de guerra [...]”** (2014, p. 37, grifo do autor).

3.6 CONCLUSÃO PARCIAL

Esse capítulo mostrou que, em se tratando de dissuasão nuclear, é necessário, em nível prático, analisar a questão sob uma perspectiva dinâmica e relacional. Isso diz respeito não

¹¹⁰Esse argumento também foi usado por Schelling (2008, 2011) ao referir-se que o desarmamento não é necessariamente nem mais nem menos estabilizador.

¹¹¹Tais guerras podem ser causadas por falhas de alerta antecipado, problemas C2 ou por erros de sinalização e de interpretação de sinais no processo de diálogo político (DINIZ, 2014).

apenas aos atores envolvidos, como também à combinação de capacidades¹¹² distintas. O entendimento do que vem a ser “estabilidade nuclear”, além da dinâmica relativa existente entre uma força de primeiro e de segundo ataque (*first strike capability* e *second strike capability*), precisa ser enquadrado nessa perspectiva. A lógica linear dos EUA dissuadirem a URSS, e vice-versa, durante a Guerra Fria, apesar de não ser incorreta, é também incompleta e insuficiente para se compreender o mundo do pós-Guerra Fria.

Não há como analisar, por exemplo, o conflito indo-paquistanês, tema a ser abordado na sequência desta dissertação, sem levar em conta o papel que a China exerce na região. Isso, por sua vez, implica que os EUA (entre outros atores nucleares) também devem ser levados em consideração (ou, pelo menos, não desconsiderados). Tendo a escola neorrealista como pano de fundo (conferir o segundo capítulo), a “simplicidade” do mundo bipolar parece também se fazer presente em uma dinâmica nuclear bipolar. Na segunda era nuclear, marcada pela multipolaridade nuclear, a questão passa a ser: quem efetivamente dissuade quem? A multiplicação de possíveis díades de conflito torna a questão nuclear ainda mais complexa. Embora a colocação anterior dê margem para o levantamento de uma série de questões, é necessário ressaltar que o objetivo desse capítulo foi definir, acima de tudo, como se deve compreender dissuasão nuclear.

Como se viu no capítulo anterior, o termo “capacidade nuclear” tem um papel fundamental na obra de Waltz e Mearsheimer. É curioso que, apesar da importância, o conceito tenha sido demasiadamente simplificado por Waltz, enquanto Mearsheimer transferiu a responsabilidade de uma conceituação mais elaborada para uma teoria complementar¹¹³. Tivesse o autor feito o mesmo esforço intelectual ao que se verificou no caso do poder terrestre e do efeito paralisante da água, a crítica que aqui se faz não teria razão de ser.

Em retrospectiva, pode-se dizer, para resumir o presente capítulo, que Bernard Brodie foi o responsável por lançar as bases do estudo sobre a dissuasão nuclear. Thomas Schelling, por sua vez, não só aprofundou uma série de assuntos já presentes em Brodie, como também, ao organizar a sua pesquisa ou pensamento em torno da teoria dos jogos, chegou a uma série de relevantes conclusões em relação a como se deve entender a guerra e de como é possível se ter controle sobre ela, mesmo na ausência de elementos explícitos de comunicação. A

¹¹²Envolvendo, por exemplo, capacidade de entrega (vetores) e capacidades de sensoriamento, monitoramento, guiamento e de interceptação.

¹¹³Quando parecia que Mearsheimer (2001, 131) finalmente iria desenvolver o conceito de capacidade nuclear na obra “*The Tragedy of Great Power Politics*”, o autor acabou limitando-se a redigir uma nota de rodapé, recomendando a leitura de Thomas Schelling, entre outros autores, e o assunto foi dado por encerrado.

contribuição de Lawrence Freedman se deu principalmente em quesitos históricos da Guerra Fria (ênfase nos EUA), mas também na reafirmação de algumas ideias e conceitos ligados à estabilidade e à capacidade de primeiro ataque e capacidade retaliatória. Colin Gray, por sua vez, possui uma visão mais agressiva e cética em relação a algumas noções estabelecidas sobre um relacionamento dissuasório. Apesar do autor da presente dissertação acreditar que muitos dos insights de Gray sejam válidos, o questionamento da teoria neorrealista por parte de Gray, que se define como um realista neoclássico, não deve ser aceito de forma integral. Por fim, a contribuição de Eugenio Diniz é exemplar, não só por permitir a elaboração de modelos que serão utilizados no último capítulo, mas também por reforçar algumas ideias que já vinham sido debatidas. Mais do que isso, Diniz, em certo sentido, amplia a discussão de Schelling e tenta trazer a discussão para os dias contemporâneos.

Parte-se agora para uma contextualização do panorama securitário indiano, para que se entendam as condições que levaram a Índia a se nuclearizar. Posteriormente, no capítulo final, será abordada a questão nuclear indiana, sob uma perspectiva tanto do neorrealismo (Waltz e Mearsheimer) quanto dos Estudos Estratégicos. Cabe ressaltar que a ênfase não recairá sobre aspectos quantitativos, mas em qualitativos, e sobre o que se deve entender por capacidade nuclear. Além disso, entrará em foco de que forma opera a dinâmica dissuasória no subcontinente indiano (novamente com ênfase na Índia).

4 PANORAMA SECURITÁRIO INDIANO

O presente capítulo tem por objetivo descrever o ambiente securitário no qual a Índia está inserida. Em parte, serve para mostrar qual foram os motivos que levaram a Índia a se nuclearizar, bem como para mapear evolução dos conflitos na região. Não se tem por intenção detalhar minuciosamente os conflitos, mas sim tentar demonstrar o que estava em jogo e, na medida do possível, demonstrar qual foi a participação de outras grandes potências. Isso terá fundamental importância para o próximo, e último, capítulo, em que se procurará analisar, sob a óptica neorrealista e também dos Estudos Estratégicos, o que tem se passado na região e quais são as tendências para o futuro próximo. Esse capítulo, é importante salientar, será abordado de um ponto de vista “indiano”, embora a análise (capítulo final) tenha um enquadramento regional/sistêmico.

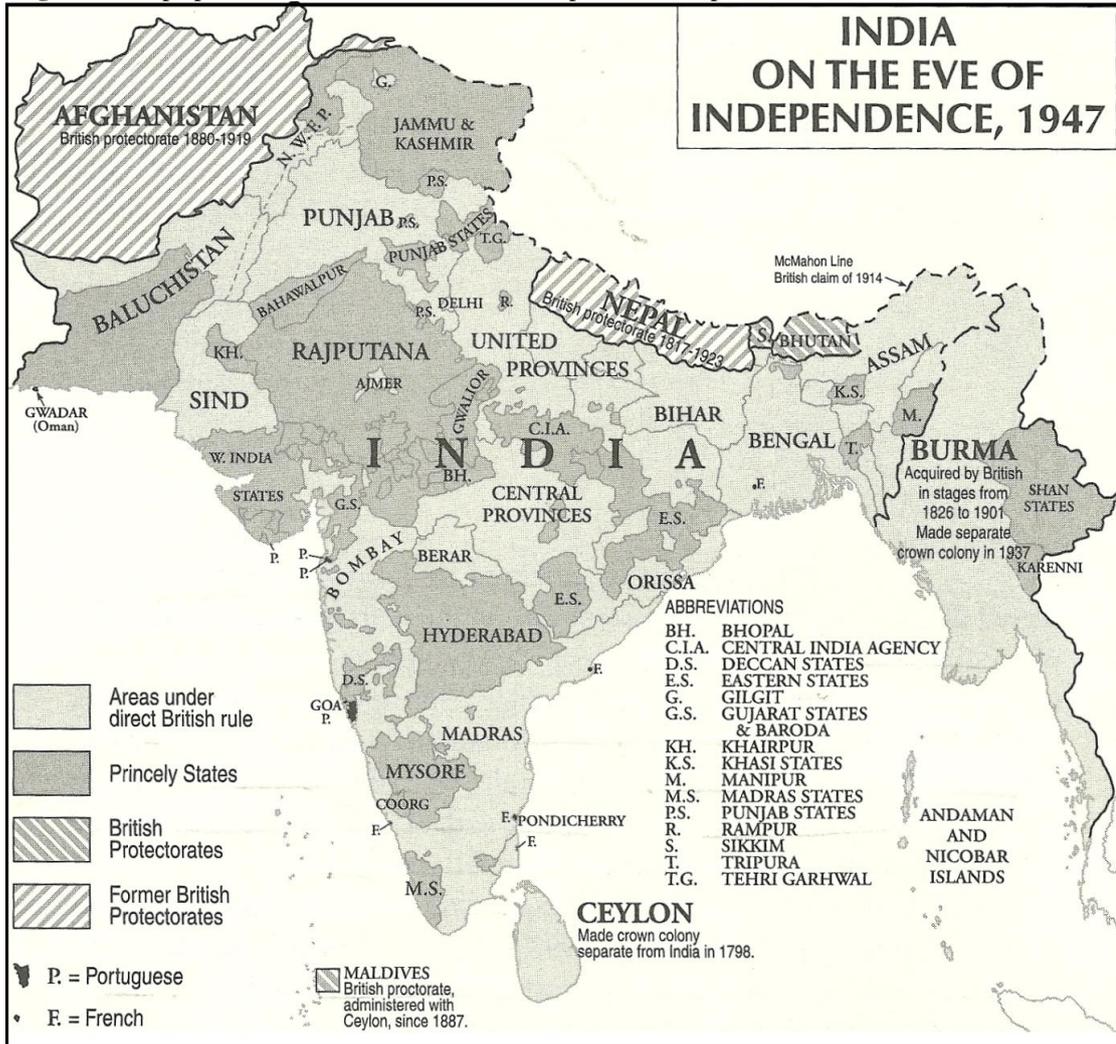
4.1 A PRIMEIRA GUERRA INDO-PAQUISTANESA (1947-49)

A descolonização no subcontinente indiano foi um movimento traumático para os Estados que a partir do Raj Britânico, em 15 de agosto de 1947, emergiam no cenário internacional: Índia e Paquistão (que, por sua vez, foi dividido em duas faixas de terra, a Ocidental e a Oriental, separadas por mais de 1500 km de terra contígua¹¹⁴). A emancipação veio acompanhada de um conflito entre as duas nações, algo que se manteria constante ao longo do século XX e início do século XXI. Por sua vez, a repartição e os conflitos que dela resultaram exerceriam forte influência sobre a política doméstica e externa de ambos os países. Além disso, desde cedo os dois países foram tentados a aderir à esfera de influência¹¹⁵ ou soviética ou norte-americana, reflexo da estrutura bipolar global que aos poucos foi sendo desenhada e que progressivamente ganhava força, legitimidade e aceitação por parte dos demais países.

¹¹⁴Maurice Vaisse (2009, p. 134) aponta que o principal ponto de convergência entre a população do Paquistão Ocidental e do Paquistão Oriental era a religião muçulmana. Enquanto no Paquistão Ocidental o idioma principal era o urdu, no Paquistão Oriental a principal língua é o bengali. Em 1971, o Paquistão Oriental se emanciparia do Paquistão, passando a se chamar Bangladesh.

¹¹⁵Por parte da Índia, houve um esforço de obtenção de autonomia frente às grandes potências, algo particularmente visível em meados da década de 1950 e boa parte da década de 1960 (principalmente por meio do Movimento dos Países Não-Alinhados--MNA). Na transição da década de 1960 para a de 1970, contudo, essa iniciativa perdeu fôlego e, conforme se verá na sequência, uma aliança entre a URSS e a Índia se materializou, bem como entre os EUA, China e Paquistão. A origem do MNA, por seu turno, remonta à Conferência de Bandung (abril de 1955), em que pela primeira vez Estados do dito Terceiro Mundo se reuniram numa conferência sem a participação dos Estados europeus, dos EUA e da URSS (VAISSE, 2009, p. 66).

Figura 7: Mapa político do território indiano às vésperas da independência



Fonte: Cohen (2013, p. xviii).

Figura 8: O Paquistão Ocidental e o Paquistão Oriental em 1947



Fonte: Cohen (2004, p. 40).

Não há consenso sobre quais são as causas predominantes do continuado conflito entre a Índia e o Paquistão. Por certo, é um conflito multi-causal, envolvendo desde a busca por poder¹¹⁶ (portanto, uma explicação realista ou neorrealista) até elementos étnico-religiosos, identitários, territoriais (disputas pela demarcação de fronteiras, com destaque à Caxemira, Hyderabad e Junagadh) e políticos (disputa entre as visões de mundo do Partido do Congresso – criado em 1886 – e da Liga Muçulmana – criado em 1906—, bem como a rivalidade multifacetada entre os Estados príncipes, o Raj Britânico e os líderes dos movimentos nacionalistas rivais ou concorrentes)¹¹⁷. Ademais, o complexo jogo de alianças e tensões regionais também exerceu forte influência no conflito entre a Índia e seu co-irmão paquistanês. Em termos práticos, ambos os países, ao longo da Guerra Fria, ingressaram numa corrida armamentista patrocinada pelas potências estrangeiras. O conflito indo-paquistanês, além de ser altamente polarizado (CEPIK, 2010), caracterizou-se por ser assimétrico no que diz respeito às capacidades de poder agregado em termos de recursos materiais (termos demográficos, capacidade militar e poder econômico) (PAUL, 2005, p. 5).

O Paquistão teria ficado, no processo de descolonização, com apenas 30% do aparato militar, o que, no entendimento de Ayesha Jalal (2002), é visto como um dos motivos que levou o país a concentrar boa parcela dos recursos financeiros nesse setor para reverter o *gap* existente. Assim, enquanto a Índia pôde investir, teoricamente, no desenvolvimento socioeconômico, o Paquistão focou-se numa militarização em grande escala. Mais do que isso, segundo Jalal (2002, p. 22-23), o Paquistão teria permanecido com 23% da massa continental da Índia não-dividida, 18% de sua população, 17.5% dos ativos financeiros e menos de 10% de toda a base industrial.

O que parece ser inegável no conflito indo-paquistanês é a centralidade desempenhada pela Caxemira¹¹⁸. Num primeiro momento (durante a descolonização), esse estado não se mostrava disposto a se unir nem à Índia nem ao Paquistão. Contudo, forças rebeldes, auxiliadas pelo Paquistão, progressivamente tomaram controle do território, forçando o marajá da Caxemira a aderir¹¹⁹ ao Estado indiano. Aos poucos, atos de violência ganharam

¹¹⁶As oscilações no padrão de relacionamento indo-americano, por exemplo, estão diretamente relacionadas ao contexto internacional e regional de poder. Conferir Pautasso e Scholz (2013).

¹¹⁷Segundo Cohen (2013), das centenas de Estados príncipes e autônomos do sul da Ásia (562, para ser exato), apenas meia dúzia tinha relevância, principalmente em termos militares, reflexo do controle britânico.

¹¹⁸Excetuando a guerra de 1971 (centrado no Paquistão Oriental, a partir de então Bangladesh), todas as demais guerras ou conflitos *proxies* de grandes proporções (1947-49, 1965, 1999 e 2001-02) envolveram a região da Caxemira, por meio da ação direta ou por meio de incursões terroristas patrocinadas pelo Estado paquistanês. Sobre esse último ponto, conferir Neves Júnior (2010).

¹¹⁹O Ato de independência da Índia de 1947 permitia, segundo Paul (2005, p. 7-8), que os 562 Estados-príncipes decidissem entre aderir ao Estado indiano ou paquistanês. Para informações sobre como a Índia foi capaz de ter controle sobre a maioria desses Estados-príncipes, conferir Jalal (2002, p. 31-38).

forma, o que acabou por dar origem, entre 1947 e 1949, à primeira guerra indo-paquistanesa (VAÏSSE, 2009). A delimitação das fronteiras Índia/Paquistão, as migrações em massa e a guerra civil que acompanhou esse processo deixou um saldo de 12 a 15 milhões de refugiados e 2 milhões de mortos (HOBSBAWM, 2010, p. 58; BASUR, 2008, p. 36; 50), um começo, para dizer o mínimo, turbulento. O conflito terminaria em primeiro de janeiro de 1949 “empatado”, com dois terços do território sob controle indiano.

A Jawaharlal Nehru, primeiro-ministro indiano entre 1947 e 1964, coube o papel de formular um projeto de identidade nacional para a Índia. Cabe destacar que, até o momento da repartição, o subcontinente indiano se caracterizava como um verdadeiro mosaico multicultural, altamente tolerante às diferenças étnicas (MALONE, 2011). Disso importa deprender que, conforme Hagarty (apud GELLER, 2005, p. 86), apesar de esporádicos conflitos comunais terem acontecido durante a história do subcontinente indiano, a carnificina hindu-muçulmana em larga escala é um fenômeno tipicamente do século XX. A violência étnica que tomou conta do subcontinente indiano, apesar de não ser uma criação colonial, conforme recorda Varshney (2009, p. 154), foi consequência da forma de governo em que a constituição moral de fronteiras étnicas teve (tem) papel crucial no desenvolvimento do capitalismo colonial e era (e continua a ser) profundamente enraizado na formação de Estado. Isso, por sua vez, tem grande importância pelo fato da construção, delimitação, aprofundamento e formalização da etnicidade ser um projeto de formação de Estado em todas as sociedades modernas.

A polarização do conflito indo-paquistanês, por sua vez, acabava criando um jogo de soma-zero, em que um Estado procurava contrabalançar as medidas tomadas pelo Estado antagonista. Contudo, segundo Rajesh Basur (2008, p. 49), as preferências estratégicas tomadas por países fracos diferem em muito daquelas tomadas por Estados fortes, especialmente num contexto regional em que um Estado tenta impor sua hegemonia sobre o outro. Assim, o Estado fraco (no caso, o Paquistão) tende a compensar suas limitações através de um armamento excessivo, bem como através do balanceamento externo (busca de aliados). Nesse sentido, em 1954 deu-se a primeira intervenção aberta de uma superpotência no subcontinente indiano do pós-Segunda Guerra, com um maciço programa de ajuda militar norte-americano ao Paquistão (OLIVEIRA, 2008, p. 142; FERREIRA, 2007, p. 28), algo que levaria a Índia a, posteriormente, também formar seus aliados.

4.2 OS LITÍGIOS DE 1962, 1965, 1971 E A CONSOLIDAÇÃO DE ALIANÇAS

Em 1962, a Índia se envolveu em novo conflito transfronteiriço, desta vez com a China¹²⁰. Ainda que tenha sido um conflito de curta duração, e de posterior retirada unilateral por parte dos chineses, é quase consensual a ideia de que os indianos tenham sido “humilhados” nesse conflito. Isso, por sua vez, forçou os indianos a encomendarem, de forma emergencial, armamentos dos EUA e de outras potências ocidentais (FERREIRA, 2007, p. 31). Nehru (apud VASQUEZ, 2005, p.73), particularmente afetado pela guerra sino-indiana em 1962, teria, na ocasião, afirmado que “nós [indianos] estávamos vivendo no mundo da irrealidade”, uma clara referência à sua suposta visão pacifista e idealista de mundo. Contudo, essa “mística idealista” do período que Nehru governou a Índia é apenas meia verdade.

A historiografia convencional, ou *main-stream*, consagrou Nehru por seus ideais pacifistas, autonomistas e idealistas. Não se nega a importância desse discurso e postura. Duas ponderações, no entanto, precisam ser feitas. Em primeiro lugar, apesar da preferência ideológica, o governo indiano apelou repetidas vezes ao uso da força nos primeiros anos de Índia moderna (seja pela própria guerra envolvendo a Caxemira – 1947-49 – seja pela anexação dos Estados príncipes Hyderabad e Junagadh em 1948 ou, ainda, da libertação de Goa do domínio português em 1961 (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 4; GILBOY; HEGINBOTHAM, 2012, p. 55; 76). Em segundo lugar, há, conforme se verá na próxima seção (4.3), fortes indícios de que as práticas idealistas/pacifistas adotadas por Nehru tenham servido de pretexto para mascarar qualquer finalidade militar do programa nuclear indiano¹²¹.

Acima de tudo, o conflito sino-indiano de 1962 levou a Índia a realizar seu primeiro rearmamento militar sistemático. Os gastos com defesa quase dobraram, atingindo o pico de 4,5% do PIB em 1963-64, mas logo caindo novamente para 3,3% depois da guerra indo-paquistanesa de 1965¹²². Apesar do aumento, os gastos em defesa da Índia, na ocasião, permaneciam abaixo dos gastos militares de seus vizinhos e dos padrões globais. O exército,

¹²⁰A República Popular da China e a Índia tiveram um relacionamento cordial de curta duração. Em 1950, os dois estabeleceram relações diplomáticas, mas já em 1959 essa relação se estremeceu, fruto da repressão chinesa no Tibete, e a consequente concessão de asilo político ao Dalai Lama pelos indianos (PAUTASSO, 2011a, p. 166-167).

¹²¹George Perkovich (1999), se não foi o primeiro, foi com certeza um dos primeiros a dar grande notoriedade à hipótese de que o programa nuclear teria desde o seu início fins bélicos. A dissertação de Ferreira (2007), de certa forma, expande o argumento em questão.

¹²²A taxa de 4,5% do PIB a ser destinada a gastos com defesa não se sustentou nas décadas de 1960 e 1970, entre outros fatores, pela estagnação econômica que assolou a Índia. Na década de 1980, o crescimento da economia indiana permitiria que o orçamento fosse elevado a um patamar recorde de 5%, retraindo em 1991 após nova crise financeira. Em 2009, o gasto com defesa beirava 3% do PIB (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 16).

em questão de alguns anos, aumentou de 10 para 25 divisões, além de adquirir novos armamentos (como tanques melhores e peças de artilharia). Além disso, o exército organizou oito divisões direcionadas para operações em terreno montanhoso (utilização de armamentos, equipamentos e armaduras mais leves). Grande parte dos equipamentos foi adquirida junto aos Estados Unidos, com o intuito de proteger a fronteira indiana e repelir forças chinesas (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 16; 54; 68).

O conflito sino-indiano de 1962 rompeu, de certa forma, com a “contenção estratégica” (*strategic restraint*)¹²³ indiana dos anos anteriores. Em apenas dois anos, o país dobrou seus efetivos militares, além de erguer uma força aérea de combate. Enquanto os americanos equiparam as divisões voltadas para defesa em terreno montanhoso (contra os chineses) e ajudaram a reconstruir algumas instalações de defesa, a URSS (procurando contrabalançar a influência estadunidense) forneceu caças MiG-21, além de construir fábricas voltadas para a montagem de armas avançadas (COHEN; DASGUPTA, 2010, p.7-8). Esse conflito demonstrou o viés pragmático e realista da política de não-alinhamento indiana, podendo ser considerado sua época áurea.

Segundo Stephen Cohen e Sunil Dasgupta (2010, p. 54), a guerra sino-indiana de 1962 e a expansão militar por ela provocada preparou a Índia para as guerras em que o país se envolveria com o Paquistão, em 1965 e 1971. Entre outros fatores, a marinha indiana foi severamente negligenciada¹²⁴ em relação aos demais braços das forças armadas (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 95). Tornara-se mais do que evidente a necessidade de concentração no combate terrestre¹²⁵. A Guerra de 1965 deixou 2.226 militares indianos mortos e 7.870 feridos contra 10.000 casualidades militares e 14.000 feridos paquistaneses. Além disso, 475 tanques paquistaneses foram destruídos, danificados ou capturados contra 128 indianos; e 73 aeronaves paquistanesas foram derrubadas em comparação com 29 dos indianos (PERKOVICH, 1999, p. 106-110).

¹²³Segundo Stephen Cohen e Sunil Dasgupta (2010), existe na Índia certa “aversão natural” a medidas militaristas, algo que continua presente atualmente, porém de forma reduzida. O argumento é complexo e não cabe ser explorado de forma extensiva no presente trabalho. Cabe lembrar que, sob o viés neorrealista ofensivo, qualquer “contenção estratégica” deve ser compreendida como algo anômalo; sob o viés neorrealista defensivo, depende do contexto securitário.

¹²⁴Em 1971, essa situação seria parcialmente revertida, pelo menos, em termos absolutos. Em termos relativos, no entanto, até os dias atuais, a marinha indiana é o braço das forças armadas com menor participação nos gastos com defesa. Em 2009-2010, por exemplo, a composição percentual dos gastos de defesa das forças armadas indianas ficou estabelecida da seguinte forma: exército, 53,72%; marinha, 14,54%, força aérea, 24,30%; pesquisa e desenvolvimento, 5,99% (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 17).

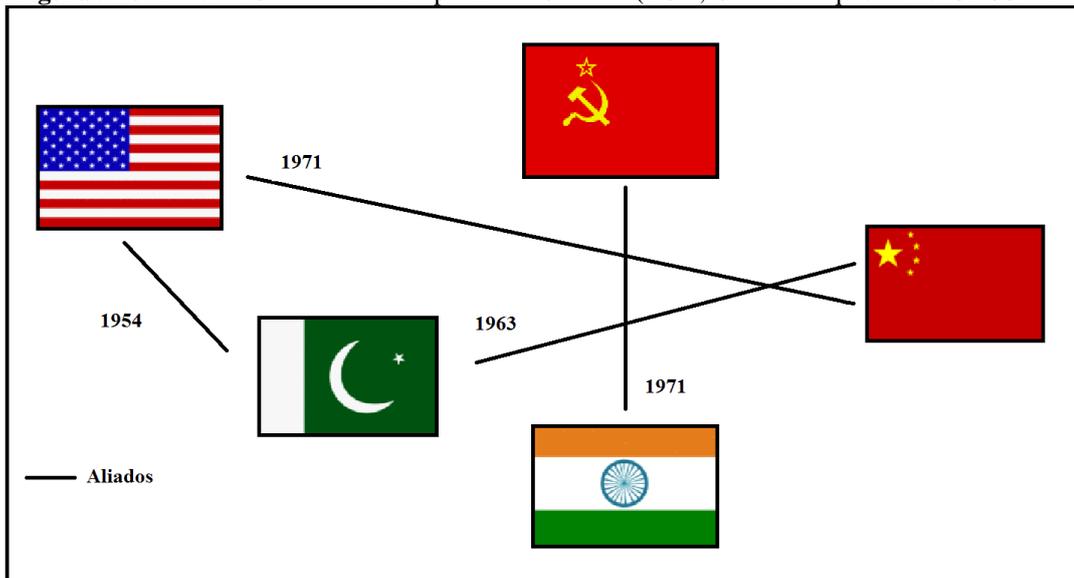
¹²⁵O exército indiano, como ficou claro na nota anterior, ainda que tenha perdido terreno para a marinha e a força aérea em despesas de capital, “ofusca os outros serviços em tamanho, orçamento e operações militares” (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 53, tradução nossa).

O conflito indo-paquistanês de 1971, por sua vez, deu-se diante de uma nova realidade internacional, em que as alianças entre as superpotências e os países asiáticos começavam a se consolidar. Esse conflito coincidiu com dois outros acontecimentos de grande relevância:

- a) o Paquistão proveu um canal de comunicação para que os EUA pudessem restabelecer relações diplomáticas com a China;
- b) o Tratado Indo-Soviético de Amizade estava em fase de conclusão (GONSALVES, 2009, p. 19).

Enquanto o Paquistão formou um triângulo estratégico com a China e os EUA, a Índia se voltou para a URSS. A emancipação do Paquistão Oriental (atual Bangladesh) do domínio do Paquistão Ocidental se deu mediante uma guerra civil que resultou em “dezenas de milhares de baixas, bem como em milhões de refugiados bengalis, que foram se abrigar na Índia” (COHEN; DASGUPTA; 2010, p. 1).

Figura 9: Cenário da Guerra Fria: A diplomacia Cruzada (EUA, China e Paquistão vs. URSS e Índia)



Fonte: Adaptado de Pautasso (2006, p. 70).

Se, por um lado, a Índia libertou os bengalis do Paquistão Ocidental, ajudando a criar o Estado do Bangladesh, no *front* Ocidental um novo empate se materializou através do Acordo de Simla, assinado em 1972, que comprometia os dois países a buscar uma resolução pacífica à disputa pela Caxemira. Pouco antes do conflito acabar, os EUA enviaram ao Golfo Baía de Bengala o porta-aviões USS Enterprise, no que ficou conhecido como *gunboat diplomacy* (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 9; 54; 75). Isto acabou enfraquecendo o relacionamento indo-americano, que, em 1974, após o “teste nuclear pacífico” da Índia (assunto a ser abordado na próxima seção), atingiria o nível mais baixo até então.

Os problemas sociais, políticos e econômicos – exacerbados com os conflitos de 1962, 1965 e com a morte de Nehru em 1964 – abriram espaço para políticas populistas no final da década de 1960 e durante boa parte da década de 1970. Indira Gandhi, primeira-ministra entre 1966-1977 e, depois, entre 1980-1984, foi quem, através de medidas centralizadoras (e, em certos momentos, autoritárias), trouxe relativa estabilidade política ao país, além de conciliar (satisfatoriamente) os interesses da base de apoio do Partido do Congresso e da população indiana. A crise do petróleo de 1973, tendo em vista a dependência na importação de recursos energéticos fósseis (PAUTASSO, 2006, p. 71), abalou profundamente a Índia, levando o país a ter de combater problemas de inflação, desemprego, estagnação industrial e escassez de alimentos, que culminaram em protestos de rua e surtos de violência em diversas partes do país. A busca por maior segurança na questão da autoridade deu margem a uma nova “consciência cívica”, que encontrou sua expressão máxima no estado de emergência decretado por Indira Gandhi em 1975 (JALAL, 2002, p. 30; 70-75).

4.3 A NUCLEARIZAÇÃO DA ÍNDIA: PARTE I (1946-1990)

Em retrospectiva, cabe apontar que a trajetória indiana no campo nuclear se deu de maneira cautelosa, ambígua e, por vezes, contraditória. Acima de tudo, essa iniciativa visou desafiar o *status quo* no sistema internacional, procurando, contudo, conforme apontam os autores Stephen Cohen e Sunil Dasgupta (2010, p. xi), “não antagonizar as outras grandes potências”. De ferrenho opositor (através da utilização de argumentos morais e pacifistas), a Índia passou a compor o clube dos países detentores de arsenais nucleares. Curiosamente, o programa nuclear iniciou-se antes mesmo (um ano antes) da Índia se emancipar do Reino Unido, isto é, em 1946. Desde essa época, já havia a crença de que investir em tecnologia nuclear poderia ser um “caminho curto” na amenização de problemas socioeconômicos. Mais do que isso, acreditava-se que a Índia seria, em conjunto com os EUA, a URSS e a China, uma das quatro principais nações a moldar a política internacional no decorrer do século XX (TANHAM, 1992).

O desenvolvimento do programa nuclear indiano se mostrou ambíguo em dois sentidos: primeiramente, a opção militar nunca foi totalmente excluída¹²⁶; em segundo lugar, o investimento em tecnologia de ponta de uso dual (tecnologia nuclear podendo ser utilizada tanto em âmbito civil como militar), num contexto em que o incremento das capacidades

¹²⁶Conferir Perkovich (1999) e Stephen Cohen e Sunil Dasgupta (2010).

militares foi posto num plano abaixo de políticas desenvolvimentistas, já denota, desde cedo, possíveis intenções militares do programa nuclear indiano (apesar de todo o discurso “anti-bomba” existente).

Cláudio Esteves Ferreira (2007, p. 12), em sua dissertação, defende que “o governo indiano soube aproveitar as oportunidades da conjuntura internacional, dos anos 1950, e implantar uma infraestrutura nuclear que lhe possibilitasse, no futuro, desenvolver a opção militar”. Assim, o não-alinhamento, a diplomacia pacifista e a retórica idealista, particularmente presentes no governo de Nehru (1947-64), podem ser interpretados como ferramentas de *soft power* utilizados pela Índia para que o país tivesse os recursos e o tempo necessário para implementar os programas de modernização que necessitava (FERREIRA, 2007).

O discurso idealista de Nehru veio acompanhado pelo que Stephen Cohen e Sunil Dasgupta (2010) chamam de “contenção estratégica” (*strategic restraint*). A Índia, segundo os autores, possui certa “aversão natural” a qualquer programa envolvendo o desenvolvimento de capacidades militares. No entanto, o entorno regional e doméstico conflituoso vem provocando, com o passar dos anos, alterações a esse cenário. A fraqueza estrutural e conjuntural indiana em 1947 (face ao conflito indo-paquistanês que logo tomou forma) afetou um dos componentes vitais para a formação do Estado: a extração de recursos. Assim, levando em consideração a contenção estratégica, não se pode deixar de considerar que a Índia enfrentava também problemas com extração de recursos (devido à dependência indiana de recursos externos, como capital, tecnologia, bem como em instituições comerciais, financeiras, militares e cadeias logísticas controladas pelas grandes potências). Adotar políticas “neutras” ou “idealistas/pacifistas” dentro do contexto em que a Índia estava inserida, parece ter sido uma resposta coerente e, porque não, “realista”.

No plano internacional, durante as décadas de 1950 e 1960, a Índia condenou a conduta “imoral” das grandes potências por não eliminarem seus respectivos arsenais nucleares (MANSINGH, 2009, p. 171). Ademais, com exceção do Tratado sobre Proibição Parcial de Testes Nucleares (PTBT, *Partial Nuclear Test Ban Treaty*), assinado em 1963, a Índia adotou uma “postura opositora/confrontacionista” aos incipientes regimes de não proliferação. Em parte, isso se dá pelo fato da China, que não assinara o PTBT, ter realizado um teste nuclear em Lop Nor, em 1964, além de acabar prestando assistência nuclear ao Paquistão (NARLIKAR, 2009, p. 109-110). Em 1966 e 1967, a primeira-ministra Indira Gandhi enviou altos emissários para Moscou, Paris, Londres e Washington, em busca de garantias de segurança no campo nuclear (MANSINGH, 2009, p. 173). Pelo fato de não ter

obtido sucesso nessa empreitada, a Índia resolveu, então, endurecer sua postura nos anos que se seguiram, recusando-se, por exemplo, a assinar o Tratado de Não-Proliferação (TNP) em 1968.

A derrota no litígio sino-indiano de 1962, somado com o primeiro teste nuclear chinês em 1964, entre outros fatores¹²⁷, foram decisivos para que o primeiro-ministro indiano Lal Bahadur Shastri (1964-1966) autorizasse o desenvolvimento de um programa nuclear militar (GUIMARÃES, 2008, p. 30; TALBOTT, 1999, p. 112). Em realidade, optou-se, a partir desse momento, por manter o desenvolvimento de armamentos nucleares “em aberto”, ou seja, ao mesmo tempo em que se discursava que o programa nuclear indiano teria apenas fins civis, a confecção de artefatos nucleares também não era renunciada (GOHEEN, 1983). Ao exercer essa política, a Índia, por um lado, evitava a renúncia unilateral de armamentos nucleares e, por outro, evitava que uma corrida armamentista se estabelecesse com a China (THOMAS, 1986, p. 325).

Motivado tanto por questões de prestígio¹²⁸, de segurança regional¹²⁹, da procura por maior coesão interna¹³⁰ e, principalmente, pelo realinhamento de forças no continente asiático, a Índia em 1974 realizou seu próprio teste nuclear (Pokhran I). No entanto, os indianos se limitaram a chamá-lo de “pacífico”. Nem por isso essa atitude deixou de ser condenada, além de severas sanções terem sido impostas pelos demais países. Além do mais, o eufemismo utilizado se mostrou propício na medida em que o TNP impedia que novas nações alcançassem a posição de potência nuclear após a data de 1967. Dessa maneira, EUA, URSS, Reino Unido, França e China, que realizaram testes antes dessa data, promoviam um congelamento de poder.

Na década que se seguiu a Pokhran I, percebe-se, conforme destacam Cohen e Dasgupta (2010, p. 9-10), que o programa de armamentos nucleares da Índia diminuiu consideravelmente seu ritmo de desenvolvimento (podendo até ter sido congelado). Gaurav Kampani (2013, p. 105, tradução nossa) reforça esse argumento ao afirmar que entre 1974 e

¹²⁷Menciona-se, por exemplo, a parceria estratégica entre a China e o Paquistão, materializado por meio de um acordo de delimitação de fronteiras em 1963 (VAÏSSE, 2009; p. 134). Para Buzan (apud VIEIRA, 2009, p. 30), o apoio dado pela China ao Paquistão desde 1960 teria por finalidade manter uma paridade paquistanesa com a Índia no campo nuclear, servindo como uma estratégia de distração.

¹²⁸Entendido aqui pela finalidade de fortalecer a inserção indiana dentro do contexto terceiro-mundista (de não-alinhamento) e/ou postura anti-colonialista, ainda que retórico.

¹²⁹Envolvendo questões relacionadas (direta ou indiretamente) ao Paquistão e a China, além da carência de garantias por parte de potências nucleares extrarregionais contra possível chantagem nuclear chinesa.

¹³⁰Quanto à motivação doméstica, muitos acreditam que a primeira-ministra Indira Gandhi (1966-1977) utilizou-se desta manobra para tentar revestir os mencionados problemas políticos e econômicos que a Índia estava enfrentando com sentimentos de orgulho nacional e de solidariedade entre o povo indiano (THOMAS, 1986). Além da crise do petróleo de 1973, que abalou a economia global, a Índia enfrentava problemas de inflação e de frustração de safra (GOHEEN, 1983, p. 197; THOMAS, 1986, p. 326).

1980, o “programa nuclear indiano ficou em estado latente”. Cohen e Dasgupta (2010) atribuem esse fenômeno à suposta contenção estratégica militar indiana. Muito mais importante que isso, contudo, foi a correlação de forças no continente asiático, que a partir da década de 1970 começava a consolidar/solidificar alianças.

Contudo, na segunda metade da década de 1980, surgiram indícios de que o Paquistão estaria desenvolvendo explosivos nucleares com auxílio técnico e tecnológico da China. Isso, por sua vez, deixou mais do que claro para os estadistas, estrategistas e, de certa forma, para a opinião pública indiana de que o programa nuclear não poderia ser desativado. A potencial ameaça de dois de seus vizinhos (China e Paquistão) exigia a contínua manutenção do programa, por se tratar, mais do que nunca, de assunto de segurança nacional (COHEN; DASGUPTA, 2010; ALMEIDA FILHO, 2009, p. 32).

Foi Rajiv Gandhi, primeiro-ministro indiano entre 1984-1989, quem deu continuidade ao legado de sua mãe Indira Gandhi (assassinada por separatistas Sikh em outubro de 1984) e de seu avô Nehru. Mais do que qualquer outro líder indiano, Rajiv Gandhi deu grande ênfase à postura e aos objetivos estratégicos da Índia. Em resposta aos rumores de que o programa nuclear paquistanês estava em processo de aceleração, Rajiv Gandhi retomou o programa nuclear militar indiano. Além disso, promoveu uma modernização dos armamentos e equipamentos das forças armadas indianas, através da compra de submarinos, tanques T-90 e caças MiG-29 soviéticos, caças Mirage 2000 franceses, entre outros itens da Alemanha e da Suécia (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 10-11).

Cabe destacar que, a partir de então, toda crise indo-paquistanesa era acompanhada não apenas de avanços na modernização das forças armadas¹³¹ de parte a parte, mas também de avanços cooperativos, ligados especialmente a temas nucleares. Tensões em 1983-4, por exemplo, levaram os dois países a verbalmente concordarem em não atacar as instalações nucleares alheias. Depois, a crise de Brasstacks (1987-88), o maior exercício militar indiano até então, permitiu que esse acordo fosse formalizado por escrito e assinado, em dezembro de 1988. O acordo entraria em vigor em janeiro de 1991, após novas tensões em maio de 1990 (KOITHARA, 2012, p. 20-21).

Quanto ao exercício de Brasstacks (1987-88), destaca-se o fato de ter havido suspeitas, principalmente no Paquistão, mas também na Índia, de que esse exercício pudesse ser um primeiro passo para futuro ataque preemptivo contra a infraestrutura nuclear paquistanesa. Na ocasião, o Paquistão, acredita-se, estava em vias de produzir seus primeiros dispositivos

¹³¹Sobre a conexão entre conflitos, extração de recursos, *state-building* e *state capacity*, conferir Charles Tilly (1996).

nucleares (KOITHARA, 2012, p. 20-21). Rajain (2005, p. 213) aponta que a crise tinha o potencial para escalar numa guerra ilimitada, dado todos os problemas de comunicação (falta de comunicação e mal entendidos) que marcaram a crise e que resultaram na mobilização militar de ambos os lados. Isto chamou a atenção tanto dos EUA quanto da URSS (RAJAIN, 2005, p. 213-216)

Embora não haja consenso e, possivelmente, não passe de mera especulação, a crise de 1990, por sua vez, é tida como a primeira [possível] “crise nuclear” (no sentido de ambos os países terem dispositivos nucleares) (KOITHARA, 2012, p. 21). Em termos mais realistas, essa primeira “crise nuclear” indo-paquistanesa deve ser entendida mais pela possibilidade de que ocorressem ataques preemptivos contra instalações nucleares. Para Rajain (2005, p. 218-9), não está claro qual foi o papel dos dispositivos nucleares nessa crise. Segundo ele, muitos acadêmicos e militares indianos entendem que essa história de crise nuclear era de caráter sensacionalista, e não a levam muito a sério.

Em termos militares, a euforia provocada pelo relativo sucesso no conflito de 1971 e pelos testes nucleares de 1974 esbarraria, em 1987, na fracassada intervenção militar no Sri Lanka. Segundo Stephen Cohen e Sunil Dasgupta (2010, p. 11, tradução nossa), a “única campanha de ‘*peace enforment*’ da Índia acabou se transformando em castigo [...] e o conflito veio a ser considerado como o Vietnã indiano”. O fracasso no Sri Lanka, somado a escândalos de corrupção do governo Rajiv Gandhi, aos problemas econômicos que assolavam a Índia e, mais importante do que tudo isso, à nova realidade internacional provocada pelo fim do conflito bipolar, levaram a Índia da década de 1990 a se reformar e a se reestruturar (COHEN, DASGUPTA, 2010; GILBOY; HEGINBOTHAM, 2012, p. 61-62).

4.4 A NUCLEARIZAÇÃO DA ÍNDIA: PARTE II (PÓS-GUERRA FRIA)

O término da Guerra Fria rompeu com os laços até então existentes (URSS-Índia vs. EUA-Paquistão-China), permitindo que as peças do tabuleiro euro-asiático, praticamente imóveis por um período de três décadas, voltassem a entrar em movimento, com a diferença de que as “jogadas” estão sendo realizadas numa velocidade sem precedentes, gerando dúvidas sobre a estratégia de cada jogador. Assim, as “políticas de *hedging*” (medidas de proteção) tornaram-se uma constante e, mais do que isso, um conceito-chave. Segundo Stephen Cohen e Sunil Dasgupta (2010, p. 182-183, tradução nossa, grifo nosso), “**na Ásia todo mundo está adotando políticas de *hedging* contra todos os demais, inclusive contra a hiperpotência norte-americana**”.

Por sua parte, os EUA resolveram, num esforço para consolidar os dividendos da paz após vencer o “conflito” em questão, se focar na reformulação do regime de não-proliferação (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 12). A campanha presidencial de Bill Clinton (1993-2001) já dava indícios de que o combate à proliferação nuclear (horizontal) seria uma das prioridades de sua política externa, exemplificado por críticas aos governos Reagan (1981-1989) e George H. W. Bush (1989-1993) por terem adotado uma abordagem mais flexível em relação a esse assunto (PERKOVICH, 1999, p. 335).

A administração Clinton traçou, logo de início, objetivos como a extensão indefinida do TNP (medida prevista pelo Artigo X do TNP para ocorrer 25 anos após sua entrada em vigor; no caso, 1970), além da conclusão do Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT). Em abril de 1993, Clinton (apud PERKOVICH, 1999, p. 335, tradução nossa), em um comunicado ao Congresso, declarou: “nosso objetivo é, em primeiro lugar, limitar, posteriormente reduzir e, finalmente, eliminar a posse de armas de destruição em massa e seus sistemas de lançamento”. Assim, apesar do fim da Guerra Fria ter resgatado um sentimento de concórdia entre a Índia e os Estados Unidos, a ameaça do encerramento da opção nuclear que os indianos haviam preservado desde 1974 (apesar de sanções internacionais) começava a inquietar os dirigentes indianos, seus cientistas e sua sociedade como um todo (COHEN, DASGUPTA, 2010, p. 12; 165).

Apesar da resistência indiana, em 11 de maio de 1995, mais de 170 países (liderados pelos EUA) optaram pela extensão indefinida (e incondicional) do TNP, além de se comprometerem a promover progresso, através de acordos internacionais, e banir testes nucleares e a produção de material físsil. A Índia encontrava-se, naquele momento, mais isolada do que nunca. A perpetuação da posse nuclear de cinco nações¹³² que, segundo Jaswant Singh (1998, p. 41, tradução nossa), “trabalhavam com afinco na modernização de seus arsenais” indignava especialistas da Índia, que passaram a reivindicar uma renovação da política/estratégia nuclear indiana em que preservaria a qualquer custo sua opção nuclear. Ou seja, em vez de se acomodar com a tendência mundial, a Índia resolveu adotar um tom ainda mais desafiador, sob o argumento de que a extensão do TNP representava uma eterna legitimação dos estoques de cinco nações, além de instaurar um “*apartheid* nuclear” (PERKOVICH, 1999, p. 3; 353; 361; SINGH, 1998, p. 41).

Apenas quatro dias após a decisão de se estender o TNP indefinidamente, a China realizou uma nova série de testes nucleares. Para os indianos, isso representava uma renovada

¹³² Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China.

e relegitimada determinação dos países nuclearizados de, por meio de seus arsenais, se imporem ao resto do mundo (PERKOVICH, 1999, p. 362-3). Os sérios problemas políticos (corrupção) e econômicos (inflação) que assolavam o cenário doméstico indiano no final de 1995, a proximidade de novas eleições e o desgaste da imagem do Partido do Congresso fizeram com que o primeiro-ministro Narasimha Rao (1991-1996), apesar do receio de prejudicar (por meio de sanções) uma economia então fragilizada, autorizasse preparativos para novos testes. Satélites norte-americanos, no entanto, detectaram tal movimento em 15 de dezembro de 1995 e Washington pressionou Nova Delhi para que o experimento cessasse imediatamente (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 12; PERKOVICH, 1999, p. 367-368; 370). Stephen Cohen e Sunil Dasgupta (2010, p. 103, tradução nossa) apontam que o “debate em torno do CTBT teve sucesso em realizar o que 30 anos de insegurança e incerteza não haviam conseguido: unir a opinião pública indiana contra um tratado que originalmente havia sido proposto pela Índia”.

A Índia seguiu exigindo, no âmbito das negociações do CTBT, a adição de um “calendário” para o desarmamento nuclear, sugerindo que sem isso ele seria apenas mais uma medida de não-proliferação horizontal. Os dirigentes indianos também se mostraram contrários à permissão dos ditos “testes subcríticos,” visto que isso permitiria avanços no desenvolvimento de armamentos nucleares, indo de encontro ao espírito do tratado. As potências nucleares, num primeiro momento, defenderam tal exceção para poderem avaliar a eficácia e segurança de seus dispositivos nucleares na perpetuidade (PERKOVICH, 1999, p. 379-380), algo que foi revertido em 11 de agosto de 1995 com o anúncio do presidente Clinton de que os EUA apoiariam um “*true zero yield CTBT*”, isto é, um tratado que proibisse a realização de qualquer teste nuclear (UNITED STATES, 1997). No que diz respeito a colocar em prática um cronograma que visasse a desarmar os Estados Unidos (e demais potências nucleares) nuclearmente, John Holum (1996), Sub-secretário de Estado para Controle de Armas e Segurança Internacional da administração Clinton, rebateu tal ideia ao afirmar que o controle de armas e o desarmamento precisariam atingir ganhos reais passo a passo. Além disso, declarou que o “desarmamento era uma questão de segurança e não de altruísmo”. E prosseguiu, dizendo que cada passo dado em direção ao desarmamento criava uma nova realidade securitária que, por sua vez, alterava o pensamento de segurança, gerando possibilidades até então impensáveis (HOLUM, 1996).

O Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT, *Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty*),¹³³ também em consequência da extensão indefinida do TNP, foi se transformando, progressivamente, em um símbolo da resistência indiana à hipocrisia e à coerção colonial. Em 14 de agosto de 1996, a Índia impediu que fosse alcançado um consenso na Conferência do Desarmamento em Genebra. Forças favoráveis ao tratado propuseram então que o CTBT fosse enviado para votação nas Nações Unidas, movimento que também foi bloqueado pela Índia em 20 de agosto de 1996. No entanto, a Austrália, encorajada pelos EUA e outros países, iniciou um plano para passar por cima da Conferência do Desarmamento e levar o tratado para votação na Assembleia Geral da ONU, onde acabaria sendo votado (apesar de nova oposição indiana). O resto do mundo se mostrava satisfeito com o progresso representado pelo tratado. Em primeiro lugar, isso se devia ao esgotamento da paciência em se angariar maiores comprometimentos no desarmamento das cinco nações nuclearizadas. Além disso, esses Estados se mostravam receosos em relação à credibilidade da Índia em virtude da existência de um programa nuclear e de mísseis balísticos (PERKOVICH, 1999, p. 383).

Em 10 de setembro, a Assembleia Geral da ONU aprovou o CTBT com 158 votos a favor e três contra. Apenas Butão e Líbia se uniram à Índia na empreitada (campanha) contra o tratado (THAKUR, 1997, p. 76). O Paquistão, por sua vez, ao mesmo tempo em que se absteve de votar, também não participou da assinatura do CTBT (PERKOVICH, 1999, p. 384). O presidente Clinton (1996) comemorou o resultado, ao mesmo tempo em que pedia que as demais nações assumissem a responsabilidade de colocar em prática os ideais visionários (buscados ao longo das quatro décadas anteriores à votação) de líderes mundiais como o primeiro-ministro Nehru e dos presidentes norte-americanos Eisenhower e Kennedy. Além disso, Clinton (1996) ressaltou a vital importância do CTBT em impedir a proliferação e o desenvolvimento de armamentos nucleares e do quanto isso também ajudaria no cumprimento do grande objetivo: “livrar o mundo de armamentos nucleares”.

Dois anos mais tarde, nos dias 11 e 13 de maio de 1998, a Índia voltou a surpreender o mundo com uma nova série de testes nucleares no deserto do Rajastão. Com isso, a Índia deixou de lado a sua política de contenção e deu por encerrada a sua ambiguidade nuclear. Na ocasião, o primeiro-ministro indiano Atal Bihari Vajpayee (1998-2004) declarou que o país passava a ter, a partir daquele momento, a posse de armamentos nucleares e que a Índia

¹³³Jaswant Singh (1998, p. 41), ao criticar o *Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty* (numa tradução literal, “Tratado Compreensivo de Banimento de Testes Nucleares”), aponta que o tratado não era nem “compreensivo” nem relacionado ao “desarmamento”. Seu objetivo era meramente ratificar o *status quo* nuclear.

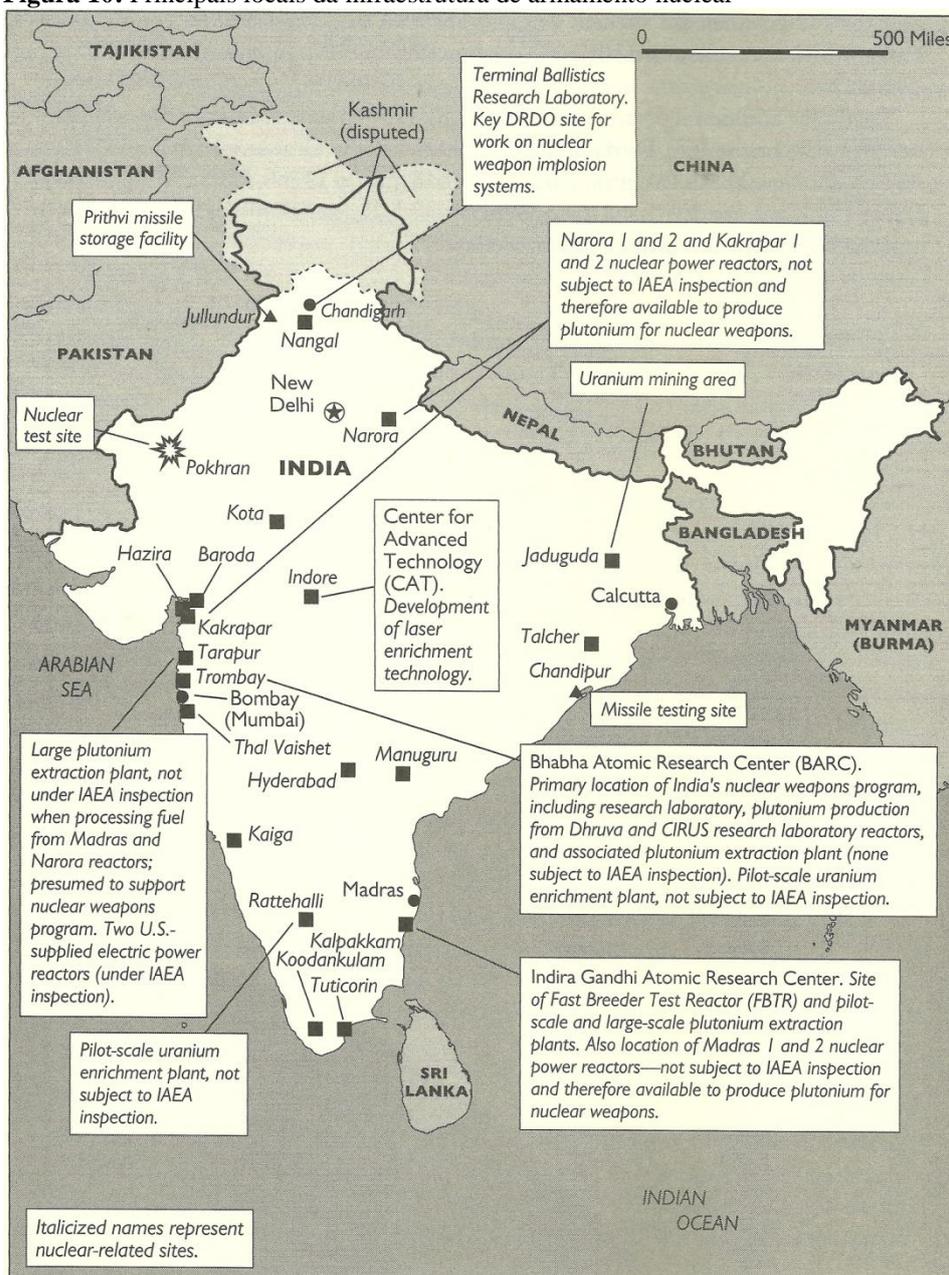
deveria ser incluída e tratada como igual no clube das cinco potências nucleares (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia). No final daquele mês de maio (dias 28 e 30), o primeiro-ministro paquistanês Nawaz Sharif, alegando não ter outra opção a não ser a de se igualar ao seu vizinho rival, respondeu com sua própria bateria de testes nucleares e também declarou o Paquistão uma nação nuclearmente armada. A reação global foi de imediata condenação, além de existir certo receio de que esse evento pudesse desencadear um confronto nuclear entre os dois países. Sanções¹³⁴ foram impostas pelos Estados Unidos (e por mais catorze países) tanto à Índia quanto ao Paquistão (GANGULY, 2001, p. 136; OLIVEIRA, 2008, p. 143; TALBOTT, 1999, p. 110; 116). Além disso, o Conselho de Segurança, mediante sua resolução 1172, considerou o evento em questão uma grave ameaça ao regime de não-proliferação bem como ao desarmamento internacional; condenaram-se os testes e ambos os países foram incitados a aderir ao TNP de forma imediata (CÉSAR, 2008, p. 392).

Embora seja imprudente desconsiderar toda a problemática securitária que assola a Índia moderna desde sua concepção (tema do presente capítulo), o *timing* dos testes indica que os testes de 1998 tiveram como finalidade principal servir de resposta à política internacional (e também estadunidense) de não-proliferação (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 12). O argumento ganha força quando se recorda que, na ocasião dos testes, não havia qualquer sinal de ameaça por parte do Paquistão ou da China¹³⁵. A pressão exercida pelo regime internacional de não proliferação (sintetizados pela extensão do TNP, em 1995, e pela assinatura do CTBT, em 1996), bem como a ideia de dar à Índia um “status de grande potência” (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 12; TALBOTT, 1999, p. 116), no contexto de realinhamento de forças no continente asiático, podem, portanto, ser entendidas como a motivação imediata predominante na execução dos testes de 1998.

¹³⁴Uma série de sanções econômicas e restrições foram impostas à Índia, de modo especial na questão do comércio de tecnologia sensível (KAZI, 2009, p. 76-7). Cita-se: controle mais rígido de exportações; suspensão ou, pelo menos, redução das relações bilaterais em âmbito de defesa; finalização de determinados empreendimentos de cooperação bilateral e cancelamento de ajuda externa (TALBOTT, 1999, p. 116).

¹³⁵Certamente, conforme será visto no próximo capítulo, esses testes não poderiam ter sido realizados num contexto de crise com a China ou o Paquistão. Seria algo demasiadamente imprudente e perigoso.

Figura 10: Principais locais da infraestrutura de armamento nuclear



Fonte: Perkovich (1999, p. iv).

4.5 O CONFLITO INDO-PAQUISTANÊS NA “ERA NUCLEAR” (PÓS-1998)

Os primeiros anos de nuclearização aberta no subcontinente indiano, ao contrário do que se poderia supor, não impediram, todavia, que novos conflitos (ou crises) ganhassem forma: primeiro em 1999 com a Guerra/Conflito¹³⁶ de Kargil, depois durante o biênio 2001-

¹³⁶ Discute-se no âmbito das Relações Internacionais, e em outras áreas, se em 1999 teria havido uma guerra ou conflito (escaramuça) em Kargil. Tudo depende do critério utilizado e, como não poderia deixar de ser, da linha teórica adotada pelo autor. Waltz, por exemplo, se recusa a chamar esse evento de guerra. Caso o termo “guerra” fosse utilizado, é provável que sua própria teoria e entendimento de dissuasão nuclear seria colocada

2002 e, por fim, em 2008 com os ataques terroristas em Mumbai. Em 1999, o Paquistão lançou uma experiência militar subconvencional contra a Índia que, antes de revidar, teve de levar em conta o arsenal do Paquistão, deixando claro que qualquer guerra no sul da Ásia precisaria ser cuidadosamente limitada. Em 2001 e 2002, tal cenário se repetiu no momento em que a Índia optou por não arriscar um confronto maior em retaliação a um ataque terrorista supostamente apoiado pelo Paquistão. A estabilidade estratégica esperada no subcontinente não prevaleceu e acabou dando vez às *proxy wars*, ao terrorismo transfronteiriço e ao envolvimento em escaramuças; algo que não poderia/pôde ser detido/dissuadido por meio de armamentos nucleares (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 105; 109-110).

4.5.1 Guerra/Conflito de Kargil (1999)

Poucos meses após o estabelecimento de medidas de confiança mútua entre a Índia e o Paquistão, através da Declaração de Lahore, em fevereiro de 1999, eclodiu a Guerra/Conflito de Kargil. Estendeu-se de maio a julho de 1999 e foi a primeira “guerra” limitada travada sob o guarda-chuva nuclear. Segundo Koithara (2012, p. 22, tradução nossa), “Kargil foi uma clara iniciativa paquistanesa para testar até onde iria o poder dissuasor de seu armamento nuclear, recentemente adquirido”. Do lado indiano, não só ficaram evidentes falhas grotescas/espetaculares de inteligência, mas também transpareceu o visível despreparo do exército indiano em travar uma guerra convencional (COHEN, 2013, p. 72). O conflito teve em sua origem a ocupação clandestina, por parte do Paquistão, da região montanhosa (aproximadamente 4500m de altura) que fica do lado indiano da Linha de Controle (KOITHARA, 2012, p. 22). As forças *mujahideen* somavam 3000 homens, bem equipados/armados, com expressiva capacidade missilística superfície-ar, incluindo mísseis portáteis *Stinger*. Além disso, a missão era apoiada logisticamente pelo Paquistão, ainda que os objetivos políticos/estratégicos possam não ter sido muito bem planejados (RAJAIN, 2005, p. 48-49; GANGULY, 2008, p. 54-59).

em xeque. No presente trabalho, essa discussão em torno da terminologia em si não é relevante. O certo é que se tratou de uma guerra (ou conflito) limitada.

Figura 11: Caxemira



Fonte: Perry-Casteñeda Library Map Collection (2003).

A estratégia do Paquistão, resumidamente, envolveu chamar os *mujahideens* na Caxemira de “libertadores” (*freedom fighters*), com o intuito de não apenas angariar o apoio da população do vale da Caxemira, como também de chamar a atenção da comunidade internacional para a causa. Isto é, acreditou-se, num momento de otimismo, que por meio dessa medida poderia haver maior sensibilidade por parte da comunidade internacional na mediação do problema fronteiriço. O resultado dessa ação, contudo, foi o oposto do esperado: apesar da preocupação da comunidade internacional com a causa, tornou-se evidente que a Índia e o Paquistão teriam de agir de forma contida, resolver a questão pacificamente através de conversações bilaterais e de que o Paquistão deveria remover suas forças imediatamente,

respeitando a “santidade” da Linha de Controle. Estava claro, para a comunidade internacional, que o *status quo* não poderia ser simplesmente alterado através do uso manifesto ou aberto de forças regulares e irregulares e através de velada intimidação nuclear (RAJAIN, 2005, p. 51-57).

Por parte da Índia, de modo geral, havia duas grandes alternativas para lidar com as tropas invasoras paquistanesas. Ou se abria uma nova frente de batalha, cruzando a linha de controle para tentar cortar a linha de suprimento, ou se corria o risco de muitas baixas, na medida em que as tropas tentavam chegar ao topo das montanhas. Havia o receio de que, ao se preferir a primeira opção (cortar a linha de suprimentos, desrespeitando a Linha de Controle), isso pudesse gerar uma enorme pressão política dentro do Paquistão no sentido de responder com uma guerra generalizada, que certamente poderia escalar para um nível nuclear. A Índia, portanto, optou por não cruzar a Linha de Controle e, por conseguinte, pagou um alto preço em termos de perda de vidas e de equipamento (RAJAIN, 2005, p. 49-50). Dando-se conta que seria impossível desalojar os paquistaneses e que, em ataques frontais, as perdas continuariam a ser enormes, a Índia, já no final de maio, passou a fazer uso de sua força aérea. No entanto, em vista do preparo dos paquistaneses (em termos de armamentos), houve, pelo menos inicialmente, uma série de consideráveis reveses (GANGULY, 2008, p. 56-7).

Em parte, o despreparo indiano, tanto estratégico como tático, pode ser entendido, conforme se verá melhor no próximo capítulo, a partir da má compreensão indiana do que significa ter capacidade nuclear e de como pode ser estabelecida uma dinâmica dissuasória. Presume-se que a desatenção tenha, entre outros fatores, explicação no fato da Índia moderna, com capacidade nuclear, acreditar estar imune, isto é, protegida, contra qualquer tipo de agressão externa. Conforme os insights de Gray (vide seção 3.4), dissuasão não é algo que pode ser comprado/adquirido. Mais do que isso, o oponente/rival tem a opção de cooperar ou não. Se o oponente achar que as consequências de tomar determinada ação não são pesadas o bastante, o Estado a ser dissuadido pode optar por ignorar a ameaça dissuasória. Soma-se a isso possíveis problemas de comunicação, interpretação, etc.

Quanto aos aliados externos, a empreitada acabou sendo decepcionante para o Paquistão, que não obteve apoio nem da China nem dos EUA. Embora o Paquistão confiasse no apoio chinês, chegando inclusive a enviar o ministro das relações exteriores Sartaj Aziz até Beijing para reforçar o pedido de ajuda, a China, pragmaticamente, se distanciou do conflito e pediu para que a Índia e o Paquistão resolvessem o problema bilateralmente. O Paquistão também recorreu aos EUA, mas assim como havia sido o caso de trazer a atenção da

comunidade internacional para sua causa, o resultado foi o oposto do esperado e o primeiro-ministro Nawaz Sharif se viu obrigado a fazer um “apelo pessoal” para que os invasores recuassem. Pelo fato de não ter encontrado apoio externo, além de se dar conta da impossibilidade da vitória, procurou-se uma maneira de fazer um *face-saving*, isto é, encontrar uma saída honrosa para a crise (RAJAIN, 2005, p. 51-57; GANGULY, 2008, p. 57-58).

Em síntese, durante a Guerra/Conflito de Kargil (maio a julho de 1999), Washington interveio pela primeira vez incondicionalmente a favor de Nova Delhi, forçando Islamabad a retirar as suas tropas que haviam ultrapassado a linha de controle de Caxemira (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 13; VIEIRA, 2009, p. 32). Um ano mais tarde, em março de 2000, o presidente Clinton visitou a Índia, marcando a primeira visita presidencial norte-americana àquele país em 22 anos (MOHAN, 2006, p. 23). Essa viagem estava originalmente prevista para o final de 1998, mas foi postergada devido aos testes nucleares indianos (GUIMARÃES, 2008, p. 31-32). Stephen Cohen (2013, p. 72), um dos maiores especialistas ocidentais sobre o subcontinente indiano, aponta que a Guerra de Kargil foi uma “guerra irônica”. Embora o conflito terminasse em novo empate, ambos os lados reivindicaram vitória e comemoraram. A Índia comemorou o fim da Guerra, apesar das perdas, por ter conseguido repelir as forças invasoras paquistanesas. Os paquistaneses, por sua vez, comemoraram os danos causados às forças indianas. Morreram em torno de 1200 soldados (KOITHARA, 2012, p. 22).

4.5.2 Reformas pós-Kargil e o “Draft Nuclear Doctrine” de 1999

A Guerra de Kargil tornou evidente que o Estado indiano precisaria reformar e modernizar questões relacionadas à segurança nacional, inclusive em aspectos institucionais, de inteligência e de comando e controle (KAMPANI, 2013). Dentre outras medidas, o governo indiano constituiu uma comissão não oficial de consultoria, o *Kargil Review Committee*, para fazer relatórios detalhados sobre o início e o andamento da guerra. Segundo Cohen e Dasgupta (2010, p. 42), a comissão fez, de modo geral, recomendações ligadas a três aspectos:

- a) o gerenciamento de segurança nacional e tomada de decisões;
- b) o aumento de capacidades, especialmente no âmbito de inteligência, tecnologia militar e contraterrorismo; e
- c) o desenvolvimento de uma política de defesa mais aberta, que incluísse maior participação de *think tanks*, da imprensa e do público em geral.

Mais do que isso, constatou-se a necessidade de deslocar uma parte significativa de esforços e de orçamento para grupos, instalações e atividades de contra-insurgência, o que, invariavelmente trazia melhorias para o exército (que já detinha/detém aproximadamente 50% do orçamento de defesa) como também para forças policiais [constabulares], especialmente para a *Border Security Force* e a *Central Reserve Police Force* (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 42; 53; 57-59).

O desempenho marginal da Força Aérea Indiana também forçou esse braço das forças armadas a se reestruturar. O apoio aéreo de curta distância se revelou uma tarefa custosa¹³⁷, extremamente arriscada e de difícil realização, não apenas devido ao terreno acidentado ou irregular, mas também por causa dos mísseis antiaéreos do Paquistão¹³⁸ e porque os principais helicópteros de ataque indianos não eram muito eficientes em altas altitudes (GANGULY, 2008, p. 57). Assim, constatou-se que a tendência para os próximos conflitos é a utilização de esquadrões de ataque de alta-tecnologia, capazes de lançar ataques cirúrgicos, de preferência em alvos mais significativos ou de maior valor (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 79-80). Segundo Cepik (2010, p. 87), a utilização de “aviões SU-30MKI e Mirage 2000, em conjunto com aviões de reabastecimento e de controle e alerta avançado, indicam uma mudança doutrinária importante, mais ofensiva e baseada na preempção e na retaliação a longas distâncias”.

Em 17 de agosto de 1999, a Índia divulgou sua “*Draft Nuclear Doctrine*”, em que foram delineadas as principais premissas de seu programa nuclear militar. Em essência, essa proposta de doutrina mostra que a Índia busca uma dissuasão nuclear mínima, instalação mínima de mísseis, ogivas e sistemas de lançamento desmanteladas (*de-mated warhead and delivery systems*), renúncia de se utilizar dispositivos nucleares primeiro (*no-first-use policy*), moratória unilateral de testes nucleares (ainda que, já na época, acreditava-se que seria necessária a condução de um número maior de testes) e, é claro, a busca pelo desarmamento universal. É consenso entre os dirigentes indianos de que o arsenal nuclear deverá servir apenas como uma ferramenta de dissuasão mínima, em vez de ser um instrumento de guerra. Isso se deve à falta de interesse por parte da Índia em se expandir política ou territorialmente por meio de dispositivos nucleares. **O armamento nuclear teria, dessa forma, a finalidade de defender a Índia contra qualquer chantagem e/ou coerção nuclear de outros países, de modo especial a China e o Paquistão** (CHARI, 2009; COHEN; DASGUPTA, 2010, p.

¹³⁷Segundo Cohen e Dasgupta (2010, p. 79), a força aérea indiana perdeu dois caças e um helicóptero.

¹³⁸Segundo Ganguly (2008, p. 57), para a defesa antiaérea, as forças paquistanesas estariam equipadas com lança-mísseis portáteis FIM-92A Stinger e Anza Mk2 e também metralhadoras antiaéreas de 12.7 milímetros.

104-105; 109; GANGULY, 2001, p. 138-139; RAJAMARAN, 2009, p. 140; RAJAIN, 2005, p. 228, grifo nosso).

O programa nuclear delineado no *Draft Nuclear Doctrine* era ambicioso. Já se ressaltava, na ocasião, a importância de adquirir a tríade estratégica, isto é, vetores de entrega pelo ar (bombardeiros), terra (mísseis balísticos) e mar (na época, não ficou claro se seria por meio de submarinos ou de algum tipo de embarcação) de forma a garantir a sobrevivência das forças nucleares indianas. (COHEN, DASGUPTA, 2010, p. 105; KAMPANI, 2013, p. 106). Também se salientou a importância de ativos espaciais entre outros elementos, de forma a fornecer alerta antecipado (*early-warning*), comunicações e avaliação de danos/detonações (KOITHARA, 2012, p. 83).

Rajain (2005, p. 228) mostra que prontamente puderam ser verificadas algumas inerentes contradições e tensões no *Nuclear Draft Doctrine*. Em grande parte, isso pode ser explicado pela própria dinâmica nuclear do subcontinente indiano e pelo fato de dissuasão não ser algo que se pode quantificar. Do ponto de vista indiano, estabelecer uma dinâmica dissuasória mínima contra a China, por exemplo, parece exceder o “limite máximo” que o Paquistão estaria disposto a tolerar (RAJAIN, 2005, p. 228-31). Por dissuasão mínima entende-se ter um arsenal suficiente para revidar a um ataque e infringir um dano “inaceitável” ao outro lado, não precisando ter um arsenal ilimitado ou ter a posse de dispositivos que se igualem em número e/ou letalidade àqueles pertencentes aos países adversários (RAMARAN, 2009, p. 140). O problema disso tudo é que “dano inaceitável” é um conceito subjetivo e, assim, dificilmente se chega a um consenso sobre a partir de quando não seria mais necessário confeccionar novos dispositivos nucleares. Mais problemático que isso é a instabilidade que pode ser gerada pelo medo de que um primeiro ataque inimigo ocorra (ataque contra-força e/ou ataque preemptivo/preventivo), algo a ser mais bem detalhado no próximo capítulo.

4.5.3 A(s) crise(s) de 2001/2002 e a Operação Parakram

A crise indo-paquistanesa de 2001/2002 deve ser entendida a partir de um processo gerado por ataques terroristas (três momentos distintos) na Índia, que teve forte potencial para escalar para um conflito convencional. Apesar da mobilização total de ambos os lados, algo que, segundo Koithara (2012, p. 22), não havia acontecido nas três décadas anteriores, a Índia, no fim das contas, mais uma vez se conteve e não lançou o ataque de peso que havia ameaçado fazer. Ainda assim, conforme Rajain (2005, p. 376), a mobilização/confrontação

militar que se deu ao longo da Linha de Controle e da fronteira internacional, com 10 meses de duração, deve ser entendida como uma manobra que testou os limites de uma estratégia de *compellence/brinkmanship* moderado, isto é, em que a Índia deliberadamente criou o risco claramente identificável de um conflito armado.

Em 1º de outubro de 2001, ocorreu o primeiro ataque terrorista contra o bem protegido prédio da Assembleia Estadual de Jammu e Caxemira, setor sob o controle da Índia, deixando 26 mortos. O Jaish-e-Mohammed, grupo insurgente instalado no Paquistão, assumiu a responsabilidade pelo ataque, gerando um enérgico protesto por parte da Índia, pedindo que Islamabad banisse o grupo terrorista (GANGULY, 2008, p. 59).

O ataque terrorista seguinte ocorreu em 13 de dezembro de 2001, na Lok Sabha (câmara baixa do Parlamento indiano), que, por sua vez, desencadeou uma série de acontecimentos que quase culminaram em guerra (GANGULY, 2008, p. 60). Desta vez, a Índia decidiu erguer o tom, recorrendo a incansável pressão militar e diplomática e a uma retórica de guerra permeada de sutis ameaças de que a paciência estava se esgotando (RAJAIN, 2005, p. 58). Segundo Cohen e Dasgupta (2010, p. 58, tradução nossa), “há um consenso de que a Índia estava prestes a atacar o Paquistão entre 13/12/2001 e 02/01/2002”. No entanto, tudo que a Índia fez foi realizar um significativo e prolongado exercício de diplomacia coercitiva, que foi chamado de Operação Parakram. Com base em escutas telefônicas, as autoridades indianas afirmaram que os terroristas eram todos membros dos grupos Lashkar-e-Taiba (LeT) e Jaish-e-Mohammed (JeM), sediados no Paquistão. (GANGULY, 2008, p. 60; KIRK, 2010, p. 291).

O terceiro ato da crise de 2001-2002 ocorreu em maio de 2002, quando militantes atacaram um acampamento militar indiano, deixando 32 soldados mortos. O então primeiro-ministro indiano Vaypayee teria declarado que a Índia deveria se preparar para a “batalha decisiva” contra o Paquistão (KIRK, 2010, p. 293). A partir desse momento, os EUA passaram a ter um papel central na desescalada do conflito¹³⁹. Dentre várias medidas, o Secretário de Defesa Donald Rumsfeld foi enviado à região em junho e fez advertências explícitas ao Paquistão. Além disso, os EUA emitiram um alerta a todos os cidadãos americanos, instando-os a sair daquela região (uma medida que, posteriormente, foi adotada também pelo Reino Unido, pela Alemanha e pelo Japão). Por fim, o emissário americano Paul

¹³⁹Chama a atenção que, embora as informações que serão apresentadas a seguir apontem para a vital importância da presença norte-americana na região para a desescalada de tensões, Ganguly (2008) trata isso como algo complementar. Ganguly (2008), aliás, seguindo, de certa forma, a abordagem de Waltz, acredita que os dispositivos nucleares trouxeram estabilidade para o subcontinente indiano. Conforme se argumentará no próximo capítulo, são exatamente esses “elementos secundários ou complementares” que devem ser entendidos como os verdadeiros elementos estabilizadores da região.

Wolfowitz se reuniu com o ministro da defesa indiano, George Fernandes, em Cingapura, numa tentativa de amenizar a tensão (GANGULY, 2008, p. 63-64; KIRK, 2010, p. 293). Mais do que isso, segundo Jason Kirk (2010, p. 292), a presença americana na região a oeste do Paquistão (leia-se: no Afeganistão) representava uma garantia adicional para a Índia, na medida em que poderia impedir uma escalada no conflito. De certa forma, **a presença dos EUA teria um efeito moderador: caso estourasse a guerra, os americanos iriam intervir imediatamente e impor um cessar-fogo.**

É preciso ressaltar que a presença norte-americana na região tornou-se particularmente significativa e relevante após os EUA declararem “guerra ao terror” em resposta aos ataques sofridos em 11 de setembro de 2001. Assim, a dinâmica nuclear do subcontinente indiano, conforme será melhor analisado posteriormente, gradativamente foi engessando o papel exercido por essa potência extrarregional. Ou seja, não há como excluir os EUA da equação securitária do subcontinente indiano, ao mesmo tempo que a “guerra ao terror” parece indicar que isso dificilmente poderá vir a ser alterado.

Assim, como havia sido o caso entre janeiro e fevereiro de 2002, a possibilidade de ocorrer um conflito se acentuou de forma toda especial no período de maio a junho de 2002. Tendo em vista a duração e o grau de mobilização (quase meio milhão de soldados indianos estavam em prontidão¹⁴⁰), a Operação Parakram foi, segundo Koithara (2012, p. 22-23, tradução nossa), “com certeza a mais perigosa das crises nucleares que ocorreram entre os dois países.” O nível de tensão havia diminuído em junho daquele ano, mas a Índia só veio a retirar a maior parte de suas tropas da região fronteiriça em outubro de 2002 (GANGULY, 2008, p. 64).

4.5.4 Doutrina Nuclear Indiana (2003)

No início de 2003, o governo indiano divulgou sua Doutrina Nuclear, pautada em oito pontos, em que se reiterava a política do *no-first-use*. Além disso, o documento destacou a (exclusiva) importância política do dispositivo nuclear que poderia vir a ser utilizado, como exceção, em cenários de guerra apenas como medida de retaliação (no caso de ser atacado por armas de destruição em massa, isto é, por armamentos nucleares, químicos e biológicos). A Índia optou também por não ter a tríade de combate completamente instalada no quesito nuclear, isto é, os armamentos nucleares foram alocados apenas para o exército e para as

¹⁴⁰Esses dados são de Kirk (2010, p. 291).

forças aéreas, enquanto que na marinha só existem planos para o longo prazo (submarinos portando mísseis capazes de disparar dispositivos nucleares). Naquela altura, os mísseis balísticos da Índia tinham alcance sobre praticamente todo o Paquistão, chegando a apenas algumas cidades do leste chinês (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 106; 115).

De forma resumida, os oito pontos da Doutrina Nuclear são os seguintes: 1) Construir e manter uma força credível de dissuasão; 2) Utilizar armamentos nucleares apenas para retaliar algum ataque realizado contra a Índia e/ou às forças indianas (*no-first-use*); 3) A retaliação nuclear para um ataque inicial será maciço e moldado para infligir danos inaceitáveis; 4) Os ataques de retaliação poderão ser autorizados apenas por meio de uma liderança política civil através da Autoridade do Comando Nuclear (*Nuclear Command Authority*); 5) Não se utilizará armamentos nucleares contra países não-nucleares; 6) No entanto, caso a Índia (ou as forças indianas) seja alvo de um grande ataque biológico ou químico, a Índia manterá a opção de retaliar com armamentos nucleares; 7) Dar-se-á continuidade a um rígido controle sobre exportações de materiais relacionados à tecnologia nuclear e de mísseis, na participação das negociações sobre um Tratado de Proibição de Materiais Cindíveis (FMCT), e uma continuada observância da moratória de testes nucleares; 8) Haverá um continuado comprometimento com o objetivo de se ter um mundo livre de armamentos nucleares através de um desarmamento global, verificável e não-discriminatório (INDIA, 2003).

4.5.5 Cold Start (04/2004)

Em 28 de abril de 2004, o exército indiano promulgou oficialmente a doutrina “*Cold Start*¹⁴¹”. Essa doutrina previa, em caso de ataque inimigo, uma ação ofensiva rápida e um retorno a uma postura de contenção o mais rapidamente possível, para impedir uma escalada nuclear. Dado o ambiente internacional e a posse de armamentos nucleares por parte do Paquistão, chegou-se ao consenso de que as guerras futuras no subcontinente indiano não apenas teriam de ser limitadas, mas também breves e incisivas. Assim, o exército passou a pensar “pequeno e mais rápido”, colocar unidades militares na Linha de Controle em estado contínuo de alerta máximo. Mais do que isso, para que dissuasão funcionasse, “a retaliação teria de ser automática, sem ter de ser aprovada por políticos e burocratas, que tendem a ter

¹⁴¹Segundo Koithara (2012, p. 29, nota 19), “esses conceitos de Guerra Limitada e *Cold Start* foram defendidos principalmente pelo Exército, sem maior consulta com as outras duas forças.”

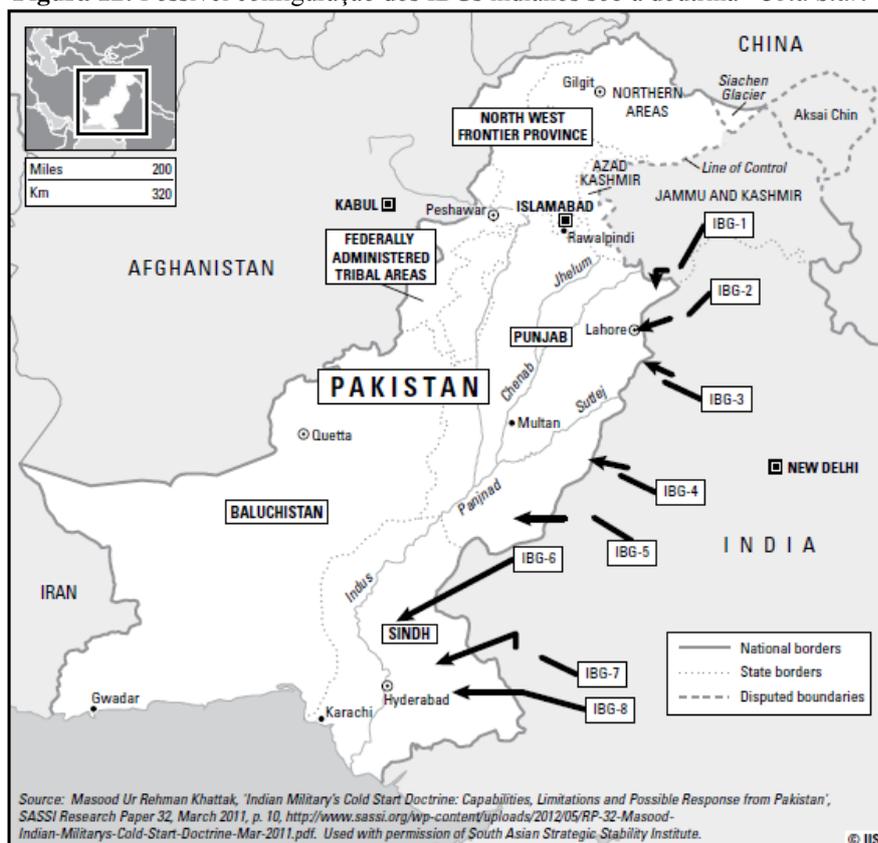
uma postura de hesitação e timidez” (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 59-60; 67-70, tradução nossa).

Em síntese, a ideia era tornar a guerra limitada mais atrativa e eficiente, de forma ágil, a fim de evitar uma escalada nuclear. Para se alcançar uma capacidade de ataque rápido, concluiu-se que a Índia deveria criar oito Grupos de Combate Integrados (*Integrated Battle Groups* ou IBGs) com armas combinadas, auxiliados por um excelente apoio aéreo, que seriam capazes de ocupar e manter controle sobre “porções” relativamente pequenas do território paquistanês. Esses IBGs seriam posicionados junto à fronteira e a sua localização possibilitaria a um ou dois deles um ataque instantâneo. A doutrina defendida pelos indianos se assemelha, em muitos aspectos, ao sistema moderno de Stephen Biddle (2004),¹⁴² que enfatiza a importância de se ter unidades pequenas, móveis, ágeis, combinadas e integradas (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 59-60; KOITHARA, 2012, p. 28).

A *Doutrina Cold Start* enfrentou uma série de problemas desde sua concepção. Primeiramente, seria necessária uma melhora exponencial dos sistemas de C2, para que efetivamente fosse possível criar unidades de deslocamento rápido, tendo em vista o curto espaço de tempo previsto entre a tomada de decisão e a implementação da ação. Mais do que isso, o treinamento teria de passar para um nível muito superior, inclusive de oficiais juniores, que deveriam ter maior autonomia. Mais preocupante do que isso, contudo, foi o fato do exército paquistanês, com raras exceções, ter associado *Cold Start* a pretensões preemptivas (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 62-65). Esse medo fundamenta-se não apenas na característica dos IBGs indianos, como também na possível configuração dessas forças na fronteira indo-paquistanesa (conferir Figura 12), tornando o Paquistão, aparentemente, bastante vulnerável. Outro ponto que ficou em aberto é se o lançamento de um ataque preciso e rápido contra o Paquistão, antes que esse pudesse se contra-mobilizar, de fato conseguiria evitar o início de um conflito nuclear. Alguns analistas chegaram a argumentar que o oposto parecia mais provável, isto é, que o rápido ataque, previsto pela doutrina *Cold Start*, e que encontrasse o Paquistão numa situação de vulnerabilidade, acabaria por aumentar o risco de um conflito nuclear (KOITHARA, 2012, p. 29).

¹⁴²Conferir seção 2.4.

Figura 12: Possível configuração dos IBGs indianos sob a doutrina “Cold Start”



Fonte: Fitzpatrick (2014, p. 79).

4.5.6 O Acordo Nuclear Indo-Americano (2005-2008)

Entre 2005 e 2008, a Índia e os Estados Unidos passaram por uma série de negociações, processos e entendimentos que culminariam, em 2008, na assinatura de um acordo nuclear civil indo-americano. Entre outras finalidades, esse acordo rompia com o isolamento nuclear a que a Índia estava até então submetido. Apesar de muitas ambiguidades, relacionadas principalmente ao descompasso existente entre leis norte-americanas e os acordos firmados entre as duas partes, o acordo final de 2008, implicitamente, reconhecia a Índia como potência nuclear ou, pelo menos, permitia que parte de seu programa tivesse fins bélicos. Na verdade, criou-se uma situação completamente anômala, opaca, ambígua, que ia de encontro a toda estrutura de não-proliferação global existente, ainda que se alegasse que isso poderia contribuir para a causa do “problema nuclear”.

Esse acordo, em essência, permitiu que a Índia comercializasse tecnologia nuclear com os demais países, mesmo não fazendo parte do regime de não-proliferação (FEIGENBAUM, 2010, p. 77). O cenário até então existente entre os países que tinham o armamento nuclear e aqueles que sequer poderiam cogitar a ideia agora passava a dividir espaço com outro cenário

amparado na subjetiva separação dos Estados de comportamento nuclear “responsável” daqueles de caráter “irresponsável”. Dessa forma, ao assinar o acordo de cooperação nuclear civil com os Estados Unidos, a Índia passava também a integrar um regime discriminatório; a diferença é que o TNP a desfavorecia e o acordo nuclear indo-americano lhe era benéfico (NAYUDU, 2009, p. 167).

O acordo nuclear firmado entre o presidente George W. Bush (2001-2009) e o primeiro-ministro Manmohan Singh (2004-2014) caracterizou, de maneira implícita, uma parceria estratégica entre os dois países. Ou, pelo menos, foi uma tentativa de tornar isso realidade. Os mais de 30 anos de condenação (desde os testes de 1974) foram simplesmente ignorados. Apesar dos opositores ao acordo alertarem para o fato de que isso pudesse enfraquecer o regime de não-proliferação (e de poder gerar um “perigoso precedente” para o Irã, Coreia do Norte e para outras nações), os norte-americanos estavam certos de que não havia outra maneira para angariar o apoio político de Nova Delhi. Em suma, no entender de Carter (2006), Washington cedeu no campo nuclear para ganhar o apoio e a cooperação indiana frente a outros desafios como o “ameaçador Irã”, o “turbulento Paquistão” e a “imprevisível China”.

Do lado indiano, contudo, é preciso apontar que o país tem explorado o que se pode chamar de multialinhamento como forma de barganhar as melhores condições de inserção internacional e, ao mesmo tempo, legitimar sua nuclearização, alçando-se a outro patamar nos assuntos internacionais. Não por acaso, a autonomia indiana manifestou-se, por exemplo, no não apoio à invasão do Iraque, na importação de gás natural de inimigos dos Estados Unidos (Mianmar e Irã), na cooperação em projetos energéticos com a China na África, na realização de manobras militares por parte das forças armadas sino-indianas, na oposição a sanções ao Irã, na resistência à presença militar na Ásia Central, no grupo BRICS, entre outros (OLIVEIRA, 2008; 2009 apud PAUTASSO, 2011, p. 186-187). Resta saber, portanto, o saldo da nuclearização e da aproximação indo-americana para a nova ordem mundial em formação.

4.5.7 Mumbai (2008)

Em 2008, uma nova série de atentados terroristas assolou Mumbai, deixando 164 mortos e 300 feridos, “uma das ações mais sangrentas na história do terrorismo na Índia” (CEPIK; PITT, 2011 p. 38). Os sentimentos que predominaram foram de descrença e de vergonha. Mais uma vez, evidenciaram-se os sérios problemas de inteligência da Índia, bem como falhas de policiamento e de coordenação nas respostas aos ataques (COHEN;

DASGUPTA, 2010, p. 15; 133). Nas palavras de David Malone (2011, p. 65), os ataques de Mumbai em 2008 foram o incidente mais claro a mostrar a falta de condições da Índia em, de modo geral, “ter controle sobre as suas fronteiras, reunir e processar de forma relevante dados de inteligência, e [...] reagir de forma convincente a ataques terroristas que eventualmente vierem a ocorrer”.

Mais do que isso, não houve “*Cold Start*” após os ataques terroristas de 2008 em Mumbai. Mesmo que já se soubesse que era algo fora da realidade esperar que tais ataques poderiam ser impedidos por meio da doutrina *Cold Start*, sua finalidade, no fim das contas, era justamente evitar situações como essas (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 67). Para Cohen e Dasgupta (2010, p. 70), uma das lições desse atentado foi a comprovação de que o *Cold Start* gerava riscos que poucos políticos indianos (se é que havia um só) estariam dispostos a correr e, assim, o exército indiano deveria fazer o seu planejamento de acordo com os políticos que tem, e não com os que gostaria de ter. Assim como nos conflitos anteriores, os atentados de 2008 levaram o governo indiano a promover uma nova reformulação dos mecanismos de defesa, especialmente as medidas ligadas ao contraterrorismo. Segundo Cepik e Pitt (2011, p. 39), o orçamento de defesa no biênio 2009-2010 teve um aumento de quase um terço em relação ao biênio anterior.

Tendo, pois, no presente capítulo, apresentado um panorama securitário da Índia, parte-se agora para uma análise mais aprofundada da situação nuclear no subcontinente indiano. Primeiramente se enquadrará a discussão dentro de parâmetros neorrealistas e depois dos Estudos Estratégicos. A ênfase recairá sobre aspectos qualitativos, além de ser feito uma espécie de “jogral” sobre aquilo que se quis implantar na Índia, sobre aquilo que se implantou e sobre as tendências para os próximos anos. A ênfase recairá novamente sobre a Índia, embora, invariavelmente, aspectos paquistaneses e chineses tenham de ser abordados também.

5 IMPLICAÇÕES DA DISSUASÃO NUCLEAR COMO CAPACIDADE DE PODER: O CASO INDIANO

Tendo apresentado as principais diretrizes da corrente neorrealista (Waltz e Mearsheimer), uma compilação de principais argumentos do campo dos Estudos Estratégicos e um panorama securitário da Índia, cabe agora analisar as implicações da dissuasão nuclear como capacidade de poder, aplicadas ao caso indiano. É preciso salientar que a Segunda Era Nuclear, na nomenclatura de Gray, se caracteriza também, em grande parte, como um ambiente nuclear multipolar asiático. Afora Rússia, China, Índia, Paquistão, ainda é possível acrescentar, controversialmente, a Coreia do Norte e, sem dúvida alguma, a presença norte-americana. A Índia, por sua vez, “precisa calcular riscos, custos e ganhos de interação nuclear ou troca de ataques” com a China e o Paquistão, Estados que “**teoricamente** podem agir em conjunto contra os indianos” (COHEN, 2013, p. 131, tradução nossa, grifo nosso). Em termos mais realistas, o certo é que esses dois adversários nucleares representam desafios completamente diferentes para a Índia (KOITHARA, 2012, p. 200).

Primeiramente, serão destacados alguns *insights* da escola neorrealista que, em grande medida, são compatíveis com o que o Estado indiano colocou em prática nos primeiros anos. Posteriormente, pretende-se discutir, de forma mais aprofundada, o tema da “dissuasão nuclear como capacidade de poder”, amparado não só no capítulo dos Estudos Estratégicos, mas também em obras especializadas em Índia nuclear. A fim de auxiliar o leitor, é possível conferir no Apêndice, quadros-resumo dos principais conceitos abordados ao longo desta dissertação.

5.1 INSIGHTS DA ESCOLA NEORREALISTA PARA A ÍNDIA: DISSUASÃO ‘EXISTENCIAL’?

De forma resumida, pode-se dizer que a escola neorrealista defende o que, em outros lugares, por vezes se chama de “*existential deterrence*”, isto é, dissuasão nuclear “existencial”, como se a mera posse de armamentos nucleares garantisse o *status* de potência nuclear e todos os benefícios que se pensa poder derivar dela. Há muito tempo Kenneth Waltz (2013) vem discutindo este assunto e certamente deve ter ficado intrigado com o que se passou no subcontinente indiano. Como não poderia deixar de ser, uma parcela de sua contribuição acadêmica é dedicada a esse tema. Assim, diferentemente de Mearsheimer, as

ideias abordadas na sequência são explicitamente defendidas por Waltz e, portanto, servirão de base para toda a análise do presente capítulo.

5.1.1 Waltz – Neorealismo Defensivo

Para a presente seção, pode-se tomar como ponto de partida o fato de Waltz (2013) defender que a dinâmica da Guerra Fria pautou-se por uma falta de clareza estratégica (*fuzzy thinking*). Assim, as novas díades de conflito no mundo pós Guerra-Fria, ou melhor, nessa segunda era nuclear¹⁴³ não seguirão tal padrão. Mais do que isso, e direcionando para o presente estudo, os indianos e paquistaneses teriam aprendido com a insensatez [*folly*] dos soviéticos e dos norte-americanos ao longo da Guerra Fria. Tendo em vista que é indiferente ter um arsenal pequeno ou grande, visto que, supostamente, exercem a mesma função, é de se esperar que, em virtude dos custos, a Índia e o Paquistão tenham um arsenal pequeno. Presume-se, portanto, de acordo com a lógica de Waltz, que uma corrida armamentista nuclear não tomará forma no subcontinente indiano.

Citando o fato de que os norte-americanos já haviam alcançado a marca de 5,5 trilhões de dólares de gastos com armamentos nucleares ao longo das décadas, Waltz (2013, p. 157-158) aponta que estadistas indianos e paquistaneses não repetirão esse erro, visto que uma “dissuasão mínima” dissuade tão bem quanto uma “dissuasão máxima”. Este argumento, por sua vez, se sustenta, segundo Waltz (2013), por declarações da comunidade científica e estrategista/estratégica da Índia. Por exemplo, Homi Jahengar Bhabba, o “pai da bomba indiana”, falava em “dissuasão absoluta”. Por sua vez, o renomado estrategista K. Subrahmanyam enfatizou, em texto de 1994, que construir grandes arsenais é um desperdício e uma tolice. Ao mesmo tempo, afirmou que um arsenal de aproximadamente 60 armamentos nucleares seria suficiente para dissuadir tanto o Paquistão quanto a China e que o Paquistão precisaria apenas 20 armamentos para dissuadir a Índia (WALTZ, 2013, p. 157-159). O Paquistão, por sua vez, muito mais do que a Índia, “obviamente precisa de armamentos nucleares”, segundo Waltz (2013, p. 159), por tratar-se de uma questão de sobrevivência. Isto pode ser ilustrado pela própria desintegração de 1971, em que o Paquistão Oriental se emancipou e passou a ser Bangladesh.

¹⁴³Na descrição teórica de Gray, a transição da segunda era nuclear para uma terceira só se dará caso uma nova dinâmica bilateral, estilo Guerra Fria, se estabeleça ou seja, se apenas dois países possam ser considerados relevantes em matéria nuclear.

Quanto à Guerra/Conflito de Kargil em 1999, Waltz (2013, p. 163) critica o fato de, segundo as ciências sociais, se poder chamar de guerra qualquer confronto militar que resulte em mais de mil soldados mortos no campo de batalha. Para o autor, se Kargil foi uma guerra, o conceito de guerra precisa ser revisado. A saída que Waltz (2013, p. 163, tradução nossa) encontrou para explicar a ocorrência do conflito, na “era nuclear”, é de que dissuasão “não traz proteção garantida para áreas em disputa, mas limita os níveis da violência”. E, assim, os dispositivos nucleares evitaram que a guerra escalasse de uma escaramuça mais intensa para uma guerra generalizada.

Sobre a proximidade entre a Índia e o Paquistão e os evidentes perigos relacionados a esse fator (curto tempo de aviso e, ainda mais grave, a possibilidade de um míssil disparado em Islamabad atingir Nova Delhi em cinco minutos), Waltz (2013, p. 167) procura amenizar a situação com exemplos que são, para dizer o mínimo, fracos. O autor alega que, no passado, já houve situações em que países nucleares estavam próximos em termos militares, para não dizer geográficos. Cita a crise dos mísseis em Cuba e atividades de espionagem [*close surveillance*] de aviões norte-americanos na fronteira e em território soviético ou chinês (abril 2001) (WALTZ, 2013, p. 167). Mais do que isso, apesar do curto tempo de aviso e do fato inevitável de que precisariam ser tomadas decisões rápidas, Waltz (2013, p. 168-169), novamente citando o estrategista K. Subramanyam, mas também baseado em sua teoria, aponta que, se o oponente não tiver certeza de que é possível destruir toda a força nuclear, ele será dissuadido. Ou seja, se parte da força é invulnerável, toda força será invulnerável e a retaliação não precisa ser altamente devastadora.

Sobre o que veio a ser chamado de paradoxo da “estabilidade estratégica/instabilidade tática”, conceito este desenvolvido por Glenn Snyder, Waltz (2013, p. 170, tradução nossa) afirma que travar conflitos de baixa intensidade não é um “preço ruim a ser pago pela impossibilidade de lutar num nível elevado”. Scott Sagan (2013), co-autor da obra “*The Spread of Nuclear Weapons*”, acredita que, se o conflito indo-paquistanês escalar para níveis mais altos de violência e um dos lados passar a perder o controle da situação, haverá a entrada em cena de uma terceira potência, para impedir que se faça uso de armamentos nucleares. Waltz, na mesma obra, rebate esse argumento, dizendo que esse tipo de pensamento é um “resquício do tempo da Guerra Fria, quando os EUA e a União Soviética pensavam que tinham razões imperiosas para interferir nos conflitos de outros países” (WALTZ, 2013, p. 170, tradução nossa).

Para Waltz (2013, p. 172), a doutrina convencional *Cold Start*¹⁴⁴ de forma alguma é desestabilizadora. Ainda que se trate de uma postura mais ofensiva, a escalada para uma guerra nuclear está fora de cogitação. Dados os riscos de que um conflito convencional possa levar ao uso [recurso] de dispositivos nucleares, ambas as partes possuem, desde o início, desincentivos para dar início a um conflito convencional. *Cold Start*, dessa forma, não poderia alterar esse fato (WALTZ, 2013, p. 172). Em outras palavras, mesmo acreditando na possibilidade de “escalada nuclear”, parece que Waltz (2013) está implicitamente dando a entender que haveria apenas três níveis de conflito: o “pré-convencional”, o “convencional” e o “nuclear”. A escalada do nível “convencional” para o “nuclear” é dada como certa, mas a escalada do “pré-convencional” (lembrando que, para o autor, Kargil em 1999 foi uma simples escaramuça) para o “convencional” ou para o “nuclear” é algo que Waltz simplesmente suprime de sua análise¹⁴⁵.

Sobre os atentados terroristas de 2008 em Mumbai, Waltz (2013, p. 172) discorda da noção de que conflitos de baixa intensidade tenham se tornado possíveis pelo fato de existir agora um “escudo nuclear” paquistanês. No entanto, cabe lembrar que, no mesmo texto, o autor afirmou que, se é possível estabelecer estabilidade estratégica, a instabilidade em nível tático é algo que se pode aceitar. Assim, os atentados em Mumbai seriam mera continuação da violência que há muito tempo assola o subcontinente. Por fim, o autor acredita que a resposta contida da Índia corrobora o tão defendido argumento de que dispositivos nucleares possuem efeitos estabilizadores (WALTZ, 2013, p. 172-173).

Particularmente interessante para os países em desenvolvimento é o argumento waltziano (WALTZ, 2013, p.221) de que os dispositivos nucleares podem ser vistos como a grande esperança para dissuadir potências que exercem domínio global, como é o caso dos EUA. Segundo o autor, está historicamente comprovado que defesa convencional e estratégias de dissuasão são ineficientes, quando se tratam dos EUA. Assim, apenas o armamento nuclear seria capaz de dissuadir os EUA de impor sua vontade a outras nações. Este pensamento, por sua vez, ampara-se na ideia de que os dispositivos nucleares não são utilizáveis como armamentos de guerra, mas sim como armamentos de dissuasão. Portanto, devem ser considerados armamentos defensivos (WALTZ, 2013, p. 221-3). O advento da era nuclear, segundo Waltz (2013, p. 223, tradução nossa), permitiu que a paz reinasse “entre aqueles que detêm armamentos nucleares ou gozam da proteção que elas trazem. Quem ama a paz deveria

¹⁴⁴Conferir a seção 4.5.5.

¹⁴⁵Certamente há muitos outros degraus de escalada. O que se quer enfatizar é que, conforme Schelling (conferir seção 3.2), qualquer conflito corre o risco de escalar para níveis mais elevados, havendo a possibilidade de que a situação fuja do controle de ambos os participantes. É a “ameaça que deixa algo ao acaso”.

amar os armamentos nucleares. Eles são os únicos armamentos inventados até hoje que atuam de forma decisiva contra o seu próprio uso”. É o supra-sumo ou a expressão máxima da famosa frase latina: *si vis pacem para bellum*.

5.1.2 Mearsheimer – Neorrealismo Ofensivo

Apesar de Mearsheimer não retratar diretamente a questão da Índia e do Paquistão, sua obra permite que se façam algumas inferências. Em primeiro lugar, se os Estados primam por poder, é de se esperar que uma corrida armamentista (ainda que moderada) se desenvolva no subcontinente indiano. Em termos teóricos, isso vai contra o que Waltz defende. Em termos práticos, é o que vem se percebendo. A sugestão do estrategista indiano K. Subrahmanyam, de que bastariam 60 armamentos para a Índia e 20 para o Paquistão, se revelou uma utopia.

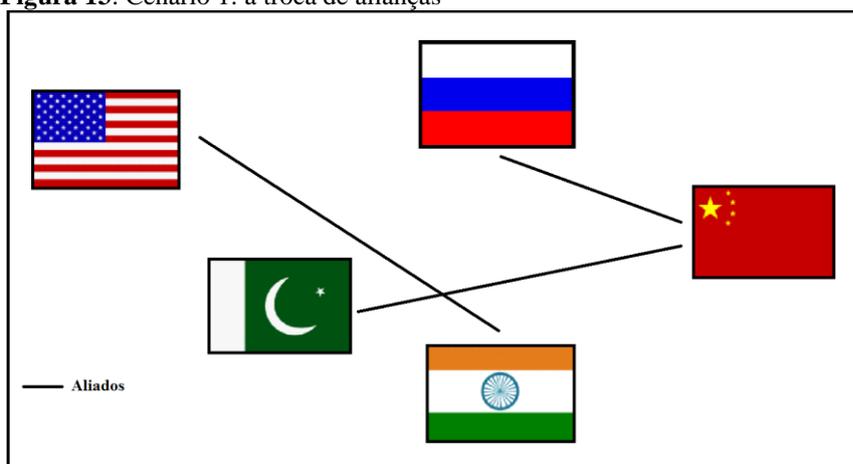
O número de armamentos nucleares tem crescido gradualmente no subcontinente indiano. Embora as informações nem sempre sejam precisas, estima-se, controversialmente, que o aumento possa ser da ordem de 20 a 30 armamentos por ano, embora pareça mais razoável supor, conforme o *Military Balance* (2014, p, 220), que o incremento seja de 10 dispositivos nucleares por ano. Em 2010, o Paquistão supostamente tinha em seu poder de 70 a 90 dispositivos nucleares e material físsil para produzir mais 90 armamentos. Na ocasião, a Índia teria de 60 a 80 dispositivos nucleares, com material físsil de produzir entre 60 a 105 novos armamentos. Em 2011, um novo estudo revelou que os arsenais teriam subido para 90-110 no Paquistão e 80-110 na Índia (KOITHARA, 2012, p. 24). O *Sipri Yearbook* (2013, p. 311; 317) estima algo em torno de 100-120 para o Paquistão e 90-110 para a Índia, número muito superior ao que Subrahmanyam imaginava em 1994.

O subcontinente indiano possui, no mínimo, um agravante adicional, isto é, um ator que precisa sempre ser levado em conta: a China. Rajain (2005, p. 16) aponta que a competição nuclear triangular no sul da Ásia é, historicamente, uma situação sem precedentes. O fato da Índia e do Paquistão estarem transformando tecnologia em armamentos, bem como da China estar modernizando suas forças armadas (influenciada parcialmente pelo escudo antimísseis norte-americano em solo asiático) faz com que os três Estados estejam sujeitos a desenvolver uma dinâmica que pode vir a se tornar mais competitiva e conflituosa do que cooperativa no médio e longo prazo. Isso, por sua vez, é coerente com a ideia defendida por Mearsheimer de que dissuasão será muito mais difícil de ser alcançada em sistemas multipolares do que bipolares e de que os Estados vão competir gradativamente por mais poder.

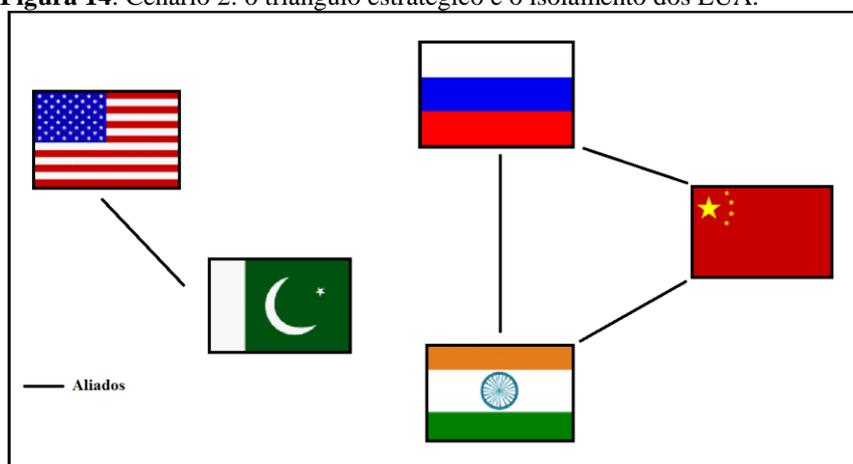
Além dos problemas teóricos relacionados com o que vem a ser capacidade nuclear, algo de que Mearsheimer não trata, a sua teoria também é incapaz de explicar os conflitos indo-paquistaneses na “era nuclear” (pós-1998). Até o momento atual, não se verificou o “efeito pacificador” ou a concretização da ideia de que as relações de poder entre os Estados poderiam se encaminhar na direção de um ponto de equilíbrio/igualdade. No entanto, não se pode negar que os dispositivos nucleares tenham gerado cautela, controle e contenção, ainda que isso não impeça que futuramente ocorra alguma escalada militar para esses níveis. Segundo Schelling (conferir seção 3.2), tal escalada não será, necessariamente, algo previsto, mas provavelmente envolverá uma situação que foge do controle, gerando uma guerra impremeditada, não-intencional.

Mearsheimer investe boa parte de seus esforços na tentativa de compreender o papel dos EUA e da China no mundo contemporâneo. Trata da modernização militar chinesa, que ambos os países definem como de caráter puramente defensivo. No entanto, baseado na incerteza quanto às intenções dos outros, no presente e no futuro, Mearsheimer mostra que não há como prever se isso continuará sendo uma realidade ou não. Mais do que isso, dificilmente seus vizinhos, em especial a Índia, deixarão de ver essa modernização, ainda que compreensível, como uma espetacular força ofensiva. O “medo da ascensão chinesa” levará os seus vizinhos a fazer de tudo para que evitar que a China alcance o status de potência hegemônica regional (MEARSHEIMER, 2010). Em geral, na literatura norte-americana, a grande preocupação parece ser como conter a ascensão chinesa, ao mesmo tempo em que, muitas vezes, a Índia é tratada como um aliado natural.

George Gilboy e Eric Heginbotham (2012), por sua vez, rejeitam essa visão, baseando-se fundamentalmente em cultura estratégica e também na comparação das capacidades militares da China e da Índia. Para esses autores, não há nada que garanta, em âmbito securitário, que a Índia seja um “parceiro natural” dos EUA, ao invés da China. Diego Pautasso (2006; 2011) também desenvolve um trabalho nessa linha. Para o autor, na Ásia, duas dinâmicas podem se desenvolver no futuro próximo, sendo que o Paquistão age como uma espécie de “fiel da balança”. China, Rússia e Índia podem formar um triângulo estratégico contra os EUA e o Paquistão. Também é possível que se formem os eixos Índia-EUA vs. China-Paquistão (conferir Figuras 13 e 14). Até o momento, não há, pelo menos por parte da Índia, uma definição clara de que rumo irá tomar. Em suma, a Índia tem adotado uma postura multivetorial. No campo estratégico (nuclear), em todo caso, é prudente considerar a dinâmica Paquistão-Índia-China como competitiva.

Figura 13: Cenário 1: a troca de alianças

Fonte: Adaptado de PAUTASSO (2006, p. 95).

Figura 14: Cenário 2: o triângulo estratégico e o isolamento dos EUA.

Fonte: Adaptado de PAUTASSO (2006, p. 101).

5.2 DISSUAÇÃO NUCLEAR COMO CAPACIDADE DE PODER

No começo da década de 1990, passou a circular a ideia de uma dissuasão não-armada (*non-weaponized or recessed deterrence*). Isto se deu quando a Índia e o Paquistão desenvolveram a **possibilidade** de lançar (detonar) armamentos nucleares, mas a pressão da comunidade internacional impediu que ambos os países manufacturassem armamentos nucleares para imediato lançamento. Em síntese, a ideia de dissuasão existencial deve ser entendida pelo fato de que o dispositivo nuclear é tão horrendo, que a sua simples presença (ou existência) é capaz de dissuadir. Apesar de ter encontrado amparo em alguns círculos acadêmicos, dentre os países com capacidade nuclear, possivelmente, só a Índia acreditou que isso pudesse ser algo viável. Esse estágio, rústico, diga-se de passagem, só foi vivenciado pela Índia e pelo Paquistão, algo explicado, fundamentalmente, pela mencionada pressão

internacional existente para que eles não desenvolvessem armamentos nucleares (KOITHARA, 2012, p. 73).

Após os testes de 1998, a Índia passou se chamar de potência nuclear. Sua doutrina, por sua vez, pautou-se na ideia de dissuasão mínima, isto é, de se ter um número mínimo de dispositivos nucleares capaz de causar um estrago inaceitável para o adversário, mesmo depois de se ter sofrido um ataque nuclear (KOITHARA, 2012, p. 74). Ainda assim, na prática, a Índia, apesar do discurso, seguiu adotando as ideias de “dissuasão existencial” (KOITHARA, 2012, p. 82). Isso se tornou visível com o despreparo institucional/organizacional/logístico indiano. Não é exagero afirmar que o Conflito/Guerra de Kargil pegou os indianos de surpresa. Como se mostrará na sequência, os indianos progressivamente foram descobrindo que a “jornada nuclear” recém havia começado.

Nas próximas seções, pretende-se analisar desde aspectos básicos da capacidade nuclear indiana (rendimento dos dispositivos nucleares e vetores de entrega) até questões organizacionais, um problema muito mais sério. Por fim, se analisará a dinâmica dissuasória do subcontinente indiano, baseando-se, sobretudo, nos modelos fornecidos através da leitura de Diniz (2014)¹⁴⁶, além de uma explicação mais elaborada de por que os conflitos não escalaram, até o momento, para níveis nucleares.

5.2.1 O rendimento dos dispositivos nucleares e os vetores de entrega indianos

Os testes nucleares de 1998 evidenciaram, desde cedo, certos problemas para a Índia no campo nuclear, relacionados à falta de um planejamento coeso (formulação de doutrina e estratégia nuclear, por exemplo). Antes de tudo, entende-se que os indianos precisariam rever, imediatamente, seus sistemas de lançamento. Mais do que isso, o poder/energia (rendimento/*yield*) de seus dispositivos nucleares também se mostrou inadequado, apontando para a necessidade de novos testes. Gregory Jones (2000, p. 3) aponta que, em 1998, os sistemas de lançamento da Índia contavam apenas com alguns caças Jaguar, além de mísseis balísticos de curto alcance. Essas aeronaves, ainda por cima, não conseguiam carregar grandes quantidades de armamentos nucleares a distâncias maiores que 900 ou 1000 km. Dessa forma, passou-se a desenvolver, a partir de 1998, os mísseis Agni1 e Agni2, que teriam alcance aproximado de 700km e 2000km, respectivamente. A mobilidade submarina de armamentos

¹⁴⁶Conferir seção 3.5.

nucleares havia sido descartada pela Índia, pelo menos no curto prazo (JONES, 2000, p. 3-5; THOMAS, 1986; SIPRI, 2013, p. 314).

A questão dos vetores de entrega nuclear tornou-se particularmente problemática na medida em que a China passou a ser vista como um dos principais elementos desestabilizadores da região, sendo responsabilizada até mesmo pela nuclearização da Índia. Oito dias antes dos testes nucleares em Pokhran, por exemplo, o ministro de defesa da Índia declarou que a China era “a ameaça potencial número um”, deixando, no pós 11 e 13 de maio, fortes suspeitas de que os testes seriam dirigidos aos chineses com o objetivo de mostrar que a Índia agora também possuía dispositivos nucleares, como também para intimidar a parceria sino-paquistanesa. Mas a Índia foi, para dizer o mínimo, um pouco pretensiosa, visto que as ogivas nucleares da China não só eram mais poderosas e numerosas, como também poderiam ser transportadas por mísseis balísticos de longo alcance que, conseqüentemente, alcançavam todo o território indiano. A recíproca não era verdadeira e isto acabou por deixar a Índia numa situação não muito confortável. Caso a China resolvesse atacar a Índia com seu arsenal nuclear, a Índia jamais teria condições de se defender e revidar à altura (JONES, 2000).

Em relação ao “poder” dos armamentos nucleares, os testes indianos de 11 e 13 de maio de 1998 apresentaram rendimentos (*yields*) demasiadamente pequenos¹⁴⁷: 0,2 kT (duas unidades); 0,6 kT; e 12 kT. Apesar da crença de que todos os armamentos nucleares são iguais e de que um único armamento nuclear é capaz de destruir uma cidade inteira, a situação é muito mais complexa do que aparenta ser. A bomba lançada sob Hiroshima em 1945, por exemplo, tinha um rendimento de 15 kT e destruiu uma área urbana de, aproximadamente, 12km² (250 milhões de habitantes na época)¹⁴⁸. A Índia também afirma ter testado um dispositivo termonuclear de 42kT, resultado que também ficou muito abaixo daquilo que se poderia esperar desse equipamento: algo entre 100kT a 1MT. Os indianos alegaram ter reduzido o rendimento de seus artefatos nucleares deliberadamente para minimizar danos ambientais, bem como para evitar maiores danos (estragos sísmicos e contaminação por radioatividade) de vilarejos situados próximos ao local dos testes. Mas as demais nações

¹⁴⁷Os indianos alegaram que os testes foram de 42kT, 12kT e 0,2kT, mas os sismógrafos desmentiram as declarações indianas. Uma das especulações geradas a respeito dos três dispositivos de menor poder testados pela Índia foi de que elas poderiam ser usadas em campos de batalha, ou seja, com uma finalidade “tática” (JONES, 2000; KAMPANI, 2013, p. 110). Cabe recordar que, conforme vem se argumentando ao longo dessa dissertação, a distinção entre armamentos nucleares táticos e estratégicos não deve ser encorajada. De acordo com Schelling (2008; 2011), “crenças importam” e, assim, mais relevante que a utilização de um armamento nuclear tático ou estratégico é o próprio fato de se ter utilizado de dispositivos nucleares.

¹⁴⁸As cidades modernas, por sua vez, possuem tipicamente em torno de 5 a 10 milhões de habitantes com áreas construídas de 500 a 1.000 km² cada. Sendo assim, uma força retaliatória indiana de 10 armamentos com 10kT mal seria suficiente para desabilitar uma grande cidade chinesa (JONES, 2000, p. 7).

acreditam que isso não passa de um blefe, criando-se especulações de que futuros testes ainda possam vir a acontecer (JONES, 2000, p. 7). Isso, por sua vez, apesar de improvável (devido à pressão internacional), não seria incompreensível quando visto em perspectiva com as demais potências nucleares existentes (conferir Figura 15).

Figura 15: Número de testes nucleares realizados até 12/05/98

Country	First test	Last test	No. of tests
China	1964	1996	45
France	1960	1996	210
Russia/USSR	1949	1990	715
United Kingdom	1952	1991	45
United States	1945	1992	1030
India	1974	1998	4

Fonte: Carnegie Endowment for International Peace.

Não demorou muito para que os indianos começassem a diversificar seus meios de entrega. Logo após os testes de 1998, a Índia encomendou caças russos Sukhoi-30, com o intuito de substituir os obsoletos Jaguars (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 81). Ao contrário da China, que se ampara em mísseis estratégicos, a base de sustentação da força nuclear indiana são os caças-bombardeiros (GILBOY; HEGINBOTHAM, 2012, p. 198). Atualmente, a Índia possui em torno de 50 Mirage 2000 e 140 Su-30, aeronaves que podem fazer incursões bem longas para dentro do território paquistanês. O Paquistão, por sua vez, tem apenas 45 F-16A/B e 18 F16C/D, caças que têm uma possibilidade apenas razoável de interceptar as aeronaves indianas. A capacidade AWACS (*Airborne Warning and Control System*), que a Índia adquiriu recentemente, lhe dá uma vantagem de penetração adicional. A Índia também tem grandes vantagens em assuntos ligados à defesa antiaérea, guerra eletrônica, operações noturnas, sistemas de aquisição de alvos, sistemas de comunicação, controle e inteligência (KOITHARA, 2012, p. 24; 107-108; CEPIK, 2010, p. 122-123). Contra a China, essa capacidade de caças se mostraria inútil, diferentemente do que ocorreria em relação ao Paquistão.

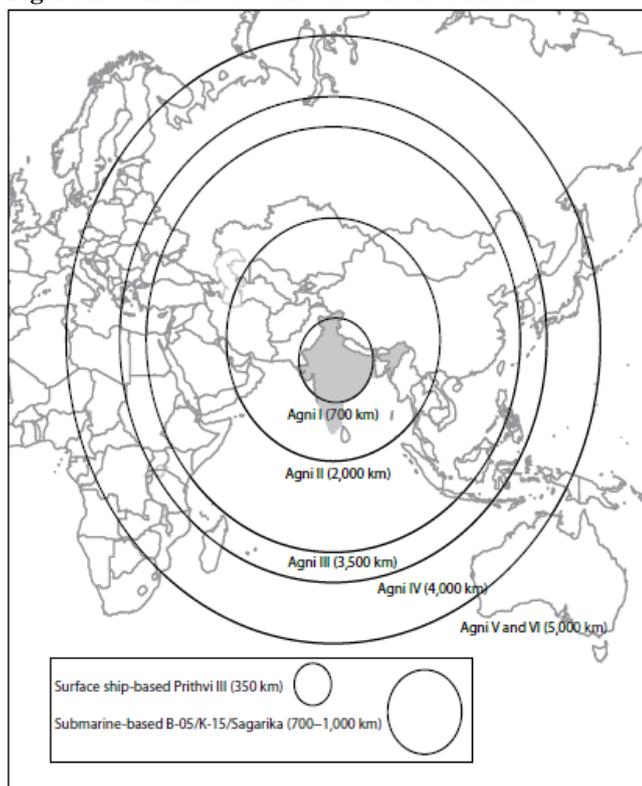
A tendência é que, nos próximos anos, a Índia passe a enfatizar menos a questão das aeronaves¹⁴⁹ para dar maior destaque a mísseis estacionados em terra. Além disso, como será visto na seção 5.3.2, também se pretende desenvolver um dissuasor marítimo, embora, em princípio, isso tenha apenas repercussões para a díade Índia-Paquistão e não para a díade

¹⁴⁹Rajain (2005, p. 242) afirma que, enquanto as aeronaves Jaguar, Mirage 2000 e MiGs tem a capacidade de sobrevoar o Paquistão, apenas o caça Sukhoi-30 é capaz de cobrir a China, mas isto unicamente em viagem de ida.

Índia-China. A Índia teria aproximadamente 150 mísseis Prithvi I e 25 mísseis Prithvi II, com alcance de 150km (GILBOY; HEIGENBOTHAM, 2012, p. 199), que também não contribuem para o estabelecimento de uma dinâmica dissuasória estável com a China. O foco, portanto, deverá ser em mísseis de maior alcance, da classe Agni. Estes, entre outras características, se destacam pela mobilidade, o que permite que, numa situação de crise, essa força seja dispersada. Neste caso, porém, as questões de segurança e controle passam a ser muito mais problemáticas (KOITHARA, 2012, p. 14).

Aos já mencionados mísseis Agni I e Agni II, cabe acrescentar os mísseis Agni III, Agni IV e Agni V. O míssil Agni III, com alcance de 3000-3500km, teve um desempenho instável ou não totalmente convincente em testes realizados entre 2009 e 2010. Terá de ser modificado e passará por novos testes antes de ser produzido em série. O míssil Agni IV, com alcance de 4000km, e o Agni V, com alcance de 5000km, também estão sendo testados. O Agni V foi testado em abril de 2012, e tem a capacidade de atingir Beijing ou Shanghai. Notícias veiculadas na imprensa indiana celebraram o fato de que esses testes bem sucedidos são prova de que a Índia agora entrou para o seleto grupo dos países detentores de ICBMs (GILBOY; HEIGENBOTHAM, 2012, p. 199; KAMPANI, 2013, p. 110-114; SRIVASTAVA; GAHLAUT, 2012, p. 141; SIPRI, 2013, p. 314-315).

Figura 16: Alcance dos mísseis balísticos indianos



Fonte: Kampani (2013, p. 113).

5.2.2 Problemas Organizacionais: uma série de agravantes à postura dissuasória indiana

Embora não seja o momento para analisar a origem ou a totalidade dos problemas organizacionais e institucionais da Índia, o fato é que existem muitos problemas, alguns de difícil resolução para a constituição de sua capacidade de dissuasão nuclear. Marco Cepik (2010, p. 83), por exemplo, ao se referir à segurança nacional indiana, aponta que sua “base institucional é muito mais frágil que sugerem o tamanho do PIB e o poderio militar do país.” Em primeiro lugar, cabe apontar que existe um descompasso na coordenação das diversas agências e setores da burocracia entre si e destas com os órgãos de decisão mais centrais (tanto do ponto de vista organizacional quanto doutrinário), sem falar na burocracia excessiva. Isso se traduz num hiato entre a política externa e as demandas corporativas das Forças Armadas (CEPIK, 2010, p. 83-86). Stephen Cohen e Sunil Dasgupta (2010, p. 152) argumentam que o foco da Índia reside em assuntos operacionais e não estratégicos, exemplificados pelo fato de as forças terrestres, aéreas e navais implementarem políticas separadamente, sem grande coordenação ou comunicação. Mais do que isso, Cohen e Dasgupta (2010, p. 2, tradução nossa) apontam para a existência de “falta de direcionamento político, doutrinas militares confusas, relações entre civis e militares marcadas por um caráter não funcional”, entre outros fatores.

Apesar da implementação de um projeto desenvolvimentista autônomo (inspirado nos moldes soviéticos), a indústria armamentista indiana (e toda a comunidade científica e de pesquisa e desenvolvimento de defesa a ela atrelada) tem apresentado resultados muito abaixo do esperado. O programa nuclear é tido como o projeto armamentário mais bem sucedido, ainda que tenha levado 50 anos e estar envolto em confusão organizacional e doutrinária (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 26; 157). Koithara (2012, p. 90), ao comparar a Índia com as potências nucleares reconhecidas pelo TNP, acredita que existem três aspectos que se destacam:

- a) o fato de a liderança política indiana se manter um tanto distante de todo esse empreendimento;
- b) o fato do empreendimento ser totalmente dominado pelos cientistas;
- c) o fato de às forças armadas ter sido atribuído o papel de espectador desinformado.

Quanto ao segundo aspecto, este é o maior problema que afeta o desenvolvimento de uma capacidade nuclear na Índia. Em outras palavras, os cientistas decidem não apenas sobre o que “pode ser feito”, mas o que “deverá ser feito” (KOITHARA, 2012, p. 219).

O descompasso entre a comunidade científica e as forças armadas em projetos estratégicos pode ser ilustrado com dois exemplos. Em 1984, o DRDO (Organização de Pesquisa e Desenvolvimento da Defesa Indiana) teria desenvolvido um programa de armamentos químicos. O exército indiano e a comunidade estratégica, por sua vez, não apenas não se prepararam para um ambiente de guerra química (treinamento, por exemplo) como também não tiveram a chance de pensar sobre qual seria o “valor dissuasório” [*deterrent value*] desses armamentos. Assim, esse projeto não só não tinha qualquer utilidade operacional, como também revelou falta de pensamento estratégico. Serviu, em todo caso, para mostrar o poder dos cientistas em assuntos estratégicos (KOITHARA, 2012, p. 222-223). Atualmente, o DRDO está desenvolvendo outro projeto de utilidade estratégica e operacional pouco consistente: um escudo antimísseis (programa BMD). Poucos analistas militares estrangeiros acreditam na viabilidade do projeto. Trata-se, como se pode ver, de um programa que é impulsionado pelos interesses institucionais da comunidade científica (KOITHARA, 2012, p. 223).

A Índia demorou quase cinco anos para tornar público seu sistema NCA (*National Command Authority*). Isto se deu em janeiro de 2003. O Paquistão, por sua vez, já havia anunciado seu sistema NCA em fevereiro de 2000. As duas funções básicas de um sistema de comando e controle (C2) são exercer autoridade de comando e manter controle prático sobre as forças nucleares. Elementos como comunicação, inteligência, informação e alerta existem para dar suporte a essas duas funções. A complexa cadeia de comando existente na Índia facilita o controle negativo (evitar o uso não autorizado), mas complica o controle positivo, ou seja, a utilização propriamente dita do armamento (KOITHARA, 2012, p. 101-102; 105).

Quanto à doutrina nuclear indiana, é possível constatar que boa parte das críticas a ela direcionadas, apesar de compreensíveis e corretas, são também incompletas. Isso se dá pelo fato, já ressaltado diversas vezes ao longo desse trabalho, do entendimento incorreto que se tem sobre capacidade nuclear. Stephen Cohen e Sunil Dasgupta (2010, p. 109), baseando-se no *NFU Policy* da Índia e na ameaça indiana de que, em caso de ataque, partiria para uma retaliação maciça, acreditam que a Índia adotaria uma estratégia contra-valor (*counter-city*), caso viesse a ser atacada. Esta análise está correta, mas é preciso salientar que a Índia não possui capacidade contra-força, nem contra o Paquistão, muito menos contra a China. Kampani (2013, p. 118), criticando o fato de, entre 1999 e 2003, a doutrina nuclear ter passado de ataques retaliatórios “punitivos” para “retaliação maciça”, peca por não entender que, apesar da ideia de retaliação maciça não ser uma estratégia crível (Brodie já afirmava isso!), a Índia não tem como adotar uma política/estratégia de retaliação flexível. Isso se dá

pelo fato dela não ter capacidade de segundo ataque e, portanto, não ter a estrutura de C2, entre outros fatores, necessários para que se possa ter um efetivo controle dos ataques em caso de haver um conflito nuclear.

Kampani (2013, p. 118-119) acha contraditório o fato de a doutrina nuclear indiana clamar por retaliação maciça (meios ilimitados para fins ilimitados), enquanto a doutrina militar convencional (*Cold Start*) propõe uma guerra convencional (objetivos limitados com meios limitados) sob condições nucleares. A constatação é perfeita, porém a suposta incoerência, nesse caso, deve ser entendida pela falta de capacidade nuclear da Índia e pelos problemas organizacionais que, conforme já foi possível perceber, não são nem um pouco irrelevantes.

Em síntese, quando se trata de dissuasão nuclear, a Índia dá mais atenção a aspectos político-psicológicos e negligencia os aspectos militares-operacionais (KOITHARA, 2012, p. 94). Cegada por um entendimento similar aos de Waltz e de Mearsheimer, a Índia pensou que a posse de armamentos nucleares (com meia dúzia de testes) seria suficiente para o ingresso no seleto grupo de potências nucleares. Tendo em vista que voltar atrás parece pouco provável, agora a Índia precisa, conforme bem aponta Koithara (2012, p. 143; 145, tradução nossa), passar de “uma conceituação de dissuasão que é político-técnica para uma que é operacional”. Isto é assim porque “uma força nuclear não é uma organização automática ou mecânica, mas algo que exige treinamento e operações constantes”. O próprio número de reservistas já indica que a Índia não se comporta como um Estado nuclear (CEPIK, 2010, p. 113). Marco Cepik (2010, p. 112), ao comparar efetivos de reservistas da Índia com a Rússia e com a China, chega aos seguintes dados: embora existam 7,83 indianos para cada russo, a reserva total russa é 2,5 vezes maior que a indiana; em relação à China, que possui uma população um pouco maior que a da Índia, suas reservas excedem em 7 vezes as reservas indianas.

5.3 MODELO ESTABILIDADE ESTRATÉGICA SEGUNDO DINIZ

Embora o debate sobre estabilidade estratégica não seja algo novo, talvez quase tão antigo quanto a própria Era Nuclear, há algumas visões que se distanciam muito do que se pode considerar aceitável ou compreensível. No presente trabalho, é possível, de certa forma, delinear dois extremos. Enquanto Waltz e Mearsheimer acreditam que estabilidade estratégica seja de fácil obtenção (embora Mearsheimer seja um pouco mais crítico), Colin Gray vê isso com muito ceticismo, algo quase puramente teórico, inventado pelos norte-americanos. Na

presente dissertação, busca-se um meio termo. É em Eugenio Diniz (2014) que foi possível encontrar um modelo ideal para entender a dinâmica nuclear no subcontinente indiano. Inspirado por Schelling, mas sem convergir de forma absoluta com suas ideias, Diniz (2014) parece fornecer um *road-map* confiável, embora pouco vantajosa aos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, sobre o que se passa no subcontinente indiano em termos nucleares. Enquanto a primeira parte da análise que segue é dedicada à dinâmica indo-paquistanesa atual, a segunda parte é dedicada à dinâmica indo-paquistanesa no futuro próximo e a terceira parte à dinâmica sino-indiana.

5.3.1 Dinâmica Nuclear Índia-Paquistão

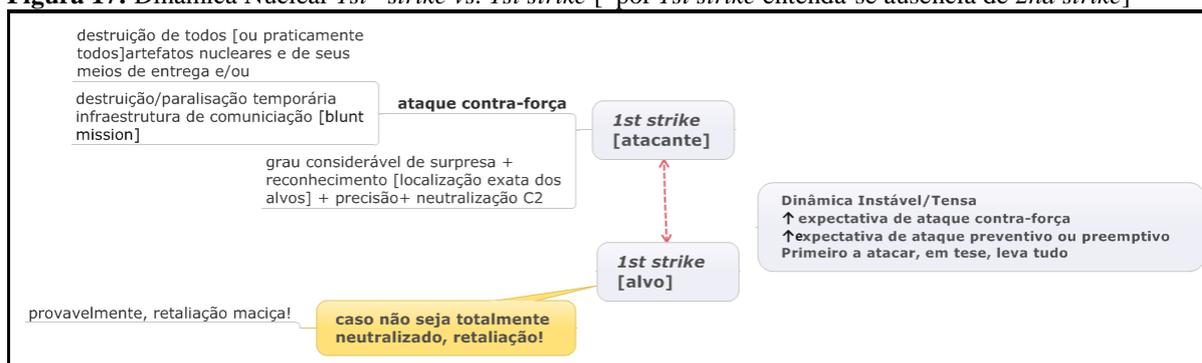
Após os testes nucleares da Índia e do Paquistão em 1998, houve uma falsa esperança de que pudesse surgir estabilidade estratégica no subcontinente indiano. Nuclearização sem normalização, contudo, fez com que a confrontação fosse menos intensa, uma guerra *proxy* na Caxemira (COHEN; DASGUPTA, 2010, p. 112-113). Os testes tiveram outros efeitos, entre os quais se destaca uma maior preocupação e envolvimento de potências extrarregionais no subcontinente indiano, principalmente os EUA. Bill Clinton (apud Ganguly 2008, p. 46) teria caracterizado a região como “o lugar mais perigoso da terra”. Dessa forma, conforme bem apontam Cohen e Dasgupta (2010, p. 112-113, tradução nossa), há determinados grupos que exageram a noção de que as relações estratégicas são instáveis com o intuito de “atrair estrangeiros para a região ou atribuir a culpa pela perigosa instabilidade ao adversário”. Isso denota, desde cedo, que qualquer caracterização da dinâmica nuclear no subcontinente indiano será influenciada por questões políticas e alianças internacionais¹⁵⁰. E o motivo foi muito bem resumido por Gray (2000, p. 259): “dissuasão é difícil porque estratégia é difícil”. Ou seja, dissuasão (e todos os termos a ela atrelados, inclusive estabilidade estratégica) faz parte de um “complexo relacionamento político, um relacionamento que tem história (GRAY, 2003, p. 32). Apesar da dificuldade, o objetivo da presente seção é fazer uma “análise neutra”, baseando-se exclusivamente em capacidades estratégicas e o significado disso para o estabelecimento de estabilidade estratégica.

Conforme já se apontou diversas vezes, o fato da Índia ter se autodeclarado uma potência nuclear em 1998 não a distingue como tal necessariamente. A dinâmica nuclear que se estabeleceu no subcontinente indiano, pelo contrário, é muito mais instável/tensa do que se

¹⁵⁰Conferir acima Figuras 13 e 14.

imagina (conferir abaixo Figura 17). É evidente que é necessário que haja fortes incentivos para que se ataque forças nucleares alheias. O problema é que, conforme já mostrava Schelling (2008, p. 94-95, tradução nossa), ao tratar de uma situação análoga, isso provavelmente resultaria de “um processo que não pode ser previsto em todos os seus detalhes, em que reações não são completamente previsíveis, em que decisões não são totalmente intencionais, em que acontecimentos não estão inteiramente sob controle”. Ou seja, trata-se de algo que não se pode/consegue prever com antecedência. Embora seja compreensível que ambos os Estados (Índia e Paquistão) tenham buscado constituir forças estratégicas para estabelecer estabilidade estratégica, é preciso reconhecer (e os indianos e paquistaneses demoraram para entender isso) que o processo é muito mais longo e custoso do que se esperava. Enquanto não for possível estabelecer forças de segundo ataque, não existe a menor chance de a estabilidade estratégica prosperar no subcontinente indiano.

Figura 17: Dinâmica Nuclear *1st* strike vs. 1st strike* [*por *1st strike* entenda-se ausência de *2nd strike*]



Fonte: Diniz (2014).

O problema da dinâmica *1st strike vs. 1st strike*, apesar da redundância, é que são muitos os problemas. Em primeiro lugar, muito mais difícil do que dispor de capacidade de segundo ataque é dispor de uma capacidade de primeiro ataque contra-força (DINIZ, 2014). Só isso já seria argumento suficiente para demonstrar a instabilidade da situação, caso algum conflito escale para níveis maiores. É preciso sempre levar em conta que determinadas situações podem fugir do controle. É a falta de capacidade de segundo ataque, aliás, que impede que se tenha qualquer tipo de controle. Isso, por sua vez, faz com que qualquer ação seja vista como algo perigoso e indique a iminente importância de se “apertar o botão” (visto que o primeiro a fazê-lo terá maior vantagem). Em termos **estritamente teóricos**, pode-se afirmar que essa falta de controle é também responsável por impedir que se alcance qualquer tipo de objetivo político. Um dos argumentos que se pode auferir da leitura de Schelling e Diniz, entre outros, é que apenas por meio da obtenção de capacidade de segundo ataque [2nd

strike capability] se pode efetivamente cogitar uma situação de ataques nucleares contidos e restritos a determinados tipos de alvos (retaliação flexível, propriamente dito).

Koithara (2012, p. 78; 151-153), ao se referir à óbvia falta de capacidade contra-força tanto da Índia quanto do Paquistão, indica que o cenário nuclear mais provável é um que envolva um “primeiro ataque de baixo impacto [*“low impact first use”*]. Isso se dá pelo fato, corretamente observado por Koithara (2012), de que um ataque que produza pesadas baixas irá inevitavelmente levar a uma pesada retaliação por parte do oponente. A análise de Koithara (2012, p. 78, tradução nossa), no entanto, se distancia da presente dissertação ao afirmar que é possível “fazer um ataque de advertência que tenha pouco impacto, sem a intenção de causar baixas mais substanciais ao adversário, mas de dar início a um processo de barganha, que é uma opção mais plausível”. Seguindo o modelo e baseando-se em tudo que foi estudado ao longo da presente dissertação, esse processo de barganha, apesar de desejável, não parece ser uma opção numa dinâmica *1st vs. 1st strike*, ainda mais com todos os problemas operacionais e logísticos envolvidos. Parece mais provável que ocorra, conforme já apontado na Figura 17, uma retaliação maciça ou, conforme Hiroshima e Nagasaki demonstraram, rendição imediata.

Outro problema diz respeito à vulnerabilidade geográfica do Paquistão. A proximidade com a Índia e o curto tempo de voo de mísseis e aeronaves [pequeno *time-on-target*] tornam a equação muito mais complicada do que a que existiu entre os EUA e a URSS durante a Guerra Fria. Além de tudo, grande parte das instalações nucleares fica nas proximidades de Islamabad (conferir abaixo Figura 18). O Paquistão também não possui qualquer tipo de doutrina nuclear oficial, complicando ainda mais a situação. Acredita-se que os dispositivos nucleares sejam armamentos de “último recurso e primeiro uso” (RAJAIN, 2005, p. 30; 317-321; 362; KAMPANI, 2013, p. 119), reforçando a ideia de que a dinâmica nuclear não pode, para dizer o mínimo, ser considerada estável no subcontinente indiano.

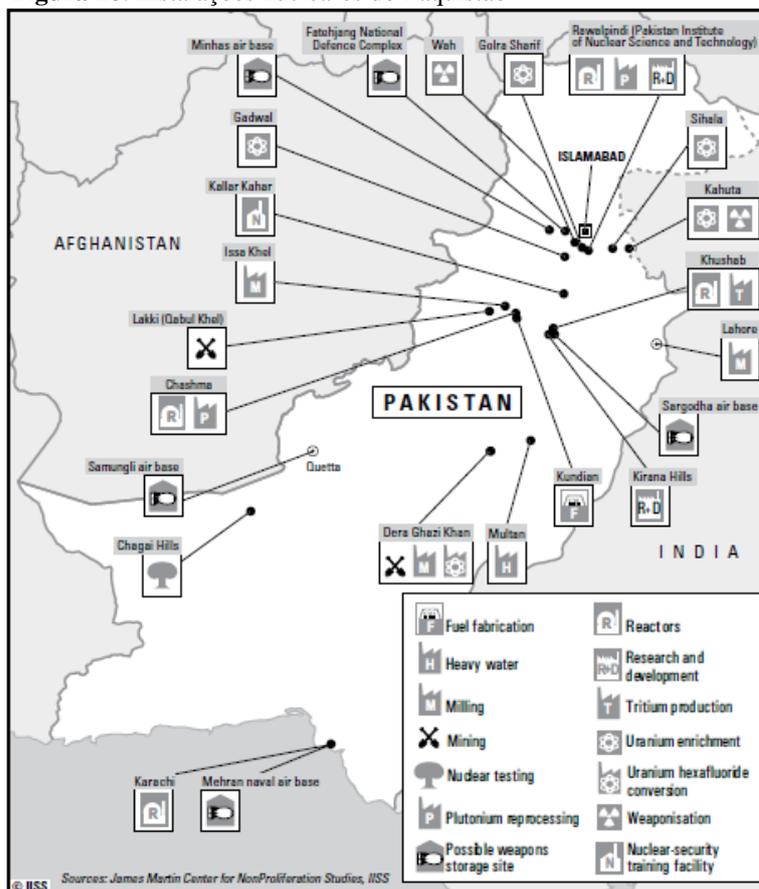
O resultado prático de tudo isso é que o Paquistão tem adotado políticas/medidas de alto risco, ao passo que a Índia tem adotado políticas/medidas de alta moderação. Isso se dá em grande parte pelo fato do balanço de agir/tomar iniciativa *versus* os incentivos/riscos de não agir ainda estar em construção. O fato de ainda não se ter estabelecido uma relação estratégica estável (em função da ausência de capacidade de segundo ataque por ambos os lados) tem, acima de tudo, dado a falsa impressão de que o Paquistão possui maior liberdade de ação, algo que, visto dentro da ideia de escalada militar, pode ser algo muito perigoso.

A isso tudo é possível adicionar a assimetria econômica, tecnológica e de capacidades militares convencionais que se verifica na dinâmica indo-paquistanesa (KOITHARA, 2012, p.

267-268). Compreensivelmente, o programa nuclear do Paquistão tem por principal objetivo fazer frente ao poder militar convencional indiano, servindo de grande fator de equilíbrio diante da superioridade da Índia no campo convencional. Desde 1947, o Paquistão tem sido afligido por contradições internas e se caracteriza como um Estado inseguro e instável. Assim, garantir a sobrevivência do Estado paquistanês tem sido o desafio dos estadistas (KOITHARA, 2012, p. 68-69; RAJAIN 2005, p. 276-280). Segundo o *Military Balance* (2014, p. 220), o arsenal paquistanês é o que apresenta o maior crescimento em todo o mundo, numa proporção de dez armamentos por ano, sendo que, em 2013, o país tinha de 100 a 120 dispositivos nucleares. Assim como a Índia, seus principais vetores de entrega são aeronaves e mísseis estacionados em terra (SIPRI, 2013, p. 317).

Cristopher Clary (2013, p. 138-139) acredita que existem dois grandes motivos por trás do gradual aumento do arsenal paquistanês. Primeiramente, um arsenal grande e móvel permite que se criem riscos com maior facilidade. Ainda assim, Clary (2013) afirma que, tendo em vista a sensibilidade de potências extrarregionais (principalmente dos EUA) em relação ao perigo nuclear, essa geração de riscos se destina, em parte, a atrair a intervenção de um terceiro Estado. Esta é uma explicação plausível, porém novamente perigosa. Em segundo lugar, forças maiores permitem, segundo Clary (2013), que parte da força seja usada como “reserva”. E aqui o argumento novamente se perde em questões quantitativas. Quantidade, conforme Diniz, e até mesmo Brodie, Schelling, entre outros, importa, porém não de forma isolada. Não adianta ter dispositivos nucleares e não ser capaz de utilizá-los (evidentemente, com algum propósito político).

Figura 18: Instalações nucleares do Paquistão



Fonte: Fitzpatrick (2014, p.15).

5.3.2 Alterações na dinâmica nuclear indo-paquistanesa no curto prazo: a integridade do Estado paquistanês e o dissuasor marítimo indiano

De modo geral, há dois cenários, não relacionados, que podem vir a tomar forma na dinâmica nuclear indo-paquistanesa no curto prazo. Um deles promete trazer certa estabilidade (embora apenas em termos relativos), enquanto outro pode ser considerado um *worst-case scenario*. Começando por este último ponto, cabe apontar que o aumento do arsenal paquistanês inquietaria as potências extrarregionais (especialmente os EUA), preocupadas com a questão de segurança e controle do arsenal nuclear paquistanês (probabilidade de roubo de material nuclear, uso não autorizado de armas em conflitos, sabotagem ou terrorismo) (CLARY, 2013; KAMPANI, 2013, p. 127). Segundo Stephen Cohen (2013, p. 103, tradução nossa), “o Paquistão nasceu em meio à crise, e não se livrou da

crise desde 1947. Este padrão não foi alterado depois que o Paquistão se tornou um Estado nuclearmente armado”.

De acordo com Clary (2013, p. 160, tradução nossa), os riscos nucleares no sul da Ásia “não são grandes em termos absolutos, mas são preocupantes em termos relativos”. Para o autor, o Paquistão representa a “mais provável fonte de risco nuclear em termos globais – roubo de material nuclear, uso não autorizado durante um conflito, ou uso intencional numa guerra”. Isso se dá pelo fato de o Paquistão abrigar vários “grupos perigosos” e de estar inserido numa vizinhança que pode ser caracterizada como instável. Mais do que isso, ficam cada vez mais evidentes as dificuldades do Paquistão em manter paridade militar convencional com a Índia, o que, portanto, tem levado o país a depender cada vez mais de armamentos nucleares para fins dissuasórios.

Stephen Cohen (2013, p. 173-174; 193), especialista norte-americano no subcontinente indiano, afirma que dentro dos próximos cinco ou seis anos, ou seja, até 2018, contando a partir da data que esse texto foi escrito, um novo fator, no qual nem se costumava pensar, poderá moldar as relações indo-paquistanesas: a própria integridade do Paquistão como Estado. O autor afirma que a viabilidade do Paquistão como Estado vai de zero a quarenta anos, embora no momento em que o autor escreveu fosse impossível vislumbrar qualquer coisa para além dos já mencionados cinco ou seis anos. Isso se dá fundamentalmente pelo fato do poder paquistanês estar minguando ou encolhendo, sua economia estar em frangalhos ou em crise, e seu sistema federalista estar sendo atacado pelas províncias menores. Esses perigos têm algo a ver, também, com o aumento do extremismo islâmico. Assim, uma eventual derrocada do Paquistão, que é uma perspectiva cada vez mais provável, traz consigo a possibilidade de criação de um contingente de milhões de refugiados e poderá acelerar a proliferação de armamentos nucleares entre Estados hostis e grupos terroristas. Mais do que isso, o fracasso do Paquistão poderia atrair potências extrarregionais para aquela área ou, no mínimo, fazer com que os EUA continuem a vigiar pela segurança e estabilidade da região (COHEN, 2013, p. 164; 168; 173-174; 193; KAMPANI, 2013, p. 127; KOITHARA, 2012, p. 2000).

Embora o cenário descrito acima deva ser entendido como um *worst-case scenario*, é possível antecipar que, caso ocorra, muitas serão as consequências regionais e globais. Principalmente no que tange a formação de alianças. Conforme relatado no capítulo anterior, “as peças do tabuleiro euro-asiático”, no pós-Guerra Fria, voltaram a entrar em movimento, com a diferença de que as “jogadas” estão sendo realizadas numa velocidade sem precedentes, gerando dúvidas sobre a estratégia de cada jogador. Assim, quem sabe, seja

possível delinear de vez se, baseado no argumento de Pautasso (2006; 2011), a China, Rússia e Índia vão formar um triângulo estratégico contra os EUA ou se uma aliança indo-americana pode vir a se formar contra a China¹⁵¹. Outras opções são possíveis, é claro. O certo é que um Paquistão falido torna a intervenção extrarregional algo extremamente provável e, assim, o ciclo da “neutralidade” (China não se envolvendo nos conflitos indo-paquistaneses, por exemplo) pode chegar ao fim.

Por outro lado, um cenário mais positivo envolve a construção de submarinos nuclearmente armados (SSBNs) por parte da Índia. Primeiramente, a mobilidade do submarino e sua invisibilidade não apenas o protegem contra um primeiro ataque, mas também contra tentativas inimigas de se apossar dele (JONES, 2000, p. 10). Se Schelling considerava o monopólio de SSBNs algo extremamente indesejado, Freedman e Diniz o consideram como o modelo ideal de força de segundo ataque e exemplar em termos de estabilidade. A Índia tem por intenção colocar três SSBNs em serviço até o final desta década, ou seja, até 2019. Posteriormente, dependendo da disponibilidade de recursos, pode ser que adicione até mais três SSBNs. Esses submarinos, a princípio, estarão equipados com o míssil K-15/Sagarika, mísseis balísticos com um alcance estimado em 700 a 750km (KAMPANI, 2013, p. 114; WINNER, 2012).

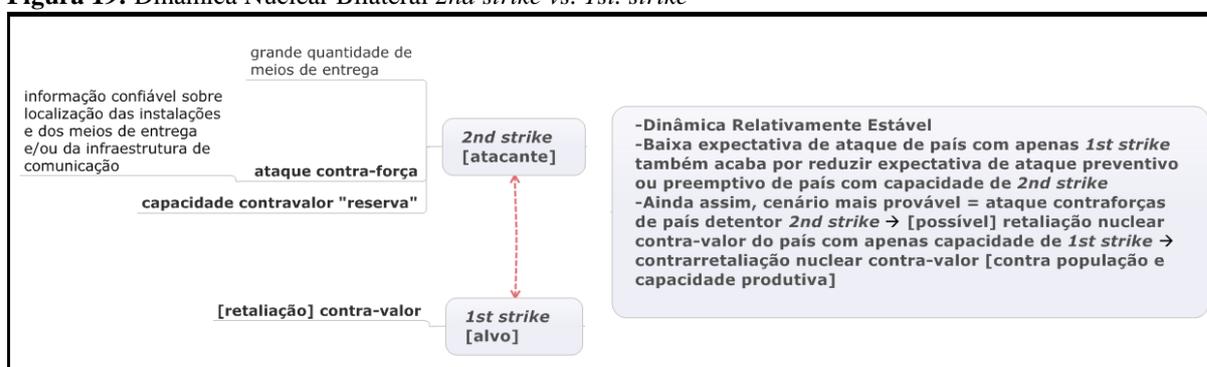
Segundo Winner (2012, p. 166), o SSBN indiano, chamado *Arihant*, é pequeno, numa comparação com os submarinos das potências nucleares reconhecidas pelo TNP, com deslocamento de 5000 a 6000 toneladas, comprimento de 106 metros, e um diâmetro de aproximadamente dez metros. Segundo se aponta, o submarino tem instalações para 12 mísseis balísticos. Além dos custos operacionais de hoje (trata-se de uma tecnologia complexa e cara), o país terá pela frente novos problemas de comando, controle, comunicação com submarinos submersos, segurança e treinamento, se a marinha indiana decidir armar nuclearmente os seus submarinos (GILBOY; HEGINBOTHAM, 2012, p. 199; WINNER, 2012, p. 175-177). É importante destacar que esses submarinos irão alterar apenas marginalmente a dinâmica sino-indiana, num curto e médio prazo (WINNER, 2012, p. 175).

No futuro, é bem provável que o míssil K15/Sagarika seja substituído pelo míssil K4/K-X, atualmente em desenvolvimento, com alcance previsto de 3000-3500 km e, possivelmente capaz de carregar múltiplas ogivas (SIPRI, 2013, p. 316; WINNER, 2012, p. 167; 172). Só então, com todas as outras melhorias qualitativas (ligadas a C2, treinamento, entre outros fatores) é que o dissuasor marítimo indiano poderá afetar a dinâmica nuclear

¹⁵¹ Conferir acima Figuras 13 e 14.

Índia-China. Quanto à dinâmica nuclear Índia-Paquistão (conferir Figura 19), é possível afirmar que ela se tornará relativamente mais estável. Ou seja, os incentivos para que ocorra um ataque nuclear serão substancialmente reduzidos. Uma das questões que fica em aberto, contudo, é como garantir a eficiência das forças nucleares marítimas indianas, sabendo-se que a porta para novos testes nucleares está fechada. Novos testes, conforme bem aponta Winner (2012, p. 176), abalariam as relações indo-americanas, bem como da Índia com outros Estados membros do Grupo dos Supridores Nucleares (NSG), nações que consentiram com a cooperação nuclear civil com a Índia sob a premissa de que a Índia desistiria de quaisquer testes adicionais.

Figura 19: Dinâmica Nuclear Bilateral *2nd strike vs. 1st. strike*



Fonte: Diniz (2014).

5.3.3 Dinâmica Nuclear Índia-China

Assim como ocorre no caso de Índia e Paquistão, poucas são as informações sobre o programa nuclear e as forças estratégicas da China que são divulgadas. De modo geral, as informações são escassas, incompletas e, por vezes, contraditórias, incorretas ou exageradas (GILBOY; HEGINBOTHAM, 2012, p. 196; SIPRI, 2013, p. 283-284). Dentre as potências nucleares reconhecidas pelo TNP, a China é o Estado que tem sido menos transparente sobre suas forças nucleares, não fornecendo informação oficial sobre o tamanho nem a composição de sua força nuclear (SIPRI, 2013, p. 305). Ainda assim, há alguns atributos bem delineados da doutrina nuclear chinesa. Primeiramente, os dispositivos nucleares são vistos como armamentos de defesa, anti-coerção (destinadas a impedir chantagem nuclear). Mais do que isso, desde 1964, a China tem dito que não usará o dispositivo nuclear primeiro (trata-se da única potência nuclear reconhecida pelo TNP que adotou a política de *no first use –NFU*) e que jamais utilizará ou ameaçará utilizar armamentos nucleares contra países não nucleares ou zonas livres de armamentos nucleares. A China também tem um pequeno número de

dispositivos nucleares, cerca de 240¹⁵², adotando uma estratégia de contra-valor (*city busting deterrent*) (RAJAIN, 2005, p. 121; 138-140).

Ainda que tenha sido por opção, houve, de certa forma, um reconhecimento de que era impossível (ou talvez que não fosse sensato) competir com as superpotências durante a Guerra Fria em termos numéricos ou tecnológicos (precisão, por exemplo). A autolimitação (arsenal relativamente pequeno e vulnerável; de política de NFU; ogivas separadas dos vetores de entrega) implica que a China fará uso de uma estratégia retaliatória com um segundo-ataque com retardo, ou seja, que a China só retaliará após absorver um primeiro ataque nuclear, em vez de adotar uma postura de lançamento sob ataque ou lançamento ao primeiro sinal (*launch under attack* ou *launch on warning*) (RAJAIN, 2005, p. 140; LEWIS, 2013, p. 67-68; 74)

Outra certeza que se tem é que os armamentos nucleares e os vetores de entrega da China são muito mais numerosos, diversificados, de maior alcance e mais avançados que os da Índia. Os mísseis baseados em terra são a espinha dorsal da força nuclear chinesa. Estima-se que a China tenha aproximadamente 240 ogivas nucleares (GILBOY; HEGINBOTHAM, 2012, p. 196; LEWIS, 2013, p. 74). Líderes indianos (políticos e militares) reconhecem que estão lidando com um Estado que tem capacidade nuclear superior àquela que a Índia é capaz de enfrentar (SRIVASTAVA; GAHLAUT, 2012, p. 154). Dessa forma, é pouco provável que a Índia tenha alcançado dissuasão mínima com credibilidade ou retaliação garantida contra a China. Aliás, do ponto de vista chinês, a maior preocupação, no momento, são os EUA e seu escudo antimísseis (LOWY INSTITUTE, 2011, p.7-8; RAJAIN, 2005, p. 25; 30).

A China também tem promovido uma progressiva, porém moderada, modernização de suas forças armadas, inclusive estratégicas, desenvolvendo novas capacidades militares, com o propósito de melhorar sua capacidade dissuasória em relação aos EUA e a Rússia (LEWIS, 2013, p. 68; KOITHARA, 2012, p. 5). A China está aprimorando seu sistema de entrega em termos de alcance, precisão, mobilidade e sobrevivência, maior confiabilidade em alcance intercontinental, e, possivelmente, na capacidade MIRV, no aumento do poder de ataque e de superar novos desenvolvimentos na questão dos escudos antimísseis (LOWY INSTITUTE, 2011, p. 7; KOITHARA, 2012, p. 31; YEAW; ERICKSON; CHASE, 2012, p. 74).

O dissuasor marítimo chinês também está experimentando a passagem de uma geração a outra. Os SSBNs da primeira geração (Type-092 ou Xia-class), isto é, do começo da década de 1980 (sem, no entanto, terem feito nenhuma patrulha dissuasória) estão sendo substituídos

¹⁵²A título de comparação, o Reino Unido tem 160 ogivas nucleares estratégicas instaladas; a França, 350; a Rússia, 4138; e os EUA, 5951. Segundo os termos do Tratado *New START*, de 2010, a Rússia e os EUA ficarão limitados a 1550 ogivas nucleares instaladas (ogivas em estoque não entram nessa contagem) (GILBOY. HEGINBOTHAM, 2012, p. 196).

pelos SSBNs Type-94 ou Jin-class, o que representa um sensível progresso. Cada um desses novos SSBNs (provavelmente três) serão equipados com doze mísseis balísticos JL-2 que têm um alcance estimado em pelo menos 7200km (YEAW; ERICKSON; CHASE, 2012, p. 66; 74; LOWY INSTITUTE, 2011, p. 7; GILBOY; HEGINBOTHAM, 2012, p. 198).

A dinâmica nuclear Índia-China, portanto, enquadra-se no modelo *2nd strike vs. 1st strike* da Figura 19 (ver acima), algo que não sofrerá mudanças no curto e médio prazo. Diante da competição estratégica que pode vir a se desenvolver entre a China e os EUA (e quem sabe a Rússia), é possível que a Índia fique cada vez mais distante da China. Caso a China entre em uma corrida armamentista com os EUA, nos moldes da Guerra Fria, pode-se afirmar que a “terceira era nuclear” de Gray tomaria forma e a Índia passaria a ser mera distração nessa díade (papel análogo que o Paquistão possivelmente exerce atualmente na relação Índia-China). A título de comparação de aspectos quantitativos, conferir Figura 20. Evidentemente que essa figura é incapaz de cobrir aspectos qualitativos, nos quais a China também é muito superior. Também é muito difícil prever o início e o desenrolar de qualquer conflito entre as duas nações. O que existe, e isso jamais poderá ser considerado irrelevante, são causas de conflito virtuais ou em potência (*flashpoints*), que, de forma resumida, envolvem disputas fronteiriças não-resolvidas (relacionadas com o sentimento chinês em relação ao Tibete e da Índia em relação à Caxemira), a transferência de tecnologia nuclear e de vetores de entrega chineses ao Paquistão, e o domínio marítimo na região do Índico e Pacífico (KAMPANI, 2013, p. 104; LOWY INSTITUTE, 2011, p. 12; GILBOY; HEIGENBOTHAM, 2012, p. 57, nota 57; 87).

Figura 20: Armas Estratégicas da China e da Índia (2010)

	China					India				
	No.	Type	Range (km)	Deployed	Warheads*	No.	Type	Range (km)	Deployed	Warheads*
Land-Based										
ICBM	~10	DF-4	~5,400	1980	~10					
	20	DF-5A	~13,000	1981	20					
	~12	DF-31	~7,200	2008	~12					
	~24	DF-31A	~11,200	2008	~24					
IRBM	~2	DF-3A	3,100	1971	~2	n/a	Agni III	3,000	Testing	0
MRBM	80	DF-21	2,100	1991	80	~20-25	Agni II	2,000	Development	0
						~80-100	Agni I	700	Development	0
SRBM						~15-30	Prithvi-I***	150	1998	0
Cruise Missile	~54	DH-10	~2,000	2007(?)	~15					
Sea-Based										
	0	JL-1	~1,000	1986	0	0	Dhanush (naval Prithvi II, surface launched)		Development	0
	0	JL-2**	~7,200	Testing/Trials	0	0	K-15 (sub-launched cruise missile)		Development	0
Aircraft	20	H-6	3,100	1965	~20	~20	Mirage 2000H	1,800	1985	~20
						~36	Jaguar IS/IB	1,600	1981	~30
Total Warheads					~175 to 240					~60 to 80

Fonte: Gilboy e Heginbotham (2012, p. 197).

Visto que a dinâmica nuclear sino-indiana se caracterizará por um bom tempo como uma relação *1st strike*¹⁵³ vs. *2nd strike*, e considerando-se que isso é algo “relativamente estável”, é preciso apontar algumas considerações sobre como se pode avançar a estabilidade no subcontinente indiano. Primeiramente, cabe apontar, conforme Cepik e Pitt (2011, p. 39), que “as forças armadas indianas não possuem os meios nem a intenção de fazer frente às forças chinesas, faltando capacidades logísticas para tal tipo de preparação”. Isso, no mínimo, deve causar preocupação. Ainda que, como já apontava Brodie, a “sombra da bomba atômica” regrará o conflito entre os países nucleares, se a Índia não possui capacidades convencionais adequadas para fazer frente a um possível conflito com a China, não será por meio de capacidades nucleares que esse problema poderá ser resolvido. Os insights de Freedman também são valiosos para entender o argumento que aqui se quer desenvolver. Conforme Freedman (2003), o uso do dispositivo nuclear jamais poderá ser considerado uma decisão tática e a diferenciação entre armamentos nucleares táticos e estratégicos reveste-se de um ar de irrealidade. Assim, para que qualquer possível futuro conflito possa ser controlado de fato, é fundamental que ambos os países estabeleçam medidas capazes de estabelecer confiança mútua. Diálogo é fundamental.

Sobre este ponto, o Lowy Institute (2011) desenvolveu um relatório tratando sobre os “perigos da negação” (*the Dangers of Denial*) de capacidades nucleares na relação Índia-China. Não se trata de afirmar que um conflito sino-indiano irá acontecer, mas que, se acontecer, é bom que os perigos, ao menos, tenham sido reconhecidos com antecedência. A crescente presença naval indiana e chinesa no Oceano Índico, por exemplo, pode vir a se tornar um ponto de competição, ainda que seja cedo para descrever como uma rivalidade. As instabilidades emergentes e os riscos precisam ser amenizados com progressivo e sério engajamento de ambas as partes em discussões sobre questões nucleares e estratégicas. Entre outras medidas, as duas potências precisam reafirmar suas intenções estratégicas de parte a parte; explicar a natureza e o propósito de seus programas nucleares, bem como de seus escudos antimísseis; identificar conflitos de interesse bilaterais que poderiam levar a um conflito armado; identificar possíveis limiares nesses conflitos, e formas de sinalizar os mesmos; buscar um consenso quanto a formas de estabilizar a dissuasão, de construir mecanismos funcionais de gerenciamento de crise e comunicação (LOWY INSTITUTE, 2011, p. 12; 14-16). Essas medidas, por sua vez, têm a finalidade de permitir que, em caso de conflito, a guerra possa se manter limitada.

¹⁵³Novamente, cabe apontar que o termo deve ser mais bem entendido como falta de capacidade de segundo ataque.

5.4 ANÁLISE FINAL

Para finalizar esse capítulo, cabe apontar algumas considerações teóricas e práticas sobre o tema aqui desenvolvido. Em termos teóricos, parece óbvio que a escola neorrealista (aqui representada por Waltz e Mearsheimer) é incapaz de explicar satisfatoriamente dinâmicas e capacidades nucleares ou dissuasórias. Embora Mearsheimer tenha desenvolvido o tema de forma um pouco mais adequada do que Waltz, o que se necessita é, no mínimo, uma teoria complementar.

A Índia, de certa forma, seguiu os preceitos neorrealistas. Se não o fez diretamente, pelo menos se guiou pela essência do pensamento neorrealista. Isto não chega a ser um erro, já que, no subcontinente indiano, os armamentos nucleares forçaram uma mudança de atitude, ou seja, uma guinada rumo à moderação e contenção. As guerras industrializadas do século XX parecem ter ficado para trás. Nada garante, contudo, que isso permanecerá sendo uma realidade. Ou seja, sempre existe o perigo da escalada militar, conforme Schelling, ao lado de outros autores, ensinou. Os grandes problemas, contudo, residem nos altos custos dessa “empreitada nuclear”. Não cabe julgar se o dinheiro poderia ter sido mais bem investido. O certo é que não se sustenta o argumento waltziano de que capacidade dissuasória (capacidade de segundo ataque) é algo que se estabelece com facilidade ou de forma barata. Também não se trata de algo que é alcançável por países pobres e fracos, conforme Waltz tanto repetiu. A constatação de Diniz (2014, p. 37), embora não muito confortante para os países em desenvolvimento, é de que os “armamentos nucleares intensificam as vantagens dos atores mais ricos e as vulnerabilidades e desvantagens dos atores mais pobres.” A presente dissertação, em certo sentido, corrobora esta ideia.

A dinâmica nuclear sino-indiana permanecerá *1st. vs. 2nd strike* por alguns anos ainda, possivelmente de forma indefinida (depende, em grande parte, da competição estratégica entre os EUA, a Rússia e a própria China). Enquanto as forças nucleares chinesas forem sendo ampliadas e modernizadas, a solução indiana provavelmente terá de vir de submarinos com capacidade confiável de uso/retaliação ou de ICBMs (Agni V). Também se fará necessário o uso de mísseis MIRVs. Isso, por sua vez, se mostrará algo extremamente custoso. A decisão de seguir em frente, é claro, cabe exclusivamente ao Estado indiano.

O certo é que dois “eventos” impedem, no momento, que essa dinâmica se estabilize. Em primeiro lugar, é preciso fazer menção do escudo antimísseis que os norte-americanos

instalaram na Ásia¹⁵⁴. Isso gera, imediatamente, nas palavras de Rajain (2005, p. 195), um assim chamado efeito “*trickle down*”, ou seja, neste caso, uma situação em que as decisões de alguém mais forte acabam afetando aqueles que são mais fracos. De forma bem específica, a presença norte-americana na região força a China a ampliar e modernizar suas forças, o que, por sua vez, leva a Índia a ampliar e modernizar suas forças, o que, por fim, acaba tendo reflexos no Paquistão, num verdadeiro efeito cascata. Em segundo lugar, todos os principais relacionamentos que envolvem controle de armamentos são bilaterais, e o principal deles envolve apenas os EUA e a Rússia. Ainda virá o momento em que isso se tornará algo insustentável e, assim, no que diz respeito ao subcontinente indiano, a China, o Paquistão e a Índia deverão, sempre que a vontade política assim o permitir, engajar-se num diálogo sobre segurança (RAJAIN, 2005, p. 132; 134; 195).

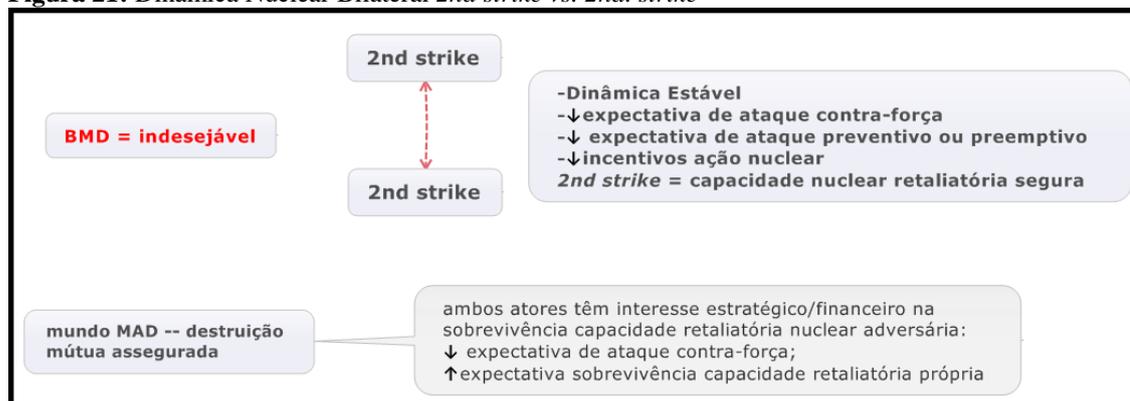
Em relação à dinâmica indo-paquistanesa, por mais que autores como Waltz ou Ganguly (2008) insistam que os armamentos nucleares a tornaram estável (pelo menos em nível estratégico), isso não passa de equívoco. Isso se dá pela instabilidade da dinâmica *Ist sitrke vs. Ist strike*. Por si só, essa dinâmica é extremamente perigosa, uma vez que as forças nucleares são extremamente vulneráveis e, portanto, suscetíveis a ataques preventivos/preemptivos. Também é preciso levar em conta a importância de potências extrarregionais. Segundo Cepik e Pitt (2011, p. 34), o “quadro que está se desenhando no subcontinente indiano conta com a participação cada vez mais ativa de China, Estados Unidos e potencialmente da Rússia”. No pós Guerra-Fria, porém, foram os EUA que tiveram papel central na desescalada do conflito indo-paquistanês¹⁵⁵, gerenciando a crise dos dois Estados, insistindo para que houvesse cautela ou contenção e intervindo diretamente para relaxar as tensões (KAMPANI, 2013, p. 126). Por sua vez, Ganguly (2008), mesmo reconhecendo a importância do papel desempenhado pelos EUA com vistas à desescalada de tensões, tanto em 1999 como, depois, em 2001-2002, procura tratar a presença norte-americana como algo complementar, secundário. Na verdade, porém, os EUA foram o verdadeiro elemento estabilizador da região naquelas ocasiões. O que importa não é o fato de terem sido os EUA, porque, no futuro poderá vir a ser outra potência nuclear, mas o fato de ter sido uma potência nuclear com efetiva capacidade de segundo ataque (tanto contra a Índia quanto contra o Paquistão).

¹⁵⁴ Conferir Wu Riqiang (2013).

¹⁵⁵ A China, por sua vez, se manteve neutra em Kargil (1999) e também na crise de 2001-2002 (RAJAIN, 2005, p. 168).

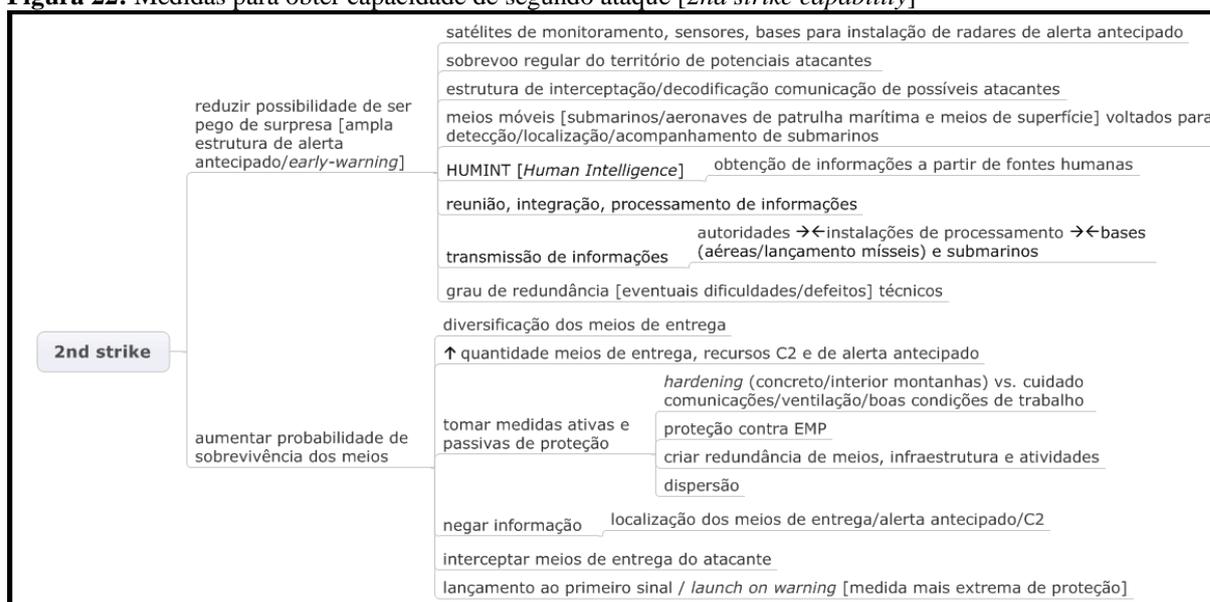
Excetuando a hipótese do Estado paquistanês se desintegrar (tido como *worst-case scenario*), a tendência é de que, no curto prazo, se desenvolva uma dinâmica *1st strike vs. 2nd strike* e, num futuro mais distante, uma dinâmica *2nd strike vs. 2nd strike* (conferir Figura 21). Caso isso vier a acontecer, finalmente se poderá falar em estabilidade estratégica no subcontinente indiano. Enquanto ambos os lados não tiverem as capacidades adequadas (conferir Figura 22), a Índia e o Paquistão terão de desenvolver um *modus vivendi* que reduza a probabilidade de que determinados processos de ação e reação por parte dos competidores nucleares criem uma espiral de percepções equivocadas e até mesmo de informações errôneas que acabem levando à catástrofe (RAJAIN, 2005, p. 378). Assim, segundo Rajain (2005, p. 396), é preciso que se estabeleçam algumas medidas de confiança mútua ou consultas bilaterais em assuntos ligados a segurança, desarmamento e não proliferação. Além disso, é necessário discutir quais são exatamente os conceitos estratégicos de cada país no que diz respeito à utilidade de armamentos nucleares, e estabelecer canais de comunicação confiáveis de parte a parte, envolvendo tanto os militares quanto as lideranças políticas. Isso, por si só, vai de encontro ao que Waltz e Mearsheimer postulam. Ou seja, os dispositivos nucleares não geram automaticamente estabilidade estratégica ou, ainda, não são suficientes, vistos de forma isolada, para que um adversário possa dissuadir o outro.

Figura 21: Dinâmica Nuclear Bilateral *2nd strike vs. 2nd. strike*



Fonte: Diniz (2014).

Figura 22: Medidas para obter capacidade de segundo ataque [*2nd strike capability*]



Fonte: Diniz (2014).

É preciso enfatizar, acima de tudo, conforme Freedman (2003) sugere, que a estabilidade das superpotências na Guerra Fria não ocorreu de forma imediata. Pelo contrário, levou algum tempo até que fosse instalada toda uma parafernália de vias de comunicação rápida (o famoso “telefone vermelho”) ou se adotasse outras medidas capazes de estabelecer confiança mútua. Dessa forma, com exceção do caso de uma possível desintegração do Estado paquistanês (que aqui nesse trabalho é tido como o *worst case scenario*), a tendência é que, progressivamente, o subcontinente indiano encontre meios de se estabilizar¹⁵⁶. Até isso se tornar realidade, será de fundamental importância o papel desempenhado pelas potências nucleares extrarregionais, para que nada fuja do controle. Não se trata de justificar uma atitude paternalista ou intervencionista, mas de um problema ligado exclusivamente a capacidades militares e dos evidentes riscos ligados, dentre outros elementos, à proximidade entre os dois Estados (pequeno *time-on-target*) e o inerente curto tempo de aviso e de tomada de decisões (algo que só pode ser amenizado com capacidade de segundo ataque).

¹⁵⁶ Além dos problemas organizacionais que precisam ser urgentemente solucionados, tanto por parte da Índia quanto do Paquistão, há também a questão material/tecnológica/científica. É preciso lembrar que ter capacidade de segundo ataque também pode se dar por meio da obtenção dos meios adequados (instalações, equipamentos, pessoas e procedimentos) que possam vir a detectar um primeiro ataque nuclear antes que esse atinja o alvo pretendido (conferir acima Figura 22). O fato é que, se tudo correr bem, terão transcorrido 20 anos (de 1998, data dos testes nucleares, até 2019, data prevista para que a Índia coloque três SSBNs em serviço, tido como modelo ideal de força de segundo ataque) até que uma dinâmica 1st vs. 2nd strike venha a ser estabelecida.

Em relação a este último ponto, cabe verificar, na eventualidade de uma nova crise indo-paquistanesa, de que forma o regime de alianças internacionais irá atuar. A neutralidade chinesa, o multialinhamento indiano ou, mais importante ainda, o fato de todos os grandes Estados estarem adotando “*políticas de hedging*” (medidas de proteção) umas contra as outras poderá vir a ser novamente testado de forma séria. Se durante a Guerra Fria (década de 1970 em diante) essas alianças eram mais visíveis¹⁵⁷, na década de 1990 isso acabou sendo abafado, de certa forma, pela “vitória” dos EUA no conflito bipolar. Portanto, não só a participação norte-americana foi importante ou decisiva na desescalada do conflito indo-paquistanês, como também era um papel que aparentemente “lhe pertencia por direito”. Os próximos anos, contudo, prometem ser mais complexos, provavelmente reforçando o retorno de algum tipo de regime de alianças (algo ainda em definição) no continente asiático.

Dessa forma, a resolução de possíveis futuros conflitos indo-paquistaneses também poderá servir para mostrar como as forças estão alinhadas no continente asiático. Surgirão questões como: qual potência nuclear irá intervir para ajudar a desescalar o conflito? Dado a transição de uma dinâmica *1st strike vs. 1st strike* para uma *1st strike vs. 2nd strike*, a intervenção se traduz como algo necessário? Mais importante que isso tudo, o que irá acontecer caso o Estado paquistanês entrar em colapso? Dessa forma, é possível inferir que a dinâmica nuclear asiática terá influência e será influenciado pela própria configuração do Sistema Internacional. Nesse meio tempo, é preciso que mecanismos de controle de armamentos e medidas de confiança mútua sejam estabelecidas em âmbito multilateral, trazendo os Estados com capacidade nuclear para a mesma mesa de discussão. Para os demais Estados, fica a lição do que se deve entender por dissuasão nuclear, os riscos e custos que se pode incorrer e de que se deve fazer um balanço claro e pensado sobre as vantagens e desvantagens antes de ingressar na “empregada nuclear”.

¹⁵⁷ Conferir seção 4.2.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, foi possível discutir tanto aspectos teóricos quanto práticos do tema da dissuasão nuclear. Partiu-se do neorrealismo, sintetizado, basicamente, no pensamento de Kenneth Waltz e John Mearsheimer. Verificou-se que, para a escola neorrealista, os armamentos nucleares exercem um papel de extrema importância. No entanto, muitas vezes isto é retratado de “maneira abstrata”. Isto significa que não há uma definição clara do que vem a ser capacidade nuclear ou isso é retratado de uma maneira muito simplificada. Em outras palavras, as teorias neorrealistas, de maneira geral, não entram em detalhes sobre o que vem a ser dissuasão ou capacidade nuclear e quais são as implicações disso para uma análise sistêmica (não abordando, por exemplo, quem pode ser enquadrado na categoria de potência nuclear).

Kenneth Waltz parte diretamente para uma discussão sobre estabilidade nuclear, não levando em conta se os atores envolvidos possuem capacidade adequada de ataque. Ou seja, Waltz minimiza o fato de se tratar de uma dinâmica sistêmica, ou ainda, de uma questão relacional de como dois países interagem entre si. O que importa, em suma, é ter capacidade de segundo ataque, algo supostamente fácil de ser alcançado e disponível para todos os países, independentemente do contexto regional e internacional em que os países estão inseridos. Se a discussão se restringisse apenas a sistemas de entrega, já ficaria evidente que o ponto de vista de Waltz é inadequado. Mas, além disto, é preciso levar em conta toda a relação dinâmica existente, envolvendo tecnologias, informação, fatores psicológicos, risco de escalada, etc. A questão vai muito além de volume; envolve prontidão, precisão e equilíbrio constante de capacidades.

Mearsheimer, por sua vez, traz uma série de avanços teóricos em relação a Waltz, inclusive em âmbito nuclear, embora os argumentos ainda sejam incompletos. Vez que outra Mearsheimer contrasta argumentos fortes e impactantes, como, por exemplo, os “efeitos pacificadores dos armamentos nucleares”, com ressalvas do tipo “nem sempre proliferação traz a paz”, que praticamente anulam a afirmação anterior. Além disso, a discussão na obra *“The Tragedy of Great Power Politics”* praticamente se limita ao tópico da busca de superioridade nuclear. Embora em determinado momento o autor sinalize que superioridade nuclear não significa necessariamente superioridade numérica, o registro histórico por ele apresentado sugere que, em última instância, é isso que importa. A quantidade de ogivas, entretanto, não é condicionante sistêmico, mas sim a efetividade de dissuasão.

Em termos teóricos, parece óbvio que a escola neorrealista (aqui representada por Waltz e Mearsheimer) é incapaz de explicar satisfatoriamente dinâmicas e capacidades nucleares ou dissuasórias. Embora Mearsheimer tenha desenvolvido o tema de forma um pouco mais adequada do que Waltz, o que se necessita é, no mínimo, uma teoria complementar. É preciso ressaltar, contudo, que, Mearsheimer, diferentemente de Waltz, não garante que os dispositivos nucleares tenham, necessariamente, efeitos estabilizadores. O autor procura diferenciar a proliferação controlada/bem administrada de uma proliferação descontrolada/não bem administrada. Cautela e paciência são tidos como elementos fundamentais. Mais do que isso, a ajuda de potências nucleares nesse processo é vista como um atributo positivo. No que diz respeito à “capacidade nuclear”, por sua vez, Mearsheimer transfere a tarefa de uma conceituação mais elaborada para uma teoria complementar, ou seja, limita-se a uma nota de rodapé e recomenda a leitura de outros autores, dentre eles, Thomas Schelling.

A ênfase na quantificação de força, um dos aspectos característicos da obra de Mearsheimer, é severamente criticada por Stephen Biddle, que procura enfatizar a questão da aplicação da força ou, ainda, qualidade/composição/emprego de força. Uma das críticas centrais que Biddle promove na obra *“Military Power: explaining victory and defeat in modern battle”* diz respeito justamente ao engessamento, teórico e prático, que se tem feito, também em âmbito das Relações Internacionais, do que se entende por capacidade militar. Biddle constata que poder militar ou capacidade militar pode ter significados diferentes em contextos diferentes. Ou seja, ter domínio de uma área militar não implica ter domínio em todas as áreas. Bons defensores do território nacional podem ser maus mantenedores da paz e não conseguem necessariamente conquistar territórios vizinhos. Mais do que isso, riqueza não pode ser vista como sinônimo de poder nem de força. Ter riqueza é algo diferente de ser capaz de converter isso em capacidade militar e, mais do que isso, ter e manter boa capacidade combatente ou eficácia na capacidade de emprego de força (BIDDLE, 2004, p. 1-5; 192-193).

No contexto nuclear, isso implica reconhecer que gerar capacidade ou expectativa dissuasória não é algo que pode ser estabelecido apenas pela aquisição de capacidades materiais. Exige, dentre outros fatores, um equilíbrio constante de uma série de itens que, por sua vez, também são relevantes no “cenário convencional”. Treinamento, isto é, qualidade de treinamento, liderança forte e positiva, manutenção, prontidão, planejamento, preocupação logística são apenas alguns dos elementos fundamentais, segundo Stephen Biddle. Assim, mesmo que a aquisição de meios dissuasórios possa a vir a ser relativamente “barata”, no

sentido dos “benefícios” que traz, como Waltz argumenta, do ponto de vista organizacional é extremamente complexo ter armamentos nucleares.

Nesta dissertação também se empreendeu uma discussão amparada nos Estudos Estratégicos (Capítulo 3). Os autores que foram abordados (Brodie, Schelling, Freedman, Gray e Diniz) têm, em grande parte, uma visão de mundo semelhante à da corrente neorrealista. Isto significa que o foco continua nos Estados e no inerente conflito existente entre eles e não, por exemplo, na globalização, no livre mercado, em questões culturais, na luta de classes, entre outros fatores. Mesmo sendo os Estudos Estratégicos um campo de estudos e não uma teoria propriamente dita, argumentou-se no presente trabalho que esses autores tem muito a acrescentar e/ou corrigir na teoria neorrealista sem, portanto, ruir com seus preceitos básicos.

Verificou-se que Bernard Brodie foi o responsável por lançar as bases do estudo sobre a dissuasão nuclear. Thomas Schelling, por sua vez, não só aprofunda uma série de assuntos já presentes em Brodie, como também, ao organizar a sua pesquisa ou pensamento em torno da teoria dos jogos, chega a uma série de relevantes conclusões sobre como se deve entender a guerra e como é possível ter controle sobre ela, mesmo na ausência de elementos explícitos de comunicação. A contribuição de Lawrence Freedman se dá principalmente em quesitos históricos da Guerra Fria (ênfase nos EUA), mas também na reafirmação de algumas ideias e conceitos ligados à estabilidade e à capacidade de primeiro ataque e capacidade retaliatória. Colin Gray, por sua vez, tem uma visão mais agressiva e cética em relação a algumas noções estabelecidas sobre um relacionamento dissuasório. Por fim, Eugenio Diniz amplia a discussão de Schelling e tenta trazer a discussão para os dias contemporâneos. É o trabalho de Diniz (2014), aliás, que permitiu a elaboração de alguns modelos sobre estabilidade nuclear que, no último capítulo, foram aplicados ao caso indiano.

Pode-se dizer que, embora Gray e Diniz não anulem necessariamente a teoria de Waltz ou de Mearsheimer, esses autores apontam para a necessidade de se fazer algumas correções ou emendas. Enquanto Waltz acredita que todos podem facilmente implantar ou implementar forças de segundo ataque e gerar estabilidade em nível estratégico, pouco importando se o Estado é forte/rico ou fraco/pobre, Diniz elabora uma extensa lista de critérios que precisam ser preenchidos, não necessariamente de forma integral, para que se tenha efetiva capacidade nuclear. Parece evidente que Waltz e Diniz se encontram em campos opostos. Embora exista a possibilidade de ambos os autores estarem errados, também é verdade que os dois não podem, simultaneamente, estar corretos.

Outra conclusão importante que emanou do Capítulo 3 é que, em se tratando de dissuasão nuclear, é necessário, em nível prático, analisar a questão sob uma perspectiva dinâmica e relacional. Isso diz respeito não apenas aos atores envolvidos, como também à combinação de capacidades distintas. O entendimento do que vem a ser “estabilidade nuclear”, além da dinâmica relativa existente entre uma força de primeiro e de segundo ataque (*first strike capability* e *second strike capability*), precisa ser enquadrado nessa perspectiva. A lógica linear dos EUA dissuadirem a URSS, e vice-versa, durante a Guerra Fria, apesar de não ser incorreta, é também incompleta e insuficiente para se compreender o mundo do pós-Guerra Fria.

A teoria neorrealista pode, em grande medida, atuar de forma complementar para com o campo dos Estudos Estratégicos. O presente trabalho não pretende invalidar a escola neorrealista como um todo, visto que, de forma geral, ela possui um bom programa de pesquisa. O que se argumenta é que, em se tratando de capacidade nuclear, é preciso haver uma nova forma de aproximação em relação a esse tópico. Assim, o próprio subcontinente indiano continuará a servir como um excelente tópico de pesquisa ao permitir que novas inferências e testes sejam feitos em relação ao que se entende por capacidade ou dissuasão nuclear. Entender melhor o papel desempenhado por potências extrarregionais na dinâmica nuclear do subcontinente indiano e a forma como a Índia e o Paquistão interpretam essa possível interferência apresenta-se como um desafio adicional que os pesquisadores terão de levar em conta. Assim, a presente dissertação tem como uma de suas finalidades apontar para a necessidade de uma continuada observação das políticas securitárias/estratégicas adotadas na região, especialmente quando se leva em conta que se está diante de uma era multipolar asiática. Ter maiores conhecimentos técnicos sobre aquilo que abrange o conceito de capacidade nuclear também se traduz como algo de extrema importância. Aqui, no presente trabalho, lançou-se meramente as bases sobre o que se poderia chamar de “projeto de pesquisa sobre capacidade nuclear”. É preciso que o tema seja aprofundado e que surjam mais especialistas na área.

Em termos práticos, pode-se afirmar que a Índia, de certa forma, seguiu os preceitos neorrealistas. Se não o fez diretamente, pelo menos se guiou pela essência do pensamento neorrealista. Isto não chega a ser um erro, já que, no subcontinente indiano, os armamentos nucleares forçaram uma mudança de atitude, ou seja, uma guinada rumo à moderação e contenção. As guerras industrializadas do século XX parecem ter ficado para trás. Nada garante, contudo, que isso permanecerá sendo uma realidade. Ou seja, sempre existe o perigo da escalada militar, conforme Schelling, ao lado de outros autores, ensinou. Os grandes

problemas, contudo, residem nos altos custos dessa “empreitada nuclear”. Não cabe julgar se o dinheiro poderia ter sido mais bem investido. O certo é que não se sustenta o argumento waltziano de que capacidade dissuasória (capacidade de segundo ataque) é algo que se estabelece com facilidade ou de forma barata. Também não se trata de algo que é alcançável por países pobres e fracos, conforme Waltz tanto repetiu. A constatação de Diniz (2014, p. 37), embora não muito confortante para os países em desenvolvimento, é de que os “armamentos nucleares intensificam as vantagens dos atores mais ricos e as vulnerabilidades e desvantagens dos atores mais pobres.” A presente dissertação, em certo sentido, corrobora esta ideia.

O subcontinente indiano está, segundo Rajain (2005, p. 195), sob um assim chamado efeito “*trickle down*”, ou seja, uma situação em que as decisões de alguém mais forte acabam afetando aqueles que são mais fracos. De forma bem específica, a presença norte-americana na Ásia força a China a ampliar e modernizar suas forças, o que, por sua vez, leva a Índia a ampliar e modernizar suas forças, o que, por fim, acaba tendo reflexos no Paquistão, num verdadeiro efeito cascata. Esse cenário se complica ainda mais na medida em que se leva em consideração que os principais relacionamentos que envolvem controle de armamentos são bilaterais, e o principal deles envolve apenas os EUA e a Rússia. Dado que a segunda era nuclear, em grande parte, é uma era nuclear multipolar asiática, ainda virá o momento em que isso se tornará algo insustentável e, assim, no que diz respeito ao subcontinente indiano, a China, o Paquistão e a Índia deverão, conforme Rajain (2005) já recomendava, sempre que a vontade política assim o permitir, engajar-se num diálogo sobre segurança.

Dessa forma, a resolução de possíveis futuros conflitos indo-paquistaneses também poderá servir para mostrar como as forças estão alinhadas no continente asiático. Isto é, a dinâmica nuclear/estratégica asiática terá influência e será influenciada pela própria configuração do Sistema Internacional. A correção mais imediata que se deve promover na teoria de Waltz, portanto, é de que os dispositivos nucleares não promovem mudanças em nível unitário, mas em nível sistêmico. Isso, contudo, não pode ser visto de forma isolada. Não apenas há outros fatores em jogo, por exemplo econômicos, como também é preciso levar em conta que dissuasão nuclear é algo relacional e que, acima de tudo, envolve o estabelecimento de capacidade de segundo ataque. Algo que não é barato nem facilmente alcançável. Mais do que isso, conforme Schelling e Diniz, números importam (por darem maior capacidade retaliatória e, conseqüentemente, maior capacidade coercitiva). Assim, é preciso que mecanismos de controle de armamentos e medidas de confiança mútua sejam

estabelecidas não só no subcontinente indiano, mas em todo o Sistema Internacional, obrigatoriamente, em âmbito multilateral.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, João Genésio de. **O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): Análise e Perspectivas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BASUR, Rajesh. **South Asia's Cold War: Nuclear weapons and conflict in comparative perspective**. Oxon: Routledge, 2008

BAYLIS, John; GARNETT, John. **Makers of Nuclear Strategy**. London: Pinter Publishers London, 1991.

_____; WIRTZ, James; GRAY, Colin (Org.). **Strategy in the Contemporary World**. Oxford: Oxford Univeristy Press, 2013.

_____. The Control of Weapons of Mass Destruction. In: BAYLIS, John; WIRTZ, James; GRAY, Colin (Org.). **Strategy in the Contemporary World**. Oxford: Oxford Univeristy Press, 2013, p. 213-229.

BETTS, Richard K. **Nuclear Blackmail and Nuclear Balance**. Washington D. C.: The Brookings Institution, 1987.

BIDDLE, Stephen. **Military Power: Explaining Victory and Defeat in Modern Battle**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

BRODIE, Bernard. Implications for Military Policy. In: BRODIE, Bernard, WOLFERS, Arnold; CORBETT, Percy, FOX, William (org.). **The Absolute Weapon: Atomic Power and World Order**. New York: Harcourt, Brace, 1946a, p. 57-89.

_____. Strategy in the Missile Age. **RAND Corporation**, Santa Monica, 1959.

_____. War in the Atomic Age. In: BRODIE, Bernard, WOLFERS, Arnold; CORBETT, Percy, FOX, William (org.). **The Absolute Weapon: Atomic Power and World Order**. New York: Harcourt, Brace, 1946b, p. 16-56.

CARTER, Ashton. America's New Strategic Partner? **Foreign Affairs**, New York, v. 85, n. 4, p. 33-44, July/Aug. 2006.

CEPIK, Marco; PITT, Rômulo. A Índia e a segurança regional após Abbottabad. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 02, n. 06, p. 33-47, jun.-jul. 2011.

_____. Introdução. In: Martins, José Miguel. **Relações Internacionais contemporâneas 2012/2: estudos de caso em política externa e segurança**. Porto Alegre, Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), 2013a.

_____; SCHNEIDER, Luiza. Kenneth Waltz. In: MEDEIROS, Marcelo. et al. (Org.). **Os Clássicos das Relações Internacionais**. São Paulo, Hucitec, 2011, p. 92-116.

_____. Segurança Internacional: Da Ordem Internacional aos Desafios para a América do Sul e para a CELAC. In: ECHANDI, Isabel; SORIA, Adrán. (Org.). **Desafios estratégicos del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica**. San Jose: FLACSO, 2013b, p. 307-324.

_____. Segurança regional, instituições de defesa e capacidades militares nos países do Fórum IBAS: Índia, África do Sul e Brasil em perspectiva comparada. In: VISENTINI, Paulo; CEPIK, Marco; PEREIRA, Analúcia (Org). **G3-Fórum de Diálogo IBAS: uma experiência de Cooperação Sul-Sul**. Curitiba: Juruá, 2010, p. 65-150.

CÉSAR, Luís Fernando Panelli. Tratado de Não-Proliferação Nuclear – TNP (1968). In MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História da paz: os tratados que desenharam o planeta**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 385-417.

CHARI, P. R. (Org.). **Indo-US Nuclear Deal: Seeking Synergy in Bilateralism**. New Delhi: Routledge, 2009, p. 1-17.

CLARY, Cristopher. Pakistan: The Future of Pakistan's Nuclear Weapons Program. In: TELLIS, Ashley; DENMARK, Abraham; TANNER, Travis (Org.). **Strategic Asia 2013-2014: Asia in the Second Nuclear Age**. Seattle: The National Bureau of Asian Research, 2013, p. 131-60.

CLINTON, Bill. **Comprehensive Test Ban Treaty: Message to the Conference on Disarmament**. Washington, D.C., Jan. 1996. Disponível em: <http://www.state.gov/www/global/arms/speeches/clinton/clinton_960123.html>. Acesso em 23 jun. 2012.

COHEN, Stephen; DASGUPTA, Sunil. **Arming without aiming: India's military modernization**. Washington: The Brookings Institution, 2010.

_____. **Shooting for a Century**. Washington: The Brookings Institution, 2013.

_____. **The Idea of Pakistan**. Washington The Brookings Institution, 2004.

DINIZ, Eugenio. **Armamentos Nucleares: Dissuasão e Impremeditação**. [S.l.], 2014. Manuscrito.

_____. **Política Internacional: Guia de estudos das abordagens realistas e da balança de poder**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2007.

_____. Relacionamentos Multilaterais na Unipolaridade: Uma Discussão Teórica Realista. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 505-565, jul.-dez, 2006.

FEIGENBAUM, Evan. India's Rise, America's Interest. **Foreign Affairs**, New York, v. 90, n. 2, , p. 76-91, Mar./Apr. 2010.

FERREIRA, Claudio Esteves. **Nehru e a bomba: o programa nuclear indiano, 1947-1964**. Rio de Janeiro: UERJ. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

FITZPATRICK, Mark. **Overcoming Pakistan's Nuclear Dangers**. Oxon: Routledge, 2014

FREEDMAN, Lawrence. **Deterrence**. Cambridge: Polity Press, 2004.

_____. Deterrence: A reply. **The Journal of Strategic Studies**, London, v. 28, n. 5, p. 789-801, Oct. 2005.

_____. Framing Strategic Deterrence: Old Certainties, New Ambiguities. **The RUSI Journal**, London, v. 154, n. 4, p. 46-50, Aug. 2009.

_____. **The Evolution of Nuclear Strategy**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.

GANGULY, Sumit. Behind India's Bomb: The Politics and Strategy of Nuclear Deterrence. **Foreign Affairs**, New York, v. 80, n. 5, , p. 136-142, Sept./Oct. 2001.

_____. Nuclear Stability in South Asia. **International Security**, Cambridge, v. 33, n. 2, p. 45-70, 2008.

GELLER, Daniel. The India–Pakistan rivalry: prospects for war, prospects for peace. In: PAUL, T. V. **The India-Pakistan Conflict: an enduring rivalry**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GILBOY, Geroge; HEGINBOTHAM, Eric. **Chinese and Indian Strategic Behavior: Growing Power and Alarm**. New York: Cambridge University Press, 2012.

GOHEEN, Robert. Problem's of Proliferation. U.S. Policy and the Third World. **World Politics**, Princeton, v. 35, n. 2, Jan. 1983.

GONSALVES, Eric. Tarapur: Lessons from the First Episode in the Indo-US Nuclear Engagement. In: CHARI, P. R. (Org.). **Indo-US Nuclear Deal: Seeking Synergy in Bilateralism**. New Delhi: Routledge, 2009. p. 18-31.

GUIMARÃES, Lytton L. Política Externa e Segurança da Índia. Implicações para o Fórum IBAS. In: BRASIL. Ministério Relações Exteriores. **Conferência Índia**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 9-50.

GRAY, Colin; HOWARD, Michael. Correspondence: Perspectives on Fighting Nuclear War. **International Security**, Cambridge, v. 6, n. 1, p. 185-187, Summer 1981.

_____. Deterrence in the 21st century. **Comparative Strategy**, London, v. 19, n. 3, p. 255-261, 2000.

_____. **Maintaining Effective Deterrence**. Carlisle, 2003. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2003/ssi_gray.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2014.

_____. Nuclear Strategy the Case for a Theory of Victory. **International Security**, Cambridge, v. 4, n. 1, p. 54-87, 1979.

_____. **Strategy for Chaos: Revolutions in Military Affairs and The Evidence of History**. London: Frank Cass, 2002.

_____. **The Second Nuclear Age**. London: Lynne Rienner Publishers, 1999.

_____. **War, Peace and International Relations: An Introduction to Strategic History**. Abingdon: Routledge, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOLUM, John. **The Honorable John D. Holum, Director U.S. Arms Control and Disarmament Agency Remarks to the International Conference on Nuclear Nonproliferation, Sponsored by the Carnegie Endowment**. Washington, D.C.: U.S. Department of State, 1996. Disponível em: <<http://www.state.gov/www/global/arms/speeches/holum/carnegie.html>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

INDIA. Ministry of External Affairs. **The Cabinet Committee on Security Reviews operationalization of India's Nuclear Doctrine**. New Delhi: Government of India, Jan. 04 2003. Disponível em: < <http://www.mea.gov.in/mystart.php?id=530221#>>. Acesso em: 02 jul. 2012.

JALAL, Ayesha. **Democracy and authoritarianism in South Asia: A comparative and historical perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

JONES, Gregory S. **From Testing to Deploying Nuclear Forces**. Santa Monica: Rand Corporation, 2000.

KAMPANI, Gaurav. India: The Challenges of Nuclear Operationalization and Strategic Stability. In: TELLIS, Ashley; DENMARK, Abraham; TANNER, Travis. **Strategic Asia 2013-2014: Asia in the Second Nuclear Age**. Seattle: The National Bureau of Asian Research, 2013, p. 99-128.

KAZI, Reshmi. The Process of Negotiation of the Nuclear Deal/123 Agreement (India). In: CHARI, P. R. (Org.). **Indo-US Nuclear Deal: Seeking Synergy in Bilateralism**. New Delhi: Routledge, 2009, p. 76-98.

KIRK, Jason. The Evoluton of India's Nuclear Policies. In: GANGULY, Sumit (Org.). **India's Foreign Policy: Retrospect and Prospect**. New Delhi: Oxford University Press, 2010. p. 275-300.

KOITHARA, Verghese. **Managing India's Nuclear Forces**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2012.

LAYNE, Christopher. The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Rise. **International Security**, Cambridge, v, 17, n. 4, p. 5-51, Spring 1993.

_____. The Unipolar Illusion Revisited: The Coming End of the United States' Unipolar Moment. **International Security**, Cambridge, v. 31, n. 2, p. 7-41, Fall 2006.

_____. This Time It's Real: the End of Unipolarity and the Pax Americana. **International Studies Quarterly**, Washington D.C., v.56, p. 203-213, 2012.

LEWIS, Jeffrey. China's Nuclear Modernization: Surprise, Restraint, and Uncertainty. In: TELLIS, Ashley; DENMARK, Abraham; TANNER, Travis (Org.). **Strategic Asia 2013-2014: Asia in the Second Nuclear Age**. Seattle: The National Bureau of Asian Research, 2013. p. 67-96.

LOWY INSTITUTE. **The dangers of denial: NW in China-India Relations**. 2011.

MALONE, David. **Does the elephant dance?** Contemporary Indian Foreign Policy. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MANSINGH, Lalit. The Indo-US Nuclear Deal in the Context of Indian Foreign Policy. In: CHARI, P. R. (Org.). **Indo-US Nuclear Deal: Seeking Synergy in Bilateralism**. New Delhi: Routledge, 2009, p. 171-88.

McNAUGHT, L. W. **Nuclear Weapons and Their Effects**. London: Brassey's Defence Publishers, 1984.

MEARSHEIMER, John. Back to the Future: Instability in Europe After the Cold War. **International Security**, Cambridge, v. 15, n. 4, p. 5-56, Summer 1990a.

_____. Correspondence: Back to the Future, Part III- Realism and the Realities of European Security. **International Security**, Cambridge, v. 15, n. 3, p. 219-222, Winter 1990-1991.

_____. Nuclear Weapons and Deterrence in Europe. **International Security**, Cambridge, v. 9, n. 3, p. 19-46, Winter 1984-1985.

_____. "Power and Fear in Great Power Politics," in MAZUR, G.O. (Org.). **One Hundred Year Commemoration to the Life of Hans Morgenthau (1904-2004)**. New York: Semenenko Foundation, 2004, p. 184-196.

_____. The Case for a Ukrainian Nuclear Deterrent. **Foreign Affairs**, New York, v. 72, n. 3, p. 50-66, summer 1993.

_____. The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia. **The Chinese Journal of International Politics**, Oxford, v. 3, n. 4, p. 381-396, Winter 2010.

_____. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W. W. Norton, 2001.

_____. Why We Will Soon Miss The Cold War. **The Atlantic Monthly**, v. 266, n. 2, p. 35-50, Aug. 1990b

MENDES, Flávio. **Lakatos e a Teoria das relações Internacionais: o Programa de Pesquisa Científico Neorealista**, Encontro da ABRI. 2011.

MOHAN, C. Raja. India and the Balance of Power. 2006. **Foreign Affairs**, New York, v. 85, n. 4, , p. 17-32, jul./ago. 2006.

NARLIKAR, Amrita. Patriotismo peculiar ou cálculo estratégico? Explicando a estratégia de negociação da Índia em ascensão. In: HURRELL, Andrew (Org.). **Os Brics e a Ordem Global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 101-124.

NAYUDU, Swapna Kona. The Indo-US Nuclear Deal and the Non-Proliferation Debate. In: CHARI, P. R. (Org.). **Indo-US Nuclear Deal: Seeking Synergy in Bilateralism**. New Delhi: Routledge, 2009, p. 157-70.

NEVES JÚNIOR, Edson José. O Paquistão e o Terrorismo Transnacional na Caxemira: entre o patrocínio real e a punição virtual (1989-2009). **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, , p. 36-55, out-nov 2010.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. Índia: Estratégia e Política Externa. In: Ministério Relações Exteriores. **Conferência Índia**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 139-156.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PAUL, T. V. **The India-Pakistan Conflict: an enduring rivalry**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

PAUTASSO, Diego. **A China na Transição do Sistema Mundial: suas relações com EUA e Índia**. Porto Alegre, RS: UFRGS. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

_____.; SCHOLZ, Fernando. A Índia na Estratégia de Poder dos Estados Unidos para a Ásia. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 4, n. 19, , p. 35-54, ago-set 2013.

_____. China e Índia no mundo em transição: o sistema sinocêntrico e os desafios indianos. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel F.; PINTO, Eduardo C.; ACIOLY, Luciana (Org.). **A China na Nova Configuração Global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011, p. 165-193.

PEOPLES, Columba. Strategic Studies and its Critics. In: BAYLIS, John; WIRTZ, James; GRAY, Colin (Org.). **Strategy in the Contemporary World**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 341-357.

PERKOVICH, George. **India's Nuclear Bomb: The Impact on Global Proliferation**. Berkeley: University of California Press, 1999.

PERRY-CASTEÑEDA LIBRARY MAP COLLECTION. Austin: The University of Texas at Austin, 2003. Disponível em:
<http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/kashmir_rel_2003.jpg>. Acesso em 28 dez. 2014.

PROENÇA JÚNIOR, Domício; DUARTE, Érico. Os Estudos Estratégicos como Base Reflexiva da Defesa Nacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 50, p. 29-46, 2007.

RAJAIN, Arpit. **Nuclear Deterrence In Southern Asia: China, India and Pakistan**. New Delhi: Sage Publications India, 2005.

RAJAMARAN, R. Implications of the Indo-US Nuclear Deal for India's Energy and Military Programs. In: CHARI, P. R. (Org.). **Indo-US Nuclear Deal: Seeking Synergy in Bilateralism**. New Delhi: Routledge, 2009. p. 123-142.

RIQIANG, Wu. China's Anxiety About US Missile Defence: A Solution. **Survival**, London, v. 55, n. 5, p. 29-52, Oct.-Nov. 2013.

SCHELLING, Thomas. **Arms and Influence**. New Haven: Yale University Press, 2008.

_____. An Astonishing Sixty Years: The Legacy of Hiroshima. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 96, n. 4, p. 929-937, Sep. 2006.

_____. A World without Nuclear Weapons. **Daedalus**, Cambridge, v. 138, n. 4, p. 124-129, 2009.

_____. **The Strategy of Conflict**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

SINGH, Jaswant. Against Nuclear Apartheid. **Foreign Affairs**, New York, v. 77, n. 5, p. 41-52, Sept./Oct. 1998.

SIPRI YEARBOOK. **Armaments, Disarmament, and International Security**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SNYDER, Glenn. Mearsheimer's World-Offensive Realism and the Struggle for Security. **International Security**, Cambridge, v. 27, n. 1, p. 149-173, Summer 2002.

SRIVASTAVA, Anupam; GAHLAUT, Seema. The Influence of Bureaucratic Politics on India's Nuclear Strategy. In: YOSHIHARA, Toshi; HOLMES, James (Org.). **Strategy in the Second Nuclear Age: Power, Ambition, and the Ultimate Weapon**. Washington DC: Georgetown University Press, 2012. p. 133-160.

TALBOTT, Strobe. Dealing with the Bomb in South Asia. **Foreign Affairs**, New York, v. 78, n. 2, , p. 110-123, Mar./Apr. 1999.

TANHAM, George K. **Indian Strategic Thought: an interpretive essay**. Santa Monica: Rand Corporation, 1992.

THAKUR, Ramesh. India in the World: Neither Rich, Powerful, nor Principled. **Foreign Affairs**, New York, v.76, n. 4, p. 15-23, 1997.

THE MILITARY BALANCE. London: Routledge, 2014.

THOMAS, Raju G. C., India's Nuclear and Space Programs: Defense or Development? **World Politics**, Princeton, v.38, n.2, 1986.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

UNITED STATES. The White House. **Comprehensive Test Ban Treaty Chronology During Clinton Administration**. Washington, D.C., 1997. Disponível em: <<http://www.state.gov/www/global/arms/factsheets/wmd/nuclear/ctbt/ctbchron.html>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

VAÏSSE, Maurice. **As Relações Internacionais desde 1945**. Lisboa: Edições 70, 2009.

VARSHNEY, Ashutosh. Colonial Legacies and Repertoires of "Ethnic" Violence: The Case of Western India, 1941–2002. **Journal of Historical Sociology**, v. 22 n. 2, June 2009.

VASQUEZ, John. The India–Pakistan conflict in light of general theories of war, rivalry, and deterrence. In: PAUL, T. V. **The India-Pakistan Conflict: an enduring rivalry**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

VAZ, Alcides Costa. et al. Não proliferação nuclear: os desafios da construção e da mudança de um regime internacional. In CEPIK, Marco (Org.). **Segurança Internacional: práticas, tendências e conceitos**. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 122-152.

VIEIRA, Maíra Baé Baladão. **Relações Brasil-Índia (1991-2006)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

VISENTINI, Paulo. **As Relações Diplomáticas da Ásia: Articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

WALTZ, Kenneth. International Structure, National Force, and the Balance of World Power. In: WALTZ, Kenneth. **Realism and International Politics**. New York: Routledge, 2008a. p. 137-151.

_____. Introduction. In: WALTZ, Kenneth. **Realism and International Politics**. New York: Routledge, 2008b. p. vii-xix.

_____. **O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica**. Traduzido por Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Nuclear Myths and Political Realities. In: WALTZ, Kenneth. **Realism and International Politics**. New York: Routledge, 2008c. p. 276-293.

_____. Realist Thought and Neorealist Theory. In: WALTZ, Kenneth. **Realism and International Politics**. New York: Routledge, 2008d. p. 67-82.

_____. Reflections on Theory of International Politics: A response to my Critics. In: WALTZ, K. **Realism and International Politics**. New York: Routledge, 2008e. p. 37-55.

_____. Structural Realism After the Cold War. In: WALTZ, Kenneth. **Realism and International Politics**. New York: Routledge, 2008f. p. 197-229.

_____. The Continuity of International Politics. In: WALTZ, Kenneth. **Realism and International Politics**. New York: Routledge, 2008g. p. 246-250.

_____. The Emerging Structure of International Politics. In: WALTZ, Kenneth. **Realism and International Politics**. New York: Routledge, 2008h. p. 166-196.

_____. The Origins of War in Neorealist Theory. In: WALTZ, Kenneth. **Realism and International Politics**. New York: Routledge, 2008i. p. 56-66.

_____. **Theory of International Politics**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

_____; SAGAN, Scott. **The Spread of Nuclear Weapons: and enduring debate**. 3. ed. New York: Norton & Company, 2013.

_____. Toward Nuclear Peace. In: WALTZ, Kenneth. **Realism and International Politics**. New York: Routledge, 2008j. p. 260-275.

WILLIAMS, Phil. Thomas Schelling. In: BAYLIS, John; GARNETT, John. **Makers of Nuclear Strategy**. London: Pinter Publishers London, 1991. p. 120-135.

WINNER, Andrew. The Future of India's Undersea Nuclear Deterrent. In: YOSHIHARA, Toshi; HOLMES, James (Org.). **Strategy in the Second Nuclear Age: Power, Ambition, and the Ultimate Weapon**. Washington DC: Georgetown University Press, 2012. p. 161-180.

WOHLFORTH, William. The Stability of a Unipolar World. **International Security**, Cambridge, v. 24, n. 1, p. 5-41, 1999.

_____; IKENBERRY, John; MASTANDUNO, Michael. Introduction: Unipolarity, State Behavior, and Systemic Consequences. **World Politics**, Princeton, v. 61, n. 1, p. 1-27, 2009a.

_____. Unipolarity, Status Competition, and Great Power War. **World Politics**, Princeton, v. 61, n. 1, p. 28-57, 2009b

YEAW, Cristopher; ERICKSON, Andrew; CHASE, Michael. The Future of Chinese Nuclear Policy and Strategy. In: YOSHIHARA, Toshi; HOLMES, James (Org.). **Strategy in the Second Nuclear Age: Power, Ambition, and the Ultimate Weapon**. Washington DC: Georgetown University Press, 2012. p. 53-80.

APÊNDICE A – KENNETH WALTZ – NEORREALISMO DEFENSIVO (RESUMO)

- Revolução nuclear → guerra = "privilégio dos países pobres e fracos" [nível das unidades]
- Armamentos nucleares não reduzem distância entre grandes potências [nível sistêmico]
- O armamento nuclear exerce um papel "pacificador" nas relações internacionais
- Poder dissuasório de armamentos nucleares age apenas onde interesses vitais estejam em jogo
- Armamentos nucleares são armamentos absolutos
- Paridade nuclear independe do tamanho [equilíbrio quantitativo] ou dos variados tipos de forças estratégicas que se tenha [equilíbrio qualitativo] → Depende de se ter capacidade de segundo ataque
- ICBMs e bombardeiros = tecnologias defensivas; escudo antimísseis = armamentos ofensivos →O escudo torna a espada utilizável
- Sistemas de defesa contra mísseis = irresponsável do ponto de vista orçamentário, inviável em termos de tecnologia e equivocado em termos estratégicos
- Dissuasão se ampara no que um "pode fazer, e não no que vai fazer"
- Assim que um país possui ogivas que podem ser disparadas de lugares de localização incerta, ele passa a deter uma força de "segundo ataque"
- Basta que apenas uma parte da força seja invulnerável para que toda força seja invulnerável
- Dissuasão nuclear = facilmente alcançável ("basta" ter capacidade de segundo ataque)
- Dada a simplicidade de obtenção e operação de forças de segundo ataque nuclear, há uma evidente vantagem em se ter pequenos arsenais nucleares
- Além de facilmente estabelecida, dissuasão pode ser implementada sem muito custo
- Não importa se Estado é forte/rico ou fraco/pobre: todos podem facilmente implantar/implementar forças de segundo ataque e gerar estabilidade em nível estratégico
- Após estabelecimento de um mundo MAD, as grandes potências tornam-se conservadoras em nível nuclear

Fonte: elaboração própria.

APÊNDICE B – JOHN MEARSHEIMER – NEORREALISMO OFENSIVO**(RESUMO)**

- Superioridade nuclear = hegemonia global = ser a única grande potência no sistema
- Dissuasão é mais fácil de ser alcançada em sistemas bipolares do que multipolares, porque os desequilíbrios de poder são menores e mais facilmente evitados, e porque são menores e menos prováveis os equívocos de avaliação em relação ao poder relativo e à determinação política do oponente
- Mesmo na era nuclear, as grandes potências seguem competindo por mais poder
- Dispositivos nucleares promovem a paz na medida em que empurram as relações de poder entre os Estados na direção de um ponto de equilíbrio
- Armamentos nucleares possuem "efeito pacificador", gerando cautela, provendo segurança, impondo igualdade entre os Estados
- Armamento nuclear = "dissuasor máximo" (*ultimate deterrent*)
- Superioridade nuclear não é meramente uma questão de assimetria numérica, mas de se ter a capacidade de destruir, em um só golpe, o arsenal nuclear inimigo (*splendid first strike/disarming first strike*)
- Grandes potências não vão simplesmente aceitar MAD, mas vão procurar alcançar superioridade nuclear sobre os concorrentes
- Proliferação controlada/bem administrada vs. descontrolada/não bem administrada
- 4 graves problemas com proliferação não bem administrada: i) incentivo a ataques preventivos/preemptivos; ii) mesmo após proliferação, é possível que não surja uma competição nuclear estável entre os novos Estados nucleares; iii) fracasso na elaboração de doutrinas/attitudes que reflitam consequências devastadoras da guerra nuclear; iv) aumento no número de dedos no gatilho atômico
- Tempos de paz: provável que grandes potências nucleares barrem uma proliferação nuclear vs. momento propício para adquirir capacidade nuclear
- Tempos de guerra: provável que novas potências adquiram capacidade nuclear vs. momento perigoso para adquirir capacidade nuclear

Fonte: elaboração própria.

APÊNDICE C – BERNARD BRODIE (RESUMO)

- Objetivo das forças armadas: pré-Era Nuclear = vencer guerras; Era Nuclear = evitar guerras.
- O dispositivo atômico praticamente não poderá ter qualquer outra utilidade
- “Sombra da bomba atômica” regridá conflito entre países nucleares
- Superioridade numérica (bombas) não garante por si superioridade estratégica
- Não há defesa adequada contra a bomba atômica e a possibilidade de que venha a existir no futuro é extremamente remota
- Sistemas de alerta antecipado [*early-warning*] = elementos-chave na amenização do problema da defesa na era nuclear. Contudo, esses sistemas colocam novas incógnitas na “equação nuclear”, relacionadas ao grau de confiabilidade/equivocidade do sistema, bem como na forma como se deve lidar com o aparecimento de possíveis ameaças
- Força retaliatória segura = condição *sine qua non* de dissuasão e de defesa nacional
- A ameaça da retaliação não precisa ser 100% certa; ela é suficiente se houver uma boa chance de que ela ocorra. Porém, essa chance precisa ser evidente. Assim, a predição é mais importante que o fato em si.
- Dissuasão é influenciada pela incerteza que se cria na mente de um possível agressor no que diz respeito à capacidade retaliatória do seu oponente
- Se dissuasão falhar, é preferível que se tenha um efetivo suficiente para entrar em uma guerra total com condições de vencer.
- Importância do treinamento: mobilização instantânea de reservistas + flexibilidade operacional
- Na era nuclear, deve-se fazer todo o esforço possível para que a guerra se mantenha limitada. Esse esforço, por sua vez, deve ser coletivo. É preciso haver disposição para manter os objetivos limitados, porque só assim a guerra poderá se manter limitada
- É falso supor toda guerra limitada irá necessariamente se transformar em uma guerra total e que guerra total tenha sido abolido na era nuclear
- Utilização de armamentos nucleares em guerra limitada = nem claramente equivocado, nem longe de ser inequivocamente certo
- O grande problema a ser resolvido, no caso de uma guerra total moderna, é a questão de como interrompê-la, rapidamente, tão logo essa decisão for tomada.
- “Retaliação maciça” = problemas de credibilidade desde sua concepção.
- Bomba Hidrogênio: diferenciação entre estratégias contra-força e contra-valor = acadêmica.
- Distinção bombas táticas de baixo poder explosivo e bombas estratégicas = totalmente falsa

Fonte: elaboração própria.

APÊNDICE D – THOMAS SCHELLING (RESUMO)

- Guerra = processo (confuso/incerto/altamente imprevisível) de barganha/negociação
- Era nuclear: guerra/ameaças de guerra = métodos de influência (ao invés de destruição); métodos de coerção e dissuasão (ao invés de conquista e defesa); métodos de barganha e intimidação
- O objetivo deve ser dissuasão *ex ante* e não vingança *ex post*
- Dissuasão = passivo; *compellence* = imposição de determinada ação. Em suma, é a diferença entre estática e dinâmica
- Cada armamento nuclear despachado deve ser entendido como a mensagem que se quer comunicar. "Alvos adicionais" = ruído na comunicação, prejudicando o gerenciamento efetivo do nível de risco em questão
- Importância de estabelecimento prévio de "pontos de parada" para que guerra ilimitada seja encerrada de forma consciente e ordenada e não pela aniquilação mútua
- Risco de guerra total pode fugir do controle dos participantes de determinado conflito → Os envolvidos, de certa forma, ficam à mercê do "acaso"
- Riscos com que os países se defrontam não são tão claros quanto em caso de suicídio, mas muito mais como em caso de roleta russa
- Brinkmanship*: criação deliberada de risco compartilhado a um nível próximo do inaceitável/intolerável para o adversário (objetivo = forçar acomodação).
- Crença na vantagem de atacar primeiro gera urgência de ação/resposta → perigoso
- Solução = tranquilização no processo de tomada de decisões, através da proteção das armas retaliatórias
- Conflito nuclear = resultado de um processo que não pode ser previsto em todos os seus detalhes, em que reações não são completamente previsíveis, em que decisões não são totalmente intencionais, em que acontecimentos não estão inteiramente sob controle
- Não apenas existem segredos que preferimos não guardar, como existem capacidades militares que poderíamos preferir não ter
- Monopólio submarino nuclearmente armado (SSBN) = altamente indesejado. Se ele precisa se preocupar com a exposição de sua força estratégica a um ataque surpresa nosso, nós precisamos nos preocupar com isso também
- A balança nuclear só poderá ser estável quando nenhum dos participantes num conflito for capaz de, num primeiro ataque, destruir as forças retaliatórias de seu oponente
- Desarmamento não gera, necessariamente, estabilidade; Desarmamento não elimina uma potencialidade ou capacidade militar, mas apenas a modifica
- Corrida armamentista não leva, necessariamente, a um situação mais instável
- Tabu (maldição, quem sabe) nuclear: "simplicidade" da não-utilização
- Armamentos nucleares são únicos porque os vemos como únicos. Crenças importam

Fonte: elaboração própria.

APÊNDICE E – LAWRENCE FREEDMAN (RESUMO)

- Dissuasão = estratégia coercitiva que envolve uma potencial ou efetiva aplicação de força capaz de influenciar a ação de um agente voluntário
- Dissuasão tem por objetivo a inação, ou seja, dissuasão tem êxito quando nada acontece
- Uso do armamento nuclear jamais poderá ser considerado uma decisão puramente “tática”, mas deve ser considerada uma decisão estratégica da mais alta ordem e deve estar conectada com a situação geral em vigor no âmbito político e militar
- Diferenciação entre armamentos nucleares táticos e estratégicos (tamanho do armamento, tipo de alvo, relação com zona de combate, entre outros fatores) reveste-se de um “ar de irrealidade”
- Guerra preventiva = preocupação com uma “alteração histórica” no balanço militar ou, ainda, está baseada numa clara superioridade estratégica
- Guerra preemptiva está atrelada a uma situação específica, qual seja, a iminência de um ataque inimigo, possível apenas após a conclusão dessa “alteração histórica” no balanço militar
- Capacidade de primeiro ataque envolve, acima de tudo, a capacidade de destruir, num ataque surpresa e preemptivo/preventivo, os meios retaliatórios do inimigo.
- Capacidade de segundo ataque: é necessário não apenas sobreviver a um ataque inimigo, como também ser capaz de comunicar a decisão de retaliação, alcançar os alvos inimigos, perpassando pelas suas defesas ativas e, finalmente, ser capaz de destruir o alvo, apesar de todas as medidas passivas de defesa
- Enquanto forças de primeiro ataque são contra-força (alvos militares), forças de segundo ataque podem ser contra-valor (alvos econômicos ou civis).
- A tecnologia confirmou o impasse entre as duas superpotências, além de indicar que era um erro atribuir à tecnologia um papel preponderantemente desestabilizador
- SSBN = modelo ideal de força de segundo ataque, além de ser exemplar em termos de estabilidade. Não é capaz de fazer ameaças nem de ser ameaçado por primeiro ataque nuclear
- Controle de armamentos estratégicos: aspectos quantitativos e, principalmente, percepções subjetivas (muito mais complexo). Não existe índice de poder militar auto-evidente
- Ainda que na dinâmica EUA-URSS nem sempre tenha imperado concórdia ou convergência de ideias, houve, de certa forma, uma “estratégica curva de aprendizagem”, em que ambos os lados tinham interesse mútuo de, na medida do possível, fazer com que os ataques fossem de caráter limitado
- Estabilidade Guerra Fria = não ocorreu de forma imediata. Levou algum tempo até que se instalasse toda uma parafernália de vias de comunicação rápida (o famoso “telefone vermelho”) e ou se adotasse outras medidas capazes de estabelecer confiança mútua
- Mundo pós-Guerra Fria: cercado de novos desafios, menores, mas ainda assim significantes, que requerem uma renovada forma de pensar.

Fonte: elaboração própria.

APÊNDICE F – COLIN GRAY (RESUMO)

- Guerra central: não só plausível, como também é sensato que se tenha em mãos um “plano realístico de guerra” (preparado em tempos de paz)
- Era nuclear veio para ficar, ou seja, a “política internacional será sempre conduzida pela sombra, real ou potencial, do perigo nuclear”
- "Tabu nuclear" = ideia plausível e atrativa, mas também perigosamente falsa, armando emboscadas para aqueles que, de forma imprudente, se mostraram otimistas
- O não-uso de dispositivos nucleares não deve ser confundido com um tabu nuclear.
- Estabilidade estratégica mundo MAD = erro. EUA, cegados pelo conceito de estabilidade, cometeram grave erro ao não levar em conta a doutrina bélica soviética
- URSS não compartilhavam da visão dominante nos EUA sobre dissuasão estável. Não por falta de conhecimento dos conceitos, mas de entendimento e de rejeição
- Dissuasão = relacionamento coercitivo e cooperativo, que traz inerente a possibilidade de fracasso. Dissuadir, em síntese, significa dar àquele que se quer dissuadir a opção de cooperar ou de não cooperar
- Dissuasão deve ser entendida como uma variável relacional – é um efeito ou uma influência sobre o comportamento, que só se alcança ou que só pode ser alcançado com a cooperação daquele que se quer dissuadir
- Dissuasão não pode ser associada à qualidade ou quantidade de determinada força
- Não é algo que se pode simplesmente adquirir/comprar
- Dissuadir é difícil porque estratégia é algo difícil. Em termos práticos, dissuasão faz parte de um “complexo relacionamento político, um relacionamento que tem história”
- Ainda que dissuasão seja falível, políticas dissuasórias seguem tendo um papel a cumprir. A condição é que o estrategista não perca de vista quem, como, quando e por que se deve dissuadir. Ou seja, dissuasão sempre será algo específico
- Quando ou se dá certo ou é possível de ser alcançada, a dissuasão é algo fantástico
- Os pífios resultados militares/técnicos obtidos com escudos/sistemas anti-mísseis [BMD] significam que deve haver mais esforço e programas mais bem elaborados
- Primeira era nuclear = antagonismo EUA-URSS; segunda era nuclear pode ser considerada uma era mais difusa, uma espécie de multipolaridade nuclear que só se encerrará com a volta de um único eixo político dominante nessa questão da hostilidade nuclear armada (terceira era nuclear)
- Proliferação nuclear e de mísseis tem tornado determinadas regiões muito mais perigosas do que eram antes. Quanto maior for o número de potências nucleares, maior também será a possibilidade de que “eventos” nucleares ocorram

Fonte: elaboração própria.

APÊNDICE G – EUGENIO DINIZ (RESUMO)

- Dissuasão nuclear não depende só de dispositivos nucleares, mas também de instalações, equipamentos, pessoas e procedimentos que aumentam a capacidade de sobrevivência dos dispositivos nucleares
- Estabilidade da dissuasão, por sua vez, depende de encontrar e estabelecer formas, canais e até mesmo códigos diferentes para o diálogo, ou seja, depende de um processo que é integralmente político, com todos os problemas que daí podem surgir
- Ambos os lados têm interesse estratégico e financeiro na capacidade retaliatória de seus respectivos adversários
- Dinâmica *1st. strike* vs. 1st. strike** = extremamente instável ou tensa. Expectativa de ocorrer um ataque contra-força (de forma preventiva ou preemptiva) é muito alta. Em tese, o primeiro a atacar "leva tudo" [*por *1st. strike* entenda-se ausência de *2nd strike*]
- Capacidade de segundo ataque [*2nd strike*] = difícil/custoso. Extensa lista de pré-requisitos (conferir Figura 3 ou 22)
- 1st. strike vs. 2nd strike* → dinâmica torna-se um pouco mais estável que a anterior, embora ainda longe do ideal ou do desejável. A expectativa de ataque nuclear do país sem capacidade de segundo ataque cai, reduzindo os incentivos de um ataque preventivo/preemptivo por parte do país com capacidade de segundo ataque
- Dispor de capacidade *1st strike* contra-força é mais difícil que obter capacidade de *2nd strike* segura
- Dinâmica dissuasória mútua e estável = possível apenas por meio do estabelecimento de forças de segundo ataque por ambos os atores. Os incentivos para um ataque contra-força são reduzidos, bem como os incentivos para que haja um ataque preventivo ou preemptivo. BMD =altamente indesejável
- Proliferação desenfreada = perigoso, principalmente quando isso envolver atores mais pobres que, portanto, terão menor capacidade de dispor de condições de segurança, alerta antecipado e C2 para a gestão dos armamentos e do processo de interação política relacionado. A falta dessas capacidades os torna mais vulneráveis, como alvos prováveis de outras potências nucleares, sem falar no desgaste financeiro e/ou operacional/logístico a que serão submetidos
- Quantidade importa. Ter mais armamentos nucleares (incluindo meios de entrega) implica ter maior capacidade retaliatória e, portanto, maior capacidade coercitiva
- Armamentos nucleares intensificam as vantagens dos atores mais ricos e as vulnerabilidades e desvantagens dos atores mais pobres
- Proliferação armamentos nucleares → *time-on-target* progressivamente se reduz, diminuindo o tempo máximo para que decisões da mais alta importância sejam tomadas e, conseqüentemente, aumentando-se as oportunidades para que ocorram guerras imprevistas [inadvertentes] ou não-intencionais
- Outro elemento complicador e crucial para sobrevivência de arsenais nucleares = dispersão geográfica [extensão territorial + saída para mar]

Fonte: elaboração própria.